



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LILIAN SALETE ALONSO MOREIRA LIMA

**AVALIAÇÃO DE ARTIGOS “ALTA QUALIDADE” E “DEMAIS  
ARTIGOS” NA ÁREA DE LINGUÍSTICA:  
É POSSÍVEL ESTABELEECER PARÂMETROS?**

LILIAN SALETE ALONSO MOREIRA LIMA

**AVALIAÇÃO DE ARTIGOS “ALTA QUALIDADE” E “DEMAIS  
ARTIGOS” NA ÁREA DE LINGUÍSTICA:  
É POSSÍVEL ESTABELEECER PARÂMETROS?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Edina Regina Pugas  
Panichi

Londrina  
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central  
da Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

L732a Lima, Lilian Salete Alonso Moreira.  
Avaliação de artigos “alta qualidade” e “demais artigos” na área de linguística  
: é possível estabelecer parâmetros? / Lilian Salete Alonso Moreira Lima. –  
Londrina, 2014.  
189 f. : il.

Orientador: Edina Regina Pugas Panichi.  
Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação  
em Estudos da Linguagem, 2014.  
Inclui bibliografia.

1. Brasil – Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
– Qualis – Teses. 2. Linguística – Artigos de periódicos – Teses. 3. Periódicos  
– Avaliação – Teses. 4. Citações – Teses. 5. Elementos textuais – Teses. I. Panichi,  
Edina Regina Pugas. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e  
Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.  
III. Título.

CDU 801:050

LILIAN SALETE ALONSO MOREIRA LIMA

**AVALIAÇÃO DE ARTIGOS “ALTA QUALIDADE” E “DEMAIS  
ARTIGOS” NA ÁREA DE LINGUÍSTICA:  
É POSSÍVEL ESTABELECEER PARÂMETROS?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Edina Regina Pugas  
Panichi  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Maria das Graças Soares  
Rodrigues  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte -  
UFRN

---

Profa. Dra. Sonia Maria da Costa Mendes  
Universidade Norte do Paraná - UNOPAR

---

Profa. Dra. Esther Gomes de Oliveira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Juliana Reichert Assunção Tonelli  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 16 de Outubro de 2014.

A meus pais (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Essa minha caminhada não foi solitária e quero agradecer às pessoas que me acompanharam e de alguma forma participaram dessa minha empreitada.

À minha orientadora, pela confiança e pelo apoio.

Às professoras que compuseram as bancas de qualificação e defesa, pela aceitação e pelos apontamentos feitos.

Ao prof. Núbio, coordenador do PPGEL, pela oportunidade.

Aos funcionários do PPGEL, pelo atendimento atencioso.

Ao meu marido, Flávio Augusto Carraro, e às nossas famílias, pelo incentivo.

Às amigas Eliza, Ana Paula, Juliana, Ana Maria, Rosemari, pelo companheirismo, pelas trocas e pelo ombro-amigo nos momentos difíceis.

Aos colegas e amigos, pela torcida.

À CAPES, pelo apoio financeiro no período de abril/2013 a fevereiro/2014.

LIMA, Lilian Salete Alonso Moreira Lima. **Avaliação de artigos “alta qualidade” e “demais artigos” na área de Linguística: é possível estabelecer parâmetros?** 2014. 189f. Tese (Pós-Graduação em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

## RESUMO

Na área Letras/ Linguística, o único critério Qualis CAPES que se refere a artigos científicos estratifica em A1, A2 e B1 os periódicos que publicam artigos de “alta qualidade”, escritos por doutores com efetiva contribuição científico-acadêmica para a área. Os periódicos com estratos B2 a C publicam os “demais artigos”. No entanto, somente os periódicos interessam à estratificação. A avaliação dos artigos submetidos (aceitação ou recusa) cabe aos periódicos. Uma de suas formas é a avaliação por pares que segue formulário de parecer ou diretrizes do conselho editorial do periódico. Essa avaliação, segundo atestam pesquisas, é passível de subjetividade. Assim, defende-se a tese de que faltam parâmetros que permitam diferenciar claramente artigos “alta qualidade” dos “demais artigos” e se propõe, como objetivo geral, estabelecer tais parâmetros, considerando o processo de avaliação, os elementos textuais e as vozes presentes nos artigos. Para tanto, buscou-se, inicialmente, explicitar o processo de avaliação de periódicos Qualis CAPES e o processo de avaliação por pares adotado por periódicos da área de Linguística, com embasamento na Ciência de Informação. Analisaram-se os critérios Qualis e os formulários de parecer utilizados por sete periódicos da área de Linguística. Essa análise não forneceu parâmetros de diferenciação entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”. Diante disso, buscou-se verificar como os elementos textuais figuram em artigos “alta qualidade” e “demais artigos”. Partindo de pesquisas no âmbito dos estudos da linguagem, levantaram-se os elementos textuais essenciais a um artigo e como eles se organizam em artigos nacionais de Linguística, sendo 24 artigos “alta qualidade” e 24 “demais artigos”. Em ambos os grupos, ocorrem os mesmos elementos textuais, com a diferença que, nos “alta qualidade”, a organização desses elementos segue a praxe acadêmica, apresentando pouca variação, enquanto nos “demais artigos” essa organização nem sempre é mantida. Nos dois grupos observou-se ausência de algum dos elementos textuais, sendo a metodologia o que apresentou maior incidência. Como não houve diferença quantitativa significativa entre os dois grupos, buscou-se, então, identificar se as formas e funções do discurso citado presentes nos artigos e o comportamento do locutor citante contribuem para a diferenciação entre “alta qualidade” e “demais artigos”. Esses elementos foram analisados com base em estudos relacionados à enunciação. Todas as formas das citações propostas para a análise ocorreram em ambos os *corpora*, diferenciando-se somente o *ranking* de preferências, mas nem todas as funções propostas ocorrem em ambos os *corpora*. Quantitativamente, as ocorrências das formas não apontaram diferença significativa entre os grupos. Por outro lado, as ocorrências das funções atuaram como um diferencial entre ambos, mostrando que os autores de artigos “alta qualidade” atribuem mais funções ao discurso citado. O predomínio do comportamento de distanciamento nos dois grupos (uso da terceira pessoa do singular) reforça a ideia de que o texto acadêmico deve ser objetivo, enfatizando o objeto ou fenômeno. A aproximação, quando ocorreu, foi via primeira pessoa do plural, mais aceita na comunidade científica. Assim, as diferenças entre os grupos foram poucas e quantitativamente insuficientes para estabelecer parâmetros claros de diferenciação entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”.

**Palavras-chave:** Artigos de Linguística. Qualis CAPES. Avaliação por pares. Elementos textuais. Discurso citado.

LIMA, Lilian Saete Alonso Moreira. **Assessment of articles "high quality" and "other articles" the field of linguistics**: Is it possible to set parameters? 2014. 189p. Thesis (Pós-Graduação em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

## ABSTRACT

In writing language area, the only criterion QUALIS Capes referred to in scientific articles stratifies A1, A2 and B1 journals that publish articles of "high quality", written by doctors with effective scientific and scholarly contribution to the field. The journals publish layers B2 C "other items". However, only the periodic interest to stratification. The assessment of submitted papers (acceptance or refusal) to periodic rests. One of its forms is a peer review following form opinions or policies of the editorial board of the journal. This assessment, according to surveys attest, is punishable by subjectivity. Thus, it defends the thesis that lacks parameters to clearly differentiate items "high quality" of the "other items" and proposes, as general objective to establish these parameters, considering the evaluation process, the textual and the voices in articles. To this end, we attempted to initially explain the assessment process Quails CAPES and the process of peer review adopted by journals in the field of linguistics, with reliance on the information science. We analyzed the Quails criteria and forms used to look for seven journals in the field of linguistics. This analysis did not provide parameters for differentiating between articles "high quality" and "other articles". Therefore, we tried to determine how the textual articles appearing in "high quality" and "other articles". Beginning with research within the study of language, rose up essential textual elements to an article and how they organize themselves in national articles of Linguistics, 24 articles "high quality" and 24 "other articles". In both groups, occurring the same textual elements, with the difference that in "high quality", the organization of these elements follows the academic practice, with little variation, while the "other items" such an organization is not always maintained. In both groups, there were absence of any textual elements, and the method presented the highest incidence. As there was no significant quantitative difference between the two groups, then will we attempted to identify the forms and functions of the speech cited in articles and the citing behavior of the speaker contribute to the differentiation between "high quality" and "other articles."? These elements were analyzed based on related studies enunciation. All forms of the proposals citations for analysis occurred in both corpora, differing only the ranking of preferences, but not all of the proposed functions occur in both corpora. Quantitatively, the occurrences of the forms indicated no significant difference between groups. On the other hand, the occurrences of the functions acted as a differential between the two, showing that the authors of articles "high-quality" give more roles to the cited discourse. The predominance of distance behavior in two groups (using the third person singular) strengthens idea that the academic text should be objective, emphasizing the object or phenomenon. The approach, if any, was through the first person plural, more accepted in the scientific community. So differences between groups were few and quantitatively insufficient to establish clear parameters for differentiating between articles "high quality" and "other articles".

**keywords:** Linguistics articles. Quails CAPES. Peer review. Textual elements. Cited speech.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Elementos textuais como seções puras – artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	74
<b>Gráfico 2</b> - Quantidade de citações por seção do artigo .....	156
<b>Gráfico 3</b> - Formas da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	157
<b>Gráfico 4</b> - Funções da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	158
<b>Gráfico 5</b> - Formas da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	160
<b>Gráfico 6</b> - Funções da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	161
<b>Gráfico 7</b> - Formas da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	162
<b>Gráfico 8</b> - Funções da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	163
<b>Gráfico 9</b> - Formas da citação na Análise de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	165
<b>Gráfico 10</b> - Funções da citação na Análise de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	166
<b>Gráfico 11</b> - Formas da citação na Conclusão de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	168
<b>Gráfico 12</b> - Funções da citação na Conclusão de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	169
<b>Gráfico 13</b> - Comportamento do locutor citante – artigos “alta qualidade” .....	170
<b>Gráfico 14</b> - Comportamento do locutor citante – “demais artigos” .....	171

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - <i>Corpus</i> de análise – periódico, identificação (Qualis), instituição e grupo .....	34
<b>Quadro 2</b> - Qualis – Tempo de publicação do periódico .....	35
<b>Quadro 3</b> - Qualis – Diversidade institucional dos autores .....	36
<b>Quadro 4</b> - Qualis – Constituição do Conselho Editorial .....	37
<b>Quadro 5</b> - Qualis – Qualidade e autoria dos artigos .....	38
<b>Quadro 6</b> - Qualis – Indexação.....	38
<b>Quadro 7</b> - Distribuição da indexação em bases de dados internacionais dos periódicos analisados .....	39
<b>Quadro 8</b> - Qualis – Referência internacional .....	40
<b>Quadro 9</b> - Avaliação geral do formulário.....	44
<b>Quadro 10</b> - Conclusão do parecer .....	45
<b>Quadro 11</b> - Adequação do artigo .....	46
<b>Quadro 12</b> - Critérios referentes à estrutura textual do artigo .....	47
<b>Quadro 13</b> - Comparação entre formulários de parecer e instruções aos autores quanto à estrutura textual do artigo.....	49
<b>Quadro 14</b> - Critérios referentes à linguagem .....	50
<b>Quadro 15</b> - Critérios subjetivos .....	51
<b>Quadro 16</b> - Elementos textuais como seções puras – artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	74
<b>Quadro 17</b> - Inserção de um elemento textual em outro – artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	75
<b>Quadro 18</b> - Seções mescladas – artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	77
<b>Quadro 19</b> - Elementos textual como subitem de outro elemento – artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	78
<b>Quadro 20</b> - Funções da citação .....	134
<b>Quadro 21</b> - Novo Quadro das funções da citação .....	155
<b>Quadro 22</b> - Quantidade de citações por seção do artigo .....	156
<b>Quadro 23</b> - Formas da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	157
<b>Quadro 24</b> - Funções da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	158

<b>Quadro 25</b> - Formas da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	159
<b>Quadro 26</b> - Funções da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	161
<b>Quadro 27</b> - Formas da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	162
<b>Quadro 28</b> - Funções da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	163
<b>Quadro 29</b> - Formas da citação na Análise de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	164
<b>Quadro 30</b> - Funções da citação na Análise de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	165
<b>Quadro 31</b> - Formas da citação na Conclusão de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	167
<b>Quadro 32</b> - Funções da citação na Conclusão de artigos “alta qualidade” x “demais artigos” .....	168
<b>Quadro 33</b> - Comportamento do locutor citante – artigos “alta qualidade” .....	170
<b>Quadro 34</b> - Comportamento do locutor citante – “demais artigos” .....	171

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>CAPÍTULO 1- AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS E AVALIAÇÃO POR PARES</b>	16
1.1 O PERIÓDICO CIENTÍFICO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E OS EFEITOS DO <i>PUBLISH OR PERISH</i>	17
1.2 AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS	22
1.3 AVALIAÇÃO POR PARES	27
1.4 METODOLOGIA	33
1.5 ANÁLISE	34
1.5.1 Análise dos critérios qualis da área de letras/ linguística	35
1.5.2 Análise comparativa dos formulários de parecer e das instruções aos autores	41
1.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	51
<b>CAPÍTULO 2 - ELEMENTOS TEXTUAIS DO ARTIGO CIENTÍFICO</b>	55
2.1 OS ELEMENTOS TEXTUAIS DO ARTIGO CIENTÍFICO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM	57
2.2 COMPARANDO ABORDAGENS: OS ELEMENTOS TEXTUAIS DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SEGUNDO AS NORMAS ABNT E OS MANUAIS DE METODOLOGIA E SEGUNDO ESTUDOS DA LINGUAGEM	62
2.2.1 A Introdução	63
2.2.2 O Referencial teórico	66
2.2.3 A Metodologia	67
2.2.4 A Análise ou Resultados e discussão	69
2.2.5 A Conclusão	70
2.3 METODOLOGIA	71
2.4 ANÁLISE DOS <i>CORPORA</i>	73
2.5 CONCLUSÃO	80

<b>CAPÍTULO 3 - FORMAS E FUNÇÕES DAS CITAÇÕES E COMPORTAMENTO DO LOCUTOR PREDOMINANTES NOS ARTIGOS DE LINGUÍSTICA</b>	<b>84</b>
3.1	COMO A CITAÇÃO É DESCRITA NA NBR 10520 E NOS MANUAIS DE METODOLOGIA .....85
3.2	CITAÇÃO SEGUNDO A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....89
3.2.1	Autocitação, “escambo autoral” e “bairrismo acadêmico” .....91
3.2.2	Plágio .....93
3.3	CITAÇÃO COMO MANIFESTAÇÃO DO DISCURSO CITADO .....96
3.4	AS FUNÇÕES DA CITAÇÃO .....99
3.5	O COMPORTAMENTO DO LOCUTOR CITANTE .....102
3.6	METODOLOGIA .....108
3.7	ANÁLISE DAS FORMAS DAS CITAÇÕES ENCONTRADAS NOS ARTIGOS.....109
3.7.1	Discurso direto .....109
3.7.2	Discurso indireto .....116
3.7.3	Formas híbridas .....119
3.7.3.1	Ilha textual.....119
3.7.3.2	Discurso direto com que (DD com que) .....123
3.7.4	Resumo com citações (RCC).....124
3.7.5	Modalização em discurso segundo (MDS).....127
3.7.6	Reformulação.....129
3.7.7	Evocação/ menção.....131
3.8	ANÁLISE DAS FUNÇÕES DAS CITAÇÕES ENCONTRADAS NOS ARTIGOS .....133
3.8.1	Função: Contextualizar o estudo .....135
3.8.2	Função: homenagear pioneiro(s) .....135
3.8.3	Homenagear colega(s).....136
3.8.4	Identificar elementos metodológicos .....137
3.8.5	Expressar definição/ conceituação/ visão/ opinião do citado com vistas à construção do Referencial teórico .....137
3.8.6	Sustentar alegações do citante, imprimindo credibilidade a seu argumento .....138
3.8.7	Afastar-se de um ponto de vista .....139
3.9	OUTRAS FORMAS DE CITAÇÃO IDENTIFICADAS NA ANÁLISE .....139

3.9.1	Forma híbrida “ilha textual com citação direta longa”.....	140
3.9.2	Citação de citação .....	141
3.9.3	Autocitação .....	142
3.9.4	Citação em nota de rodapé (CNR).....	144
3.10	OUTRAS FUNÇÕES DAS CITAÇÕES IDENTIFICADAS NA ANÁLISE .....	145
3.10.1	Aproximar autores diferentes .....	145
3.10.2	Recuperar informação citada anteriormente no mesmo texto.....	146
3.10.3	Marcar similaridade entre dados do citado e dados do citante .....	147
3.10.4	Associar trecho original à citação .....	148
3.11	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO LOCUTOR CITANTE.....	149
3.12	ANÁLISE QUANTITATIVO-COMPARATIVA DAS FORMAS E DAS FUNÇÕES DAS CITAÇÕES E COMPORTAMENTO DO LOCUTOR CITANTE NOS ARTIGOS “ALTA QUALIDADE” X “DEMAIS ARTIGOS” .....	153
3.13	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO .....	172
<b>CONCLUSÃO</b> .....		174
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		178
REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS CUJOS TRECHOS FORAM CITADOS NO CAPÍTULO 3.....		189

## INTRODUÇÃO

O ditado surgido no sistema universitário americano *publish or perish* (publique ou pereça) aplica-se também ao atual sistema universitário brasileiro. O pesquisador e/ ou professor sofre pressão para manter-se produtivo e essa produtividade será explicitada e medida principalmente por meio da quantidade de publicações desse pesquisador. Assim, o número de publicações melhora o currículo do pesquisador e aumenta suas chances de obter ou manter financiamento para sua pesquisa e também contribui para a boa avaliação do programa de pós-graduação a que o pesquisador está afiliado. (YAMAMOTO, 2000; SILVA; MENEZES; PINHEIRO, 2003; ZEN, 2004; CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007; MOTTA-ROTH; HENDGES, 2001; LEITE, 2011)

Contudo, não basta apenas publicar; é preciso que o periódico seja confiável e bem avaliado, o que dará maior visibilidade ao trabalho (STUMPF, 2006; CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007). Por isso, há mecanismos de avaliação de periódicos, como o Qualis CAPES.

Na área Letras/ Linguística<sup>1</sup>, o critério Qualis (CAPES, 2012) referente a artigos científicos utiliza os termos “alta qualidade” (para os estratos A1, A2, B1) e “demais artigos” (para os estratos B2, B3, B4, B5, C). No entanto, nesse critério ou no site Web Qualis, não são esclarecidas quais características permitem classificar um artigo como de “alta qualidade”. Estabelece-se apenas que os periódicos classificados nos estratos A1, A2 e B1 publicam “[...] artigos de alta qualidade, preferencialmente escritos por doutores do Brasil ou do exterior, com efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área; [...]” (CAPES, 2012, p.2-3). Infere-se que o critério Qualis não determina as características do artigo de “alta qualidade” porque somente os periódicos interessam à estratificação, isto é, eles é que são estratificados em A, B ou C, conforme os critérios de avaliação da área a que pertencem.

<sup>1</sup> Nominção da área conforme tabela de áreas CAPES (2012). Escolhemos esta área porque é nossa área de formação e porque ela carece de estudos e discussões realizados por pesquisadores brasileiros em relação à produção científica nacional. Por fazer parte dela, temos contato com pesquisadores e produções, o que nos permite ter um olhar com “conhecimento de causa”. Também é uma forma de contribuir para a necessária reflexão acerca da pesquisa científica e sua divulgação, de modo a buscarmos expandir a produção de qualidade e aumentar a visibilidade da área no meio científico nacional, pois ainda persiste o preconceito das outras ciências em relação à nossa.

A avaliação dos artigos cabe aos periódicos, os quais, geralmente, submetem os artigos enviados a duas análises: uma feita pelo conselho editorial (para verificar se o texto atende às normas de publicação e à política editorial do periódico) e outra conhecida como *peer review* (avaliação cega por pares). Portanto, a avaliação dos artigos – seu aceite ou sua recusa – fica a critério dos editores e dos pareceristas dos periódicos. Assim, por contiguidade, um artigo publicado numa revista cujo Qualis é A1, A2 ou B1 é um artigo de “alta qualidade” (CAPES, 2013).

Se há a estratificação e há a avaliação por pares, é óbvio que há também diferença entre os artigos, conforme o periódico em que foi publicado e o conteúdo exposto no texto do artigo, o que justifica a qualificação “alta qualidade” e “demais artigos”. Se não houvesse diferença qualitativa entre os textos, não seria necessário estratificar periódicos nem submeter os textos à avaliação por pares. Mas em que reside essa diferença, afinal? Melhor dizendo, de que maneira é possível estabelecer a qualidade de um artigo científico a ponto de ele merecer ser considerado de “alta qualidade”, além do fato de ter sido publicado num periódico A1, A2, B1 e escrito por um doutor com efetiva contribuição científico-acadêmica para a área?

A partir disso, neste trabalho, defende-se a tese de que faltam parâmetros que permitam diferenciar claramente artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”. Essa falta de parâmetros leva a questionar o que, de fato, caracteriza a “alta qualidade” desses artigos, além do fato de seus autores serem doutores. Questiona-se, também, se a subjetividade do parecerista influenciaria essa avaliação. Diante dessa lacuna e dos diferentes aspectos envolvidos na produção acadêmica brasileira, estabeleceram-se diferentes questões que nortearam a pesquisa:

- O que é levado em consideração na avaliação dos periódicos feita pelo Qualis CAPES?
- O que é levado em consideração na avaliação dos artigos científicos feita pelos pareceristas dos periódicos científicos?
- A partir dessas avaliações é possível delinear parâmetros que diferenciem artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”?
- Quais são os elementos textuais obrigatórios e opcionais (possíveis) do artigo científico, independente de se tratar de artigo de revisão, experimental ou empírico?

- A norma ABNT e os manuais de metodologia dão conta desses elementos?
- As normas dos periódicos se referem a esses elementos?
- A presença ou a ausência desses elementos textuais nos artigos permite diferenciar artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”?
- Visto que os artigos “alta qualidade” são de autoria de doutores com efetiva contribuição científico-acadêmica para a área, a diferença entre “alta qualidade” e “demais artigos” estará nas vozes que são acionadas nos textos?

A partir da tese levantada e das questões que se pretendia responder, propôs-se, como objetivo geral deste trabalho estabelecer parâmetros que permitam diferenciar artigos “alta qualidade” de “demais artigos”, considerando seu processo de avaliação, seus elementos textuais e as vozes presentes no texto.

Como objetivos específicos, têm-se:

- I. explicitar o processo de avaliação de periódicos Qualis CAPES e o processo de avaliação por pares adotado por periódicos da área de Linguística;
- II. verificar como os elementos textuais figuram em artigos “alta qualidade” e “demais artigos”;
- III. identificar se as formas e funções do discurso citado presentes nos artigos e o comportamento do locutor citante contribuem para a diferenciação entre “alta qualidade” e “demais artigos”.

Cada objetivo específico deu origem a um capítulo diferente, cada qual com sua estrutura monográfica, ou seja, introdução/ referencial teórico/ metodologia/ análise/ conclusão. Optamos por dividir o desenvolvimento de nossa tese em capítulos independentes, em vez de dividir em capítulos correspondentes, respectivamente, ao referencial teórico, à metodologia e à conclusão, porque, para cumprir cada um dos objetivos propostos para esta tese, foi necessário estabelecer um referencial teórico, uma metodologia e um *corpus* específicos, de modo que são feitas análises distintas. Se não dividíssemos nosso desenvolvimento dessa maneira, ficaria difícil ao leitor acompanhar o raciocínio do trabalho.

Assim, além desta Introdução, esta tese contém o *Capítulo 1: Avaliação de periódicos e avaliação por pares na área de Linguística*, cujo referencial teórico pertence à ciência de informação, pois ela forneceu subsídios para entender os processos de avaliação dos periódicos, em especial o Qualis CAPES, e o processo de avaliação por pares adotado pelos periódicos nacionais. Nesse capítulo,

analisamos, além dos critérios Qualis, os formulários de parecer utilizados por periódicos da área de Linguística. No *Capítulo 2: Organização dos elementos textuais em artigos de Linguística*, a partir de pesquisas no âmbito dos estudos da linguagem, levantamos quais são os elementos textuais essenciais a um artigo e como eles se organizam em artigos nacionais de Linguística. No *Capítulo 3: Formas e funções das citações e comportamento do locutor citante em artigos de Linguística*, todos esses elementos são analisados com base em estudos linguísticos, especialmente os relacionados à enunciação. Finalizamos o texto da tese com a Conclusão.

## CAPÍTULO 1: AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS E AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação de um artigo num periódico científico é, atualmente, a forma de divulgação do conhecimento científico que tem maior prestígio no meio acadêmico (OLIVEIRA, 2005). Por isso, o objetivo deste Capítulo é explicitar o processo de avaliação de periódicos Qualis CAPES e o processo de avaliação por pares adotado por periódicos da área de Linguística, de modo a responder as seguintes questões de pesquisa: O que é levado em consideração na avaliação dos periódicos feita pelo Qualis CAPES? O que é levado em consideração na avaliação dos artigos científicos feita pelos pareceristas dos periódicos científicos? A partir dessas avaliações é possível delinear parâmetros que diferenciem artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”?

Acreditamos que o estudo dos processos de avaliação de artigos fornecerá elementos para elucidar o que é esperado pelos pareceristas na avaliação por pares em comparação ao que é requisitado nas instruções aos autores. Além disso, ao considerarmos o fato de os periódicos serem avaliados pelo Qualis, a hipótese é de que há diferenciação entre as exigências dos periódicos classificados pelo critério Qualis como os que publicam artigos de “alta qualidade” e os que publicam os “demais artigos”.

Assim, o referencial teórico deste Capítulo baseia-se em estudos da Cientometria e aborda o periódico científico nas Ciências Humanas e Sociais e os efeitos do *publish or perish*, a avaliação de periódicos e a avaliação por pares. Depois, apresenta-se a metodologia, descrevendo-se a coleta dos dados. A seguir, apresentam-se os resultados e a discussão dos critérios Qualis da área de Linguística e dos pareceres utilizados na avaliação cega por pares em comparação às instruções aos autores. Fechando o Capítulo, aponta-se a Conclusão.

## 1.1 O PERIÓDICO CIENTÍFICO NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E OS EFEITOS DO *PUBLISH OR PERISH*

O periódico científico é “[...] uma coletânea de artigos científicos escritos por diferentes autores. Conjuntos desses artigos são reunidos a intervalos, impressos, encadernados e distribuídos sob um título único.” (MEADOWS, 1999, p.7). No século XVII, a divulgação científica ocorria por cartas trocadas entre os cientistas da época, relatando suas descobertas e fazendo discussões críticas acerca de seus estudos. No entanto o desenvolvimento da prensa e o aumento no volume dessas correspondências levaram à divulgação por meio de publicação impressa (STUMPF, 1996; MEADOWS, 1999; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007). Os periódicos científicos são, portanto, a evolução da correspondência pessoal utilizada como transmissão de ideias.

Atualmente, atribuem-se quatro funções aos periódicos: i. estabelecimento da ciência certificada ou certificação da ciência (o conhecimento que recebeu o aval da comunidade científica); ii. canal de comunicação entre os cientistas; iii. canal de divulgação mais ampla da ciência, arquivo ou memória científica; iv. prioridade científica ou registro da autoria da descoberta científica (MUELLER, 1999; MUELLER, 1994; MIRANDA; PEREIRA, 1996).

Nos últimos anos, o crescimento da comunidade científica, a implementação das revistas eletrônicas e a conseqüente evolução da comunicação científica proporcionaram o aumento não só do número de títulos de periódicos, mas também do volume de informação divulgado nesses periódicos (MUELLER, 2006).

Segundo Meadows (1999) e Santos e Noronha (2013), a divulgação do conhecimento via periódicos, no entanto, não é tão relevante para a área das Ciências Humanas e Sociais quando comparada com as Ciências Biológicas e Exatas. Tradicionalmente, as Ciências Humanas e Sociais valorizam o livro como a mais alta forma de publicação (MEADOWS, 1999; SANTOS; NORONHA, 2013).

Para esses autores, a evolução das Ciências Biológicas e Exatas leva ao redirecionamento dos estudos, enquanto a possibilidade de novas abordagens nas Ciências Humanas e Sociais não necessariamente torna obsoletos estudos anteriores. Além disso, a pesquisa nas Ciências Biológicas e Exatas é realizada por equipes, tem caráter quantitativo, segue parâmetros aceitos universalmente, produzem artigos curtos, enviados prioritariamente para periódicos de circulação

internacional, escritos em língua inglesa. Nessas Ciências, há maior emprego de recursos, demandando maior financiamento. Esse investimento se baseia nos resultados, por isso a tendência de publicação em periódicos é mais representativa nessas Ciências (MEADOWS, 1999).

Meadows (1999) destaca que, nas Ciências Humanas, as pesquisas geralmente têm enfoque local (regional, estadual ou, no máximo, nacional), o que dificultaria a publicação em periódicos internacionais, já que o objeto do estudo interessa à comunidade local e não necessariamente à internacional. Além disso, são pesquisas extensas que não podem ser reduzidas em um artigo, mas demandam divulgação no formato de livro ou capítulo de livro, cuja publicação é mais demorada. O autor observa também que a natureza e as especificidades de cada área requerem maneiras diversas de realizar pesquisas e de divulgar os conhecimentos e resultados dessas pesquisas (MEADOWS, 1999).

Entendemos, portanto, que o fato de impor a todas as áreas os mesmos critérios de avaliação da produtividade é imprudente, pois não respeita as especificidades de cada campo. Há, inclusive, estudos que apontam as preferências de publicação de pesquisadores de diferentes áreas, como é o caso de Mueller (2005) que constatou que pesquisadores das Ciências Exatas e da Terra e Biológicas preferem publicar em periódicos estrangeiros. Já os pesquisadores das Ciências da Saúde preferem periódicos nacionais, mas também têm publicação significativa em periódicos estrangeiros. Os pesquisadores das Engenharias preferem congressos nacionais e internacionais como forma de divulgar seus resultados, enquanto os pesquisadores das Ciências Agrárias preferem tanto periódicos quanto congressos nacionais; pesquisadores das Ciências Sociais Aplicadas preferem periódicos nacionais e livros. Os pesquisadores das Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes preferem, de modo geral, periódicos nacionais e livros, mas, especificamente, pesquisadores de Humanas preferem congressos nacionais, livros e periódicos estrangeiros e pesquisadores de Linguística, Letras e artes preferem livros, periódicos estrangeiros e congressos nacionais.

Quando se fala em publicação na área Letras/ Linguística, há que se considerar também que se trata de uma área recente, quando comparada a outras, o que poderia influenciar os números de periódicos existentes. Alves (2010) observa que estudos específicos sobre periódicos da área Letras/ Linguística e Artes são escassos e aponta como motivo o número restrito de publicações nessa área,

citando que, em 2009, somente três periódicos dessa área eram indexados na SciELO, a qual é considerada “[...] a base que mais reflete as publicações nacionais de qualidade [...]” (ALVES, 2010, p.88).

Atualmente, a situação dos periódicos de Letras/ Linguística e Artes é diferente da observada pela autora, possivelmente pelo aumento no número de programas de pós-graduação. No entanto, em comparação às outras ciências, a área Letras/ Linguística fica em último lugar em números de periódicos indexados na SciELO por área do conhecimento (dados de 28 de abril de 2014): Ciências da Saúde: 368 (31,9%); Ciências Humanas: 324 (28,1%); Ciências Sociais Aplicadas: 221 (19,1%); Ciências Biológicas: 142 (12,3%); Ciências Agrárias: 107 (9,2%); Ciências Exatas e da Terra: 89 (7,7%); Engenharias: 77 (6,6%); Linguística, Letras e Artes: 45 (3,9%). Desses 45 periódicos de Linguística/ Letras e Artes, 12 são brasileiros (26,6%); 10 chilenos (22,2 %); 10 colombianos (22,2%); 8 argentinos (17,7%); 2 sul-africanos (4,4%); 2 mexicanos (4,4%); 1 português (2,2%). (SCIELO, 2014).

Apesar de as preferências pelas formas de divulgação e de as quantidades de periódicos serem diferentes em cada área, a avaliação da produtividade dos pesquisadores não considera tais fatores e baseia-se principalmente na quantidade de publicação de artigos científicos em periódicos indexados em bases de dados. Quanto a isso, Santos (2011, p.14) traça o seguinte panorama:

Até pouco tempo, antecedendo o processo da corrida ao Lattes, pesquisas eram realizadas, apresentadas e debatidas em eventos científicos, enfim, o processo era mais lento. No entanto, com o aumento no número de cursos de pós-graduação [...], começaram as cobranças, principalmente em relação às metas a serem cumpridas em termos de produção veiculada em periódicos indexados, pois se não houver o cumprimento das referidas metas, o programa não galga níveis frente a CAPES, não se ganha e/ou não se mantêm bolsas para os pós-graduandos, não se consegue verbas para manutenção do programa e, em casos extremos, pode haver o descredenciamento do programa. Deste modo, a corrida para a produção intelectual de um programa de pós-graduação está cada vez maior, na medida em que aumentaram as cobranças para tal.

Essa pressão para a publicação em quantidade tem recebido, entre outras denominações, a alcunha de “produtivismo”. Esse “produtivismo” científico

observado atualmente é gerado pela necessidade de sobreviver no meio acadêmico, obter reconhecimento social, prestígio, poder, exercer influência no meio científico e aprovar financiamento (SILVA; MENEZES; PINHEIRO, 2003; CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007). Castiel e Sanz-Valero (2007, p.3042) destacam ser preciso analisar os

[...] possíveis significados de um fenômeno que se manifesta neste contexto de ampliação na pesquisa científica e da intensa contabilização numérica de artigos publicados por investigadores em revistas científicas de reconhecido status acadêmico para se legitimarem como profissionais nos seus campos de atuação.

Para os autores, ler o que está acessível está se tornando difícil, tanto que existem artigos que nunca serão lidos e nunca serão citados, fato também abordado por Mueller (1999).

Essa proliferação de artigos – fruto do “produtivismo” – tem levado ao surgimento de diversas expressões além dessa, como “ciência-salame” (referente a pesquisas que são “fatiadas” para render diferentes publicações), “publicionismo”, “produtivite”, “publicacionismo”, fazendo com que seja comum o mesmo conteúdo ser publicado em vários artigos após sofrer pequenas alterações, fato observado tanto por Castiel e Sanz-Valero (2007) quanto por Zen (2004) e Yamamoto (2000). Além disso, o “produtivismo” tem levado a outros fenômenos, como o “autoplágio” (citar a si mesmo o máximo possível) e o “citacionismo” (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007).

Leite (2011) parte da hipótese de que a Reforma da Educação implementada pelo governo do ex-presidente Lula é fruto da ação de transportar para o sistema educacional as transformações do mundo do trabalho – influenciadas pelo capitalismo. Essa reforma, no nível universitário, “[...] engendra um fazer profissional cujas características mais marcantes são a competitividade exacerbada, o produtivismo, a gestão por metas e a precarização do trabalho docente [...]” (LEITE, 2011, p.86 – grifo nosso). Isso, segundo a autora, leva à despersonalização do professor, uma vez que ele não consegue – ou não pode – dissociar sua vida acadêmica da familiar ou pessoal. A autora destaca que esse profissional, além de adoecer, está sujeito a pressões diretas ou indiretas para atingir o nível esperado de produção, ou, como ela escreve, “produtivismo acadêmico (*publish or perish*)” (LEITE, 2011, p.91 – grifo da autora).

Motta-Roth e Hendges (2010) avaliam que, no Brasil, esse ditado americano *Publish or perish* (publique ou pereça) rege a política de financiamento de bolsas nos níveis de graduação e pós-graduação. Pressionados, pesquisadores, professores e alunos esforçam-se para elaborar artigos e/ ou capítulos de livros visando garantir espaço profissional. Assim, quem deseja uma bem-sucedida carreira acadêmica deve ter ciência de que sua produtividade intelectual será medida pela produtividade em termos de quantidade.

Essa valorização da quantidade, tomada como sinônimo de qualidade, acaba diminuindo o impacto da produção brasileira. Barata (2010) entrevistou Gilson Volpato, o qual aponta que os problemas da produção brasileira estão relacionados à sua qualidade, pois há erros conceituais (referentes aos argumentos que sustentam os dados ou à pouca quantidade de dados, ao excesso de informações e ao modo de pensar o fazer científico, por exemplo) sendo publicados em periódicos de menor impacto. O professor acredita que a falha está nos cursos de graduação, os quais valorizam o conteúdo em detrimento da pesquisa.

Castiel e Sanz-Valero (2007, p.3046) comparam o “publique ou pereça” à luta territorial que poderia também configurar um “darwinismo bibliográfico”:

Logo, não é absurdo pensar que o conhecido lema “publicar ou perecer” implica algo parecido com as lutas territoriais para a seleção dos mais aptos entre artigos que lutam entre si. Primeiramente, para despertarem o interesse e a atenção dos editores como tema relevante e importante no âmbito acadêmico; depois, serem devidamente analisados para obedecerem às demandas dos revisores em busca da ansiada chancela de qualidade que conduz à meta da aprovação para a publicação. Este é um prêmio depois da ultrapassagem por esses controles, pois isso significaria a possibilidade de habitar nichos mais valorizados deste mercado, algo que poderia ser chamado de “darwinismo bibliográfico”.

Enfim, as características de cada uma das áreas do conhecimento influenciam nas preferências pelas formas de divulgação do conhecimento, entretanto a exigência de publicação em periódicos bem avaliados e indexados atinge todas as áreas, inclusive as Humanas e Sociais. Assim, é importante entender os tipos de avaliação a que os periódicos são submetidos, em especial o Qualis CAPES, o qual tem grande peso na avaliação de periódicos nacionais e, indiretamente, é atribuído aos artigos publicados nos periódicos que fazem parte dessa estratificação.

## 1.2 AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS

Uma vez que os periódicos são utilizados na divulgação das pesquisas, a avaliação de periódicos se tornou um instrumento da comunidade científica que ajuda na escolha das publicações que atendem ao público-alvo. (THOMAZ; ASSAD; MOREIRA, 2011). Preocupado com a qualidade na seleção dos manuscritos, visando à equiparação das publicações nacionais com as internacionais, Coimbra Jr. (1992, p.360) defende que os periódicos nacionais

[...] devem primar pela originalidade e qualidade na seleção dos manuscritos, dado que sacrificar estes pressupostos compromete não apenas sua aceitação e credibilidade perante a comunidade científica, como também a memória da ciência no país.

O editor lembra que as revistas científicas têm a finalidade de comunicar resultados de pesquisas, seja à comunidade acadêmica ou à sociedade. Além disso, essas revistas servem como moldes para os padrões de qualidade nas pesquisas, bem como contribuem na avaliação da produtividade de pesquisadores e instituições, resguardam a memória das produções e exportam a produção nacional. Para isso, é necessário garantir sua integridade por meio de um acurado processo de avaliação (COIMBRA Jr., 1992).

Pinto e Andrade (1999) apontam que, na década de 1960, surgiu a Cientometria, área do saber cujo objetivo é analisar aspectos quantitativos relacionados à geração, propagação e utilização de informações científicas. Ela utiliza sobretudo indicadores bibliométricos, os quais vêm de bancos de dados em que estão catalogados estudos e obras da literatura científica mundial. Segundo os autores:

[...] A criação da Cientometria é uma das principais razões pelas quais, hoje, se dispõe de tantas informações quantitativas sobre a ciência e porque se fazem tantas comparações sobre o desempenho científico, seja de um país, de uma comunidade científica ou de uma instituição. (PINTO; ANDRADE, 1999, p.448)

Diferentes estudos sobre periódicos científicos podem ser feitos, baseados na Cientometria, conforme o objetivo do trabalho. Há os que tratam o periódico de forma geral, definindo-o, relatando sua origem e desenvolvimento, etc. Outros

abordam sua avaliação com intuito de destacar aspectos como representatividade científica, tipos de autoria, contagem de citações ou referências, uso e/ ou acesso, opinião dos usuários, desempenho de pesquisadores e/ ou instituições etc. (MUELLER, 1999; ALVES, 2010). Esses estudos avaliativos geram indicadores bibliométricos, os quais podem descrever aspectos extrínsecos ou de forma (distribuição de volumes, fascículos e artigos, seções, conselho editorial, periodicidade, indexação etc.) e aspectos intrínsecos ou de conteúdo (temas, seções etc.). Esses aspectos de forma e conteúdo estão relacionados às principais características para se classificar um periódico como científico e de qualidade, que são: “[...]os aspectos referentes à apresentação formal do periódico, a tipologia de conteúdo, a autoria e os aspectos de gestão e política editorial da publicação.” (ALVES, 2010, p.107).

Abaixo, apontamos os aspectos extrínsecos e intrínsecos elencados por Alves (2010) que interessam a este capítulo (na análise dos critérios Qualis CAPES):

- Aspectos extrínsecos ao periódico:
  - publicação: tempo da publicação; periodicidade; regularidade;
  - normalização: sequência de apresentação do artigo; normas indicadas para referências; legenda bibliográfica; indexação; conselho editorial;
  - instruções aos autores: instruções sobre elaboração dos artigos; Instruções sobre funcionamento da tecnologia utilizada; Editor de texto adotado; Contato de suporte; Linha editorial (foco); Originalidade dos artigos; Número de páginas dos artigos; Idioma dos artigos; Idioma dos resumos e palavras-chave; Instruções sobre elaboração de referências; Declaração de direito autoral;
  - avaliação dos artigos: Apresentação dos critérios para avaliação dos artigos; Arbitragem por pares; Submissões cegas.
- Aspectos intrínsecos ao periódico:
  - colaboração: autoria – individual; coletiva;
  - seções: apresentação, artigos, convidados, dossiê;
  - edições temáticas.

Além desses aspectos levantados em análises cujo foco são os indicadores bibliométricos dos periódicos, há as avaliações classificatórias feitas por diferentes órgãos e baseadas em fatores como o fator de impacto, a contagem de citações, entre outros.

A partir dos anos 1960, iniciou-se a aplicação do fator de impacto (FI) como forma de avaliação das revistas científicas. O FI quantifica a frequência com que um artigo é citado, o que o torna instrumento de classificação e avaliação das revistas incluídas na base de dados *Science Citation Index* (SCI), (MENDES; MARZIALE, 2002; THOMAZ; ASSAD; MOREIRA, 2011). O cálculo do FI das revistas indexadas é feito anualmente pelo ISI/ *Thompson Scientific Reuters* e publicado pelo *Journal Citations Reports* (JCR) desde 1972 (THOMAZ; ASSAD; MOREIRA, 2011; PINTO; ANDRADE, 1999).

A fórmula para calcular o FI de um periódico é a seguinte:

**Figura 1:** Fórmula para cálculo do fator de impacto de um periódico (FI)

$$FI = \frac{\text{No. de citações recebidas num dado ano pelos artigos publicados pelo periódico nos dois anos anteriores}}{\text{No. de artigos publicados pelo periódico nesses dois anos}}$$

**Fonte:** a autora, com base em THOMAZ; ASSAD; MOREIRA (2011, p.90).

Somente revistas indexadas no *Institute of Scientific Information* (ISI) são consideradas no cálculo do FI internacional. O ISI é uma das bases de dados internacionais de maior repercussão. Para ser indexado à base de dados do ISI, o periódico deve cumprir alto nível de exigências: publicação regular; publicação de pesquisas originais; seguir normas internacionais de publicação – tanto o periódico quanto os artigos por ele veiculados (correção das referências; *abstract*; *peer review* entre outros) (MENDES; MARZIALE, 2002; COSTA, 2006).

No caso da América Latina e Caribe, foi criada a LILACS e, desde 2009, a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) calcula e utiliza “dados referenciais e estatísticos de uso de citações, inclusive o fator de impacto [...]” e tem “[...] em sua coleção um conjunto de periódicos científicos de diferentes áreas do saber.” (MENDES; MARZIALE, 2002, p.467) Fazem parte da Coleção SciELO revistas aprovadas em processo seletivo que engloba normas internacionais de editoração e a indexação da revista em bases de dados internacionais (MENDES; MARZIALE, 2002). “O ingresso de um periódico científico na Coleção SciELO é determinado, exclusivamente, por decisão do Comitê Consultivo, com base na aplicação dos critérios, conforme se define a continuação” (SCIELO, 2010, s.p.).

Os critérios para admissão de periódicos na Coleção SciELO são os seguintes: caráter científico; arbitragem por pares; Conselho editorial; periodicidade; tempo de existência; pontualidade; resumo, palavras-chave e título em inglês; normalização bibliográfica; afiliação de autores; citações recebidas; política de direitos autorais; registro de ensaios clínicos; registro de depósito de material biológico de referência e de sequências de DNA (SCIELO, 2010).

Outra forma de avaliação de periódicos é a estratificação do Qualis CAPES. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) que se ocupa da expansão e consolidação dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil e, desde 2007, tem atividades relacionadas à qualificação de professores da educação básica. A CAPES é responsável por diferentes atividades, agrupadas nas linhas de ação: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (CAPES, 2012).

Nesse trabalho de promover acesso e divulgação da produção científica, a CAPES adota um conjunto de procedimentos que visa estratificar a qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação: trata-se do Qualis CAPES. Esse sistema de avaliação se baseia no aplicativo Coleta de Dados, por meio do qual é gerada uma lista classificatória dos periódicos vinculados aos programas de pós-graduação. Segundo informação do site Qualis CAPES, **“A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta.** Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.”(CAPES, 2013, p.1 – grifo nosso). Essa estratificação varia do maior para o menor, A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C, sendo o último equivalente a zero (recebem C aqueles periódicos que não se enquadram nos parâmetros e critérios considerados na avaliação). Essa classificação é feita anualmente e leva em consideração as áreas de avaliação a que o periódico corresponde, o que explica por que há periódicos com duas estratificações correspondentes, sendo cada uma atribuída a uma área distinta, conforme a pertinência do conteúdo veiculado. Para ter acesso ao Qualis, basta o interessado buscar no aplicativo disponível na página da CAPES, o WebQualis.

Sobre o Qualis, Silva, Menezes e Pinheiro (2003) advertem:

O sistema Qualis, concebido pela Capes, tem recebido algumas críticas por adotar critérios de qualificação ainda não consensuais e confiáveis. Um mesmo periódico pode receber diferentes classificações quando analisados em diferentes áreas do conhecimento. Assim o critério torna-se vulnerável a críticas por ser carregado de subjetividade. A Classificação dos periódicos em A e internacional são obtidas, em grande parte pelos comitês de avaliação de áreas, considerando o fator de impacto medido através do *Journal of Citation Reports* (JCR). (SILVA; MENEZES; PINHEIRO, 2003, p.200-201)

Além dessas falhas, o Qualis é criticado porque a avaliação se dá por meio de indicadores de produtividade baseados em parâmetros internacionais. No entanto, segundo os autores, a circulação das publicações de pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais tende a se restringir a um dado local ou região. Por isso o uso de indicadores baseados em parâmetros internacionais, seja o Qualis ou o ISI, por exemplo, prejudica a visibilidade das produções dessas áreas (SILVA; MENEZES; PINHEIRO, 2003; OLIVEIRA, 2005).

Notamos, nas críticas dos autores acima, a vulnerabilidade dos critérios Qualis. Vemos que o estabelecimento de critérios não é garantia de imparcialidade na avaliação, sendo o Qualis passível de subjetividade também. Acreditamos que um dos problemas dessas avaliações é o uso de parâmetros internacionais para a produção nacional. Entendemos ser necessário internacionalizar a produção brasileira, mostrar o conhecimento aqui desenvolvido, proporcionar a troca de informações, enfim enriquecer a produção e a discussão científicas em nosso país. No entanto, é preciso voltar o olhar para a qualidade da produção brasileira, até porque internacionalização não representa a mera tradução de um artigo do português para o inglês. Concordamos com Goulart e Carvalho (2008) quando defendem que

[...] os investimentos na ciência e a acumulação de capital científico nos permitam uma qualificação efetiva dessa produção em seu 'falar' sobre nossa realidade social. Para ampliar a qualificação de nossa produção a questão nevrálgica não está no uso do inglês mas, na luta pela conquista de autoridade científica, a partir do papel que queremos desempenhar na sociedade. (GOULART; CARVALHO, 2008, p.841)

Acreditamos que precisamos olhar para a produção científica brasileira, reconhecer pontos positivos, dirimir pontos negativos, mas, principalmente, valorizar nossa produção e nossos periódicos. Visamos à publicação internacional também, mas como compartilhamento de informações, divulgação de conhecimento, não como algo de prestígio ou perpetuando o comportamento típico dos países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, segundo o qual só tem valor o que é produzido nos/ pelos países desenvolvidos ou de “primeiro mundo”.

Ainda que sob críticas, o indicador Qualis CAPES existe e é utilizado como forma de avaliar os periódicos nacionais. Uma vez que ele é um indicador criado para avaliar a produção nacional, ele será a base da análise feita adiante, neste mesmo capítulo.

### 1.3 AVALIAÇÃO POR PARES

Para o funcionamento do periódico científico, entram em cena editores, autores e revisores, os quais, de modo geral, são pesquisadores da área, tornando a comunidade científica produtora e consumidora dos artigos publicados. O editor é responsável por todas as etapas do processo: questões administrativas e financeiras; recebimento dos manuscritos; articulação com os membros do conselho editorial; elaboração e manutenção da política editorial; contato com revisores; decisão final sobre a publicação dos artigos submetidos ao periódico. É o editor quem seleciona, dentre os especialistas da área, os avaliadores dos manuscritos, geralmente doutores com publicação regular. Esses avaliadores farão a *peer review* (também conhecida como sistema de arbitragem). Essa avaliação tem tal importância que constitui um dos requisitos considerados na indexação de revistas em bases de dados internacionais e há eventos científicos e trabalhos diversos que a discutem. Como em toda discussão, há argumentos favoráveis e contrários à sua validade. Essas discussões não visam terminar com ou substituir essa forma de avaliação, mas procuram formas de torná-la mais segura. (MARZIALE, 2001)

Os avaliadores, chamados também de pareceristas, são pesquisadores doutores, brasileiros ou estrangeiros, escolhidos por seus pares pelo reconhecido saber em uma dada área. Seu papel é avaliar os artigos enviados às revistas, considerando o mérito, a originalidade e a contribuição para a área, o rigor científico

e a adequação às normas de publicação. Muitas vezes, esses pareceristas fazem parte do Corpo Editorial da revista; em outros casos, quando o artigo versa sobre temática que foge ao domínio dos pareceristas ou quando há grande volume de artigos aguardando avaliação, são convocados os consultores “ad hoc”. Esses consultores externos são também importantes para evitar um potencial conflito de interesses com tema ou autores de um artigo ou que um colega avalie o estudo de outro colega de trabalho ou de grupo de pesquisa, por exemplo (MARZIALE, 2001; REINERS *et al*, 2002).

Conforme as normas da revista, o artigo será avaliado por um a três pareceristas, os quais utilizam um roteiro pré-determinado pela revista (formulário de parecer). De modo geral, os pareceres obedecem às categorias aceito para publicação; aceito para publicação com necessidade de alterações; rejeitado. Caso dois pareceres sejam divergentes, o editor submete o artigo a uma terceira avaliação (COSTA, 2006).

Para garantir a confidencialidade do processo de revisão por pares, adota-se o anonimato de autores ou de revisores ou de ambos (duplo-cego). A revisão cega por pares é amplamente aceita na comunidade científica internacional. Contudo, mesmo com esse cuidado, pode acontecer a identificação do autor pelo parecerista (quando há poucos especialistas na área temática e todos conhecem a pesquisa um do outro). Outros problemas desse tipo de avaliação podem ser o conflito de interesses, erros de julgamento, aumento no tempo de tramitação do manuscrito (COSTA, 2006).

A vantagem da revisão por pares é que podem ser detectados por meio dela problemas relacionados à “[...] originalidade e credibilidade científica do estudo, omissões importantes, rigor dos argumentos e os problemas no estilo de redação [...]” (MARZIALE, 2001, p.1), garantindo a qualidade das revistas científicas (WERLANG, 2013). Entretanto, por ser executada por uma pessoa e não por um programa de computador ou pela medida de dados quantificáveis, existe, na comunidade científica, certa preocupação com a figura do avaliador, especialmente quando se considera que “[...] Um artigo publicado numa revista conceituada não representa apenas a opinião do autor; leva também o selo da autenticidade científica através do *imprimatur* dado pelo editor e os examinadores que ele possa ter consultado” (ZIMAN, 1979, p.124).

O processo de avaliação por pares não é um processo objetivo, já que há elementos subjetivos na avaliação da qualidade e da adequação do manuscrito para publicação. Os avaliadores, em sua condição humana, estão sujeitos a erros, seja deixando passar trabalhos não tão bons, seja rejeitando trabalhos de qualidade. Além disso, a avaliação por pares é muito criticada também pela demora, pelo elitismo, conservadorismo e pela possibilidade de plágio (MARZIALE, 2001; STUMPF, 2006; WERLANG, 2013).

Outras desvantagens da avaliação por pares são:

[...] não é capaz de assegurar a perfeição; determinar se os dados descritos são fidedignos; é responsável pelo aumento do período gasto para avaliação do manuscrito e subsequente atraso na publicação; pode estar sujeito a vieses e tornar-se oneroso; não é capaz de detectar com facilidade o conflito de interesses por parte de um ou mais autores do manuscrito e não assegura que publicações duplicadas serão descobertas. (MARZIALE, 2001, p.1)

Assim como a avaliação dos periódicos, representada aqui pelos critérios Qualis CAPES, a avaliação por pares é passível de críticas, especialmente pela subjetividade da avaliação. Sendo da área acadêmica, vivenciamos isso na prática ao submeter trabalhos a periódicos. Houve situação em que recebemos pareceres discrepantes (um aprovava e o outro desaprovava o artigo). Houve situação em que enviamos o mesmo artigo a três periódicos, pois havia urgência na publicação. Um periódico aprovou o artigo imediatamente, outro aprovou com necessidade de revisão e o terceiro reprovou. Essas discrepâncias revelam a subjetividade da avaliação por pares e mostram a necessidade de se discutirem se é possível minimizar isso.

Martins (2007) investigou pareceres de trabalhos submetidos e aprovados num Congresso da área de Contabilidade e Controladoria. Quanto às avaliações qualitativas, a maior parte dos dados do autor apontaram pontos fortes relacionados à relevância do assunto-tema, da redação e da estruturação do trabalho. Por outro lado, os pontos fracos foram predominantemente relacionados à redação dos textos; em menor quantidade citaram-se falhas na base teórica, na abordagem metodológica ou nas conclusões (MARTINS, 2007).

Analisando os pareceristas de periódicos da Educação Física, Santos (2011, p.14 – destaques da autora) classificou-os em grupos: “[...] os que ‘sabem tudo’,

os ‘arcaicos’, os ‘donos da área’ e os ‘já que’.” Na classificação “sabem tudo”, a autora inclui os pareceristas que não admitem ideias ou metodologias com as quais não concordam, pois consideram válida somente sua forma de fazer pesquisa. Além disso, em sua concepção, “[...] se é para escrever um artigo original, é proibido fazer citações, pois afinal de conta se é original, ninguém pode ter feito antes.” (SANTOS, 2011, p.14)

Os “arcaicos” são, segundo a autora, o grupo mais comum, pois se refere aos pareceristas avessos a inovações ou novidades, porque ainda estão presos a ideias ultrapassadas. Santos (2011) defende que os avaliadores devem estar atualizados e, se for o caso, ser humildes, pedindo auxílio para especialistas, de forma a fornecer pareceres coerentes.

Os pareceristas que se enquadram no grupo “donos da área” são os que se consideram precursores da linha de pesquisa, não concordando, portanto, com outras pesquisas na mesma vertente. Como os trabalhos não necessariamente têm problemas, esse tipo de avaliador irá se ater a detalhes que não contribuirão para a melhoria do texto avaliado.

O grupo dos pareceristas “já que” engloba os que sempre sugerem que a pesquisa se dê de outra forma:

[...] “Já que” fez isso porque não fez aquilo. Então na verdade o parecerista fica fazendo referências sobre o que poderia ter sido pesquisado e não o que realmente foi investigado [...]. Para ser aprovado, na verdade o autor tem que escrever um novo artigo, nos moldes que o parecerista quer. (SANTOS, 2011, p.15).

Werlang (2013) realizou pesquisa com editores de revistas científicas, associados à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) em que investiga o processo de gestão de avaliadores das revistas científicas brasileiras. Com relação aos processos de avaliação utilizados pelas revistas científicas brasileiras, a autora identificou que predomina o *Double blind peer review* (duplo-cego; anonimato do autor e do avaliador); a maioria dos artigos é avaliada por um ou dois avaliadores; os editores orientam os avaliadores quanto ao esperado e se utilizam formulários de parecer; os avaliadores recebem, em média, três artigos por ano, o que não justifica atrasos nas avaliações; os avaliadores não são remunerados, apenas recebem certificados de reconhecimento e comprovação da atividade (WERLANG, 2013).

Além dos trabalhos de pesquisa (artigos e dissertações) citados até agora neste item, encontramos reflexões sobre a figura do avaliador publicadas em seções como “editorial”, “opinião” e “ideias em debate” de diferentes revistas científicas (GODIM, 2004; THIRY-CHERQUES, 2005; PENA, 2005; KRÜGER, 2005). Isso evidencia que a avaliação por pares, apesar de aceita pela comunidade acadêmica, não está isenta de controvérsias e falhas, as quais são apontadas por diferentes pesquisadores com intuito de melhorar essa forma de avaliação.

Gondim (2004) aceitou o convite dos editores da revista *Organização & Sociedade* e publicou na seção “Ideias em debate” reflexões acerca do papel do parecerista, partindo do pensamento de que deveria ocorrer no processo de avaliação algo como uma “regra de reciprocidade”, pois esses avaliadores, muitas vezes, são também docentes e pesquisadores, os quais podem ocupar o lado oposto de autores de trabalhos submetidos a avaliação para publicação. Essa preocupação é também demonstrada por Santos (2011).

Segundo Gondim, “[...] o que está em jogo é o respeito mútuo, ou melhor, o agir com o colega da mesma maneira que gostaria que ele o fizesse consigo mesmo.” (GONDIM, 2004, p.195). Ela não é contrária à avaliação cega por pares, mas faz a seguinte observação:

O avaliador de um trabalho científico tem o poder e a liberdade de opinar e julgar sobre o trabalho do outro e decidir se é bom ou ruim, mas também tem a responsabilidade moral para com o colega que avalia. Frases isoladas e sem significado sinalizam ato irresponsável de poder e desrespeito, pois retiram qualquer possibilidade de que o autor sob avaliação compreenda as razões da rejeição. Muito provavelmente, o avaliador, caso recebesse um parecer neste nível de superficialidade, sentir-se-ia ofendido e desrespeitado. Pareceres inconsistentes e superficiais não orientam, mas imobilizam. [...] Privar o colega de argumentos é rebaixar seu status de debatedor e interlocutor privilegiado da discussão, para o de mero convertido, cujo compromisso é apenas com a aceitação passiva e sem questionamento do parecer de uma autoridade legal, mas não necessariamente legitimada. (GONDIM, 2004, p.198).

A discussão de Gondim gerou respostas de outros autores (THIRY-CHERQUES, 2005; PENA, 2005; KRÜGER, 2005), os quais não discordavam da autora, mas sim contribuía com o que ela havia postulado. Santos (2011), a partir da discussão travada por esses autores escreveu artigo (já citado anteriormente) em

que analisa os pareceres na área de Educação Física de forma que esse diálogo ratifica a importância de tal questão, pois todos concordam que aceitar/ recusar um artigo implica ônus/ ônus para pesquisadores.

Albuquerque (2009), ao deixar o cargo de editor, fez um apanhado do que observou nessa função e reconhece que muitos autores têm se alarmado com a qualidade das publicações não só no Brasil. O editor defende que a posição de revisores e editores permite a eles padronizar os elementos que levam à rejeição de manuscritos. De modo geral, os artigos rejeitados apresentam problemas em relação à qualidade da produção textual e em relação à reprodutibilidade científica. Esta engloba “[...] a ausência de hipóteses e/ou objetivos claros de investigação; métodos ausentes ou apresentados de maneira vaga; uso vago ou incorreto da estatística; e o uso inadequado da literatura científica. (ALBUQUERQUE, 2009, p.292)

O autor não duvida da dificuldade de se julgar a qualidade de um texto, bem como reconhece que haja problemas nesse sistema de avaliação. Contudo, ele acredita que é possível resolver os dilemas envolvidos no processo de avaliação.

A partir das informações expostas neste item, entende-se que a avaliação dos artigos submetidos a um periódico constitui um sistema que inclui os autores (produtores dos originais que serão avaliados), os editores (responsáveis pelas publicações e, muitas vezes, pela triagem dos textos; após o parecer do avaliador, é ele quem dará o aceite final) e os avaliadores (ou árbitros; os que avaliam os originais, fornecendo parecer favorável ou desfavorável à publicação) (STUMPF, 2006). Assim, um artigo publicado não só representa a opinião de seu autor, mas também carrega a garantia de autenticidade fornecida por editor e pelos avaliadores (COSTA, 2006).

Tendo em vista as informações levantadas neste item, entendemos ser necessário conhecer as expectativas dos pareceristas nas avaliações por pares, isto é, conhecer quais critérios subsidiam sua avaliação. Assim, tendo em vista todo o conteúdo apresentado neste capítulo, na sequência apresentam-se a fonte dos dados entre outros elementos metodológicos envolvidos na coleta dos dados que serão analisados adiante, a saber, os critérios Qualis CAPES relacionados aos periódicos da área de Letras/ Linguística e os critérios avaliados nos formulários de parecer das revistas.

## 1.4 METODOLOGIA

Como já foi dito na introdução do capítulo, nosso objetivo é explicitar o processo de avaliação de periódicos Qualis CAPES e o processo de avaliação por pares adotado por periódicos da área de Linguística, de modo a responder as seguintes questões de pesquisa: O que é levado em consideração na avaliação dos periódicos feita pelo Qualis CAPES? O que é levado em consideração na avaliação dos artigos científicos feita pelos pareceristas dos periódicos? A partir dessas avaliações é possível delinear parâmetros que diferenciem artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”?

Para levantar o que é considerado na avaliação de periódicos feita pelo Qualis CAPES, em dezembro de 2012, buscamos no site CAPES os critérios adotados na avaliação dos periódicos da área de Letras/ Linguística no ano de 2012. Esses critérios serão analisados qualitativamente no item 1.5 a seguir.

Para levantar o que é considerado na avaliação dos artigos científicos pelos pareceristas de periódicos da área de Letras/ Linguística, precisaríamos ter acesso à forma pela qual são feitas essas avaliações por pares. A partir da listagem Qualis, selecionamos vinte (20) periódicos da área, cujos índices ficavam entre A1 e B5. A seleção dos vinte periódicos levou em consideração o fato de que apareciam na listagem CAPES – WEBQUALIS atualizada à época (janeiro de 2013); eram publicações nacionais da área de Linguística, com foco em Linguística/ Estudos da linguagem, ligadas ao departamento de Letras ou ao programa de pós-graduação correlato ou a alguma associação da área que tenha ligação com o ensino ou pesquisa; estavam com chamada para publicação à época do envio do e-mail (eram, portanto, publicações em atividade).

No dia 21 de janeiro de 2013, enviamos e-mail aos editores dos vinte periódicos selecionados. No texto do e-mail, expusemos brevemente a temática, o problema e as hipóteses da tese. Solicitamos aos editores que enviassem os critérios ou o formulário utilizado pelos pareceristas na avaliação dos artigos submetidos ao periódico. Entre os dias 24 de janeiro de 2013 e 06 de junho de 2013, sete (7) editores responderam ao e-mail e enviaram os critérios e/ ou cópia em branco do formulário utilizado pelos pareceristas.

Tendo em vista que os editores responderam ao e-mail e concordaram em participar da pesquisa, acredita-se ser importante nomear as revistas, já que alguns

solicitaram que os resultados fossem posteriormente enviados para, se fosse o caso, adequarem seus formulários. Assim, no decorrer da análise, os periódicos serão identificados por seus nomes, seguidos do respectivo Qualis (A1, A2, ..., B5). O corpus dessa análise comparativa ficou assim constituído:

**Quadro 1:** *Corpus* de análise – periódico, identificação (Qualis), instituição e grupo

Periódico	Identificação (Qualis)	Instituição	Grupo
DELTA	DELTA (A1)	LAEL/ PUC-SP	“alta qualidade”
Trabalhos em Linguística Aplicada	Trab. Ling. Aplic. (A1)	IEL/ UNICAMP-SP	
ACTA <i>Scientiarum Language and Culture</i>	ACTA (A2)	UEM	
Cadernos de Letras	Cad. de Letras (B1)	Instituto de Letras/ UFF	
Ciências & Letras	Ciê. & Letras (B3)	FAPA	“demais artigos”
Entretextos	Entretextos (B3)	PPGEL/ UEL	
Iluminart	Iluminart (B4)	IFPS – Campus Sertãozinho	

**Fonte:** a autora

## 1.5 ANÁLISE

A análise deste capítulo se subdivide em dois *corpora* e, portanto, em dois momentos distintos:

- 1) No item 1.5.1 a seguir, o *corpus* é composto pelos critérios Qualis CAPES, os quais serão analisados considerando os aspectos apontados pela Cientometria como característicos de periódicos científicos. Na análise, será evidenciado como os critérios se aplicam aos sete periódicos cujos editores aceitaram participar desta pesquisa.
- 2) No item 1.5.2 a seguir, o *corpus* é composto pelos critérios e formulários de avaliação utilizados pelos pareceristas dos sete periódicos cujos editores responderam ao e-mail e aceitaram participar desta pesquisa. Esses critérios e formulários serão comparados com as instruções aos autores disponíveis nos sites desses sete periódicos.

### 1.5.1 Análise dos critérios qualis da área de letras/ linguística

Os parâmetros e critérios da Área de Linguística foram reformulados pela CAPES em 2012. Os pesos da estratificação para os periódicos dessa área são: A1 – 100; A2 – 85; B1 – 70; B2 – 55; B3 – 40; B4 – 25; B5 – 10; C – zero. Para uma melhor visualização e comparação entre os critérios de classificação e as informações das revistas que compõem o *corpus* deste Capítulo, os critérios serão abordados separadamente.

O primeiro critério diz respeito ao tempo de publicação:

**Quadro 2:** Qualis – Tempo de publicação do periódico

<b>Estrato Qualis</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>B3</b>	<b>B4</b>	<b>B5</b>
Periódicos consolidados – com publicação ininterrupta pelo menos nos últimos __ anos	8 anos	7 anos	6 anos	4 anos	3 anos	2 anos	1 ano

**Fonte:** a autora, com base nas informações disponíveis em CAPES (2012).

O tempo de publicação, assim como a regularidade (“publicação ininterrupta”), é um critério de difusão (OLIVEIRA, 2005). Segundo Meadows (1999, p.167):

Um periódico de prestígio pode ser definido simplesmente como aquele que publica as melhores pesquisas pelos melhores pesquisadores. Mesmo uma definição tão singela quanto esta sugere que esse periódico deve possuir certas características. Por exemplo, gozar de reputação consolidada no seio da comunidade científica pertinente. Isso implica, por sua vez, que o periódico já deve existir há algum tempo e ser bem conduzido.

Portanto, o tempo e a regularidade são garantias de que o periódico tem certa respeitabilidade, garantida pela “tradição” da publicação (quanto mais tempo, mais tradição tem a publicação em dada área). Além disso, “[...] O atendimento pontual da periodicidade estabelecida [...] reflete a sustentação do fluxo constante dos artigos e demonstra a eficiência da gestão editorial” (SANTOS; NORONHA, 2013, p.7).

Com relação ao tempo de publicação, dentre as revistas selecionadas, considerando-se como referência a data de realização da pesquisa (2013), apresentam-se em ordem decrescente:

- Duas revistas são publicadas há mais de trinta anos: Ciências & Letras (B3) – 34 anos; Trab. Ling. Aplic. (A1) 33 anos;

- Duas revistas são publicadas há mais de vinte anos: DELTA (A1) – 28 anos; Cadernos de Letras (B1) – 23 anos;
- Uma revista é publicada há mais de dez anos: Entretextos (B3) – 13 anos;
- Uma revista é publicada há menos de dez anos: Iluminart (B4) – 5 anos.

No caso da revista ACTA (A2), não foi possível determinar o tempo total porque a informação sobre a data de início da publicação não constava no site à época da consulta. Destacou-se o fato de que o tempo por si só não garante uma boa colocação no ranking Qualis, já que a revista com maior tempo de publicação tem Qualis B3. Por outro lado, as duas revistas A1, que são referência na área, têm tradição e êxito, comprovados por sua longa existência.

Com relação à periodicidade, tem-se:

- Semestral: DELTA (A1); Trab. Ling. Aplic. (A1); Cadernos de Letras (B1); Ciências & Letras (B3); Entretextos (B3);
- Quadrimestral: Iluminart (B4)
- Trimestral: ACTA (A2)

Observa-se a predominância da periodicidade semestral. Essa informação corrobora o achado em Santos e Noronha (2013) de que os periódicos da área de Humanas, apesar da obsolescência mais lenta da informação, acompanham o ritmo de publicação das Ciências Naturais, para as quais a obsolescência é uma ameaça.

Outro fator considerado para a atribuição do Qualis é a diversidade institucional dos autores. Vejamos:

**Quadro 3:** Qualis – Diversidade institucional dos autores

<b>Crítérios</b>	<b>A1</b>	<b>A2</b>	<b>B1</b>	<b>B2</b>	<b>B3</b>	<b>B4</b>	<b>B5</b>
Diversidade institucional dos autores (em porcentagem de artigos)	80%	80%	70%	60%	50%	40%	30%
Instituições diferentes da que edita o periódico (mínimo de)*	5	4	3	3	3	3	3

**Fonte:** a autora, com base nas informações disponíveis em CAPES (2012).

\* Esse critério também se aplica a revistas não ligadas a programas de pós-graduação

A diversidade institucional dos autores é uma forma de democratizar o acesso à publicação, universalizando as discussões. A publicação somente de textos da instituição a que pertence o programa que edita a revista e a veiculação de uma única forma de pensamento ou de uma única linha de pesquisa numa única edição do periódico caracterizam a endogenia acadêmica (CALDAS; TINOCO, 2004) ou

endogenia de autoria (COSTA, 2006). Essas situações não são benéficas para o desenvolvimento científico por fornecerem uma visão unilateral dos fenômenos e impossibilitar a troca e/ ou renovação de ideias.

Essa diversidade também pode ser observada na constituição do Conselho Editorial:

**Quadro 4:** Qualis – Constituição do Conselho Editorial

Pesquisadores nacionais e internacionais	A1, A2, B1, B2
Pesquisadores doutores	B3
Conselho editorial efetivamente atuante	B4, B5

**Fonte:** a autora, com base nas informações disponíveis em CAPES (2012).

Constituição do Conselho Editorial é um critério de editoração (OLIVEIRA, 2005). Segundo Gruszynski, Golin e Lucchese (2007, p.7 e p.10):

A explicitação do gerenciamento editorial em seus diferentes níveis contribui para assegurar a credibilidade das revistas – associado ao nível persuasivo das mensagens [...].  
[...] A credibilidade da informação científica, associada ao nível persuasivo, exige que os processos editoriais sejam transparentes e explicitados através da política editorial, procedimentos para avaliação dos artigos, enfim, dos vários elementos que compreendem a gestão editorial.

O papel do editor e do conselho editorial passa também pela questão da avaliação por pares, que será vista adiante.

Todas as revistas analisadas apresentam editores de diferentes instituições nacionais. As revistas Cien. & Letras (B3), Entretextos (B3) e Iluminart (B4) contam somente com membros nacionais. Já as revistas DELTA (A1), Trab. Ling. Aplic. (A1), ACTA (A2) e Cad. de Letras (B1) contam, ainda, com membros do Conselho Editorial ligados a instituições internacionais.

Não só no Conselho Editorial pode haver membros estrangeiros, mas também os autores dos artigos podem sê-lo. Veja-se o critério referente à qualidade e autoria dos artigos:

**Quadro 5:** Qualis – Qualidade e autoria dos artigos

Artigos de alta qualidade, preferencialmente escritos por doutores do Brasil ou do exterior, com efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área	A1, A2, B1
Não se aplica a esses estratos	B2, B3, B4, B5

**Fonte:** a autora, com base nas informações disponíveis em CAPES (2012).

Quando se fala em qualidade de artigos, uma possibilidade é a avaliação do nível de interesse, medido por meio da quantidade de citações da pesquisa em trabalhos posteriores a sua publicação. No entanto, esse critério é questionável (MEADOWS, 1999), já que não necessariamente uma pesquisa é citada por causa da qualidade de seus dados: uma pesquisa pode ser citada com a finalidade de ser criticada por conter erros ou estar mal fundamentada, por exemplo.

A menção a membros do Conselho Editorial e autores estrangeiros nos critérios Qualis explica por que, nas instruções aos autores, os periódicos se referem ao idioma aceito para publicação, bem como isso pode ser visto como um indício do público-alvo do periódico (SANTOS; NORONHA, 2013). As Ciências Humanas e Sociais, tradicionalmente, tendem a ser mais restritas ao local ou à região em que as pesquisas são realizadas e publicam preferencialmente na língua portuguesa, fatos corroborados por Santos e Noronha (2013). Os dados das autoras revelaram que, num universo de 73 periódicos pesquisados, apenas 1 aceitava submissões de textos redigidos somente em inglês e 14 aceitavam trabalhos somente em português.

Outro fator avaliado pelo Qualis é a indexação:

**Quadro 6:** Qualis – Indexação

A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5
Indexação no Brasil e no exterior			Não se aplica a esses estratos			

**Fonte:** a autora, com base nas informações disponíveis em CAPES (2012).

Indexação é um critério de visibilidade, pois a inclusão do periódico nas bases de dados permite que ele seja mais facilmente acessado, utilizado e citado (OLIVEIRA, 2005; SANTOS; NORONHA, 2013). Dentre as revistas selecionadas, foram encontradas as seguintes indexações:

**Quadro 7:** Distribuição da indexação em bases de dados internacionais dos periódicos analisados

Revistas	Bases de dados
DELTA (A1)	Linguistics and Language Behaviour Abstracts (LLBA)
	Sociological Abstracts
Trab. Ling. Aplic. (A1)	CSA Sociological Abstracts
	Modern Language Association (MLA)
ACTA (A2)	Academic One File
	CLASE
	DOAJ
	Latindex
	Oaister
	Redalyc
Ciências & Letras (B3)	SCOPUS
	IRESIE

**Fonte:** a autora, com base em Portal Periódicos CAPES

Além dessas bases internacionais, aparecem duas bases nacionais, BBE e CCN, onde está indexada a revista Cien. & Letras (B3).

Assim como na análise de Santos e Noronha (2013), nesta análise foram identificadas outras fontes de informação dentre as bases indicadas pelos periódicos, como catálogos coletivos, diretórios de periódicos, informe acadêmico<sup>2</sup>, programas de avaliação da produção científica (Academic Journals; Bielefeld; CCN; EBSCO; ICAP; Gale Cengage Learning; Qualis; Sumários de Revistas Brasileiras; ULRICH'S). Tais fontes não constituem bases de dados (Portal Periódicos CAPES; SANTOS, 2011), portanto não foram contabilizadas como fontes de indexação.

As revistas Cad. de Letras (B1), Entretexos (B3), e Iluminart (B4) não apresentavam informação quanto à indexação em seus respectivos sites à época da coleta dos dados.

Gruszynski, Golin e Lucchese (2007, p.10) consideram “[...] fundamental a apresentação desse tipo de informação em local reservado, pois trata-se de um critério de avaliação por parte das agências de fomento e, até mesmo, por

<sup>2</sup> Catálogos coletivos são compilações de diversas publicações periódicas. Diretórios de periódicos são listagens que trazem informações relevantes aos periódicos, como novos títulos lançados ou lançamentos futuros e mudança de títulos. O informe acadêmico é um boletim de divulgação de informações acadêmicas, voltado à comunidade acadêmica. As bases de dados são uma compilação de periódicos científicos e seus respectivos artigos. Seu diferencial é que o periódico precisa cumprir critérios de indexação para serem inseridos nessas bases, ou seja, só faz parte da base o periódico que foi aprovado na avaliação desses critérios.

parte de outras bases.” Contudo, os periódicos analisados não apresentam essa informação em local reservado, mas na página inicial de seus sites, ou seja, essa informação está facilmente à disposição dos leitores. Acreditamos que essa divulgação da indexação seja uma forma de valorização da revista, pois o fato de o periódico estar indexado numa base de dados “[...] significa reconhecimento de mérito, aval à qualidade de seus artigos e, conseqüentemente, de seus autores. [...] contribui para o aumento da visibilidade e disseminação dos periódicos [...]” (SANTOS; NORONHA, 2013).

A indexação contribui para que as revistas possam cumprir outro requisito Qualis, qual seja, a referência internacional:

**Quadro 8:** Qualis – Referência internacional

Periódicos que sejam referência internacional para a Área	A1
Não se aplica a esses estratos	A2, B1, B2, B3, B4, B5

**Fonte:** a autora, com base nas informações disponíveis em CAPES (2012).

O fato de ser referência internacional acaba funcionando como um critério de visibilidade para o periódico. Esse critério pode ser reforçado pelo FI ou por outros indicadores da revista. As revistas DELTA (A1) e Trab. Ling. Aplic. (A1) informam em seus respectivos sites que têm circulação nacional e internacional. Essa informação corrobora o fato de que periódicos A1 são referência internacional para a Área.

Como se observa acima, os critérios são quantitativos e pontuais (verificados pontualmente; o periódico cumpre/ não cumpre o critério). Considerando que a CAPES entende que a observância de tais critérios serve de avaliação indireta dos artigos, conforme já citado anteriormente, avaliamos que a adjetivação “alta” (o artigo de “alta qualidade”) e a autoria de “doutores” são critérios vagos, imprecisos e essa estratificação deixa lacunas: o que é um artigo de “alta qualidade”? Por que só autores doutores estariam qualificados a redigir artigos de “alta qualidade”? Quais as características desse artigo?

Dessa forma, no próximo item, apresentamos a análise das normas das revistas, das instruções aos autores e dos critérios utilizados pelos pareceristas (avaliadores) desses periódicos na busca pelos parâmetros que caracterizam um artigo “alta qualidade” (publicado em revistas A1, A2 e B1) em comparação aos “demais artigos” (publicados em revistas B2 a B5).

### 1.5.2 Análise comparativa dos formulários de parecer e das instruções aos autores

O sistema de arbitragem ou a revisão por pares visa julgar os manuscritos submetidos para publicação e envolve autores, editores e avaliadores (ou pareceristas). O veredicto final é dado pelo editor; a ele cabe acatar a avaliação do parecerista: publicar; publicar após revisar; rejeitar. Durante o processo de avaliação, o nome do autor e a instituição a que pertence podem ser omitidos, por isso “avaliação cega”, ou, além disso, o avaliador pode permanecer anônimo para o autor, constituindo uma “avaliação duplo-cega”. Os trabalhos podem ser lidos por mais de um avaliador, sempre ou somente quando necessário, conforme as normas da revista. (SANTOS; NORONHA, 2013)

Nas revistas que compõem o *corpus* deste Capítulo, as informações referentes à forma de avaliação adotada pelo periódico aparecem em diferentes itens, quais sejam:

- Objetivo e política editorial: DELTA (A1)
- Processo de Avaliação pelos Pares: Trab. Ling. Aplic. (A1); ACTA (A2); Cien. & Letras (B3); Entretextos (B3).
- Submissão – como publicar: Iluminart (B4)

Como se observa, não há padronização quanto à localização da informação. No entanto, quando apresentam as condições para submissão e as formas de envio, os periódicos reforçam o fato de que se deve garantir a avaliação cega por pares. Isso se dá por meio do envio de trabalhos sem indicação de autoria, política adotada pelas revistas DELTA (A1), Trab. Ling. Aplic. (A1), ACTA (A2), Cad. de Letras (B1), Cien. & Letras (B3). Para garantir o anonimato, as normas trazem um tutorial explicando como remover o nome do autor das propriedades do arquivo no programa Word. As revistas Entretextos (B3) e Iluminart (B4) não fazem menção à necessidade de envio de arquivo sem nome de autor.

Conforme Santos e Noronha (2013, p.13), a não inclusão desse tipo de informação nas instruções aos autores “[...] denota certa falta de cuidado na elaboração das instruções [...], ao mesmo tempo em que deixa os periódicos

vulneráveis a críticas de falta de rigorosidade e/ ou de transparência no processo de revisão.”

Para que a avaliação seja coerente, Santos e Noronha (2013) sugerem a adoção de formulários estruturados ou instruções detalhadas de avaliação, nos quais sejam claramente apontados os pontos essenciais e determinantes para aceitar ou rejeitar um manuscrito. As autoras sugerem, ainda, que esses critérios sejam públicos, aumentando a transparência do processo de avaliação.

Das sete revistas analisadas, duas – Trab. Ling. Aplic. (A1) e Cad. de Letras – não possuem um formulário específico. As diretrizes de avaliação adotadas pela Trab. Ling. Aplic. estão disponíveis em seu site. A revista Ciênc. & Letras (B3) tem formulário específico para os avaliadores, mas também apresenta as diretrizes de avaliação em seu site. As revistas ACTA (A2) e Entretextos (B3), além de terem formulário de avaliação, apresentam as “condições para submissão” em seus sites. Essas condições são uma espécie de *check-list* para os autores:

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada por outra revista.

Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, Open Office ou RTF (desde que não ultrapasse 2MB).

Todos os endereços de páginas **da Internet**, incluídas no texto [...] estão ativos e prontos para clicar.

O texto está em espaço [...]; usa uma fonte [...]; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento, como anexos. No máximo 20 páginas.

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos em Diretrizes para Autores, na seção Sobre a Revista.

A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção propriedades do Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação por Pares Cega. (ACTA; ENTRETEXTOS)

O artigo passou por revisão final de ordem textual, gramatical e ortográfica (nova ortografia). (ENTRETEXTOS)

Essas revistas estão alocadas na Plataforma SEER, o que leva a concluir que a indicação dessas condições é uma exigência da plataforma, tanto que o texto é praticamente o mesmo para ambas, mudam apenas informações específicas de

formatação (por exemplo, uma pede fonte Times new Roman, a outra, Tahoma) e a última informação, que só consta em uma das revistas.

Exceto as revistas Trab. Ling. Aplic. (A1) e Cad. de Letras (B1), que não possuem um formulário específico, as demais têm cada uma seu formulário próprio para enviar ao parecerista. Os formulários diferem um do outro, porque não há nenhuma especificação ou normalização quanto a sua construção. Para sistematizar os itens avaliados nos formulários ou nas diretrizes enviadas aos pareceristas, esta análise se baseou nos resultados das análises de Alves (2010) e Fernandes et al. (2011), mais especificamente, nos critérios extrínsecos e intrínsecos por eles avaliados que dizem respeito à avaliação dos artigos e/ ou ao sistema de arbitragem do periódico. Para a análise aqui empreendida, tais critérios foram reorganizados e divididos em: avaliação geral do formulário; conclusão do parecer; adequação do artigo; critérios referentes à estrutura do artigo; critérios referentes à linguagem; critérios subjetivos.

Para Fernandes et al. (2011), toda avaliação é subjetiva, já que depende do julgamento do avaliador, ideia que remonta à questão da subjetividade na avaliação apresentada no referencial teórico deste capítulo. Contudo, para efeito de classificação, consideramos lá e aqui que os critérios objetivos são os que apresentam algum tipo de escala, dicotomia ou escolha de alternativas e os critérios subjetivos não apresentam nenhum tipo de escala, mas são perguntas cujas respostas serão discursivas ou dissertativas ou são itens sobre os quais o parecerista deve comentar.

O primeiro item verificado foi o aspecto geral do formulário, no qual foram considerados os seguintes tópicos:

**Quadro 9:** Avaliação geral do formulário

<b>Texto informativo (em qualquer parte do formulário) com dados sobre:</b>
• A política editorial
• O processo de avaliação dos artigos
• O prazo de entrega da avaliação
• Contato com o Editor ou Conselho Editorial
• Avaliação cega ou duplo-cega
Não contém texto informativo
<b>Forma de avaliação</b>
• Objetiva (somente)
• Subjetiva (somente)
• Mista (objetiva e subjetiva)
<b>Itens avaliados</b>
• Adequação do artigo
• Estrutura
• Elementos visuais

**Fonte:** a autora, com base em Fernandes *et al.* (2011) e Alves (2010)

Nas revistas selecionadas, somente os formulários Cien. & Letras (B3) e Iluminart (B4) apresentam um breve texto informativo no início do formulário que destaca o prazo de entrega da avaliação. O formulário da Iluminart (B4) traz também, na parte em que o parecerista faz comentários direcionados ao autor, indicação de que o processo adotado pela revista é a avaliação duplo-cega e solicita que o parecerista não se identifique.

Com relação à forma de avaliação, nenhum parecer adota somente critérios objetivos. Os pareceres que adotam critérios subjetivos apresentam-nos de duas formas:

- espera-se que o parecerista teça suas considerações com base nos itens indicados, justificando o parecer atribuído, caso das diretrizes da Trab. Ling. Aplic. (A1) e do formulário da Cien. & Letras (B1);
- ou são feitas perguntas para as quais deverão ser dadas respostas discursivas, caso do formulário da ACTA (A2).

Os pareceres que adotam critérios mistos apresentam três configurações:

- os formulários DELTA (A1) e Entretextos (B3) são compostos de perguntas cujas respostas serão dicotômicas (sim/ não) e de espaço para comentários ou sugestões;

- as diretrizes da Cad. de Letras (B1) apresentam itens cujas respostas são dicotômicas (adequado/ inadequado) ou em escala (excelente, bom, razoável, ruim) e solicitam que se justifique o resultado final;
- o formulário Iluminart (B4) apresenta itens com tópicos a eles relacionados, os quais devem ser avaliados por meio de escala (positivo/ negativo/ não se aplica) e apresenta duas possibilidades de comentários, ao autor e ao editor.

Avaliou-se também a forma como se apresenta a conclusão do parecer, conforme as possibilidades abaixo:

**Quadro 10: Conclusão do parecer**

<b>Indicação objetiva (escolha de um dos itens abaixo)</b>
• Favorável; Aceitação do trabalho para publicação sem restrições/ modificações
• Favorável com restrições; Aceitação do trabalho com modificações mínimas ou obrigatórias ou substanciais
• Desfavorável; Aceitação do trabalho somente após modificações substanciais e reavaliação
• Desfavorável; Não publicação do trabalho (sem chance de reavaliação)
<b>Justificativa do parecer</b>
• Não solicitada
• Obrigatória para qualquer tipo de parecer
• Obrigatória em caso de não aprovação
• Obrigatória em caso de aprovação após revisão

**Fonte:** a autora, com base em Fernandes *et al.* (2011) e dados da pesquisa

No caso dos formulários recebidos, somente o da revista Iluminart (B4) deixa margem para que o artigo sem condição de aceitação possa ser reavaliado (“com possibilidade de ser reavaliado após extensa reformulação”). Os demais podem ser sintetizados em três possibilidades: favorável (aceito); favorável com restrições (aceito, mas necessita de correções ou reformulações); desfavorável (não aceito). Com relação à justificativa do parecer, somente o formulário Cien. & Letras a solicita tanto em caso de aceite como em caso de rejeição. As diretrizes da Cad. de Letras solicitam somente em duas situações: em caso de não aprovação ou em caso de aprovação após revisão. Os demais pareceres não solicitam que se justifique o aceite ou a recusa.

Os pareceres avaliam também a adequação do artigo:

**Quadro 11:** Adequação do artigo

Adequação à temática da revista/ Coerência com a proposta temática da revista
Apresentação e organização; títulos e subtítulos no corpo do texto
Atualidade do tema
Contribuição científica
Cumprimento das normas editoriais ou de publicação; normalização
Ineditismo/ Originalidade do trabalho
Pertinência da bibliografia; diálogo com a fortuna crítica
Relevância do assunto/ da pesquisa para a área
Indicação da seção adequada
Tamanho do artigo
Não veiculação de conteúdo preconceituoso ou difamatório que poderia ferir a integridade dos leitores e/ ou indivíduos citados

**Fonte:** a autora, com base em Fernandes *et al.* (2011) e dados da pesquisa

Dos itens referentes à adequação do artigo, os itens “Ineditismo/ Originalidade do trabalho; Pertinência da bibliografia; diálogo com a fortuna crítica; Relevância do assunto/ da pesquisa para a área” aparecem quatro vezes. O item “apresentação e organização do artigo” aparece três vezes. Os itens “adequação à temática da revista; contribuição científica; cumprimento das normas editoriais” aparecem duas vezes. Os itens “indicação da seção adequada; tamanho do artigo; não veiculação de conteúdo preconceituoso ou difamatório” aparecem uma vez. Assim, o maior peso, em termos de adequação, é em relação à originalidade, pertinência dos autores citados e relevância do assunto para a área.

Dos sete analisados, os formulários das revistas Cien. & Letras e Entretextos são os que consideram mais itens de adequação, num total de cinco itens em cada um. O formulário da ACTA avalia quatro dos itens de adequação, o da DELTA, três, e as diretrizes da Cad. de Letras, dois. O formulário da Iluminart, apesar de ser o mais completo de todos em total de itens avaliados, não traz nenhum dos itens referentes à adequação do artigo.

Vale notar também que em nenhum formulário aparece o item “atualidade do tema”. Essa ausência se justifica quando se considera que nas Ciências Humanas a meia-vida dos temas e discussões costuma ser maior do que nas outras ciências, assim como muitos materiais de consulta e aporte teórico (MEADOWS, 1999). Por isso, enquanto nas demais ciências a atualidade do tema é um requisito primordial, na Linguística ela é relativa.

Com relação à adequação do artigo, a aproximação entre os itens avaliados nos pareceres e as instruções aos autores revela que tanto pareceristas quanto

autores devem seguir critérios relacionados à temática, formatação, originalidade, ineditismo e tamanho do artigo. Os itens não coincidentes estão de acordo com as especificidades de pareceristas e autores. Dessa forma os pareceristas, por serem especialistas na área, deverão avaliar a cientificidade do texto, a relevância, a pertinência da discussão. Os autores, por seu turno, deverão responsabilizar-se pelo conteúdo veiculado em seus artigos, bem como pela obediência às normas pré-estabelecidas em relação à formatação, tamanho, submissão de seus textos.

Além da adequação, os pareceres avaliam a estrutura do artigo, considerando os seguintes itens:

**Quadro 12:** Critérios referentes à estrutura textual do artigo

<b>Quanto aos elementos pré-textuais</b>
• Título do artigo
• Resumo na língua do texto
• Palavras-chave na língua do texto
<b>Quanto aos elementos textuais</b>
• Introdução (objetivo; justificativa; definição de termos específicos)
• Fundamentação teórica/ consistência teórica
• Material e métodos/ consistência metodológica
• Resultados e discussão/ dados/ evidências/ argumentos
• Conclusão
<b>Quanto aos elementos pós-textuais</b>
• Título e subtítulo em língua estrangeira
• Resumo em língua estrangeira
• Palavras-chave em língua estrangeira
• Notas explicativas
• Referências/ autores citados estão referenciados

**Fonte:** a autora, com base em dados da pesquisa

O formulário da revista Cien. & Letras é o único que não apresenta critérios de avaliação quanto à estrutura do artigo. As diretrizes da Trab. Ling. Aplic. e da Cad. de Letras não avaliam nenhum item pré ou pós-textual. Nos demais formulários, predominam itens de avaliação de elementos textuais (dezesseis ocorrências), seguidos de itens de avaliação de elementos pré-textuais (oito ocorrências) e de elementos pós-textuais (cinco ocorrências).

Dos elementos pré-textuais, predomina a avaliação do título (quatro ocorrências), seguido do resumo (três ocorrências) e das palavras-chave (uma ocorrência). A importância do título de um artigo está no fato de que ele é o primeiro

item que capta a atenção do leitor a ponto de ele decidir ler o texto ou não. Apesar de concisos, os títulos são “coisa séria” (SWALES, 1998). Além de atrativo, o título deve ser informativo, indicando o âmbito da pesquisa, introduzindo o tema e sendo autoexplicativo. Há diferentes estudos sobre títulos, cujas análises baseiam-se na cientometria, caso de Habibzadeh e Yadollahie (2010) e Jamali e Nikzad (2011), ou na linguística aplicada, estudando o inglês para fins acadêmicos, como é o caso de Cianflone (2010) e Cheng, Kuo e Kuo (2012), só para citar estudos recentes. Apesar disso, Cheng, Kuo e Kuo (2012) acreditam que ainda são necessários estudos profundos sobre o título, avaliando sua estrutura sintática em comparação às disciplinas específicas, bem como se sabe muito pouco sobre como as diferentes estruturas podem representar a essência da pesquisa.

Dos elementos textuais, predomina a avaliação da seção materiais e métodos (cinco ocorrências), seguida das seções resultados e discussão (quatro ocorrências), introdução e fundamentação (três ocorrências) e conclusão (uma ocorrência). A predominância da seção materiais e métodos se justifica, pois, para ser considerado científico, entre outros critérios, um artigo precisa conter as seções material e métodos e resultados e discussão (SWALES, 1998).

Dos elementos pós-textuais, avaliam-se as referências (três ocorrências) e o resumo em língua estrangeira. A não avaliação do título e das palavras-chave em língua estrangeira é compreensível na medida em que se trata da simples tradução da língua vernácula e esses itens são avaliados como elementos pré-textuais.

**Quadro 13:** Comparação entre formulários de parecer e instruções aos autores quanto à estrutura textual do artigo

Nos formulários ou diretrizes aos pareceristas	Nas instruções aos autores
<b>Quanto aos elementos pré-textuais</b>	
Título do artigo Resumo na língua do texto Palavras-chave na língua do texto	Resumo Abstract Título em língua vernácula Título em língua estrangeira Palavras-chave Keywords
<b>Quanto aos elementos textuais</b>	
Introdução (objetivo; justificativa; definição de termos específicos) Fundamentação teórica/ consistência teórica Material e métodos/ consistência metodológica Resultados e discussão/ dados/ evidências/ argumentos Conclusão	Introdução Conclusão/ considerações finais Corpo do trabalho ou do texto Divisão em seções internas Citações (tipos e formatação – ABNT; não usar idem, ibidem; referências a autores no corpo do texto – chamada autor-data) Entrada de parágrafo Elementos visuais: Árvores; Desenhos; Esquemas; Figuras; Fotografias; Gráficos; Ilustrações; Imagens; Mapas; Quadros; Tabelas – formatação (tamanho, tipo de arquivo, local do título e legenda) e forma de envio (no texto ou em arquivo separado)
<b>Quanto aos elementos pós-textuais</b>	
Notas explicativas Referências/ autores citados estão referenciados	Notas de rodapé (de caráter explicativo; não usar <i>endnotes</i> [notas de fim]; não usar para referência bibliográfica; devem ser evitados) Referências bibliográficas (ordem alfabética, abnt) Anexos (caso existam – depois das referências; devem ser evitados) Título, resumo e palavras-chave em língua estrangeira Referências em nota de rodapé

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa

Os periódicos têm autonomia para escolher o formato de suas publicações, por isso o título, o resumo e as palavras-chave em língua estrangeira figuram tanto como elementos pré quanto elementos pós-textuais. Os elementos textuais figuram claramente delimitados nos pareceres, contudo, nas instruções aos autores, são rapidamente definidos (texto; corpo do trabalho, etc.).

Nas instruções aos autores, as citações e os elementos visuais são abordados separadamente dos elementos textuais. Contudo, na tabela acima, consideramos citações e elementos visuais como itens textuais, já que eles aparecem no corpo do texto. Vale ressaltar que esses itens não são citados nos formulários analisados.

Chamou-nos a atenção o fato de haver grande discrepância entre formulários e instruções aos autores em relação aos elementos textuais do artigo. Essa notória diferença aponta para a necessidade de se caracterizar textualmente o artigo científico da área de Linguística, de modo a verificar se há diferentes estruturas em uso ou se essa vagueza nas instruções decorre da obviedade da estruturação textual do artigo. Essa análise pormenorizada dos elementos textuais do artigo será realizada no próximo capítulo desta tese.

Dando sequência a este item, têm-se os critérios referentes à linguagem que aparecem nos formulários de parecer analisados:

**Quadro 14:** Critérios referentes à linguagem

Qualidade do texto; redação
Clareza, correção, coerência na linguagem
Necessidade de revisão

**Fonte:** a autora, com base em dados da pesquisa

As diretrizes das revistas Trab. Ling. Aplic. e Cad. de Letras e o formulário da Iluminart se referem a “qualidade do texto/ redação”. Os formulários das revistas Cien. & Letras e Iluminart utilizam os termos “clareza, correção, coerência na linguagem” e o formulário da DELTA questiona se há necessidade de revisão.

Nas instruções aos autores, contudo, não aparecem itens referentes à linguagem do texto, somente nas instruções da revista Entretextos se faz a observação de que se devem seguir as regras da nova ortografia da língua portuguesa.

Por fim, têm-se os critérios subjetivos. Para o levantamento desses critérios, consideramos o estudo de Fernandes *et al.* (2011) e formulamos o seguinte quadro:

**Quadro 15:** Critérios subjetivos

Existe a possibilidade de:
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comentários (o que o avaliador julgar necessário)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comentários (pontos especificados ou sugeridos no formulário e outros que o avaliador julgar necessários)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação de pontos fortes</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação de pontos fracos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sugestão de acréscimo, redução ou retirada de item ou parte</li> </ul>
Não há avaliação subjetiva

**Fonte:** a autora, com base em Fernandes *et al.* (2011)

Com relação aos critérios subjetivos de avaliação, em todos os formulários recebidos existe a possibilidade de sugerir ou comentar pontos e partes do texto avaliado, no entanto, em nenhum deles se pede para indicar pontos fortes ou fracos, elementos encontrados na análise de Fernandes *et al.* (2011). Obviamente, esses critérios não aparecem nas instruções aos autores visto que se referem somente à correção/ avaliação do texto, direcionando-se, portanto, aos pareceristas.

## 1.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Diante do exposto, entendemos que, atualmente, o artigo científico publicado, além de meio de divulgação, tornou-se meio de avaliação e planejamento dos pesquisadores, das instituições e dos programas de pós-graduação. Essa quantificação da produtividade facilita as decisões referentes à distribuição e alocação de recursos para as agências de fomento. Para garantir a qualidade das publicações – periódicos e textos neles divulgados – há diferentes formas de avaliação. A este capítulo, interessavam os critérios Qualis CAPES e a avaliação por pares. Os critérios Qualis CAPES da área de Linguística se aproximam dos indicadores bibliométricos extrínsecos e intrínsecos normalmente utilizados na avaliação de periódicos (ALVES, 2010) e daqueles que são considerados na indexação na base de dados SciELO (SCIELO, 2014). Em relação aos periódicos analisados, observou-se de que forma cumprem os critérios Qualis.

Da avaliação dos periódicos, passou-se ao expediente adotado por eles na avaliação dos manuscritos submetidos: a avaliação por pares, que é, também, uma exigência da indexação em bases de dados. Para entender como ocorre a avaliação por pares, ou melhor, o que é esperado pelos pareceristas ao avaliar um artigo,

analisamos os formulários utilizados nessa avaliação. Ao se considerar o fato de os periódicos serem avaliados pelo Qualis, a hipótese era de que haveria diferenciação entre as exigências dos periódicos considerados pelo critério Qualis como os que publicam artigos de “alta qualidade” e os que publicam os “demais artigos”. Contudo essa hipótese não se confirmou – o grau de exigência independe do Qualis atribuído ao periódico; tanto os “alta” quanto os “demais” formulários têm falhas em sua avaliação e, em certos casos, os “demais” avaliam mais detalhes que os “alta”.

No caso da apresentação de informações referentes à forma de avaliação adotada pelo periódico, tanto os “alta qualidade” quanto os “demais” deixaram a desejar em relação à padronização – são diferentes locais, nos sites das revistas, utilizados para esse tipo de informação. Por outro lado, considerando a apresentação das condições para submissão e as formas de envio, todas as revistas “alta qualidade” reforçam o fato de que se deve garantir a avaliação cega por pares, enquanto apenas uma das três “demais” faz isso.

Em relação à adoção de formulário específico para a avaliação por pares, duas “alta qualidade” adotam e duas não (uma delas aponta diretrizes), enquanto as três “demais” adotam. Em relação ao aspecto geral do formulário, os quatro formulários “alta” não apresentam texto informativo, enquanto um dos “demais” não apresenta e dois apresentam. Em relação à forma de avaliação, dois “alta” e um “demais” fazem somente avaliação subjetiva e dois “alta” e dois “demais” fazem avaliação mista (objetiva e subjetiva).

Em relação à forma como se apresenta a conclusão do parecer, todos os quatro “alta” quanto os três “demais” trazem possibilidades: favorável; favorável com restrições; desfavorável. Um dos “demais” apresenta uma quarta opção (“com possibilidade de ser reavaliado após extensa reformulação”). Com relação à justificativa do parecer, somente um “alta” e um “demais” solicitam justificativa de aceite e/ou recusa. Os outros não solicitam.

Em relação aos itens de adequação do artigo, todos os “alta” e dois “demais” avaliam tais itens. No entanto, em termos de quantidade de itens avaliados, os dois formulários “demais” concentram o maior número de itens avaliados em relação aos “alta”. Quanto à estrutura do artigo, um formulário “demais” não apresenta critérios de avaliação quanto à estrutura do artigo e dois avaliam todos os elementos (pré, textuais e pós). Dois “alta” não avaliam nenhum item pré ou pós-textual e dois avaliam todos os elementos (pré, textuais e pós). No caso das instruções aos

autores, houve discrepância entre elas e o que é avaliado nos formulários tanto nos “alta” quanto nos “demais”.

Dos sete formulários analisados, consideramos o formulário da revista *Iluminart* (B4 – um dos “demais”) o mais completo e mais bem estruturado e, portanto, o que poderia servir de modelo para as demais revistas. Ele é dividido em 4 partes. A primeira corresponde à avaliação por tópicos e o parecerista deve assinalar se avalia de forma positiva, negativa ou se não se aplica. Nessa primeira parte, há uma subdivisão: 1. Quanto à estrutura, dividida em Introdução, Métodos, Resultados, Discussão (todos com 4 itens para avaliação cada um), Conclusões (com 1 item para avaliação); 2. Quanto à redação (com 3 itens para avaliação); 3. Quanto ao título (com 3 itens para avaliação); 4. Quanto ao resumo (com 5 itens para avaliação); (com 5 itens para avaliação); 5. Quanto às referências ABNT (com 4 itens para avaliação).

Na segunda parte do formulário, o parecerista tem a possibilidade de fazer comentários direcionados ao autor e, na terceira parte, comentários direcionados ao editor. Na quarta parte, o parecerista apresenta sua conclusão, a qual tem duas possibilidades de aceitação e duas possibilidades de recusa. Ao final, é possível também fazer outras observações que o parecerista julgar necessárias. Para se tornar mais completo, esse formulário poderia incluir tópicos ou sugestões na área de comentário com relação aos critérios de avaliação da adequação do artigo.

Na análise dos formulários, aproximamos seus critérios e as instruções aos autores constantes nos sites das revistas. Essa aproximação permitiu visualizar que determinados itens avaliados nos formulários são única e exclusivamente referentes aos avaliadores, por serem especialistas da área (como é o caso de certos critérios de avaliação e dos critérios subjetivos). Outros itens avaliados pelos pareceristas estão presentes nas instruções aos autores, ou seja, cabe ao autor seguir as instruções e, ao parecerista, avaliar o cumprimento de tais requisitos.

Concluimos, portanto, que, de modo geral, não há diferença significativa entre as exigências dos formulários da avaliação por pares dos artigos “alta qualidade” e dos “demais artigos”. Uma vez que este trabalho busca parâmetros para diferenciar artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”, de modo a identificar o que, concretamente, constitui essa “alta qualidade”, surpreendemo-nos com o fato de que, considerando aspectos específicos, percebemos que alguns dos “demais” são mais detalhistas que os “alta qualidade”. Isso corrobora a preocupação com a

subjetividade dos pareceristas e as críticas em relação às desvantagens da avaliação por pares apontadas no referencial teórico deste capítulo (ZIMAN, 1979; MARZIALE, 2001; STUMPF, 2006; WERLANG, 2013). Os dados aqui levantados permitiram entender os fatores envolvidos na avaliação de periódicos e artigos, mas também mostraram que os critérios Qualis e os itens avaliados na *peer review* não são suficientes, por si sós, para entender e demonstrar a diferença qualitativa entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”.

## CAPÍTULO 2: ELEMENTOS TEXTUAIS DO ARTIGO CIENTÍFICO

No capítulo anterior, quando comparamos os formulários de parecer e as instruções aos autores quanto à estrutura textual do artigo, verificamos que os elementos textuais (introdução/ referencial teórico/ metodologia/ resultados/ conclusão) aparecem claramente delimitados nos formulários de parecer, mas nas instruções aos autores aparecem como “corpo do trabalho”, “corpo do texto”, “divisão em seções internas”. Isso mostra que, por um lado, os pareceristas avaliam os elementos textuais; por outro lado, os autores não são instruídos sobre como deve ser a “divisão do corpo do texto”, ainda que a presença desses elementos seja um fator de aceitação ou recusa de um artigo submetido a um periódico. Por outro lado, nas instruções aos autores é comum aparecer indicação das normas ABNT para consulta, o que nos leva a inferir que, para esses periódicos, é de competência do autor do artigo conhecer como se estrutura um artigo e, se não conhecer ou tiver dúvida, deve buscar a informação na norma específica. A NBR 6022 divide os elementos textuais em Introdução/ Desenvolvimento/ Conclusão e remete o consulente à norma NBR 6024 para saber como dividir as seções e subseções do artigo. Essa norma, por seu turno, se refere à numeração progressiva das seções, ou seja, como numerar uma seção primária, uma seção secundária e assim por diante, sem estabelecer relação com os elementos textuais.

Assim, neste capítulo, o objetivo é verificar como os elementos textuais figuram em artigos “alta qualidade” e “demais artigos”, de modo a responder aos seguintes questionamentos: quais são os elementos textuais obrigatórios do artigo científico, independente de se tratar de artigo de revisão, experimental ou teórico? A norma ABNT e os manuais de metodologia dão conta desses elementos textuais, instrumentalizando pesquisadores para saberem como deve ser a “divisão do corpo do texto”? A presença ou a ausência desses elementos textuais nos artigos analisados permite diferenciar artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”?

Para cumprir nosso objetivo, buscamos nos estudos da linguagem pressupostos teóricos que dessem conta do estudo da estrutura do texto. A norma ABNT e os manuais de metodologia foram incluídos não como referencial teórico, mas como elementos que ajudarão na análise dos dados e na reflexão que se

pretende neste capítulo, visto que as normas dos periódicos seguem as da ABNT e o ensino de produção de textos acadêmicos segue os manuais de metodologia. Defendemos, portanto, que esses materiais devem ser considerados numa análise de texto acadêmico, pois, certamente, o pesquisador-autor de artigos científicos se vale das informações desses materiais para produzir seu texto.

Secaf (2007, p.16) acredita que “no início do terceiro milênio, é válido lembrar que o profissional, de qualquer área do conhecimento, não pode exercer suas atividades distanciado da evolução da Ciência e Tecnologia.” A autora atribui ao pesquisador diferentes faces: consumidor, produtor, divulgador, utilizador, avaliador. A nós, interessa a de produtor, pois, segundo a autora, essa face é influenciada por fatores como a obrigatoriedade da oferta da disciplina Metodologia da Pesquisa em cursos de graduação e a exigência de trabalhos de conclusão de curso na graduação e na pós-graduação. Influenciam também a possibilidade de participar de programas de iniciação científica, programas de pesquisa e de participar de cursos de extensão e outros eventos que exigem a produção de trabalhos de pesquisa.

A adoção desses manuais de metodologia e dessa normatização no ensino da produção de textos acadêmicos em cursos de Letras nos leva ao que postula Bakhtin (1997): o uso dos gêneros está intimamente ligado ao domínio que os sujeitos têm deles, de modo que o contato com os gêneros permite ao locutor exercitar sua competência linguística como produtor de enunciados e aceitar ou não as práticas sociais, reconhecendo seus sentidos e sua estrutura (BAKHTIN, 1997). Assim, não se pode ignorar que o conhecimento que alunos e pesquisadores da nossa área têm acerca de gêneros acadêmicos advém desses manuais e dessas normas.

Nosso estudo da estrutura do artigo se restringiu aos elementos textuais porque é na organização deles que se observam as variações estruturais, conforme apontado por diferentes estudos (ARAGÃO, 2011; CORACINI, 2007; CORTES, 2012; COSTA, 2012, SWALES, 1998 e 2004).

## 2.1 OS ELEMENTOS TEXTUAIS DO ARTIGO CIENTÍFICO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Swales (1998) define artigo acadêmico como o gênero escrito que traz a investigação feita pelo pesquisador com objetivo de apresentar descobertas e/ ou discutir questões teóricas e/ ou metodológicas. Em outro momento (SWALES, 2004), o autor expande sua definição, considerando as diferenças do artigo científico. Assim, ele fala em artigos experimentais, artigos teóricos e artigos de revisão. O autor caracteriza a organização retórica do artigo acadêmico por meio de quatro unidades retóricas básicas: Introdução; Método; Resultados; Discussão (modelo IMRD). Swales (2004), revisando sua caracterização anterior (SWALES, 1998), observa que a organização retórica do artigo científico pode sofrer variações conforme a área do conhecimento “[...] em termos de grau de normalização e a prevalência de um estilo impessoal” (SWALES, 2004, p.175). Nas ciências “duras”, como a física, observa-se maior regularidade macroestrutural. Nas ciências humanas, segundo o autor, é comum a ausência da seção de metodologia, fazendo com que o artigo se aproxime do ensaio.

A partir da caracterização de Swales (1998, 2004), foram feitos inúmeros estudos sobre as seções e/ ou a estrutura de artigos científicos de diferentes áreas do conhecimento, como Administração, História, Sociologia, Química, Linguística. Apontamos a seguir alguns desses estudos.

Silva (1999), baseando-se na Análise de Gênero, estudou a seção *Resultados e discussão* de artigos da área de Química, escritos em língua inglesa, pois seu interesse era explicitar a organização retórica e os recursos linguísticos aplicados nessa seção, de modo a embasar a prática pedagógica do inglês para fins específicos.

Hendges (2001) caracterizou o artigo eletrônico, contrastando-o ao artigo impresso, pois seu estudo foi realizado à época em que a implantação dos periódicos eletrônicos ganhava força. Esse contexto influenciou também os resultados, já que havia questões contextuais referentes aos meios eletrônicos que se diferenciam da publicação impressa. A autora focalizou especialmente a macroestrutura da seção *Revisão de literatura* porque citar pesquisas prévias sempre é uma questão problemática para principiantes na escrita acadêmica e “[...] a pertinência desse tipo de investigação está na necessidade de informar as práticas de Ensino de Línguas para Fins Acadêmicos, que tendem a auxiliar pesquisadores

novatos a consumir e divulgar pesquisas, principalmente fora do Brasil.” (HENDGES, 2001, p.64). Além disso, essa seção, segundo ela, tem papel fundamental no texto acadêmico, visto que, por meio dela, o autor ancora seu trabalho na área de pesquisa, destaca e cita resultados anteriores e aponta a relevância do assunto na área. A autora observou que, em relação ao IMRD, quando a *Revisão de literatura* aparece em item separado, todas as informações do modelo de macroestrutura utilizado por ela em sua análise aparecem.

Os estudos de Kurtz (2004) e Solera (2011) também são baseados na Análise de gênero. A primeira analisa a seção de *Metodologia* em artigos de Linguística Aplicada procurando delimitar a organização retórica dessa seção e os procedimentos metodológicos adotados na área. O segundo focaliza a seção *Introdução* de artigos da área de Energia, escritos em inglês, a partir do modelo CARS de Swales (1998; 2004).

Com base na teoria sociorretórica, Cortes (2012) estudou os títulos e a organização retórica de artigos de Ciências Humanas – História e Sociologia. A autora buscou verificar se a estrutura IMRD (SWALES, 1998), considerada canônica, acontecia nos artigos dessas áreas. No *corpus* selecionado, não ocorreu a estrutura IMRD. Além disso, as seções *Introdução* e *Conclusão* apareceram claramente indicadas na maioria dos artigos, enquanto as seções *Metodologia*, *Resultados* e *Discussão* não ocorreram de forma claramente marcada, em seção específica, mas aparecem diluídas no texto. Nos artigos, houve subdivisões do texto com o uso de subtítulos alusivos ao assunto.

Apesar de o objeto de Oliveira (2012) não ser somente o artigo científico e de sua tese ter sido desenvolvida dentro do programa de pós-graduação em química da UFSCar, o Referencial teórico que embasou seu estudo é calcado em pesquisas de Estudos da linguagem. A autora consultou diferentes estudos acerca da linguagem científica e, a partir dos aspectos levantados, elaborou e aplicou uma ferramenta para auxiliar no reconhecimento das características retóricas da linguagem científica, nomeada de Mapa de Caracterização do Texto Científico. A pesquisadora aplicou uma versão preliminar do Mapa na investigação de relatórios finais e miniartigos produzidos por estudantes e de artigos científicos publicados por pesquisadores, todos da área de Química. Essa investigação forneceu elementos para que a autora revisasse a versão preliminar, dando origem à versão final do Mapa.

Costa (2012) comparou a organização retórica de artigos de Linguística, Geografia e Medicina em artigos experimentais (isto é, em artigos que necessariamente apresentam a seção Análise e Discussão). Seus dados revelaram que nos artigos de Linguística predomina a estrutura textual Introdução/ Revisão de Literatura/ Resultados e Discussão/ Considerações finais. A autora, quando aborda a estrutura do artigo, cita Bernardino (2007), a qual, por sua vez, aborda a estrutura do artigo com base em Swales (1998). Bernardino (2007) tem como objeto o artigo da área de Linguística, mas não analisa sua estrutura e sim os adjuntos modais e os marcadores metadiscursivos como marcadores do metadiscorso interpessoal, considerando as diferenças entre artigos experimentais, teóricos e de revisão.

Aragão (2011) estudou a organização retórica de artigos publicados em periódicos brasileiros constantes na SciELO. Em seu levantamento, o autor constatou que o interesse da maior parte dessas pesquisas recai sobre uma seção específica, tornando escasso o estudo do “todo”. Para preencher essa lacuna, o autor realizou pesquisa visando estabelecer o modelo de estruturação de artigos brasileiros publicados em revistas indexadas na SciELO Brasil. Para isso, ele buscou os modelos constantes nas instruções aos autores dessas revistas. Aragão (2011) também discutiu a universalidade e o predomínio desses modelos nas diversas Ciências.

Segundo o autor citado acima, há, basicamente, dois modelos de estruturação de artigos: o Introdução-Método-Resultado-Discussão (IMRD), apontado por Swales (1998) e o Introdução-Desenvolvimento-Conclusão (IDC), apontado na NBR 6022 (ABNT, 2003). O modelo IMRD predomina em relação ao IDC, mas os resultados da pesquisa de Aragão (2011) não corroboraram a ideia de que há universalidade do IMRD. Além disso, o autor encontrou variantes desse modelo, conforme se queira enfatizar ou expandir algum dos elementos típicos do artigo, originando modelos como IOMRD (no qual O significa *objetivo*), IMRDC (no qual C significa *conclusão*), IORMRDC (no qual O significa *objetivo*, o primeiro R significa *Referencial teórico* e o C significa *conclusão*). Aragão (2011) infere que a estrutura IDC é menos encontrada pelo fato de os artigos não trazerem as seções com esse nome e sua presença, quando ocorre, é uma forma de o periódico se alinhar à NBR 6022.

Coracini (2007) também observou que o esquema formal canônico IMRD nem sempre é respeitado e, para a autora, isso ocorre porque as fronteiras entre tais

partes são imprecisas, por isso os autores muitas vezes têm dificuldade em encontrar limites. Considerando a estrutura-padrão *resumo/ introdução/ material e métodos/ resultados/ discussão/ conclusão*, as alterações formais nos artigos foram a junção das seções *Discussão e Conclusão* ou *Resultados e Discussão*, a ausência da *Conclusão*, o acréscimo do item *Local de estudo*. Essas alterações são justificadas por questões metodológicas ou ilocucionárias, pois visam à clarificação da exposição e facilitação da leitura.

A pesquisa de Coracini (2007), por outro lado, também evidenciou a rigidez na padronização da estrutura textual imposta pela comunidade científica e/ ou pelos periódicos e os cientistas que querem ter seus estudos publicados devem seguir essa padronização. “Como testemunho de tal exigência formal, basta lembrar as dificuldades (verdadeiras etapas) por que passa um artigo para ser publicado numa revista de renome.” (CORACINI, 2007, p.62-63). Com relação à estrutura textual do artigo, considerando a rigidez da padronização e os desvios do padrão, a autora conclui que

“[...] as formas canônicas do discurso científico, camufladoras da origem enunciativa, nada mais são do que instrumentos válidos, socialmente aceitos (e impostos pela comunidade científica), de persuasão e, nessa medida, índices de subjetividade.” (CORACINI, 2007, p.89)

Considerando as Ciências, os dados de Aragão (2011) revelaram alcance significativamente maior do modelo IMRD, dividido proporcionalmente entre as Ciências, mas com predomínio nas Agrárias, Biológicas e da Saúde, ciências que seguem tendências internacionais de publicação:

Dessa forma, o predomínio localizado do IMRD parece expor uma divisa entre áreas do conhecimento com produção científica industrializada, como as Ciências Biológicas e as Ciências da Saúde, e áreas com produção científica artesanal, como as Ciências Humanas, as Letras e as Artes. (ARAGÃO, 2011, p.162)

Como se observa na citação acima, o autor metaforiza a produção científica, utilizando elementos de produção industrial, de modo que, nas áreas Biológicas e da Saúde, a produção escrita se assemelha à linha de produção de uma indústria, pois “[...] os autores ocupam-se apenas com colocar peças específicas [...] na estrutura IMRD, que desliza pela linha de montagem das universidades e institutos de

pesquisa” (ARAGÃO, 2011, p.162). Isso agiliza a produção e uniformiza os artigos, tornando mais rápido o processo de avaliação e publicação.

Dzung (200-) observou que pesquisadores cuja língua nativa não é o inglês têm maior dificuldade em ter um trabalho aceito num periódico internacional, porque seus artigos apresentam erros linguísticos e, muitas vezes, não se enquadram na estrutura comumente adotada por esses periódicos. Assim, o autor defende a importância de que sejam realizadas pesquisas acerca da estrutura do artigo como um todo, pois, desde Swales (1998), a tendência é que sejam feitas pesquisas sobre uma ou duas seções somente. Outra lacuna apontada pelo autor é o fato de as pesquisas focalizarem mais as “ciências duras” do que as “soft” (DZUNG, 200-, p.1).

O autor citado pesquisou artigos de linguística aplicada e de educação tecnológica com o objetivo de “[...] identificar a estrutura prototípica dos artigos dessas áreas por serem relevantes a professores falantes não-nativos em inglês” (DZUNG, 200-, p.1). Para isso, o pesquisador selecionou aleatoriamente quarenta artigos empíricos publicados em 2006 e 2007 em periódicos indexados e com alto fator de impacto. Os artigos foram analisados com base em estudos prévios acerca dos movimentos retóricos das seções do artigo.

Os dados da pesquisa de Dzung (200-) revelaram que a estrutura dos artigos nas duas áreas é semelhante, visto que eram artigos com o mesmo tipo de pesquisa pertencentes a áreas próximas. As diferenças observadas pelo autor foram que os artigos de linguística aplicada são mais elaborados que os de educação tecnológica, no sentido de fornecerem mais explicações e justificativas acerca dos procedimentos nas seções de metodologia, enquanto os de educação tecnológica se restringem a narrar a coleta de dados. Na seção de resultados, os autores de linguística aplicada não só reportam seus achados, mas também os comentam e, na conclusão, retomam informações iniciais e explicitam suas conclusões.

O autor conclui que a estrutura dos artigos pode variar entre as disciplinas, por isso é importante estudar a estrutura dos artigos em cada área individualmente, de modo que os pesquisadores adequem sua escrita aos movimentos retóricos típicos dos artigos de sua área, majorando suas chances de publicação em periódicos internacionais.

Essa breve revisão da literatura mostrou que, quando o foco é uma seção específica do texto do artigo, o estudo levanta a organização retórica dessa seção e/ou recursos linguísticos visando à aplicação desse conhecimento ao ensino de língua para fins específicos, caso de Silva (1999) e Hendges (2001) por exemplo, ou para o ensino de produção textual visando professores de outras áreas, caso de Oliveira (2012). Acreditamos ser de extrema importância o estudo das seções individualmente, mas, ao mesmo tempo, concordamos com Dzung (200-) e Aragão (2011) quando defendem que é preciso focalizar também a organização textual como um todo para verificar as regularidades e as variações na estrutura do artigo, o que também foi feito pelo “inspirador” dos estudos posteriores Swales (2004).

## 2.2 COMPARANDO ABORDAGENS: OS ELEMENTOS TEXTUAIS DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS SEGUNDO AS NORMAS ABNT E OS MANUAIS DE METODOLOGIA E SEGUNDO OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Como o objeto de estudo desta tese são artigos publicados em periódicos brasileiros, optamos por incluir neste capítulo a normatização brasileira (a ABNT) e manuais de metodologia científica normalmente utilizados no ensino de produção de textos acadêmicos. Acreditamos que assim a produção brasileira é observada segundo os padrões e critérios nacionais, considerando-se o nível “nacional” dos artigos em vez aplicar somente o olhar “internacional” à produção local. Secaf (2007) afirma que, no Brasil, a baixa produção de profissionais de certas áreas é justificada pela falta de treino e de tempo. Além disso, a autora aponta a falta de preparo em metodologia científica observada até recentemente nos cursos universitários, bem como fatores psicológicos (timidez, perfeccionismo, medo de receber parecer desfavorável) e pessoais (preferência por divulgação oral em eventos e satisfação com a publicação em anais).

Para verificar como o artigo científico é abordado na normatização, buscamos a norma específica para esse texto – a NBR 6022 (ABNT, 2003). Os manuais de metodologia selecionados são voltados integralmente ao artigo ou contêm capítulo específico sobre esse texto e são publicações recentes, pois partimos do pressuposto de que caracterizam o artigo científico de forma condizente com a atualidade. No decorrer desta comparação, para nos referirmos aos dois

conjuntamente (norma ABNT e manuais de metodologia) utilizaremos a expressão “materiais metodológicos”.

A NBR 6022 (ABNT, 2003, p.2) define artigo científico como “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.” Marconi e Lakatos (2001) destacam que o artigo é um estudo científico completo, englobando a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e dos resultados obtidos de modo que a pesquisa possa ser replicada. O artigo pode ser *de revisão* ou de *argumento teórico*, quando se faz apenas pesquisa bibliográfica, expondo-se a teoria, os fatos, a síntese dos fatos e a conclusão; *original*, quando se faz abordagem original, isto é, apresenta-se uma pesquisa inédita, seja um relato de experiência, um estudo de caso etc. (ABNT, 2003; MARCONI; LAKATOS, 2001).

Comparando as definições dos materiais metodológicos com a dos estudos da linguagem apresentada no início do item anterior (SWALES, 1998, 2004), vemos que ambas as definições destacam a presença, no artigo, da discussão de questões teóricas e/ ou metodológicas. Ambas também falam em artigo de revisão e teórico, mas Swales (2004) fala em artigo experimental (contém experimento e, portanto, seção de resultados e discussão), enquanto a NBR 6022 fala em artigo original (apresenta temas ou abordagens originais).

A NBR 6022 (ABNT, 2003) divide os elementos característicos do artigo em pré-textuais, textuais e pós-textuais. Estes se subdividem da seguinte forma: i) elementos pré-textuais: Título e subtítulo (se houver); Nome(s) do(s) autor(es); Resumo na língua do texto; Palavras-chave na língua do texto. ii) Elementos textuais: Introdução; Desenvolvimento; Conclusão. iii) Elementos pós-textuais: Título e subtítulo (se houver) em língua estrangeira; Resumo em língua estrangeira; Palavras-chave em língua estrangeira; Nota(s) explicativa(s); Agradecimentos; Referências; Glossário; Apêndice(s); Anexo(s).

A seguir, abordaremos separadamente cada um dos elementos textuais.

### **2.2.1 A Introdução**

Na NBR 6022, a *Introdução* é definida como “Parte inicial do artigo, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros

elementos necessários para situar o tema do artigo.” (ABNT, 2003, p.4). Os manuais de metodologia atribuem à *Introdução* as seguintes funções:

- Informar o *que* foi pesquisado e o *porquê* da investigação (OLIVEIRA E QUEIROZ, 2007; PEREIRA, 2013)
- Preparar o leitor para entender a investigação e a justificativa de sua realização (PEREIRA, 2013)
- Despertar o interesse do/ atrair o leitor e fazê-lo prosseguir na leitura. (SECAF, 2007; PEREIRA, 2013)

Conforme a modalidade da investigação, do tipo de periódico, do nível de conhecimento, a estrutura da *Introdução* apresentará ou não certos elementos, como o levantamento bibliográfico (SECAF, 2007; PEREIRA, 2013). Considerando essa diferença e partindo da definição da NBR 6022, podemos afirmar que, para os materiais metodológicos, a *Introdução* deve apresentar obrigatoriamente a delimitação do assunto e o objetivo da pesquisa. Além disso, segundo os manuais de metodologia, é possível fazer a apresentação de informações sobre o tema e a justificativa para a realização da pesquisa, nas quais abordam-se o problema investigado, a lógica da pesquisa e se faz sua ligação com a literatura científica (OLIVEIRA E QUEIROZ, 2007; PEREIRA, 2013).

Segundo Pereira (2013), é preciso também demonstrar a relevância do tema. Para isso, é suficiente uma afirmação que aponte a magnitude, a extensão, a importância ou a gravidade do problema, sustentada por dados qualitativos e/ ou quantitativos. A relevância do tema pode também estar relacionada à originalidade da investigação, destacando as lacunas no conhecimento e a originalidade da ideia ou da abordagem, especialmente quando se trata de tema pouco estudado

O autor citado acima considera a última frase da *Introdução* como local ideal para apresentação do objetivo da pesquisa, pois fecharia o raciocínio e funcionaria como ponto de partida para o detalhamento da investigação (PEREIRA, 2013). O objetivo corresponde à meta do artigo, trazendo a proposta de trabalho ou pergunta que se pretende responder ou ainda a hipótese, enfatizando sua importância (PEREIRA, 2013; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007).

Há artigos que trazem na *Introdução* informações sobre o tipo de estudo e a conclusão da investigação. Pereira (2013) acha essa inclusão desnecessária, visto que logo acima da *Introdução* apresenta-se o resumo, local onde essas informações devem obrigatoriamente figurar.

Swales (1998) propôs para a Introdução o modelo CARS. São três movimentos e cada movimento tem os passos possíveis. Anos depois, ele revisou o modelo original, sintetizando alguns passos e incluindo outros. Dessa forma, o modelo CARS engloba:

- Movimento 1: Estabelecer um território (citações necessárias)
  - Apresentar o assunto, indo do geral para o específico
- Movimento 2: Estabelecer um nicho (citações possíveis)
  - Passo 1A: Indicar uma lacuna ou
  - Passo 1B: Acrescentar o que se sabe
  - Passo 2 (opcional): Apresentar justificativas positivas
- Movimento 3: Apresentar o trabalho (citações possíveis)
  - Passo 1 (obrigatório): Anunciar a pesquisa descritivamente ou intencionalmente
  - Passo 2 (opcional): Apresentar as questões de pesquisa ou hipóteses
  - Passo 3 (opcional): Esclarecer definições
  - Passo 4 (opcional): Resumir métodos
  - Passo 5: Anunciar os resultados principais
  - Passo 6: Declarar o valor da pesquisa
  - Passo 7: Descrever a estrutura do artigo
- O autor observa que os passos 2, 3 e 4 não só são opcionais, como também não são tão fixos como os demais. Os passos 5, 6 e 7 são possíveis em algumas áreas e em outras não. (SWALES, 2004, p.230, 232 – tradução nossa)

Comparando o que Swales apresenta com as informações dos manuais, vemos que há algumas que aparecem em um e no outro. A diferença é que o modelo de Swales é sistematizado, organizando os elementos de forma lógica e da maneira como costumam figurar nos textos. Mas, pensando que nosso foco são os artigos da área de linguística, os dados de Dzong (200-) acabam sendo mais significativos, já que são oriundos de artigos dessa área. Assim, os artigos de linguística estudados por esse autor, apresentaram, na Introdução, os seguintes passos: i) estabelecimento de um território, resumindo pesquisas prévias e fazendo inferências a partir desses estudos; ii) estabelecimento de um nicho, por meio da indicação de lacuna e apresentação do presente estudo, descrevendo-o e apresentando as questões da pesquisa ou as hipóteses.

### 2.2.2 O Referencial teórico

A NBR 6022, após a Introdução, se refere apenas ao desenvolvimento, o qual é definido como “Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024, que variam em função da abordagem do tema e do método.” (ABNT, 2003, p.4). Essas subdivisões do Desenvolvimento englobam os elementos Referencial teórico, Material e métodos, Resultado, Discussão e Conclusão. Neste tópico, enfocaremos o Referencial teórico.

O *Referencial teórico* pode receber outros nomes, como *Marco teórico* ou *Revisão de Literatura*. Segundo Nascimento-e-Silva (2012, p.63), esta “[...] é a parte do artigo científico onde aparece, pela primeira vez, uma tentativa de resposta para a pergunta de pesquisa. Essa resposta, é claro, tem que estar baseada na literatura.”

Pereira (2013) aponta dois tipos de revisão comuns nos artigos da área de Medicina: revisão narrativa e revisão sistemática. A primeira visa ao levantamento de literatura sobre dado tema de maneira geral, possibilitando a construção do estado da arte. A segunda apresenta a literatura de forma limitada ao viés adotado no artigo, de modo a favorecer um panorama dos resultados dos trabalhos mais relevantes sobre o assunto.

Com relação à redação do *Referencial*, os manuais de metodologia costumam indicar a norma ABNT específica e trazem uma breve explicação quanto aos tipos de citação: direta, indireta e citação de citação. Secaf (2007, p.39) ressalva também que essa parte do texto não deve se parecer com uma “colcha de retalhos”, mas as ideias dos autores devem ser aproximadas ao tema proposto.

Os materiais de metodologia, de modo geral, seguem a ABNT e, quando tratam do Referencial, dão atenção especial somente às formas da citação. Motta-Roth e Hendges (2010), por outro lado, baseiam-se em pesquisas científicas cujo objeto de estudo foi essa seção. Dessa forma, as autoras trazem informações mais pontuais em relação ao Referencial.

Segundo elas, além de ser um traço característico da pesquisa e uma forma de utilização, reconhecimento e crédito para a criação intelectual de outros pesquisadores, a apresentação da teoria que embasa o estudo ancora a pesquisa na área do conhecimento e na produção prévia da área, bem como incorpora ao texto a voz de autoridade e posicionamento intelectual (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010).

Pensando no *Referencial teórico* como movimento de “situar a pesquisa”, as autoras descrevem as subfunções dessa seção: “estabelecer interesse profissional no tópico” e “fazer generalizações do tópico” por meio de citações genéricas da literatura da área, “citar pesquisas prévias”, “estender pesquisa prévias”, “contra-argumentar pesquisas prévias”, “indicar lacunas em pesquisas prévias”, por meio de citações com intuito de estabelecer o conhecimento prévio relativo ao assunto do artigo (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p.93). Além da estrutura retórica, as autoras apontam as características linguísticas típicas dessa seção do artigo, como verbos (tipos e tempos) e maneiras de introduzir citações.

Nos estudos linguísticos que embasam este capítulo (SWALES, 1998, 2004; DZUNG, 200-), não se fala da seção referencial teórico porque os artigos analisados seguem o modelo internacional IMRD, no qual a teoria aparece nos movimentos da introdução estabelecer o território e estabelecer o nicho. Essa lacuna serve para reforçar o argumento que defendemos neste trabalho, qual seja, a importância de um olhar nacional para a produção nacional.

### **2.2.3 A Metodologia**

A seção *Material e métodos* pode receber outros nomes, conforme a metodologia empregada e a área do conhecimento, como no caso da Química, em que pode ser *Metodologia* ou *Parte Experimental* (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007) ou da Medicina, em que é denominada *Método* (PEREIRA, 2013). Essa seção traz o material e os procedimentos adotados na pesquisa de modo a poder responder a questão central da investigação. Inclui, dentre outros, o tipo de delineamento, a forma de seleção dos indivíduos para compor a amostra do estudo, a maneira de coletar dados e de analisá-los (PEREIRA, 2013; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007).

A descrição detalhada dos materiais e procedimentos esclarece como, onde e quando o estudo foi realizado e fornecer informações necessárias e suficientes para o leitor entender a investigação, seus aspectos positivos e limitações. Com o conhecimento dos detalhes da pesquisa, é possível avaliar a qualidade, a aplicabilidade e a reaplicabilidade dos resultados (PEREIRA, 2013; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007). Essa reaplicabilidade, ou seja, a possibilidade de outro investigador repetir o estudo, segundo Secaf (2007, p.40),

“[...] constitui a base para que os estudos tenham valor científico e, conseqüentemente, permitirá que o parecerista do periódico ou os membros da banca examinadora [...] ou ainda da comissão científica do evento, tenham condições adequadas para julgar o texto apresentado.

A relação entre metodologia e cientificidade do texto não é feita só por Secaf (2007), mas também por Nascimento-e-Silva (2012). Pelas citações acima, vemos que os manuais de metodologia preconizam que a metodologia é um elemento essencial no artigo, por se relacionar diretamente com a cientificidade do texto.

Sintetizando o que os autores citados acima apresentam, temos as seguintes características da Metodologia:

- Descrição do procedimento de coleta de dados: fonte dos dados, amostras/ critérios de amostragem, instrumentos, materiais, local, população etc.
- Descrição do experimento: narração do processo experimental, tipo de pesquisa etc.
- Descrição do processo de análise dos dados: definição de terminologias, processo de classificação dos dados, identificação do procedimento/ instrumento analítico, métodos estatísticos, variáveis etc.

Apesar de não utilizarem a denominação “movimentos retóricos”, os manuais de metodologia descrevem a estrutura dessa seção de maneira semelhante à descrita por Motta-Roth e Hendges (2010). Esses passos foram também identificados por Dzung (200-), mas com a diferença de que, além da descrição do procedimento de coleta dos dados, da amostra e dos instrumentos de pesquisa, os artigos de linguística narram os passos da coleta de dados, justificam o procedimento e narram o procedimento de análise dos dados.

#### 2.2.4 A Análise ou Resultados e discussão

Os itens *Resultados* e *Discussão* podem aparecer separados ou combinados. A seção *Resultados* mostra o que foi encontrado na pesquisa, ou seja, apresenta os dados originais obtidos e sintetizados pelo autor, com o intuito de fornecer resposta à questão que motivou a investigação. (PEREIRA, 2013; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007)

Se houver necessidade, os principais achados são acompanhados do respectivo tratamento estatístico e/ ou de elementos visuais, como tabelas e gráficos, servindo de apoio ao texto. Os elementos visuais não substituem o texto, mas, ao mesmo tempo, devem ser autoexplicativos para que o leitor compreenda o conteúdo. (PEREIRA, 2013; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007).

Os *Resultados* normalmente são organizados segundo as características principais dos participantes do estudo: a descrição da amostra; achado principal: a resposta a questão postulada na investigação; outros achados: objetivos secundários e informações adicionais relevantes, tais como resultados discrepantes ou em subgrupos. A ordem de apresentação das informações pode seguir a importância dos eventos, a sequência temporal ou a complexidade (PEREIRA, 2013).

A seção *Discussão*, segundo Pereira (2013, p.104) “[...] é a parte do artigo mais aberta à imaginação do autor. Também é a que apresenta maior variabilidade de conteúdo se comparada às anteriores.” A diferença da *Discussão* para os *Resultados* é que nestes se apresentam os achados sem comentário ou interpretação e naquela “[...] os resultados obtidos são analisados e discutidos de acordo com o que foi proposto e também de acordo com outros trabalhos já publicados referentes ao assunto em questão.” (OLIVEIRA; QUEIROZ, p.69). A discussão normalmente apresenta: realce para os achados relevantes e originais; avaliação crítica da própria pesquisa, em especial, das limitações; comparação crítica com a literatura pertinente; interpretação dos achados (PEREIRA, 2013; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2007; SECAF, 2007).

Os estudos da linguagem, por outro lado, apontam uma ordenação fixa para a seção de resultados e discussão, apesar de esses elementos poderem se apresentar na mesma seção ou separados um do outro. De qualquer forma, resultados se refere à descrição dos dados encontrados, enquanto a discussão visa

à análise desses dados atrelada às questões da pesquisa expostas na Introdução. Segundo o autor, nessa seção é necessário correlacionar os dados obtidos a resultados de pesquisas anteriores.

Motta-Roth e Henges (2010, p.128) sintetizam desta maneira a organização retórica da seção Resultados e discussão:

- Movimento 1 – Recapitulação de informação metodológica
- Movimento 2 – Declaração dos resultados
- Movimento 3 – Explicação do final (in)esperado
- Movimento 4 – Avaliação da descoberta
- Movimento 5 – Comparação da descoberta com a literatura
- Movimento 6 – Generalização
- Movimento 7 – Resumo
- Movimento 8 – Conclusão

Observe-se que, caso o artigo siga a estrutura IMRD, a conclusão pode não aparecer como seção, mas como os parágrafos finais da discussão. Esses movimentos foram também encontrados nos dados de Dzung (200-), o que nos leva a concluir que, dentro do modelo IMRD, a seção de resultados e discussão é a que menos apresenta variação.

### 2.2.5 A Conclusão

Finalizando a estrutura textual do artigo, apresenta-se a *Conclusão*, também denominada *Considerações finais*. Ela é a “Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses.” (ABNT, 2003, p.4). Ela inclui generalização, implicações, perspectivas, recomendações e, “Se o escritor *não está convencido* de que tem a resposta para a questão postulada na investigação, afirmativa ou negativa, ele expressa a cautela em sua conclusão.” (PEREIRA, p.122)

Nos estudos da linguagem, a conclusão é abordada conjuntamente com a discussão, visto que, de modo geral, esses estudos consideram como modelo-padrão o IMRD, já que costumam analisar artigos publicados em periódicos internacionais ou tomam Swales (1998) como base teórico-metodológica. Motta-Roth e Henges (2010) aponta características semelhantes às que costumam figurar nos manuais de metodologia e também apresentam as características linguísticas típicas dessa seção. Dzung (200-) encontrou a seguinte sequência fechando a discussão:

extração ou afirmação das conclusões, avaliação do estudo, indicação de limitações, sugestões e implicações do estudo, recomendações para futuras pesquisas.

Conhecer as partes do texto, bem como os movimentos retóricos típicos, apesar de esses movimentos não ser o foco da análise deste capítulo, forneceu a este estudo informações que irão corroborar a classificação dos elementos textuais dos artigos, especialmente considerando que, em certos casos, em vez dos nomes típicos (referencial teórico, metodologia, etc.) são dados títulos às seções.

Além disso, neste tópico, pudemos perceber que as normas ABNT e os manuais de metodologia se prendem a detalhes técnicos da construção do texto. Por outro lado, os estudos feitos por pesquisadores se preocupam não só com a “forma”, mas também com o conteúdo e o modo como se apresenta nos elementos textuais.

### 2.3 METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é verificar como os elementos textuais figuram em artigos “alta qualidade” e “demais artigos”, de modo a responder aos seguintes questionamentos: quais são os elementos textuais obrigatórios do artigo científico, independente de se tratar de artigo de revisão, experimental ou teórico? A norma ABNT e os manuais de metodologia dão conta desses elementos? A presença ou a ausência desses elementos textuais nos artigos analisados permite diferenciar artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”?

Como nos interessa a diferenciação “alta qualidade” e “demais artigos”, a análise empreendida neste capítulo contempla dois *corpora*:

- *Corpus 1* – “alta qualidade”:
  - a. Composto por vinte e quatro (24) artigos retirados de periódicos com Qualis A1, A2, B1, todos publicados no período entre julho e dezembro de 2012.
  - b. Quatro (4) artigos foram selecionados dos periódicos participantes da pesquisa do capítulo 1.
  - c. Os outros vinte (20) foram selecionados em periódicos constantes na listagem Qualis, sendo sete (7) Qualis A1, sete (7) Qualis A2, sete (6) Qualis B1.

- *Corpus 2* – “demais artigos”:
  - a. Composto por vinte e três (24) artigos retirados de periódicos com Qualis B2, B3, B4 e B5, todos publicados no período entre julho e dezembro de 2012.
  - b. Três (3) artigos foram selecionados dos periódicos participantes da pesquisa do capítulo 1.
  - c. Os outros vinte (21) foram selecionados em periódicos constantes na listagem Qualis, sendo cinco (5) B2, cinco (5) B3, cinco (5) B4, seis (6) B5.

Para selecionar os artigos, procedemos da seguinte maneira. A partir da listagem Qualis, buscamos periódicos que tivessem números publicados entre julho e dezembro de 2012, estivessem com chamada aberta à época da seleção (janeiro de 2014) ou fossem de submissão constante, com publicação regular nos últimos três anos pelo menos. Selecionados os números dos periódicos, procedemos a leitura de todos os resumos dos artigos constantes naquele número. A partir das informações constantes nos resumos, selecionamos artigos cujos estudos focalizavam o texto dentro de alguma vertente dos estudos da linguagem. Se não havia artigo cujo objeto era o texto, escolheu-se então artigo cujo objeto era algum aspecto gramatical. Se nenhum dos artigos cumpria esses critérios, sorteou-se um artigo daquele número do periódico. Essa tentativa de aproximar a temática dos textos visa a atribuir aos *corpora* homogeneidade no sentido de fazer uma comparação mais próxima possível de 1:1 (“um para um”, isto é, artigos de uma mesma área, com referencial teórico, método e *corpus* semelhantes). Não diferenciamos os artigos (de revisão, empíricos e experimentais), como fazem os analistas de gêneros, porque acreditamos que todos eles têm um denominador comum, tanto que constituem o “grande grupo” dos artigos científicos: são relatórios de uma pesquisa científica e, portanto, todos eles nasceram de um questionamento do pesquisador, o qual teve de fazer, no mínimo, um levantamento teórico (referencial) por meio de pesquisa bibliográfica (método) e teve de olhar criticamente (análise) dados, ainda que somente teóricos, e aplicou a esse olhar um aspecto quantitativo ou qualitativo.

Compostos os *corpora*, procedemos a coleta dos dados. Primeiro, verificamos as seções presentes nos artigos (Introdução/ Referencial teórico/ Metodologia/ Análise/ Conclusão). Essa verificação revelou as seguintes ocorrências:

1. as seções apareciam separadamente (conforme o esperado);
2. uma seção aparecia como subitem de outra seção;
3. mescla de duas seções;
4. seção como parágrafo inserido em outra seção;
5. ausência de seção;
6. seção inesperada;
7. texto corrido (sem divisão em seções).

Cabe observar que foram contabilizadas somente as seções primárias (1, 2, 3, etc.), não contabilizamos os subitens (1.1, 1.2, etc.) das seções. Também não contabilizamos mais de uma vez o mesmo elemento textual, caso se repetisse no artigo. Assim, por exemplo, seções do tipo “2. A perspectiva X” e “3. A perspectiva Y” foram contabilizadas como uma ocorrência de referencial teórico naquele artigo, não como duas, porque nos interessa a ocorrência dos elementos textuais. No entanto, quando o artigo apresentava, por exemplo, “2. Referencial teórico” e “3. Referencial teórico + Análise”, contabilizamos como duas seções diferentes, a primeira como seção pura e a segunda como seção mesclada.

Após esse levantamento das seções, verificamos os nomes dados para elas, sendo que havia possibilidade de:

1. utilização de nome típico da seção;
2. atribuição de título à seção;
3. seção sem nome ou título.

A seguir, explicitamos os dados obtidos em cada *corpus*, analisando as ocorrências quantitativa e qualitativamente.

#### 2.4 ANÁLISE DOS CORPORA

Dos vinte e quatro (24) artigos “alta qualidade”, vinte e dois (22) apresentaram divisão em seções e dois (2) apresentaram texto sem divisão (texto corrido). Dos vinte e quatro (24) “demais artigos”, vinte e três (23) apresentaram divisão e um (1) apresentou texto sem divisão.

Nos dois grupos – “alta qualidade” e “demais artigos” – as seções correspondentes a cada um dos elementos textuais (Introdução/ Referencial teórico/ Metodologia/ Análise/ Conclusão) se apresentaram de quatro formas diferentes: 1)

elementos textuais correspondendo a seções “puras”; 2) inserção de um elemento textual em outro; 3) dois elementos textuais aparecem mesclados numa única seção; 4) elemento textual apresentado como subitem de outro elemento. Vejamos cada um deles abaixo.

1) *Elementos textuais correspondendo a seções “puras”:*

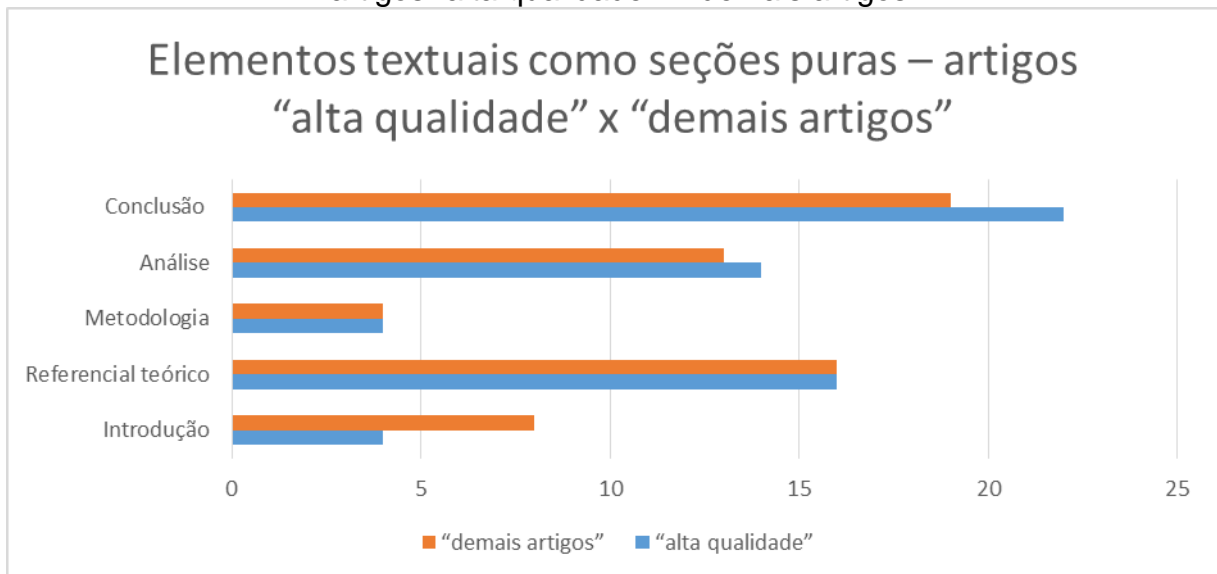
Vejam-se os dados abaixo:

**Quadro 16:** Elementos textuais como seções puras – artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

	“alta qualidade”	“demais artigos”
Introdução	4	8
Referencial teórico	16	16
Metodologia	4	4
Análise	14	13
Conclusão	22	19

**Fonte:** a autora com base nos dados da pesquisa

**Gráfico 1:** Elementos textuais como seções puras – artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



**Fonte:** a autora

Os dados do quadro e do gráfico acima estão diretamente ligados aos dados abaixo, portanto vejamos primeiro do que se trata e, a seguir, comentaremos o achado.

2) *Inserção de um elemento textual em outro:*

A seção apresenta nome de um elemento textual, mas, no texto, ocorrem dois elementos claramente demarcados. Nesse caso, por exemplo, a seção é nominada como Introdução e, além dos elementos introdutórios típicos, apresenta elementos da Metodologia ou do Referencial teórico. No quadro abaixo, essa inserção está representada por “Seção [§ seção]” ou “Seção [seção]”, sendo que entre colchetes está a seção inserida:

**Quadro 17:** Inserção de um elemento textual em outro – artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

	“alta qualidade”	“demais artigos”
Introdução [§ Metodologia]	14	14
Introdução [§ Referencial teórico]	3	0
Introdução [§ Metodologia] [Referencial teórico]	1	0
Referencial teórico [§ Conclusão]	0	1
Metodologia [Referencial teórico]	1	0
Análise [§ Metodologia]	1	0
Análise [§ Conclusão]	0	1

**Fonte:** a autora com base nos dados da pesquisa

Os dados do quadro 16 poderiam levar a crer que a seção de Introdução apareceu muito pouco no *corpus*. Contudo, ao observamos o quadro 17, vemos que, nos dois grupos, houve a tendência de baixo uso da Introdução como seção pura, sendo a preferência pela Introdução com inserção de elementos metodológicos ou teóricos. Essa presença de parágrafo metodológico na Introdução se justifica porque o *corpus* era composto, em sua maioria, de artigos cuja metodologia é simples, não há muitos detalhes a serem descritos (pesquisa bibliográfica e/ ou pesquisa documental, por exemplo).

A inserção de parágrafos metodológicos, por seu turno, justifica a baixa presença da Metodologia como uma seção pura. Em relação a essa seção, observamos também sua ausência em dois artigos “alta qualidade” e em seis “demais artigos”. Do ponto de vista dos estudos da linguagem, estamos buscando encontrar regularidades e possibilidades nos artigos científicos, portanto bastaria dizer que isso foi também observado por Swales (2004) em artigos de humanidades e poderia revelar uma tendência das ciências humanas e da linguística.

Como atuamos no ensino de metodologia da pesquisa, essa ausência de um elemento considerado fundamental ao texto científico nos incomoda porque, sob o olhar metodológico, é uma grave falha científica. Acreditamos que, mesmo quando o método aplicado é somente a pesquisa bibliográfica, houve a aplicação de um método científico e isso deve ser explicitado, de modo a mostrar ao leitor que aquele artigo é resultado de uma pesquisa científica. Em nossa prática em sala de aula, percebemos que alunos acostumados a ler artigos sem metodologia tendem a achar que escrever um artigo é algo simples, bastar ler alguma coisa e fazer citações. No entanto, nós, pesquisadores, sabemos que toda produção acadêmica demanda pesquisa prévia, objetivo, sistematização. E reiteramos, ainda que nossa pesquisa seja bibliográfica ou documental, temos de sistematizar nossa coleta e nossa análise dos dados. Assim, não expor o método, em poucas palavras ou em uma seção específica, deixa uma lacuna nesse relatório de pesquisa materializado em forma de artigo científico.

Pois bem, voltando aos quadros 16 e 17, vemos que o Referencial teórico inserido na Introdução foi observado em quatro artigos “alta qualidade”, os quais apresentam organização semelhante ao modelo IMRD descrito por Swales (1998). Mas a maioria, nos dois grupos, apresentou Referencial teórico como seção pura. Infere-se que essa preferência seja influenciada pela especificidade da área, cujas discussões, muitas vezes, demandam um embasamento teórico mais extenso se comparadas com estudos da área de saúde, por exemplo.

A Análise aparece como seção pura em pouco mais da metade dos textos de cada grupo (63,6% nos “alta qualidade” e 56,5% nos “demais”). No restante, ela vai aparecer com seção inserida ou mesclada a outro elemento (veremos isso abaixo). Num artigo “alta qualidade” é inserido parágrafo metodológico no início da Análise e em um dos “demais”, é inserido parágrafo conclusivo no final da Análise. Por ser apenas uma ocorrência de cada tipo, infere-se que essa não é uma prática usual nos artigos de Linguística. No caso da conclusão como parágrafo final da análise, pode ser uma influência do modelo IMRD, em que a discussão (D), similar à análise, é concluída com um parágrafo, sem obrigatoriedade de apresentar a conclusão como seção pura. Em um artigo “alta qualidade” e em quatro “demais artigos” não ocorre análise como seção ou como parágrafo. Essa ausência de análise foi observada em pesquisas essencialmente bibliográficas, isto é, o pesquisador fez um artigo de revisão ou teórico.

A Conclusão foi a seção que se apresentou pura na totalidade dos artigos “alta qualidade” (22 ocorrências em 22 artigos – 100%) e na maioria dos “demais artigos” (19 ocorrências em 23 artigos – 82,6%). Nos outros quatro “demais artigos”, a conclusão apareceu como parágrafo no Referencial teórico e na Análise, conforme visto acima, e como parágrafo na Análise, ocorrência computada no quadro abaixo, por haver também mescla de seções. Somente um artigo dos “demais” não apresentou conclusão. Essa falta prejudicou o texto, pois não houve o fechamento da discussão apresentada no texto, o que mostra que essa seção, seja como parágrafo, seja pura, faz falta para o entendimento do texto como um todo.

3) *Dois elementos textuais aparecem mesclados numa única seção:*

Nesse caso, os elementos estão misturados, havendo diálogo entre eles. A seção recebe um título referente ao assunto do artigo ou um título que indica essa mescla, como “procedimentos teórico-metodológicos”. Na construção do texto também ocorre mistura; por exemplo: apresenta-se um conceito teórico e se analisam dados; apresenta-se outro conceito teórico e se analisam outros dados, e assim sucessivamente no decorrer da seção. No quadro abaixo, essa mescla está representada por sinal de adição entre as seções (+):

**Quadro 18:** Seções mescladas – artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

	“alta qualidade”	“demais artigos”
Referencial teórico + Análise	3	5
Referencial teórico + Análise [§ Conclusão]	0	1
Referencial teórico + Metodologia	0	2
Metodologia + Análise	1	0

**Fonte:** a autora com base nos dados da pesquisa

Foram poucas as mesclas de seções, sendo a maioria a junção de teoria e discussão, quando os autores apresentam o conceito e já analisam os dados, caracterizando a estrutura textual do artigo em introdução/ desenvolvimento/ conclusão. Convém destacar que, nesses casos, foram apresentados diferentes conceitos ou diferentes aportes teóricos, de modo que a análise foi apresentada próxima a seu embasamento, facilitando a compreensão do texto. A junção de teoria e método se justifica pelo fato de que, em certos casos, um irá influenciar o outro, por isso é interessante apresentá-los como “pressupostos teórico-metodológicos”.

4) *Elemento textual apresentado como subitem de outro elemento:*

Em vez de se apresentar como seção primária, a seção é apresentada como seção secundária, isto é, subordinada a outra, por exemplo, “4. Metodologia” e “4.1 Análise”. No quadro abaixo, essa subordinação está representada por “Seção {seção}” – entre chaves, a seção subordinada:

**Quadro 19:** Elementos textual como subitem de outro elemento  
– artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

	“alta qualidade”	“demais artigos”
Referencial teórico {Metodologia}	0	1
Metodologia {Análise}	2	0

**Fonte:** a autora com base nos dados da pesquisa

Foram poucas ocorrências, mas chamou a atenção essa forma inesperada de apresentar elementos textuais originariamente “independentes”. Nos textos, esses elementos apresentados como subitens de outros lembram as ocorrências de elementos inseridos, mas, nesse caso, não se trata de um trecho curto que não demandaria a abertura de uma nova seção; aqui, os subitens apresentam conteúdo suficiente para, inclusive, constituir uma seção pura, mas o elemento ao qual foi subordinado não apresenta quantidade expressiva de conteúdo quando comparado às outras seções do mesmo artigo. Assim, subordinar um elemento a outro “esticou” o elemento textual “curto”. Trata-se, em nossa avaliação, de uma preocupação com a estética harmônica da divisão entre as seções principais do texto.

Apesar dos números diferentes, podemos generalizar que não houve diferença significativa em relação às quatro formas acima entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”. Vejamos, então, se existe diferença na organização desses elementos textuais.

Swales (1998; 2004), em sua análise, verificou a prevalência da estrutura Introdução/ Método/ Resultados/ Discussão (IMRD), sendo que o Referencial teórico aparece na Introdução e a Conclusão como fechamento da Discussão. Esse autor salientou, contudo, que há possibilidade de variação nessa estrutura, especialmente quando se comparam diferentes áreas do conhecimento.

Essa observação do autor foi também observada em pesquisas posteriores, como foi o caso de Costa (2012), cujos dados apontaram a existência de dois modelos de estruturação de artigos científicos – IMRD e IDC – e a possibilidade de

variações nesses modelos, dependendo da área de conhecimento (a autora comparou artigos das áreas de Linguística, Geografia e Medicina). No nosso caso, veremos se existe essa variação nos artigos de uma mesma área de conhecimento e se essa diferença é significativa em relação aos dois grupos estudados aqui.

Em termos de ordenação dos elementos, tanto nos artigos “alta qualidade” quanto nos “demais artigos”, observamos que os elementos Introdução e Conclusão mantêm-se no mesmo lugar, isto é, um introduzindo e outro concluindo. Com relação às outras seções, observamos algumas variações.

Nos artigos “alta qualidade” essa variação se dá pela apresentação primeiro da Metodologia e depois do Referencial teórico em dois artigos do *corpus*. Em outros dois artigos, foram apresentadas seções que não correspondem a elemento textual. Em um deles, há a seção “Justificativa da escolha do tema”, no outro, a seção “*Corpus*”. A justificativa é, tradicionalmente, um elemento da Introdução e o *corpus*, um elemento da Metodologia, mas a apresentação desses itens como seção permitiu ao autor aprofundar a apresentação desses elementos, bem como destacar certos pontos deles. Conforme apontou Aragão (2011), a variação do modelo-padrão normalmente ocorre quando se quer enfatizar um elemento. O autor destaca que, mesmo na escrita científica, caracterizada pela fixação de modelos, há espaço para certa liberdade de escrita. Assim, em nosso *corpus*, a maioria dos artigos “alta qualidade” apresenta um modelo fixado em Introdução [§Metodologia]/ Referencial teórico/ Análise/ Conclusão.

No caso dos “demais artigos”, o modelo fixado é o mesmo dos “alta qualidade”. A diferença é que, nos “demais artigos”, apareceram organizações atípicas. Por exemplo, um artigo apresenta duas seções introdutórias, uma seção teórica, na sequência uma seção que mescla teoria e análise e finaliza com a seção conclusiva. Outro artigo apresenta Introdução, seguida de seção mesclando Referencial teórico e Análise, depois três seções teóricas distintas, uma seção de análise, mais uma mescla de teoria e análise, mais uma seção teórica e finaliza com a Conclusão.

Em relação aos nomes dados às seções, observamos, nos artigos “alta qualidade”, o predomínio dos nomes “Introdução” (19 ocorrências) e “Considerações finais” (14 ocorrências). As seções Referencial teórico e Análise, na maioria dos casos (13 ocorrências e 10 ocorrências, respectivamente), receberam títulos diversos, relacionados ao conteúdo do artigo. Em um artigo, a Introdução não

recebe nome, em outro é chamada de “Considerações preliminares” e em outro recebe um título (“Vetores estilísticos”). Ocorreram seções teóricas sob os nomes “Fundamentação teórica”, “Bases teóricas”, “Abordagens teóricas” (uma ocorrência de cada nome). Metodologia aparece duas vezes e “Diretrizes metodológicas” uma vez. Para a seção de Análise, foram usados uma vez cada um: “Análise”, “Análise e discussão dos resultados”, “Apresentação e discussão dos dados”, “Análise e discussão”. A seção conclusiva foi nomeada quatro vezes de “Conclusão” e duas vezes recebeu título. As seções mescladas receberam títulos diversos e, em um caso, foi chamada de “Desenvolvimento”.

Nos “demais artigos”, observou-se a mesma tendência dos “alta qualidade”: as seções introdutória e conclusiva receberam predominantemente os nomes “Introdução” (16 ocorrências) e “Considerações finais” (15 ocorrências). A Introdução também foi chamada de “Considerações iniciais (duas ocorrências), recebeu título em três ocasiões e, em duas, aparece sem título. As considerações finais foram também chamadas de “Conclusão”, “Reflexões finais” e “Considerações (in)conclusivas”. Em 18 ocorrências, a seção teórica recebeu algum título, em uma foi chamada de “Referencial teórico”, em outra de “Fundamentação teórica” e em outra de “Pressupostos teóricos”. Os nomes “Metodologia”, “Corpus e metodologia”, “Metodologia de análise”, “Aspectos metodológicos” apareceram uma vez cada um. O nome “Análise aparece” duas vezes; “Apresentação e análise dos dados”, “Resultados”, “Apresentação e análise dos dados”, “Resultados e discussão” aparecem uma cada um; em nove ocorrências, a análise recebe título. As seções mescladas apareceram com títulos diversos e, em um caso, como “Pressupostos teórico-metodológicos”.

## 2.5 CONCLUSÃO

Aragão (2011), em sua pesquisa, defende que a estrutura IMRD predomina nas ciências biológicas, agrárias e da saúde por elas tenderem aos padrões das publicações internacionais. Queríamos, neste capítulo, lançar um olhar local para a produção nacional no sentido de descobrir a tendência dos artigos da área de Linguística em relação aos elementos textuais dos artigos e verificar se haveria diferença significativa entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”.

Em relação aos elementos textuais presentes no texto, verificamos a possibilidade de eles aparecerem de quatro formas diferentes: como seção pura; como elemento inserido numa seção; como elementos mesclados numa única seção e como subitem de um outro elemento. Quanto às preferências por uma ou outra forma, não houve diferenças significativas entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”.

A partir da forma como os elementos textuais se comportam, consideramos o lugar em que aparecem na estrutura do texto, mas também não houve diferença significativa entre os grupos, em termo de quantidade. Assim, do ponto de vista linguístico, seguindo os estudos apontados no Referencial teórico, podemos generalizar que os artigos de Linguística apresentam os elementos textuais Introdução e Conclusão fixos; o elemento Metodologia tende a aparecer como parágrafo na Introdução e o desenvolvimento do texto apresenta os elementos Referencial teórico e Análise. Há, também a possibilidade de o Referencial teórico aparecer inserido na Introdução ou a Metodologia inserida na Análise.

No entanto, lançando olhar qualitativo para os dados, entendendo a organização textual como uma qualidade associada à capacidade do autor de adequar seu texto à praxe acadêmica, observamos que os artigos “alta qualidade” apresentam pouca variação quanto à estrutura comumente adotada em artigos científicos, enquanto nos “demais artigos” existe a possibilidade de subverter essa organização estrutural, apresentando estruturas atípicas (repetição de elementos textuais e mudança significativa na estrutura convencional).

Na análise empreendida, queríamos também descobrir se há elementos obrigatórios nos artigos, independentemente de ser artigo de revisão, experimental ou teórico. Pois bem, os elementos que não apareceram em certos artigos dos dois grupos foram a Introdução (1 artigo), a Metodologia (6 artigos), Análise (5 artigos) e Conclusão (1 artigo). Considerando isso, o único elemento textual essencial seria o Referencial teórico. No entanto, como já frisamos anteriormente, nossa atuação no ensino de metodologia de pesquisa acaba influenciando nosso olhar, até porque estamos falando da produção nacional e essa produção segue tendências e normatizações nacionais, ou seja, aquilo que é ensino nas disciplinas de metodologia científica e as normas ABNT. Nesse sentido, considerando o que esses materiais metodológicos apresentam, vemos com preocupação a falta de elementos textuais num artigo, em especial a Metodologia.

Em nosso entendimento, a ausência de análise pode ser justificada pelo tipo de pesquisa realizada: uma pesquisa essencialmente bibliográfica levanta dados teóricos, os quais vão ser discutidos no decorrer do texto. Por outro lado, artigos experimentais ou empíricos envolvem, necessariamente, uma pesquisa que fornecerá dados, os quais precisarão ser analisados, sendo, nesse caso, obrigatória.

Contudo, consideramos que a ausência das seções introdutória e conclusiva prejudica o entendimento do texto. Na Introdução, apresenta-se o tema, a importância do artigo, o objetivo da discussão, entre outras informações que vão funcionar como uma apresentação do que está por vir no texto. Já a Conclusão é o momento de o autor “fechar os pontos”, isto é, mostrar de que forma se cumpriram os objetivos do texto, bem como de ele fazer considerações e generalizações acerca de sua pesquisa. Assim como grande parte dos textos, é necessário ao artigo introduzir, desenvolver e concluir um assunto.

Mais grave, em nossa opinião, é a ausência de Metodologia. Se considerarmos que o artigo científico é produto de uma pesquisa científica, então ele precisa espelhar a realização dessa pesquisa, especialmente o tipo de pesquisa e/ou o método aplicado. Defendemos aqui não os “manuais de metodologia”, mas a necessidade de que a pesquisa e o relato dessa pesquisa tenham uma metodologia apropriada para a área de conhecimento, independentemente de ser um parágrafo na Introdução ou uma seção pura, garantindo, assim, a possibilidade de replicação da pesquisa – um dos fatores de cientificidade da pesquisa conforme Nascimento-e-Silva (2010) e Pereira (2013).

Essas falhas, de certa forma, prejudicam nossa produção na medida em que não seguem a tendência das ciências de modo geral, sendo esse, possivelmente, um fator de baixa aceitação de artigos brasileiros em periódicos internacionais. Além disso, devido à nossa atuação na pesquisa e no ensino de metodologia científica, não concordamos com o fato de que pesquisadores de outras áreas continuem desmerecendo o trabalho que realizamos em nossa área, perpetuando o mito de que não fazemos ciência. Fazemos ciência e precisamos mostrar aos outros que fazemos ciência de qualidade. Mas, para isso, precisamos refletir sobre a qualidade de nossa produção, pensar acerca da cientificidade de nossa área, sobre os tipos de pesquisa e os métodos científicos que adotamos, se for o caso desenvolver um “manual de metodologia” adequado às pesquisas que fazemos, de modo a aumentar

o número de pesquisadores com chances de publicar não só em periódicos “alta qualidade” nacionais, mas também em periódicos internacionais.

### **CAPÍTULO 3: FORMAS E FUNÇÕES DAS CITAÇÕES E COMPORTAMENTO DO LOCUTOR PREDOMINANTES NOS ARTIGOS DE LINGUÍSTICA**

Neste capítulo pretendemos responder à questão: se os artigos “alta qualidade” são de autoria de doutores com efetiva contribuição científico-acadêmica para a área, a diferença entre “alta qualidade” e “demais artigos” estará nas vozes que são acionadas nos textos? Portanto, o objetivo deste capítulo é identificar se as formas e funções do discurso citado presentes nos artigos e o comportamento do locutor citante contribuem para a diferenciação entre “alta qualidade” e “demais artigos”.

O texto acadêmico se constrói a partir da aplicação de um método científico, embasado teoricamente: trata-se da pesquisa bibliográfica. Essa bibliografia consultada aparece no texto sob a forma de citações. Contudo, os dizeres do outro não devem ser “colados” ao discurso do citante, mas sim constituir um diálogo. Assim, a citação pode ser entendida como um processo pelo qual o locutor apropria-se de um conteúdo de um discurso para aplicá-lo em outro, atribuindo-lhe novo significado. Ao colocar um enunciado no interior de outro, ele manifesta-se a respeito desse enunciado, o que implica um comprometimento com o que está sendo dito, mesmo que sejam palavras atribuídas a outro enunciador.

No entanto, o que se apresenta na normatização e nos manuais de metodologia são apenas elementos relacionados à formatação da citação, sem qualquer referência a ela como um discurso inserido em outra e às implicações disso. Dessa forma, no próximo item, apresentamos o modo como a citação é descrita na norma NBR 10502 (ABNT, 2002) e nos manuais de metodologia, os quais são materiais de consulta dos autores dos artigos. Depois disso, elaboramos referencial teórico acerca da citação na ciência da informação e nos estudos da linguagem. A seguir, descrevemos a metodologia da pesquisa e apresentamos as análises qualitativa e quantitativa-comparativa das formas e funções da citação e o comportamento do locutor citante, fechando o capítulo com a conclusão.

### 3.1 COMO A CITAÇÃO É DESCRITA NA NBR 10520 E NOS MANUAIS DE METODOLOGIA

Quando se trata do texto acadêmico, convém consultar a normalização específica. A norma NBR 10520 “[...] especifica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos.” (ABNT, 2002, p.1) e define:

- 3.1 citações: Menção de uma informação extraída de outra fonte
- 3.2 citação de citação: Citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original.
- 3.3 citação direta: Transcrição textual de parte da obra do autor consultado.
- 3.4 citação indireta: Texto baseado na obra do autor consultado. (ABNT, 2002, p.1-2)

Após apresentar essas definições, o documento normaliza a localização das citações (elas podem aparecer no texto ou em notas de rodapé), as regras gerais de apresentação, ou seja, de que modo devem ser feitas as chamadas (fornecimento de informações suficientes para se localizar sua referência ao final do texto bem como permitir a consulta à fonte original da citação: sobrenome do autor, ano da publicação e número da página). É especificada também a forma de apresentação visual das citações no texto (uso de aspas, letras em tamanho e espaçamento diferenciados, indicação de supressões, ênfase ou destaque, inserção de comentários, etc.).

Por se tratar de normalização elaborada por um órgão técnico, vê-se que a norma da ABNT focaliza a forma de se fazer citação. Por outro lado, nos Manuais de Metodologia, produzidos especificamente para orientar a produção dos textos acadêmicos e geralmente publicados por editoras de universidades, há uma abordagem mais detalhada do que são as citações. Isso porque tais livros têm o objetivo não só de apresentar a normalização dos textos acadêmicos, mas também de orientar sua elaboração e redação.

Tanto Severino (2006, p.106) quanto Müller e Cornelsen (1999, p.22) definem as citações como “[...] elementos retirados dos documentos dos autores pesquisados durante a leitura da documentação” e destacam a utilidade das citações para ratificar as ideias do autor da pesquisa. O autor e as autoras chamam atenção também para o fato de que as citações bem escolhidas enriquecem o texto,

pois mostram preocupação do autor com a pesquisa e a atenção dada aos autores citados, os quais se mostram “relevantes para o assunto”.

Quanto aos tipos e formas de apresentação, Müller e Cornelsen (1999) seguem a NBR 10520, mas com diferença nas nomenclaturas: as citações diretas são chamadas *textuais* e as citações indiretas são chamadas *conceptuais*. Por se tratar de um manual, a forma como as autoras condensam e organizam as regras da ABNT merece destaque, visto que se torna mais fácil a compreensão dos tipos e formas de fazer citação: as citações textuais são subdivididas em *citações curtas* (até três linhas) e *citações longas* (mais de três linhas). No caso das citações conceptuais, as autoras destacam que elas podem se apresentar de duas formas – por paráfrase e por condensação (MÜLLER e CORNELSEN, 1999, p.22-25).

Santos (2004, p.107) define citação como “[...] transcrição de idéias alheias, reconhecidas e identificadas (referenciadas) como tal, para dar suporte a um texto próprio.” O autor destaca que são citadas ideias já submetidas a e reconhecidas pela comunidade científica, o que torna o autor citado uma autoridade. A citação é tanto “um ato de justiça intelectual” quanto “um ato de honestidade científico-acadêmica” (SANTOS, 2004, p.108).

Santos (2004), Oliveira e Queiroz (2007), Salomon (2008) e Suzuki, Steinle e Battini (2009) utilizam os mesmos nomes da ABNT – citações diretas e indiretas. Suzuki, Steinle e Battini (2009) seguem a organização de Müller e Cornelsen (1999) para subdividir a citação direta em curta ou longa. Já Cervo e Bervian (1975) chamam as citações de formais ou diretas, conceptuais ou indiretas e mistas. Os manuais citados tratam da citação relacionando-a à pesquisa bibliográfica ou ao levantamento de material, fontes de pesquisa e ao fichamento.

Em capítulo específico sobre a seção *Revisão de literatura* de artigos científicos, Motta-Roth e Hendges (2010) não tratam da formação das citações porque isso, segundo as autoras, depende das normas do periódico. Elas elencam formas de introdução das citações integrais (quando o sobrenome do autor aparece na oração) e das citações não integrais (quando o sobrenome aparece entre parênteses). As autoras destacam os verbos de citação, pois, por meio deles, avalia-se positiva ou negativamente o conteúdo citado.

Pereira (2013), em material voltado exclusivamente à produção do artigo científico na área de Medicina, trata das citações em capítulo intitulado *Referências bibliográficas*. O autor classifica as fontes como literatura convencional (materiais

que passaram por revisão por pares, como livros-texto e artigos científicos, por exemplo) e literatura cinzenta (dissertações, teses, comunicações orais entre outros materiais que não passaram pela revisão por pares). Para ele:

ao citar uma obra, o autor está indicando que a conhece e ela dá respaldo ao seu escrito. O leitor espera que o autor tenha lido as obras citadas e escolhido as mais adequadas. [...] As obras citadas corroboram o que se relata e trazem informações adicionais ou esclarecimentos para complementar os pontos levantados. (PEREIRA, 2013, p.132)

Pereira (2013) destaca que a escolha de quem citar não deve ser influenciada por simpatia, afiliação institucional ou partidária ou outras formas de corporativismo. A escolha das citações deve seguir critérios de relevância, acessibilidade e atualidade, embora, em certos casos, seja importante citar fontes antigas. Com relação aos tipos, o autor utiliza a terminologia citação textual (equivalente à citação direta), citação livre (equivalente à citação indireta) e citação indireta (equivalente à citação de citação).

Apesar de abordarem as diferentes formas de citação e fornecerem exemplos de como devem ser feitas, os manuais de metodologia científica nem sempre são bem avaliados. Dias (2005) aponta que esses Manuais são pouco apropriados por não abrangerem a heterogeneidade das práticas discursivas dos gêneros científicos. Ao focalizar aspectos técnicos e o produto, essas obras não apresentam as possibilidades, os efeitos enunciativos e os significados de recorrer ao discurso de outrem.

Visão semelhante têm Boch e Grossmann (2002, p.97):

[...]Além do caráter normativo das recomendações (que provocam impasse em relação à heterogeneidade das práticas dos especialistas), os estudantes universitários são colocados frente a exigências contraditórias: citar, mas não muito, dar prova de originalidade, mas se referir permanentemente ao discurso dos professores.

Boch e Grossmann (2002) e Bessa (2011) acreditam que as classificações dos tipos de citação e as instruções ou exigências denotam a visão da citação como uma ação guiada unicamente por regras de como fazer. Apoiar-se na voz do outro

se reduz a uma “questão de medida”, a algo técnico; em vez de questionamento ou resolução de problema teórico, converte-se em mera exigência do texto acadêmico, como se o modelo ideal desse conta das possíveis variações e dos diferentes papéis da citação (BOCH; GROSSMANN, 2002; BESSA, 2011).

Bessa (2011, p.422-423) afirma ser necessário

[...] reivindicar o citar em sua dimensão dialógica e, por conseguinte, sua função na construção textual dos sentidos, [...]. Suscitar esse debate representa uma possibilidade de tentar olhar a citação como um recurso de natureza enunciativa, cujo uso sinaliza uma tomada de posição daquele que a emprega na tessitura dos sentidos do texto.

[...] Esse nosso entendimento se apoia na compreensão de que o citar, embora seja constitutivo da linguagem humana, como expressão do dialogismo linguístico bakhtiniano, é um ato revestido de certa complexidade, especialmente na escrita de pesquisadores em iniciação científica. (BESSA, 2011, p.422-423)

O autor defende que somente o olhar técnico não é suficiente para “[...] dar conta da complexidade do fenômeno da citação [...]”, assim como somente o olhar linguístico não o é também, já que os usos da citação “[...] não dependem de estratégias pontuais dos enunciadores [...]” (BESSA, 2011, p.427). Ele defende também que é preciso conceber a citação no texto acadêmico não como se faz tecnicamente nos manuais de metodologia científica, mas de forma sistemática e com “olhar linguístico”. Citar vai além das nomações típicas dos manuais – citação direta, indireta e citação de citação – e não é um simples ato de reprodução fiel ou reformulação do texto original. Citar é uma forma de reflexão, de tomada de posição, de assumir-se como autor de seu discurso. (BESSA, 2011; 2012)

Apontando as falhas dos manuais de metodologia ou as consequências dessa abordagem estritamente formal, não queremos condenar esses manuais, mas sim mostrar sua fragilidade de modo que possam ser revistos e ter seu conteúdo ampliado, de modo a proporcionar ao aluno uma abordagem mais completa do texto acadêmico, em especial das formas a citação pode ter (além do direta, indireta) e as funções que ela pode exercer na construção do texto.

### 3.2 CITAÇÃO SEGUNDO A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Foi visto no primeiro capítulo que os periódicos científicos são avaliados a partir de parâmetros que medem seu fator de impacto (FI), ou seja, a frequência com que um artigo publicado no periódico é citado. Pesquisadores da Ciência da Informação têm questionado a validade e a importância do FI, especialmente por se basear na contagem de citações, isto é, num parâmetro puramente quantitativo (ANDRADE, 2005; ANDRADE; GALEMBECK, 2009). Além disso, avalia-se somente um fator, quando o ideal seria o uso de múltiplos critérios, bem como há casos em que não é a qualidade ou o fator de impacto que distingue as publicações, mas sua visibilidade (ANDRADE; GALEMBECK, 2009).

A análise de citações é uma das ferramentas da Bibliometria (método quantitativo de investigação da ciência) e objetiva

[...] medir o impacto e a visibilidade de determinados autores dentro de uma comunidade científica, verificando quais 'escolas' do pensamento vigoram dentro das mesmas. Além disso, a análise de citações possibilita a mensuração das fontes de informação utilizadas, como o tipo de documento, o idioma e os periódicos mais citados. Utilizando estes indicadores, é possível saber como se dá a comunicação científica de uma área do conhecimento, obtendo-se, assim, um "mapeamento" da mesma, descobrindo teorias e metodologias consolidadas. (VANZ; CAREGNATO, 2003, p.251–destaques das autoras)

Assim, vemos que o entendimento de que o texto acadêmico é construído a partir de outros textos já existentes não é exclusividade dos Estudos da Linguagem; a Bibliometria, por meio de suas ferramentas de análise de citações e estudo de citação, também tem esse entendimento e reconhece que o ato de citar não é mecânico, pois, de certa forma, evidencia o comportamento do pesquisador, ou o comportamento de citação dos autores, de modo que eles, ao citar, reconheçam relações semânticas entre seu texto e os textos anteriores (ALVARENGA, 1998; VANZ; CAREGNATO, 2003).

Vanz e Caregnato (2003) reconhecem que a quantidade de vezes em que um autor é citado representa seu prestígio na comunidade acadêmica, mas chamam atenção também para a subjetividade presente nas citações, revelada pelos hábitos relacionados ao ato de citar, os quais estão sujeitos a fatores socioculturais, políticos

e econômicos. Essa subjetividade também é destacada por Alvarenga (1998) como algo a ser considerado pelo pesquisador ao fazer uma pesquisa bibliométrica partindo da literatura tida como formadora de um campo do saber, pois a construção do conhecimento é “[...] um processo eivado de interesses pessoais e subjetividade, devido aos imperativos que governam a conduta social implícita na construção não somente da ciência, mas dos saberes em geral.” (ALVARENGA, 1998, p.3)

Vanz e Caregnato (2003) também sugerem cautela na interpretação de resultados da análise de citação, e, por outro lado, reconhecem que

[...] os estudos de citação são uma importante ferramenta para o entendimento dos processos de comunicação científica nas diferentes áreas do conhecimento humano. Eles nos permitem mapear um campo emergente ou consolidado, identificar seus principais atores e as relações que se estabelecem entre eles e identificar uma série de características do comportamento de uso da informação recuperada. Assim, os estudos de citação constituem um importante indicador da atividade científica, pois contribuem para entender a estrutura e o desenvolvimento da ciência e também identificam as regularidades básicas de seu funcionamento. (VANZ; CAREGNATO, 2003, p.255)

Caldas e Tinoco (2004) defendem que a citação traz conceitos fundamentais e ideias discutidas no texto e tem o objetivo de proporcionar ao leitor contato com referências do campo de estudo e com trabalhos precedentes que contribuem com o atual. Para os autores, a análise de citações evidencia quais são as influências teóricas, a área de conhecimento, o raciocínio desenvolvido e o paradigma seguido pelo autor, bem como permite avaliar o impacto, os avanços e os benefícios decorrentes de uma pesquisa científica, de um grupo de pesquisa, de uma instituição ou de um periódico. Alvarenga (1998, p.5) tem visão semelhante aos autores acima, mas vai além quando defende que citar e referenciar outros textos atribui à área de conhecimento “[...] chancela de autenticidade pela obediência aos imperativos institucionais desse campo científico ou do saber”, ratificando suas relações com o jogo de poder intrínseco à construção da ciência, uma vez que

Permeia o ato de citar todo um espectro de implicações psicológicas, sociológicas, políticas e históricas, assim como influências de outras naturezas, tais como o narcisismo (autocitações), influências entre autores e instituições, adesão a paradigmas vigentes. Nas práticas discursivas, o hábito de citar ou fazer referência a um trabalho anteriormente escrito pode ser considerado parte

constitutiva do processo de enunciação ocorrida em campos específicos dos saberes. (ALVARENGA, 1998, p.6)

Já que na atual configuração do mundo acadêmico para ser bem avaliado é preciso, além de publicar, ser citado, configura-se uma corrida por publicação em quantidade – “produtivismo” – e por citar outros autores e ser citado por eles – “citacionismo” (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007; YAMAMOTO, 2000). Esses “ismos” decorrem das demandas da área científica, como pleito por financiamento ou bolsas de pesquisa, sobrevivência acadêmica, avaliação/ conceito do programa de pós-graduação, reconhecimento do mérito do pesquisador (ANDRADE, 2005). No entanto, essa pressão não justifica a quebra da ética científica representada pelas consequências desses “ismos” que serão descritas a seguir.

### **3.2.1 Autocitação, “escambo autoral” e “bairrismo acadêmico”**

Uma das consequências do “produtivismo” e do “citacionismo” é a autocitação ou citação pessoal, quando o pesquisador cita seus trabalhos anteriores (VIRMOND, 2008). Citar a si mesmo não é condenável quando se trata de apontar que a pesquisa atual deriva de pesquisas anteriores e, portanto, justifica-se a necessidade de retomar trabalhos próprios já publicados, indicando essa progressão da investigação. Contudo, observa-se muitas vezes a autocitação gratuita, “não essencial, auto-volitiva” (VIRMOND, 2008, p.326), o que pode se aproximar de um “narcisismo acadêmico” (CALDAS; TINOCO, 2004; ALVARENGA, 1998).

Castiel e Sanz-Valero (2007) também consideram autocitação quando “[...] um mesmo conteúdo pode aparecer em vários artigos, após receber pequenas mudanças cosméticas. A autocitação pode constituir-se no chamado ‘autoplágio’.” (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007, p.3042, destaque dos autores) Essa prática é tal que, para evitar que um mesmo artigo seja publicado mais de uma vez, as revistas têm solicitado dos autores a indicação de que o texto não foi enviado para outros periódicos ou que se justifique por que foi enviado a mais de um para avaliação.

Outra face da autocitação é o “‘escambo autoral’ (meu nome no teu artigo, teu nome no meu artigo etc.)”, o qual levou ao aumento do número de autores num mesmo artigo (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007, p.3042). Assim, não

necessariamente um autor participa da pesquisa e da redação do artigo, mas tem seu nome inserido com a garantia de que o mesmo será feito por ele.

Essa prática de “escambo autoral” pode ser aproximada de outras, o “bairrismo acadêmico” (CALDAS; TINOCO, 2004) e a “autocitação interpessoal” (VIRMOND, 2008). Trata-se da troca de citação entre trabalhos de um mesmo grupo de pesquisa e/ ou de pesquisadores de uma mesma instituição. É uma forma de autocitação, pois autores do grupo citam artigos de outros autores do mesmo grupo, numa forma de “acordo cíclico” que visa a hegemonia desse grupo (VIRMOND, 2008, p.327).

Apontamento semelhante é feito por Caldas e Tinoco (2004), os quais observaram que alguns autores são ignorados por outros, apesar de fazerem pesquisas semelhantes, porque são de programas diferentes dos seus. Assim, esses autores ignorados citam a si mesmos e são citados por pesquisadores da mesma instituição, gerando o que os autores chamam de “[...] ‘bolsões’ de autores que se autocitam e que se isolam da produção feita sobre o mesmo assunto em outros programas ou instituições.” (CALDAS; TINOCO, 2004, p.101).

Virmond (2008) relaciona essas práticas de autocitação com a emergência do índice H, uma forma de mensuração que considera o número de citações feito ao artigo pelos pares. Esse índice se diferencia dos demais apresentados no capítulo 1, por ser atribuído ao pesquisador-autor, isto é, não se conta o número de vezes que aparece o título do artigo, mas o número de vezes que aparece o nome do autor. Ainda que Virmond (2008) não utilize o termo, mais uma vez emerge a questão do produtivismo, que já discutimos no capítulo 1.

O quadro traçado neste item deve também ser relativizado, pois nem sempre a autocitação revela “escambo autoral” ou “bairrismo acadêmico”. Há casos em que o campo de pesquisa é dominado por uma instituição, conseqüentemente haverá alto índice de citações trocadas entre os pesquisadores dessa instituição (CALDAS; TINOCO, 2004).

Para evitar possíveis armadilhas ao considerar a citação como medida de qualidade, Meadows (1999) sugere o exame de outras medidas de qualidade como as recompensas que recebem os autores de trabalhos de alta qualidade (promoções e aumento de salário) e o reconhecimento do ambiente acadêmico por meio de um prêmio (o autor se refere especificamente ao Nobel). Ao pesquisar isso, o autor encontra: “[...] Tais estudos sugerem que existe uma correlação significativa entre

essas variáveis, ao ponto de haverem sido feitas tentativas de calcular o valor monetário que cada publicação acarretaria para o pesquisador.” (MEADOWS, 1999, p.92)

Uma das formas de tentar barrar essa prática de autocitação, escambo e bairrismo é descrita por Torresi, Pardini e Ferreira (2008). Os editores destacam que a relação de colaboração e coautoria deve estar previamente acordada entre os pares e todos devem assinar um documento concordando com a publicação, bem como não se deve incluir coautores que não tenham participado da pesquisa nem se deve omitir o nome de quem participou.

Diante do exposto, entendemos que a autocitação tem duas faces: a face negativa, quando usada como expediente para aumentar índices dos autores, como o fator H; a face positiva, quando usada para estabelecer continuidade entre pesquisas do mesmo autor.

### 3.2.2 Plágio

O plágio acadêmico, segundo Nery *et al.* (2013, p.2), se “[...] configura quando um aluno retira, seja de livros ou da Internet, ideias, conceitos ou frases de outro autor [...], sem lhe dar o devido crédito, sem citá-lo como fonte de pesquisa.” Os autores apontam três possibilidades de plágio:

- 1) integral (cópia integral de trabalho);
- 2) parcial (“o trabalho é um ‘mosaico’ formado por cópias de parágrafos e frases de autores diversos, sem mencionar suas obras” [NERY *et al.*, 2013, p.2]);
- 3) conceitual (faz-se paráfrase do original, mas não se faz citação nem referência a ele).

A Internet trouxe aos pesquisadores o acesso a pesquisas realizadas em diferentes partes do mundo de forma cômoda e econômica, já que não é preciso sair de casa ou do escritório, não é preciso comprar certos livros nem periódicos como no passado, bem como, em certos casos, não é preciso pegar dados de “segunda mão” (o “apud”), podendo-se ir diretamente ao original. Contudo, essa facilidade de consulta e de cópia de conteúdos (a partir dos comandos “Ctrl C” e “Ctrl V”) tem levado à apropriação indevida de trechos de outros sem a devida citação e referência bibliográfica.

Discutindo diversos problemas encontrados em textos acadêmicos, Albuquerque (2009, p.293) categoriza esses problemas em dois campos: “[...] 1) qualidade da ciência e sua apresentação; 2) má conduta na pesquisa científica.” No primeiro campo, encontram-se problemas estruturais, teóricos e metodológicos que levam à rejeição dos trabalhos por parte dos editores. No segundo campo, estão fraudes e condutas antiéticas, dentre as quais o autor destaca o plágio, o qual tem sido uma constante preocupação.

Um exemplo de plágio citado pelo autor e que retomamos aqui é exposto na carta da Comissão Editorial da Revista Psicologia, Ciência e Profissão, escrita em resposta a um psicólogo que comprova o plágio sofrido por ele num artigo publicado pela revista. Na carta, a Comissão Editorial nomeia o artigo em que ocorre o plágio e sua autora, bem como se retrata com o autor e deplora o ocorrido. Por fim, publica a carta enviada pelo psicólogo em que ele identifica os trechos e parágrafos de sua autoria que foram plagiados pela autora. Dessa carta, destacamos o seguinte trecho:

[...] Foi com surpresa e satisfação inicialmente, que vi meu livro citado na bibliografia do artigo [...]. Digo ‘inicialmente’ porque, logo após a surpresa tive outra, desagradável, ao reconhecer no referido artigo algumas frases do meu ensaio publicado em 1991, citadas sem aspas. Voltando ao texto, pude constatar atônito, que não se tratava apenas de algumas frases, mas de parágrafos inteiros. [...] o artigo [...] é na verdade uma colagem de trechos do meu ensaio, reproduzidos *ipsis literis* ou com alterações mínimas. Nenhuma dessas citações está creditada como tal, nem tampouco foram colocadas aspas. (TEIXEIRA, 1998, p.56)

Ao comentar esse caso, Albuquerque (2009, p.294 – grifo nosso) afirma que “[...] O plágio, seja consciente ou até mesmo inconsciente, representa uma desagradável surpresa para o plagiado, uma grave infração ética do plagiador, e um grande desconforto para os editores e revisores da revista que veiculou o plágio.”

Em nossa experiência com orientações de trabalhos (TCCs e Monografias), também tivemos contato com trabalhos em que os alunos fizeram referência ao original, mas, no corpo do texto, não destacaram os trechos citados, configurando plágio. Apesar de na Graduação e na Especialização haver a disciplina Metodologia Científica, alguns alunos parecem desconhecer ou têm dúvidas quanto às formas de citar, o que justifica o plágio “inconsciente” de que fala Albuquerque (2009) ou “acidental” para Vasconcelos (2007). Por outro lado, há também aqueles que

cometem o plágio “consciente” (cf. Albuquerque, 2009), numa atitude de má-fé (ou falta de ética) ou “desonestidade acadêmica” (Vasconcelos, 2007, p.4).

Enquanto nos Estados Unidos e Reino Unido, segundo Vasconcelos (2007), o plágio é tido como um problema, visto com seriedade e sujeito a punições, a ponto de ser investigado pelas agências de fomento à pesquisa em tais países, na educação brasileira, historicamente, é comum copiar trabalhos, parcial ou totalmente, omitindo-se a fonte e isso foi beneficiado atualmente pela tecnologia.

Além disso, a educação, muitas vezes, cria um ambiente favorável ao plágio por trabalhar com a produção do texto sem incentivar o senso crítico e a opinião, apenas a reprodução. Outro incentivo é o despreparo de alguns professores que não atentam a isso quando corrigem os trabalhos, criando nos alunos a sensação de impunidade. Discutindo o plágio, tanto Silva (2008) quanto Vasconcelos (2007) tocam na questão da autoria. A primeira defende que o ensino de produção de texto na universidade deve focar o aluno como autor e sua produção deve cumprir sua função social e ser socializada em eventos e/ ou publicações. Já a segunda destaca que é preciso discutir com os alunos os conceitos de plágio, autoria e propriedade intelectual, de modo a condenar a cópia e legitimar a propriedade intelectual do autor.

Albuquerque (2009, p.295) apresenta um “sistema de detecção e manejo de casos de plágio proposto pela CIMEL (Revista Ciência e Investigación Médica Estudiantil Latinoamericana), o qual foi reproduzido abaixo:

Passo 1. Identificação de parágrafos com indícios de plágio:

- a) parágrafos consecutivos com diferentes estilos de redação.
- b) conjunto de parágrafos sem sequência lógica.
- c) parágrafos que citam artigos que não estão incluídos nas referências.
- d) parágrafos que usam referências de difícil acesso.

Passo 2. Busca no Google – Google Scholar de parágrafos que sugerem plágio.

Copia-se integralmente o parágrafo que é incluído sem “” na busca do Google e do Google Scholar, resgatando-se os documentos coincidentes.

Passo 3. Identificação do plágio.

Selecionam-se os artigos localizados nas buscas, e os parágrafos coincidentes são conferidos; avalia-se e decide-se sobre a existência de plágio no estudo.

Passo 4. Comunicação com o autor:

- a) Se o plágio é apenas na introdução e discussão, informa-se ao autor que cometeu uma falta ética, e são fornecidas informações

adicionais, solicitando-se a modificação do manuscrito evitando incorrer em plágio.

b) Se o plágio é nos “materiais, métodos e resultados”, informa-se a rejeição do artigo por haver cometido uma falta na ética de publicações científicas, fornecendo informações adicionais.

Quando abordam o plágio, Castiel e Sanz-Valero (2007) destacam uma prática não abordada pelos demais autores consultados: há casos em que se faz a citação e, em vez de utilizar *apud*, mostrando que se trata de citação de citação, o autor copia a referência do texto consultado como se ele mesmo tivesse ido à fonte original. Essa prática é considerada uma forma de “microplágio” pelos autores. Entendemos que o conceito dos autores e se concorda que essa ação é tão nociva quanto o plágio, já que envolve falsidade de dados – supor que o material foi lido, pesquisado, quando na verdade não foi. Se não é possível acesso ao original, existe a possibilidade de citação via “apud”, por exemplo, não sendo necessária tal prática.

### 3.3 CITAÇÃO COMO MANIFESTAÇÃO DO DISCURSO CITADO

Encontramos, nos estudos da linguagem, pesquisas que comparam o uso de citação entre principiantes e pesquisadores experientes (BOCH; GROSSMANN, 2002; BESSA, 2011, 2012; BESSA; BERNARDINO, 2012). Essas pesquisas demonstram que os iniciantes recorrem mais às citações diretas, apoiando-se nas ideias de autores, enquanto os pesquisadores mais experientes costumam inserir-se como autores de suas ideias, apoiando-se menos nas ideias do outro, atribuindo e avaliando essas ideias.

Boch e Grossmann (2002) analisam as diferentes formas de referenciar o discurso do outro, buscando um parâmetro de diferenciação entre textos de especialistas e textos de estudantes universitários, objetivo semelhante ao deste capítulo. Os autores classificam os diferentes modos de referência ao discurso do outro como evocação, discurso relatado e, a partir deste, reformulação, ilhota citacional e citação autônoma.

Em sua análise de artigos publicados na revista *Langages*, os autores citados acima encontraram número significativo de evocação nos textos dos especialistas. Sob a forma de discurso reportado, os especialistas utilizam predominantemente a reformulação. Isso, segundo os autores, explica-se pela economia, pela condução

do fio da análise e por propiciar fácil controle do gerenciamento enunciativo. A citação ocorre quando o autor precisa marcar o dizer do outro, caso de definições, ou por questões de estilo.

No caso dos estudantes universitários, os dados de Boch e Grossmann (2002) revelaram a supervalorização da citação comparada à reformulação, enquanto a evocação aparece muito pouco. Os autores supõem que isso ocorra por: i) acúmulo de fragmentos de discursos teóricos; ii) prevenção de deslize resultante de reformulação não pertinente; iii) manutenção do estilo científico considerado padrão; iv) distanciamento característico de um primeiro contato com o discurso científico; v) fundamentação ou valorização de seu dizer, especialmente pela falta de domínio do conhecimento específico.

Os pesquisadores brasileiros Bessa e Bernardino (2012) partem da tese de que a referência ao discurso do outro, fenômeno intrínseco à construção do texto em geral e do texto acadêmico em particular, é mais recorrente nos trabalhos de estudantes; os autores comprovam sua tese estudando relatórios de estágio e TCCs de alunos do curso de Letras. Analisando seu corpus com base em Boch e Grossmann (2002), os autores verificaram que os estudantes mobilizam o discurso do outro de diferentes maneiras, mas predominantemente com vistas a apoiar/reforçar seu dizer. No entanto, eles destacam que nem sempre essa mobilização é bem empregada nos textos dos estudantes e acreditam que a recorrência do discurso citado direto indica sua dificuldade em citar indiretamente, via paráfrase ou comentário.

É comum a essas pesquisas, a referência a Bakhtin, visto que a forma como se entende o discurso do outro atualmente é influenciada por suas ideias. Discutindo a questão do discurso do outro, Bakhtin (1997) assevera que ele, ao mesmo tempo, contém sua própria expressão e a expressão do enunciado que o cita. Apesar de isso ser mais evidente quando o discurso do outro é citado e aspeado, todo enunciado traz algo do outro, ainda que implícito. Dessa forma, ao definir discurso citado o autor afirma:

[...] o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*.

[...] ele [o discurso de outrem] pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, “em pessoa”, como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva

sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o integrou. (BAKHTIN, 2006, p.147 – itálico do autor)

Para o autor, há uma relação ativa entre as enunciações na transmissão do discurso do outro, estabelecida pelas construções da língua e, ao estudar o diálogo, é imprescindível que se estudem as formas usadas na citação do discurso, pois elas refletem o modo como o discurso do outro é apreendido e como ele se manifesta linguisticamente. Isso porque o mecanismo desse processo está na sociedade, a qual é responsável por moldar as formas do discurso citado (BAKHTIN, 2006).

A transmissão do discurso do outro adquire sentido dentro do contexto, tem uma finalidade específica e é direcionada a uma pessoa, o que, segundo Bakhtin (2006, p.149), “[...] reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso”. Para o autor, as formas de apreensão ativa e apreciativa do discurso citado vão além das formas sintáticas típicas do discurso direto ou do indireto, até porque o processo de citação vai além dessas formas padronizadas.

Segundo o autor, uma forma é relegada a segundo plano quando as tendências dominantes de compreensão e de apreciação são difíceis de se manifestar sob essa forma, por isso ela é rejeitada. Assim, no estudo do discurso citado, é importante que o pesquisador enfoque a interação entre o discurso citado e o discurso citante, observando a direção em que se desenvolve a dinâmica dessa interação.

Por um lado, pode-se delimitar clara e nitidamente o discurso citado de modo a “protegê-lo de infiltração” do discurso citante; criam-se contornos exteriores nítidos. Por outro lado, o discurso citado pode ser apresentado como um monobloco, uma tomada de posição do citante, em que ele “infiltra” seus comentários no discurso do outro, apagando suas fronteiras (BAKHTIN, 2006, p.152-153). No primeiro caso tem-se o estilo linear e, no segundo, o estudo pictórico.

As constatações de Bakhtin (2006) foram feitas com base em textos narrativos de séculos anteriores ao que ele viveu, escritos, por exemplo, em francês ou russo, bem como seu estudo do discurso indireto, do direto e de suas variantes feito a partir do russo. O próprio autor observa:

[...] Conforme a língua, conforme a época ou os grupos sociais, conforme o contexto apresente tal ou qual objetivo específico, vê-se dominar ora uma forma ora outra, ora uma variante ora

outra. O que isso atesta é a relativa força ou fraqueza daquelas tendências na inter-orientação social de uma comunidade de falantes, das quais as próprias formas lingüísticas são cristalizações estabilizadas e antigas. (BAKHTIN, 2006, p.150)

Diante disso, é preciso buscar estudos acerca da enunciação que deem conta das formas de apropriação do discurso do outro. Authier-Revuz (2001) assevera que os modos de representação do discurso outro não se limitam ao discurso direto, indireto e indireto livre, já que existem as formas híbridas entre outros fenômenos. Para estruturar o campo do discurso citado, a autora estabelece três oposições fundamentais: i) DR [discurso relatado = discurso direto; discurso indireto] no sentido estrito vs. modalização em discurso segundo; ii) signo padrão vs. signo autônomo; iii) explícito vs. interpretativo. A autora destaca que é essencial entender que o discurso relatado não trata de frase ou enunciado, mas relata “um ato de enunciação” e afirma que o locutor explicita em seu discurso o discurso citado por meio do discurso direto e do indireto:

É o *outro* do discurso relatado: as formas sintáticas do discurso indireto e do discurso direto designam, de maneira unívoca, no plano da frase, um outro ato de enunciação. No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do ‘sentido’ dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase; o locutor se apresenta como simples ‘porta-voz’. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.12)

A presença do discurso citado, para essa autora, é uma forma de heterogeneidade mostrada, a qual pode se dar por meio de formas não marcadas, identificáveis a partir de índices textuais ou pela cultura do interlocutor (por exemplo: discurso indireto livre, alusões, ironia, pastiche etc.) ou por meio de formas marcadas (discurso direto ou indireto, as aspas, as glosas).

### 3.4 AS FUNÇÕES DA CITAÇÃO

As referências são uma parte essencial dos trabalhos científicos, pois apontam publicações anteriores, levando a entender que o trabalho não nasce

pronto nem está sozinho, mas é embasado em literatura prévia sobre um dado assunto. Ao referenciar outros textos, ao mesmo tempo, o pesquisador reconhece que outros trabalhos serviram de guia para o seu, assim como seu próprio trabalho pode servir de guia para outros (SMITH, 1981).

Citar implica, portanto, uma relação entre uma parte do documento citado e uma parte do documento citante e, apesar de a natureza dessa relação ser difícil de caracterizar, é possível enumerar algumas razões pelas quais são feitas citações:

- 1 . Homenagear os pioneiros
- 2 . Dar crédito para trabalhos relacionados ( homenagem aos pares )
3. Identificar metodologia , equipamentos, etc.
- 4 . Proporcionar a leitura de fundo
5. Corrigir o próprio trabalho
6. Corrigir o trabalho dos outros
7. Criticar trabalho anterior
8. Fundamentar alegações
9. Alertar futuros trabalhos
10. Divulgar trabalho pouco divulgado, indexado ou citado
11. Autenticar dados e categorias [...]
12. Identificar publicações originais nas quais uma ideia ou conceito foi discutido
13. Identificar publicações originais ou outros trabalhos que descrevem um conceito ou termo eponímico
14. Denunciar trabalho ou ideias de outras pessoas (alegações negativas )
15. Reivindicar prioridade em relação a outros (homenagem negativa) (GARFIELD, 1965 *apud* SMITH, 1981, p.84 – tradução nossa)

Smith (1981) adverte que elencar razões para citar pode revelar dois extremos – o uso consciente da teoria, do modelo ou do método e usos menos nobres, como citar trabalhos de amigos, bem como adverte que pode haver razões diferentes para citar conforme a área do conhecimento. A autora destaca o fato de que, da mesma forma como existem diversas razões para citar, pode haver razões pelas quais o autor citante não cite ou referencie certos trabalhos. A razão mais óbvia é que o trabalho anterior não é relevante para o trabalho atual; outras razões podem ser porque simplesmente o autor citante não conhece aquele trabalho, ou não conseguiu obtê-lo, ou não conhecia a linguagem na qual foi escrito, ou não achou relevante citá-lo. Isso mostra que há certa arbitrariedade na escolha dos trabalhos que serão citados.

Carvalho (1975, p.119) também aponta diferentes funções para a citação na comunicação científica:

1. Contribuem para o desenvolvimento da ciência;
2. provêm o necessário reconhecimento de um cientista por seus colegas;
3. estabelecem os direitos de propriedade e prioridade da contribuição científica de um autor;
4. constituem importantes fontes de informação;
5. ajudam a julgar os hábitos de coleta de informação;
6. mostram a literatura que é indispensável para o trabalho dos cientistas.
7. [...] fornecem aos bibliotecários e documentalistas dados importantes para a formulação de um programa de aquisição para bibliotecas e centros de documentação;
8. e [fornecem] aos administradores da política científica, as diretrizes para o planejamento e organização da atividade científica de um país.

Da mesma forma que os autores acima, Meadows (1999, p.90) aponta algumas razões para citar o trabalho de outro pesquisador: “[...] prestar homenagem aos pioneiros; dar créditos a trabalhos correlatos; identificar metodologia, equipamentos, etc.; indicar leituras sobre antecedentes da questão.” O autor considera tais razões positivas por recomendarem o trabalho citado, mas chama atenção para o fato de que não é possível prever se um mesmo trabalho será citado por diferentes artigos escritos na mesma época sobre o mesmo assunto, já que entram em pauta também a especificidade do assunto e os antecedentes do autor (pesquisadores de outros países podem citar diferentes autores).

Em sua análise qualitativa, Boch e Grossmann (2002) atribuem estas funções ao recurso ao discurso do outro nos artigos escritos por especialistas:

- introduzir seu ponto de vista [...];
- marcar o pertencimento a uma corrente, a uma escola [...];
- referir-se a trabalhos anteriores, para traçar o estado de uma problemática, para sustentar uma definição;
- fundamentar uma afirmação [...];
- discutir uma afirmação, se afastar de uma posição [...].” (BOCH; GROSSMANN, 2002, p.103)

Os autores concluem que é inviável querer modelar as práticas dos estudantes nas práticas dos especialistas, pois se leva tempo para assimilar e apropriar-se da escrita acadêmica.

Na análise empreendida mais adiante, agrupamos e codificamos as funções apresentadas acima, criando um instrumento de análise para identificar quais funções ocorrem nas citações presentes nos artigos da área de Linguística.

### 3.5 O COMPORTAMENTO DO LOCUTOR CITANTE

Smith (1981) considera a análise de citações um tema atraente, mesmo que a natureza da relação seja incerta, pois citações são dados de fácil obtenção, já que estão disponíveis no trabalho, não é necessário entrevistar o autor nem requerer sua cooperação, evitando possível “contaminação” das respostas. Além disso “[...] Citações são letreros deixados para trás depois de a informação ter sido utilizado e, como tal fornecem dados pelos quais **se podem construir imagens de comportamento do usuário, sem confrontar o próprio usuário.**” (SMITH, 1981, p.85 – tradução nossa; grifo nosso)

Guentchéva-Desclés (1993, [s.p.]) tem pesquisado acerca do conceito de mediativo, o qual é definido como

[...] a categoria gramatical que permite ao enunciador marcar formalmente vários graus de distanciamento em relação aos fatos que ele mesmo enuncia e de significar que o conhecimento desses fatos foi recebido através de uma percepção de alguma forma mediada.

Por ter sido recebida de maneira indireta, o enunciador manifesta distanciamento em relação ao conteúdo de sua própria mensagem, de modo que o mediativo indica que ele não se envolve no que diz, não apoiando o conteúdo, nem se pronunciando quanto à verdade ou à falsidade do conteúdo.

Para Guentchéva-Desclés (1993), já que o mediativo não reflete a valoração (verdadeiro, falso, possível) do enunciador em relação ao conteúdo, seria prematuro incluir os mediativos na categoria dos modalizadores, até porque não há consenso quanto à definição de mediativos e o fenômeno ainda não foi descrito suficientemente.

Pesquisas realizadas pela autora apontam que diversas línguas apresentam formas verbais cuja função é “[...] marcar explicitamente o grau de não implicação do

enunciador com os fatos que afirmou.” (GUENTCHÉVA-DESCLÉS (1993, [s.p.]). Essas formas se relacionam aos tempos verbais (no armênio, no búlgaro, no persa entre outras línguas), a sufixos verbais (em línguas ameríndias e fino-úngricas) ou a sufixos combinados com um auxiliar ou uma partícula (língua indígena patwin).

A partir dos dados da autora, verificamos que o português não apresenta elementos morfológicos mediativos, mas, a partir de Adam (2011), podemos reconhecer processos sintáticos ou marcadores que podem funcionar como tal: certos advérbios, formulas introdutórias do discurso relatado, as aspas, as formas verbais de valor hipotético, entre outros recursos. Para nós, o conceito de mediativo de Guentchéva (1994) e processos acima apontados por Adam (2011) podem ser aproximados do que Maingueneau chama de comportamento do locutor citante.

Maingueneau (1997, p.85-86), ao falar da citação, também se refere ao comportamento do locutor citante. A partir do nível de adesão do locutor ao que está dizendo, o autor define a “ambigüidade fundamental da citação” como o contraste, nela presente, entre diferentes formas de relatar a mesma enunciação e o distanciamento variável que, na citação, o discurso introduz em relação ao discurso citado. Desse modo, se o locutor apenas relata o enunciado de outro locutor, sem garantir pessoalmente a verdade do que foi dito, pode significar que ele mesmo não acredita nessa verdade. Por outro lado, ao ocultar-se na fala de um terceiro, o locutor sugere indiretamente o que pensa, sem necessidade de responsabilizar-se por isso:

[...] Aí reside toda a ambigüidade do distanciamento: o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a “autoridade” que protege a asserção. Pode-se tanto dizer que ‘o que enuncio é verdade porque não sou eu que o digo’, quanto o contrário. (MAINGUENEAU, 1993, p.86)

O “não eu” remete ao ausente de que fala Benveniste (1995). O raciocínio de Maingueneau (1993) é de que se a autoridade estivesse presente, estaria exposta à discussão e anularia, assim, essa sua condição. Na citação, o locutor, responsável pelo enunciado, faz existir, por meio deste, enunciadores cujos pontos de vista e atitudes ele organiza. Sua tomada de posição é manifestada pela assimilação do pensamento de um ou mais enunciadores; ao dar voz a eles, o locutor assume uma enunciação com a qual pode concordar ou refutar (MAINGUENEAU, 1993).

Ao tratar do discurso direto, Maingueneau (2008) defende que seu uso se relaciona, de modo geral, ao gênero do discurso ou às estratégias do texto. Especificamente, seu uso está ligado à criação de autenticidade; ao distanciamento por discordância (“é do outro, não é meu”) ou distanciamento por respeito (citação de autoridade); demonstração de objetividade ou seriedade.

Essas noções de comportamento do locutor citante e distanciamento em relação ao que é enunciado, a nosso ver, podem ser aproximadas ao que Adam (2011) chama de responsabilidade enunciativa dos enunciados, a qual se relaciona ao ponto de vista do enunciador e pode ser assumida ou não pelo locutor. Expandindo o aparelho formal da enunciação proposto por Benveniste (1995), Adam (2011) propõe como unidades da língua que marcam o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição: os índices de pessoa; os dêiticos espaciais e temporais; os tempos verbais; as modalidades; os diferentes tipos de representação da fala; as indicações de quadros mediadores; os fenômenos de modalização autonímica; as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados.

As convenções fazem com que, na esfera científica, o autor assuma “[...] a postura de um observador diante do objeto observado, como que provando, com sua ausência explícita, a ausência do sujeito-pesquisador na etapa da investigação científica.” (CORACINI, 2007, p.104) Dessa forma, é comum apresentar o próprio objeto de análise como sujeito agente (os dados mostram; os aspectos conduzem) ou indeterminar o sujeito (mostrou-se; conduziu-se). No entanto, há momentos em que o sujeito se explicita por meio do emprego de pronomes pessoais, especialmente o “nós”, mas raramente por meio do “eu”, como uma forma de indicar modéstia:

[o nós “de modéstia”] [...] Possui uma função precisa, uma função simbólica que consiste em lembrar que o pesquisador não está sozinho, que participa de uma vasta comunidade científica, que sua pesquisa é uma contribuição ao saber comum e também lhe é em parte devida. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.243)

Laville e Dione (1999) observam que é comum, na produção científica norte-americana, o uso do neutro, por meio da terceira pessoa, incluindo quando o pesquisador fala de si mesmo (p.ex., “os dados mostram”, “o pesquisador descobriu”).

Quando são procuradas marcas do sujeito no enunciado, se está, também, remetendo à enunciação. Para Benveniste (1995), “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por uma ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1995, p.82), de modo que a língua em uso pelo locutor se torna uma instância de discurso e introduz “[...] o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 1995, p.83). Certos pronomes pertencem à sintaxe e outros à instância do discurso, trazendo a noção de pessoa; seriam, no caso, “eu/tu”. Para o autor, concomitantemente, na primeira e na segunda pessoas, há a presença da pessoa e do discurso sobre essa pessoa, pois, ao dizer “eu”, designa-se aquele que fala e está implicado aí um enunciado sobre esse “eu”: “[...] dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim.”. A segunda pessoa é necessariamente designada pela primeira, não podendo “[...] ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de ‘tu’.” (BENVENISTE, 1995, p.250). Já a terceira pessoa tem uma situação especial, sendo empregada na expressão impessoal, já que não se refere a uma pessoa específica, indicando um enunciado sobre alguém ou alguma coisa. Assim, o autor classifica a terceira como a forma cuja função é exprimir a “não pessoa”. Ele explica isso ao escrever:

Segue-se que, muito geralmente, a pessoa só é própria às posições ‘eu’ e ‘tu’. A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal. De fato, serve sempre quando a pessoa não é designada e principalmente na expressão dita impessoal. (BENVENISTE, 1995, p.252).

Além disso, há características comuns que permitem opor “eu” e “tu” a “ele”. Enquanto a primeira e a segunda são sempre únicas, a terceira pode se referir a vários ou nenhum sujeito. Outra característica é que há, numa situação de enunciação, a reversibilidade entre “eu” e “tu”, mas não é possível reverterem-se com o “ele”.

É necessário constantemente referir-se à instância de discurso, de forma que eu/ tu podem ser unidos a indicadores que pertencem a classes diferentes (demonstrativos, advérbios), isto é, a língua estabelece relação com o mundo, de modo que, no discurso, institui-se a referência a marcas subjetivas, espaciais e temporais. “O essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, de

tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.) e a *presente* instância de discurso.”, constituindo-se, assim, a noção de dêixis. (BENVENISTE, 1995, p.280)

Existem enunciados que não remetem a eles mesmos, fogem à condição de pessoa, remetendo a uma situação “objetiva”. Eles pertencem ao domínio da “terceira pessoa”, a qual:

[...] representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa. [...] a não pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE, 1995, p.282 – grifo do autor)

O senso comum em torno da linguagem acadêmica atribui a ela características como objetividade e precisão, as quais se manifestam textualmente pelo emprego da terceira pessoa do singular. Contudo, por trás dessa linguagem, há um sujeito que faz parte de um grupo, com o qual compartilha do mesmo aparato teórico-metodológico. Esse sujeito precisa divulgar os resultados de sua pesquisa seja para manter seu emprego, seja para ser respeitado no grupo (CORACINI, 2007). O discurso desse sujeito é atravessado pelo já dito e deve explicitar a presença do outro, de modo que, no texto acadêmico, a heterogeneidade é sempre mostrada.

Assim, no texto acadêmico, espera-se que esse sujeito projete uma imagem de si que corresponda à objetividade e à precisão esperadas de sua linguagem e, ao mesmo tempo, que reconheça e legitime a presença do outro na constituição do discurso por meio da citação (CORACINI, 2007). Dessa forma, o sujeito pode apelar à não pessoa, escrevendo sempre em terceira pessoa ou pode utilizar a forma “nós”, por meio da qual também se nomeia, inserindo-se no discurso do outro. Essas imagens constituem, respectivamente, em relação ao discurso citado, distanciamento e aproximação.

Esse distanciamento e essa aproximação ao discurso citado foram também observados por Benites (2002) ao estudar o discurso jornalístico. A autora elencou os diferentes tipos de citação, conforme sua função no contexto em que elas são inseridas. Nessa análise de tipos e funções, ela acaba também se referindo

indiretamente ao comportamento do locutor. Benites (2002) elenca seis tipos: citação epígrafe; de cultura; de autoridade; de ironia; de isenção de responsabilidade; de fidelidade. Desses, interessam a esta tese: citação de autoridade; citação de isenção de responsabilidade; citação de fidelidade.

Com base nas ideias de Maingueneau, Benites (2002) trata da citação de autoridade, que remete à noção de argumento de autoridade, pois, para imprimir maior credibilidade às suas ideias, o locutor ancora-se na respeitabilidade e na autoridade de alguém conhecido, de papel social notório ou em um especialista no assunto tratado. Esse tipo de citação presta-se tanto como meio de reforçar a veracidade da afirmação do locutor quanto meio de ele se esconder nas palavras do outro, de forma que ele seja apenas um retransmissor das ideias de outrem.

A citação de isenção de responsabilidade diferencia-se do tipo anterior, apesar de nela haver também uma autoridade. Ela é marcada especialmente pelo uso de aspas e, por meio delas, o locutor citante mantém certo distanciamento em relação à fala citada, de modo a não se envolver e não poder ser responsabilizado por ela, sendo apenas um retransmissor. Esse tipo de citação é frequentemente encontrado em textos suscetíveis de causar polêmica, pois é um meio de seu autor tentar afastar essa possibilidade (BENITES, 2002).

Outro tipo de citação que contém uma autoridade é a citação de fidelidade. Ela é caracterizada pelo uso da citação textual, ou seja, para conferir credibilidade e autenticidade à informação, o texto original é reproduzido entre aspas. O diferencial aqui é que deve se tratar de algo original, que cause estranhamento no leitor devido ao seu conteúdo jocoso, original etc. (BENITES, 2002).

Sintetizando o que foi visto até aqui, são possíveis, basicamente, dois comportamentos: distanciamento e aproximação. O distanciamento permite ao locutor ocultar-se, não assumir responsabilidade pelos dizeres do outro (isenção de responsabilidade ou não assunção da responsabilidade enunciativa, conforme Adam, 2011), colocar o outro como autoridade que sustenta os dizeres do sujeito (respeito); veracidade, autenticidade, fidelidade, discordância. Na aproximação, o locutor assume a responsabilidade enunciativa, funcionando como uma forma de “obscurecer a sua [do escritor] personalidade e fundir-se em simpatia com os seus leitores [...]. É também o estilo dos [...] que pretendem com isso diminuir a distância que os separa dos ouvintes.” (LAPA, 1998, p.139).

Na análise qualitativa do comportamento do locutor, buscar-se-á identificar as marcas linguísticas típicas de distanciamento e aproximação, traçando-se o perfil de comportamento predominante nos artigos de Linguística.

### 3.6 METODOLOGIA

O objeto de estudo neste capítulo é o discurso citado: buscamos identificar se as formas e funções do discurso citado presentes nos artigos e o comportamento do locutor citante contribuem para a diferenciação entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”.

Dessa forma, por serem diferentes aspectos a serem abordados, as análises empreendidas a seguir se dividem em dois métodos: um qualitativo e outro quantitativo-comparativo.

O método qualitativo é aplicado aos itens 3.7, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.11 a seguir. Nesses itens, analisamos as formas da citação (3.7), as funções da citação (3.8), outras formas de citação identificadas no *corpus* (3.9), outras funções da citação identificadas no *corpus* (3.10), comportamento do locutor citante (3.11). Nosso interesse é identificar e exemplificar, com trechos extraídos dos artigos, as ocorrências<sup>3</sup> de cada um dos itens analisados.

O *corpus* qualitativo é composto por sete artigos, cada um selecionado de um periódico dentre os que aceitaram participar da pesquisa do capítulo 1. Assim, esse *corpus* contém: dois artigos A1 (um da DELTA; um da Trab. Ling. Aplic.); um artigo A2 (ACTA); um artigo B1 (Cad. De Letras); dois artigos B3 (um da Ciênc. & Letras; um da Entretextos); um artigo B4 (Illuminart).

Como nos interessa a diferenciação “alta qualidade” e “demais artigos”, fizemos também uma análise quantitativo-comparativa (item 3.12 a seguir). Para essa análise, utilizamos os mesmos *corpora* analisados no capítulo 2 e descritos novamente abaixo:

---

<sup>3</sup> Certos artigos utilizam o sistema numérico de referência em vez do sistema autor-data. Assim, nas ocorrências retiradas desses artigos, quando necessário, mantivemos esse número para indicar o tipo de referência utilizado no texto e fizemos a anotação [referência numérica].

- *Corpus 1* – “alta qualidade”:
  - a. Composto por vinte e quatro (24) artigos retirados de periódicos com Qualis A1, A2, B1, todos publicados no período entre julho e dezembro de 2012.
  - b. Quatro (4) artigos foram selecionados dos periódicos participantes da pesquisa do capítulo 1.
  - c. Os outros vinte (20) foram selecionados em periódicos constantes na listagem Qualis, sendo sete (7) Qualis A1, sete (7) Qualis A2, sete (6) Qualis B1.
- *Corpus 2* – “demais artigos”:
  - a. Composto por vinte e três (24) artigos retirados de periódicos com Qualis B2, B3, B4 e B5, todos publicados no período entre julho e dezembro de 2012.
  - b. Três (3) artigos foram selecionados dos periódicos participantes da pesquisa do capítulo 1.
  - c. Os outros vinte (21) foram selecionados em periódicos constantes na listagem Qualis, sendo cinco (5) B2, cinco (5) B3, cinco (5) B4, seis (6) B5.

Essa análise é de cunho quantitativo-comparativo, porque consideramos a quantidade das ocorrências e comparamos essas quantidades em relação aos *corpora* “alta qualidade” e “demais artigos”.

### 3.7 ANÁLISE DAS FORMAS DAS CITAÇÕES ENCONTRADAS NOS ARTIGOS

Para melhor organização e visualização deste item, as formas das citações serão abordadas separadamente.

#### 3.7.1 Discurso direto

Para Authier-Revuz (2001, p.150), o discurso direto corresponde “[...] a uma operação de citação da mensagem do ato relatado”. Segundo Maingueneau:

[...] o discurso direto se caracteriza pela aparição de um segundo “locutor” no enunciado atribuído a um primeiro “locutor”. Frequentemente é oposto, de forma um pouco ingênua, ao discurso indireto, alegando que ele pretende reproduzir literalmente as alocuções citadas; seria mais exato ver nele uma espécie de teatralização de uma enunciação anterior e não uma similitude absoluta. Dito de outra forma, ele não é nem mais nem menos fiel que o discurso indireto, são duas estratégias diferentes empregadas para relatar uma enunciação. (MAINGUENEAU, 1997, p.85)

Authier-Revuz (2001) considera o discurso direto mais complexo que o discurso indireto, pois o direto tem estrutura heterogênea. Maingueneau parece concordar com a autora quando afirma: “[...] o enunciador [...] simula *restituir as falas citadas* e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado.” (MAINGUENEAU, 2008, p.140 – itálico do autor)

Essa estrutura heterogênea do discurso direto pode ser observada no estatuto semiótico, na estrutura sintática, na modalidade de enunciação, no quadro de indicações dêiticas, na designação por descrições definidas, nos elementos expressivos e nos modos de dizer. Além disso, o discurso direto não é objetivo ou fiel, uma vez que não se pode restituir o ato de enunciação (AUTHIER-REVUZ, 2001). Sobre isso, afirma Maingueneau (2008):

[...] Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, é essa descrição necessariamente subjetiva que condiciona a interpretação do discurso citado. O DD não pode, então, ser objetivo: por mais fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal. (MAINGUENEAU, 2008, p.141)

Sobre o modo semiótico do discurso direto, afirma Authier-Revuz (2001, p.139):

No DD, o enunciador relata um outro ato de enunciação e, *usando* suas próprias palavras na descrição que faz da situação de enunciação [...], ou seja, naquilo que chamamos de sintagma introdutor, mas *faz menção* às palavras da mensagem que relata; o modo semiótico do DD é, assim, *heterogêneo*: padrão no sintagma introdutor, ele é autônomo na parte “citada”, isto é, mostrada.

Em relação à autonomia, no discurso direto observam-se as propriedades: “a mensagem relatada, colocada entre aspas, tem a função, na frase global, de um SN substituindo as funções de OD do verbo *dicendi*, qualquer que seja sua natureza sintática.” (AUTHIER-REVUZ, 2001, p.139).

Os introdutores do discurso direto têm duas funções relacionadas ao leitor: 1) indicação de um ato de fala; 2) estabelecimento de fronteira entre discurso citante e discurso citado. A primeira função é satisfeita por meio de: verbos cujo significado indica que há enunciação; grupos preposicionais; ausência de introdutor explícito. A segunda função é marcada tipograficamente: “[...] dois pontos, travessões, aspas e itálico delimitam a fala citada.” (MAINGUENEAU, 2008, p.141)

Partindo dos introdutores do discurso direto apontados por Maingueneau (2008), identificaram-se diferentes formas de apresentação das citações. Vejam-se exemplos de ocorrências introduzidas por verbos cujo significado indica que há enunciação:

(1) A propósito, citamos Seide (2006, p. 89),

Esta multiplicação [de sentidos], aponta ele [Bréal], decorre de o sentido novo conviver com o antigo e poder ser causado pela metaforização, pela concretização, pela abstração, pela extensão, pela restrição de sentido, ou ainda por eventos externos à linguagem. (ACTA, p.188)

(2) A esse respeito, afirma Seide (2006, p. 66),

Com relação à teoria de significação proposta por Bréal, entendemos que a importância dada àquilo a que se refere o nome não significa que ele seja partidário da concepção referencialista [...] Para Bréal, aquilo que o falante pensou a respeito do referente está expresso no nome apenas no momento da nomeação, sendo que, quanto mais distante da origem, mais o nome adquire status de signo, em virtude de estar mais apto a ser índice de pensamento. (ACTA, p.188)

Nas ocorrências (1) e (2) acima, observa-se que há verbos *dicendi* (citar; afirmar). A pausa é marcada por vírgulas em vez de dois-pontos e o trecho discurso direto não vem destacado entre aspas porque não é necessário, já que elas são dispensadas na formatação da citação direta longa, uma vez que nesta o destaque do discurso direto fica por conta do tamanho da fonte (menor que o do texto) e pelo recuo da margem esquerda.

Vejam-se estas ocorrências:

(3) [...] Trata-se do que **Palrilha (2009, p. 92) define como** “[...] propriedade semântica de certas unidades lexicais, que lhes permite funcionar com a conotação que lhes pretendemos dar” [...]. (ACTA, p.190)

(4) As subseções a seguir descrevem 12 itens lexicais do domínio semântico de destino, bem como os derivados e lexias compostas e textuais, quando existem, naturalmente. **Por lexia, compreende-se o que Pottier (1978, p. 268) conceitua como** “[...] unidade lexical memorizada, unidade de comportamento”. (ACTA, p.191)

(5) [...] **Herring define perguntas retóricas como** “qualquer elocução que é interrogativa na forma, porém, ao contrário de perguntas que requerem informação, as perguntas retóricas não solicitam respostas”. Desta forma, ao se falar em tipologia de pergunta, há que se levar em conta, também, a resposta, já que esta delimita a pergunta que vai ser feita. (CAD. DE LETRAS, p.388)

Nas ocorrências (3) a (5), a introdução da citação também é feita por verbo *dicendi* (definir, conceituar), mas não há pausa entre a introdução e o discurso direto; ele vem destacado por aspas e inserido sintaticamente no período.

Além dos verbos *dicendi*, o discurso direto pode ser introduzido por grupos preposicionais. Nesse caso, o discurso direto é introduzido de maneira semelhante à modalização em discurso segundo, de modo que os grupos preposicionais assinalam uma mudança de ponto de vista (*segundo X, para X, conforme X...*):

Geralmente, esses introdutores de discurso direto não são neutros, mas trazem consigo um enfoque subjetivo. Com efeito, o verbo introdutor fornece um certo quadro no interior do qual será interpretado o discurso. (Maingueneau, 2008, p.143)

Vejam-se exemplos de citações introduzidas por grupos preposicionais:

(6) [...] **Conforme Gisi, Martins e Romanowski (2009: 208)**, “entende-se o estágio como uma oportunidade de inserção numa realidade, no caso escolas de educação básica, permitindo a confrontação do saber acadêmico com o saber da escola, permitindo aos estudantes apreender como se dão as relações de trabalho”. (DELTA, p.289)

(7) No drama entre produtor e receptor, em que as palavras figuram como atores, **conforme dizeres do próprio Bréal (1992, p. 158)**,

[...] em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para nela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal [...] Essa intervenção é o que proponho chamar o aspecto subjetivo da linguagem. (ACTA, p.190)

(8) [...] **Segundo Ferreira (1999, s.v.)** “[...] conjunto de pequenas causas independentes entre si, que se prendem a leis ignoradas ou mal conhecidas, e que determinam um acontecimento qualquer”. (ACTA, p.191)

(9) [...] **Para Houaiss (2001), significa:** “fatalidade a que supostamente tudo no mundo está sujeito; destino, sorte, fado”. É esse o sentido no trecho das músicas [...](ACTA, p.195)

Nas ocorrências de (6) a (9), modaliza-se o discurso segundo por meio das preposições “conforme”, “segundo” e “para”. Nas ocorrências abaixo, entretanto, há uso diferente:

(10) O sentido mais antigo é, **conforme registra Houaiss (2001)**, “profecia feita pelos áugures, sacerdotes romanos, a partir do canto e vôo das aves”. Sofreu ampliação de sentido para significar “[...] aquilo que é pressagiado; agouro, profecia, vaticínio” (HOUAISS, 2001, s.v. augúrio) (ACTA, p.193)

(11) Pode-se vislumbrar nesse emprego ainda o sentido de ‘fortuito’ **como o define Houaiss (2001), neste campo**: “fenômeno patológico inesperado que sobrevém no curso de uma doença”. (ACTA, p.192).

(12) [...] Nossa proposta é analisar, identificar e relacionar as perguntas com a introdução, a continuidade, a reintrodução e a mudança de tópico, considerando os planos inter e intratópicos, sem se eleger um plano desse como superior, pois **como fundamentam os princípios da perspectiva textual-interativa** “os elementos integrantes do texto comportam simultaneamente funções textuais e interacionais, que se combinam em graus variáveis, ora com dominância de uma função sobre outra, ora com um contrabalanceamento entre as duas”. **9** [referência numérica] (CAD. DE LETRAS, p.377)

(13) [...] **Como afirmam Jerusalinsky e Fendrik (2011, p. 9, grifo do autor)**, “o sujeito não ocupa o centro do Universo, simplesmente porque não há um universo nem um centro, mas uma abertura central a partir da qual as palavras e as coisas se determinam para cada um de um modo diferente. Essa é a singularidade do ‘sujeito’”. (CIÊNCIAS & LETRAS, p.72)

(14) O acompanhamento de crianças com “diagnóstico de autismo” aos dois, três e quatro anos de idade tem aumentado sensivelmente, assim como as intervenções de caráter mais comportamental. **Conforme nos alertava John Dewey [s.d.]**: “quando se afirma que um professor tem dez anos de experiência, dá pra (sic) dizer que ele tem dez anos de experiência ou que ele tem um ano de experiência repetido dez vezes”, e isso é possível perceber em algumas escolas. (CIÊNCIAS & LETRAS, p.76)

Nos casos de (10) a (14), têm-se orações conformativas introduzidas pelas conjunções “conforme” e “como”. Abaixo, não há uso de preposições que indicam conformidade:

(15) [...] **Nas palavras de Gouveia (2008, 117), a EPG** “é a descrição do leque total de elementos retóricos opcionais, iterativos e obrigatórios de um gênero, assim como da ordenação desses elementos, de modo a equacionarmos e enquadrarmos na descrição as possibilidades de estruturação de qualquer texto que seja exemplo desse gênero”. (DELTA, p.289)

(16) [...] **Nos termos proferidos por Celani (2008: 20), a LA se caracteriza enquanto** “área do conhecimento vista hoje como articuladora de múltiplos domínios do saber, em diálogo constante com vários campos que têm preocupação com a linguagem” (Celani, 2008: 20). (DELTA, p.285)

(17) [...] **Nos termos de Motta-Roth e Heberle (2005: 28)**, “o gênero corresponde à linguagem usada em associação a contextos e funções recorrentes na experiência cultural humana”. (DELTA, p.292)

As expressões “nas palavras de” (15), “nos termos proferidos por” (16) e “nos termos de” (17) exercem a mesma função das preposições de conformidade, tanto que poderiam ser substituídas por elas sem prejuízo do sentido.

Por fim, têm-se as ocorrências em que há ausência de introdutor explícito. Nas ocorrências de (18) a (22), a única marca de DD são os dois-pontos:

(18) Prova da ação histórica na ampliação de sentido **é o excerto abaixo:**

Havia em Roma um recenseamento que era feito a cada cinco anos, e que era acompanhado de cerimônia religiosa, chamada ‘purificação’ *lustrum*, *lustratio*. Como, nessa ocasião, o magistrado e os padres percorriam as organizações populares, o verbo *lustrare* assumiu o sentido de ‘percorrer’, ‘passar em revista’ (BRÉAL, 1992, p. 89, grifo do autor). (ACTA, p.189)

(19) Vale ressaltar que os vários fenômenos de mudança semântica **se associam à polissemia:**

O sentido novo, qualquer que seja ele, não acaba com o antigo. Ambos existem um ao lado do outro. O mesmo termo pode empregar-se alternativamente no sentido próprio ou no sentido metafórico, no sentido restrito ou sentido amplo, no sentido abstrato ou no sentido concreto... (BRÉAL, 1992, p. 103). (ACTA, p.189)

(20) Acoplada à elipse, entra em cena o **fator ‘frequência’**: “[...] o uso frequente de duas unidades léxicas em combinação gera um sintagma lexicalizado que acaba por produzir um lexema único, com significado distinto de seus elementos componentes de origem” (BIDERMAN, 2001, p. 152). (ACTA, p.189)

(21) Entende-se por ‘vontade’ um confronto de **desejos:**

Creio que é preciso representá-la [a vontade] sob a forma de milhares, milhões, bilhões de tentativas, muitas vezes infelizes, algumas vezes com algum sucesso, que assim dirigidas, assim corrigidas, assim aperfeiçoadas, acabam por se definir numa data direção. O objetivo, em matéria de linguagem, é o de ser compreendido. A criança, durante meses, exerce sua língua, proferindo vogais, articulando consoantes: quantos fracassos, antes de chegar a pronunciar claramente uma sílaba! As inovações gramaticais são do mesmo tipo, com a diferença de que todo um povo delas participa. Quantas construções confusas, incorretas, obscuras, antes de encontrar a que será a expressão, não adequada (este não é ponto), mas, ao menos, suficiente do pensamento! Neste longo trabalho, não há nada que não venha da vontade (BRÉAL, 1992, p. 19-20). (ACTA, p.191)

(22) Ao analista do discurso cabe, portanto, depreender as significações possíveis de um enunciado, que surgem da confluência dos processos de produção e interpretação. Não deve pretender analisar apenas o ponto de vista do sujeito comunicante nem apenas o ponto de vista do **sujeito interpretante:**

O sujeito analisante está em posição de coletor de pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve extrair constantes e variáveis do processo analisado. A pergunta ‘Quem fala?’ deve ser substituída pela pergunta “Quem o texto faz falar?” (CHARAUDEAU, 2009b, p.63). (ENTRETEXTOS, p.136)

(23) [...] ao conjunto de circunstâncias, ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso e, no que tange ao ouvinte, este ultrapassa o valor literal, fixando-se na restrição ou ampliação semânticas, em conformidade com **aquele que fala**.

Bréal did not only study language as a system of signs and as a social institution, as indicated by the 'ideologues' and the psychologist Taine, he also analysed the use of signs in contexts and the use of language for the expression of feelings as well as beliefs, wishes, demands and so on, in short speech acts. He also examined the expression of the subject, what he called subjectivity, in language, as for example the function of markers like nevertheless, hopefully, etc. (NERLICH; CLARKE, 1994, p. 448). (ACTA, p.190)

Em (23), a marca de introdução do discurso direto não são os dois-pontos como ocorre de (18) a (22), mas o ponto final. De (24) a (26), a única marca de introdução do discurso direto são as aspas:

(24) Um educador ou educadora precisa compreender a dimensão fundamental que o escutar deve ter em seu fazer pedagógico **cotidiano**. “**A** escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado” (BARBIER, 2004, p. 94). (CIÊNCIAS & LETRAS, p.72)

(25) Esse lugar se sustenta no desejo daquele que tem o propósito de fazer uma intervenção que possibilite um **sujeito advir**. [...] “**Exceto** que se tem tudo quanto é dificuldade de se sair quando só se retém o que faz o elemento elemento, isto é, ele ser único, quando seria preciso introduzir um pouquinho o outro, isto é, a diferença” (LACAN, 1985, p. 97). (CIÊNCIAS & LETRAS, p.76)

(26) **Dessa forma**, “o ato de comunicação se caracterizará por processos dialógicos que envolvem muito mais a compreensão que o mero conhecimento do outro” (SCHINELLO, 2009, p.56). (ILUMINART, p.117)

Maingueneau aponta que as razões para essa ausência de introdutor do discurso direto são: ser breve; harmonizar os discursos citante e citado, mostrando que ambos partilham do mesmo comportamento ou da mesma opinião; é óbvio ao leitor que aqueles trechos são do citado, por isso “[...] as passagens entre aspas e itálico lhe são atribuídas naturalmente, sem que haja necessidade de identificar a cada vez a fonte das falas relatadas.” (MAINGUENEAU, 2008, p.146)

Nas ocorrências acima, percebem-se as três razões apontadas pelo autor: a ocorrência (26) tem introdução breve; nas ocorrências (24) e (25), há harmonia entre os discursos e nas ocorrências de (18) a (23), a obviedade está na formatação típica de citação direta longa, que dispensa outras formas de introdução, já que a própria formatação denota tratar-se de discurso citado.

A partir de todas as ocorrências vistas neste item, entendemos que o discurso direto pretende simular a reprodução fiel das palavras do outro. No entanto, essa

repetição literal acontece em outra situação comunicativa, inserida em outro contexto. As aspas no discurso direto marcam a alteridade, mas ela já está marcada claramente pela ruptura sintática entre o discurso citante e o discurso citado.

### 3.7.2 Discurso indireto

Segundo Authier-Revuz (2001, p.139 – negrito e itálico da autora), “no DI, o enunciador relata um outro ato de enunciação e *usando* suas próprias palavras, pelas quais ele reformula as palavras de outra mensagem: o modo semiótico do DI é, de maneira homogênea, o modo-padrão.” Dessa forma, a mensagem relatada é uma frase típica da gramática e o que nos permite reconhecer o discurso indireto é o sentido, já que o discurso indireto enuncia um conteúdo e apresenta apenas uma modalidade de enunciação. O discurso indireto é apresentado sob a forma de oração subordinada objetiva direta, antecédida de verbo *dicendi*, o qual indica a existência do discurso indireto, por isso “[...] a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado.” (MAINGUENEAU, 2008, p.150)

De certa forma, o discurso indireto opera uma reformulação-tradução, pois é produzido um enunciado que pretende ter o mesmo sentido do ato relatado. Para produzi-lo, é preciso interpretar o enunciado, considerando sua situação de enunciação, e recodificar em um novo enunciado (AUTHIER-REVUZ, 2001).

A forma básica de discurso indireto é verbo *dicendi* + oração subordinada substantiva objetiva direta (AUTHIER-REVUZ, 2001; MAINGUENEAU, 2008), forma que aparece nas ocorrências de (27) a (36) abaixo:

(27) [...] Ao relatar essa experiência, **Martin (2000) afirma que**, nessas escolas, as disciplinas foram mapeadas por sistemas de gêneros e, dessa forma, foram criadas vias de aprendizagem por discursos diferenciados dos comuns às disciplinas. (DELTA , p.282)

(28) Desse modo, **Maingueneau (2008) assevera que** a cena de enunciação se desdobra em [...](ENTRETEXTOS , p.137)

(29) **Cleary (2008) aponta que** a cultura sempre ocupou lugar importante no ensino-aprendizagem de línguas, mas que nos últimos anos, o foco tem mudado para seus aspectos sociais e comportamentais, com ênfase na consciência cultural (cultural awareness), como fator primordial para a comunicação efetiva. (ILUMINART , p.106)

(30) **Kumaravadivelu (2008) aponta que** um conteúdo importante desse quadro é o desenvolvimento do tema interculturalidade no ensino-aprendizagem de línguas, que objetiva promover a consciência intercultural do aprendiz de LE. (ILUMINART , p.108)

(31) **Corbett (2010) pontua que** os significados atribuídos ao termo “intercultural” têm mudado constantemente, à medida que o conceito é adotado e adaptado pela ampla comunidade de estudiosos de línguas. [...] **O autor esclarece que**, embora o ensino de línguas com enfoque intercultural ainda inclua a preocupação com situações nas quais ocorrem falhas de comunicação, atualmente vai além desse foco limitado, e tem como objetivo a comunicação além das barreiras culturais. (ILUMINART , p.107)

(32) [...] **Cleary (2008) lembra que** o idioma inglês [...] não pertence mais ao Reino Unido ou aos Estados Unidos: ele é uma fonte diversa e diversificada para a comunicação global. Desse modo, **Cleary (2008) acredita que** o componente cultural que apresentamos aos nossos alunos deve ser representativo de todos os contextos e situações nos quais a língua inglesa é falada, refletindo assim, a diversidade e pluralidade de seus usuários. (ILUMINART , p.110)

(33) A proposta de classificação de Fávero, Andrade e Aquino estabelece um critério baseado na função, natureza e estrutura das perguntas. **As autoras frisam que** há uma relação intrínseca entre uma pergunta e uma resposta, ou seja, a pergunta faz restrição sintática à resposta, antecipando-a. (CAD. DE LETRAS, p.379)

(34) Ao estudar as características socioeconômicas, opiniões e preferências dos evangélicos no Brasil, **Bohn (2004), utilizando os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro – ESEB 2002, constatou que** a maior parte dos membros das igrejas evangélicas é proveniente de estratos sociais de baixa renda e, conseqüentemente, de baixa escolaridade (segundo a autora, 54% dos evangélicos não concluíram o ensino fundamental). (TRAB. LING. APLIC. , p.390)

(35) **Soares (2008) afirma que, como as pessoas ocupam diferentes lugares sociais,** são-lhes impostas diferentes demandas funcionais de leitura e escrita, determinadas, por exemplo, por sexo, idade, localização rural ou urbana e etnia (acrescentaríamos, no nosso caso, opção religiosa). (TRAB. LING. APLIC. , p.394)

(36) **Corbett (2008) elucida que, no ensino-aprendizagem de línguas,** o conhecimento e habilidade interculturais juntam-se ao conhecimento e habilidade linguísticas na investigação dos seguintes tópicos[...] (ILUMINART , p.108)

Nas ocorrências acima, aparecem orações (34) e (35) e termo (36) intercalados entre a oração principal e a oração subordinada substantiva objetiva direta, os quais foram sublinhados.

Outras formas de apresentação do discurso indireto são possíveis, pois, “Com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o *conteúdo do pensamento* [...]” (MAINGUENEAU, 2008, p.149 – itálico do autor).

Nos artigos analisados, há ocorrências em que o discurso indireto ocorre não como oração subordinada objetiva direta, mas como complemento do verbo:

(37) No trabalho mencionado, **Marinho (2010) apresenta uma investigação** diferenciada quando comparada a outros trabalhos científicos realizados a partir da noção teórica de gênero [...], pois a autora focaliza o gênero resenha produzido por alunos-mestre, ou seja, a escrita do professor em formação inicial ganha relevância. (DELTA , p.283)

(38) No Brasil, **Semechechem (em andamento) estuda as práticas** letradas da comunidade e da escola, em um município do sudoeste do Paraná, em que as missas são realizadas em ucraniano e em português, e a escola ensina uma variedade de português diferente do “brasileiro” falado no dia a dia. (TRAB. LING. APLIC. , p.394)

(39) O letramento litúrgico é definido por Rosowsky (2008) [...]. **O autor pesquisou as práticas** de letramento que se dão em mesquitas do Reino Unido, com o uso do árabe para leitura do alcorão, e em escolas em que o inglês é requerido. (TRAB. LING. APLIC. , p.394)

(40) O signo é uma unidade cultural, conforme Eco (1980). **O semioticista investe contra as teorias** referencialistas incapazes de dar conta dos objetos distantes do falante/ouvinte, dos nomes próprios (apenas denotativos), dos seres mitológicos e dos personagens históricos. (ACTA , p.188)

(41) A aproximação que fazemos mutatis mutandis é acoplada ao componente pragmático que **Bréal (1992) já considerava** ao asseverar, por exemplo, que a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa [...](ACTA , p.190)

(42) As alterações semânticas decorrem de múltiplos fatores, estudados exaustivamente por Bréal (1992), como a restrição e a ampliação de sentido, a metáfora, o espessamento de sentido, a polissemia. **Bréal recusava-se a apresentar** a analogia como uma causa e muito menos como uma força cega. (ACTA , p.187-188)

(43) **Givón apresenta uma definição** de tópico discursivo fundamentalmente cognitiva. Por ser complexo, o tópico não pode ser considerado apenas no domínio da oração [...] (CAD. DE LETRAS, p.376)

(44) É em virtude desse jogo de restrições e estratégias que **Charaudeau (2009b) compara a produção** de um ato de linguagem a uma “expedição” e a uma “aventura”. (ENTRETEXTOS , p.135)

(45) A noção de cena de enunciação é atribuída a **Dominique Maingueneau, que a define** em consonância com a noção de ethos discursivo (a imagem de si construída no interior do próprio discurso). (ENTRETEXTOS , p.137)

Na ocorrência (45), tem-se uma oração adjetiva introduzida pelo pronome relativo “que” e não uma oração objetiva direta como nas ocorrências de (27) a (36) apresentadas anteriormente. De (37) a (45) ocupa lugar de sujeito da oração o sobrenome do autor citado ou uma expressão nominal que remete a pessoa (o autor/ o semioticista). Abaixo, há casos em que o sujeito é outro:

(46) [...] Entretanto, **matéria da revista Veja chama a atenção** ao fato de que a média de leitura dos evangélicos brasileiros gira em torno de seis livros por ano – o dobro da média nacional. (TRAB. LING. APLIC. , p.390)

(47) **A proposta de classificação de Fávero, Andrade e Aquino estabelece um critério** baseado na função, natureza e estrutura das perguntas. (CAD. DE LETRAS, p.379)

(48) **A proposta de Fávero, Andrade e Aquino considera as perguntas** quanto à função e relaciona com o tópico [...] Fávero, Andrade e Aquino classificam apenas em relação ao tópico [...]. (CAD. DE LETRAS, p.393)

De (46) a (48), o sujeito não é o autor (a pessoa nomeada por seu sobrenome), mas o veículo de circulação do texto citado (“matéria da revista Veja”) e o feito do autor citado (“a proposta de”).

Encontrou-se também o discurso indireto introduzido por oração na voz passiva, na qual o autor citado se torna agente da passiva:

(49) **O letramento litúrgico é definido por Rosowsky (2008)** como o uso da leitura (e mais raramente da escrita) necessária para ritual e outras práticas devocionais relacionadas a determinada religião, geralmente uma “religião do livro”, tal como o judaísmo, cristianismo ou islamismo. (TRAB. LING. APLIC. , p.394)

(50) [...] **Andaimento – ou scaffolding – é um termo introduzido por Wood, Bruner e Ross (1976)** para descrever os meios pelos quais um mediador orienta a atenção do aprendiz em direção aos aspectos centrais das atividades em questão. Esse tipo de ação é comum entre adultos e crianças, e o papel do adulto (ou mais experiente), metaforicamente falando, seria o de oferecer um suporte, como um andaime, pelo tempo que for necessário, até que o outro consiga executar a tarefa sozinho. (TRAB. LING. APLIC. , p.395)

(51) **Exemplo disso é a relação observada por Bréal** entre os verbos latinos *legere* e seus correlatos prefixais *eligere* e *colligere*, nos quais existe apofonia. Esta, porém, deixa de existir quando *legere* significa ‘ler’, a exemplo de *perlegere*, *relegere*. (ACTA , p.188)

As ocorrências (49) a (51) corroboram o achado de Coracini (2007). A forma passiva ocorre com verbos cujo significado relaciona-se à atividade de observação ou ação do pesquisador. Segundo a autora, isso é uma estratégia de persuasão, criando efeito de isenção de subjetividade.

### 3.7.3 Formas híbridas

Como o próprio nome sugere, as formas híbridas são construídas por formas diferentes de discurso citado numa mesma ocorrência. São elas a *ilha textual* e o *discurso direto com que*, as quais serão explicitadas abaixo.

#### 3.7.3.1 Ilha textual

Ilha textual, também chamada de ilha enunciativa (MAINGUENEAU, 2008), ilhota textual (AUTHIER-REVUZ, 2004) ou ilhota citacional (BOCH; GROSSMANN, 2002) ocorre quando, no interior do DI, o citante isola em itálico ou entre aspas um fragmento do citado, perfeitamente integrado à sintaxe, que é, ao mesmo tempo,

utilizado e mencionado. Somente a tipografia (itálico, aspas) permite reconhecer esse fragmento como não assumido pelo citante.

Para Authier-Revuz (2001, p.142):

[...] é apenas um caso de imagem particular de funcionamento do sinal de modalização autonímica: aquela extremamente frequente na imprensa, em particular, na qual um DI, relatando um outro ato de enunciação num modo que é o seu, ou seja, da reformulação, assinala, localmente, um elemento como “não traduzido”, como fragmento conservado da mensagem de origem [...].

Apesar de não usar essa nomenclatura, Bakhtin (1997, p.162) também identificou casos semelhantes à ilha:

A tendência analítica do discurso indireto manifesta-se principalmente pelo fato de que os elementos emocionais e afetivos do discurso não são literalmente transpostos ao discurso indireto, na medida em que não são expressos no conteúdo mas nas formas da enunciação. Antes de entrar numa construção indireta, eles passam de formas de discurso a conteúdo ou então encontram-se transpostos na proposição principal como um comentário do *verbum dicendi*.

Authier-Revuz (2004) considera que na ilha também há a homogeneidade que ela apontou anteriormente no discurso indireto (cf. AUTHIER-REVUZ, 2001). Enquanto no discurso direto a heterogeneidade se mostra tanto no plano sintático quanto no plano enunciativo, na ilha, assim como no discurso indireto, não apresenta ruptura sintática ou enunciativa, mas o fragmento é integrado e homogêneo.

A ilha textual, entendida como o fragmento de discurso direto incorporado ao discurso indireto, não tem função específica; para atribuir função a ela, tem-se de considerar todo o contexto, isto é, a soma do discurso indireto e do direto.

O fragmento que constitui a ilha pode ser uma palavra ou expressão:

(52) [...] Acrescidas as noções teóricas de **sequência didática** (cf.: Dolz, Noverraz e Schneuwly, 2004), no contexto suíço, ou de **projeto de letramento** (cf.: Oliveira, 2010; Tinoco, 2010, 2009), no contexto brasileiro, por exemplo, o trabalho didático com gêneros permite a participação dos alunos em práticas de escrita mais significativas [...](DELTA , p.282 – itálico das autoras; grifo nosso)

(53) Dentre os elementos textuais que compõem a “**estrutura potencial do gênero**” – EPG (Generic Structure Potential), conforme terminologia proposta por Hasan (1989) [...] (DELTA , p.289)

(54) Descrevemos as marcas linguísticas características dos elementos textuais configuradores dos relatórios de estágio, ainda que, na LSF, o “**centro nevrálgico da descrição**” se situe não no texto, mas na oração (Gouveia, 2009: 20). (DELTA , p.290)

(55) No Brasil, Semechechem (em andamento) estuda as práticas letradas da comunidade e da escola, em um município do sudoeste do Paraná, em que as missas são realizadas em ucraniano e em português, e a escola ensina uma variedade de português diferente do “**brasileiro**” falado no dia a dia. (TRAB. LING. APLIC. , p.394)

(56) O letramento litúrgico é definido por Rosowsky (2008) como o uso da leitura (e mais raramente da escrita) necessária para ritual e outras práticas devocionais relacionadas a determinada religião, geralmente uma “**religião do livro**”, tal como o judaísmo, cristianismo ou islamismo. (TRAB. LING. APLIC. , p.394)

(57) [...] conotações que Eco (1980) chama de ‘**marcas axiológicas**’, que podem ser positivas, negativas ou não marcadas. (ACTA , p.190)

(58) É em virtude desse jogo de restrições e estratégias que Charaudeau (2009b) compara a produção de um ato de linguagem a uma “**expedição**” e a uma “**aventura**”. (ENTRETEXTOS , p.135)

(59) Tal consciência compreende, além do conhecimento objetivo da relação entre o “**mundo de origem**” e o “**mundo da comunidade alvo**” (similaridades e diferenças), uma conscientização de como cada comunidade é vista da perspectiva do outro, geralmente na forma de estereótipos. (ILUMINART , p.108)

(60) [...] Almeida Filho (2002) corrobora essa reflexão e elucida que a cultura, ao invés de ser uma “**franja**” na aula de LE, deve ocupar o mesmo lugar da língua, quando essa se apresenta como ação social propositada. (ILUMINART , p.106)

Por outro lado, o fragmento que constitui a ilha, em certos casos, equivale a uma frase. Apesar de se confundir visualmente com a citação direta, trata-se de ilha, pois, no contexto, essas frases copiadas literalmente do autor citado estão inseridas num fragmento maior que constitui paráfrase do citado, isto é, citação indireta. Assim, os exemplos abaixo são ilhas textuais porque incorporam fragmentos de discurso direto numa citação constituída por discurso indireto:

(61) Conforme os dados analisados, a diversidade de composição do gênero ocorre no próprio relatório de estágio, o que é motivado por inúmeros fatores, dentre os quais destacamos [...]. A ida do aluno-mestre ao campo de estágio para observar e ministrar aulas parece ser o único consenso existente na prática da referida disciplina (**Bueno, 2009: 46**). A diversidade de procedimentos assumidos inicia quando da escolha dos dispositivos para o aluno-mestre apresentar as observações, reflexões ou críticas realizadas sobre as atividades vivenciadas nos estágios: diários; discussões dirigidas; projetos; relatórios; relatos reflexivos; seminários; dentre outros. **Nas palavras de Bueno (2009: 46), “cada professor de estágio faz a sua escolha de acordo com os seus objetivos e, assim, diferentes dispositivos acabam sendo empregados”.** (DELTA , p.287)

(62) Para Kleiman (2005b, p.23), evento de letramento é o momento em que a fala se organiza ao redor de textos escritos e livros, envolve “**a sua compreensão, segue as regras de uso da escrita da instituição em que acontece, está relacionado ao conceito de evento de fala, que é governado por regras e obedece às restrições impostas pelas instituições.**” Para a autora, os eventos de letramento exigem “**a mobilização de diversos recursos e conhecimentos por parte dos participantes das atividades**” (p. 24). Portanto, quando duas ou mais pessoas estão envolvidas numa atividade em que produção ou compreensão de texto escrito são a base dessa interação, estamos diante de um evento de letramento. (TRAB. LING. APLIC. , p.395)

(63) [...] há um saber tecnológico e uma complexidade social que se configura como realidade e que também precisa estar contemplada na formação, pois **“todo conhecimento é autoconhecimento”, “toda formação é um processo individual”**, mas também é preciso ter claro a existência de uma dimensão **“coletiva de formação docente”** que se dá com os colegas e em serviço (NÓVOA, 2001); (CIÊNCIAS & LETRAS , p.73)

(64) Uma formação, como diz Pacheco (2011, p. 162), **“é uma intervenção junto”**, com o outro. (CIÊNCIAS & LETRAS , p.75)

(65) Entende-se por **“situação de comunicação”** o ambiente físico e social do ato de comunicação, **“o quadro de referência ao qual se reportam os membros de uma comunidade social quando se comunicam”** (CHARAUDEAU, 2009a, p.67). Já por **“contrato comunicativo”** entende-se o conjunto de restrições estabelecidas pelas práticas sociais, instauradas por indivíduos que buscam viver em comunidade e ratificadas pelos discursos que subjazem a uma dada sociedade. (ENTRETEXTOS , p.135)

(66) A autora destaca o conceito de competência intercultural (CI) e esclarece que ele surgiu a partir dos pilares da relação entre língua e cultura na interação. Baseando-se em Volkman, Rozenfeld elucida que a CI se refere à capacidade e habilidade do aprendiz de LE, **“de conhecer as diferenças entre a cultura-alvo e a própria, de reconhecer essas diferenças em situações concretas e de desenvolver estratégias para lidar de forma compreensiva com os costumes da outra cultura”** (ROZENFELD, 2007, p. 79). (ILUMINART , p.111)

(67) Outro ponto que merece ser considerado em relação à função do analista assenta-se no fato de que a propriedade de centração deve nortear toda análise, já que através desta, **segundo Jubran, “o analista identifica o tópico proeminente sobre o qual se discorre em cada momento da interlocução, delimitando segmentos tópicos, cuja organização pode ser analisada tanto no plano intratópico quanto no intertópico”**. No plano intratópico, para esta autora, são investigadas estratégias de construção textual, como repetição, correção, parafraseamento e parentetização. Já no intertópico, o foco recai sobre as relações de sequenciamento, ou interpolação de tópicos na linearidade textual, como também as relações hierárquicas entre super e subtópicos. (CAD. DE LETRAS, p.376-377)

No *corpus* analisado, predomina essa forma de ilha textual. Essas ocorrências se assemelham ao que aponta Maingueneau (2008), ou seja, o autor acredita que a ilha ocorre quando o citante não pode ou não quer reformular o fragmento do citado e, sendo esse fragmento essencial para o entendimento do trecho, ele é incluído, demarcado por aspas, indicando tratar-se de discurso direto. Como não entrevistamos os autores, não podemos afirmar por que razão ele inseriu fragmentos de discurso direto no discurso indireto, mas o efeito de sentido criado para o leitor é o de destacar as palavras “próprias” do autor citado, atribuindo-lhe a autoria do que é dito.

Uma ocorrência chamou a atenção:

(68) [...] Nos anos noventa, a preocupação com a inserção de aspectos culturais nas aulas de LE, juntamente com a noção de multiculturalismo, adquire maior relevância. **Rozenfeld (2007, p.69) afirma que** existe, atualmente, uma visão amplamente difundida de que alunos de LE necessitam, além do conhecimento da gramática da língua-alvo, da **“habilidade de usar a língua de forma social e culturalmente adequada”**, pois entende-se que **“a simples aquisição de sistemas linguísticos não é garantia de compreensão nem de paz entre os povos”** (BARBOSA, 2009, p.115). (ILUMINART , p.106)

A citação começa com discurso indireto atribuído a Rozenfeld e, no mesmo período, são inseridos dois fragmentos que constituem ilha (“habilidade de usar [...] culturalmente adequada” / “a simples aquisição [...] paz entre os povos”), no entanto, muda-se a referência para Barbosa. Assim, ao considerar todo o período, vê-se que as palavras de Barbosa são misturadas às de Rozenfeld. São dois fragmentos (ilhas), mas não se sabe se ambos são de Barbosa ou se o primeiro é de Rozenfeld e o segundo de Barbosa, já que não ficam claros os limites entre um discurso e outro.

### 3.7.3.2 Discurso direto com que (DD com que)

O DD com que é uma forma híbrida em que o discurso direto ocorre depois de introdutor de DI (verbo + *que*). Maingueneau (2008) observou esse uso na mídia, onde:

[...] os jornalistas procuram atuar em relação aos indivíduos de quem falam, mas tentam “colar-se” à sua linguagem e ao seu ponto de vista; não se contentam em comentar acontecimentos, descrever a realidade; eles pretendem restituir o ponto de vista e as palavras dos atores. (MAINGUENEAU, 2008, p.152)

Assim, como o próprio nome sintetiza, trata-se de discurso direto, mas introduzido por “que”. É considerado uma forma híbrida, pois é discurso direto com forma típica de discurso indireto:

(69) Ao ensinarmos LE por meio de um amplo escopo de referências culturais, oferecemos ao aprendiz oportunidades de desenvolver importantes competências cognitivas e culturais, sem com isto, comprometer seu desenvolvimento linguístico. **Rozenfeld (2007) afirma que:**

No campo linguístico, o EI (ensino intercultural) acontecerá, no momento em que alunos, ao se defrontarem com a LE, formularão questões sobre o significado de palavras, o entendimento das estruturas e tecerão comparações entre a LM e a língua-alvo. Nesse momento, busca-se o reconhecimento de que as pessoas utilizam outras ferramentas e outros meios para expressar determinados desejos, ou certas opiniões. Aceitar isso sem estranhamento, assim como buscar a relativização do *outro* e do *eu*, marca uma mudança de paradigma na aprendizagem de LE, a do ensino intercultural. Busca-se a *normalização do outro* e o *estranhamento do normal*, tanto no campo linguístico, quanto cultural (Vollmuth, 2002). Ocorre o reconhecimento não só de que o *outro* vive e se comunica de forma diferente, com o mesmo direito que o *eu*, mas que o mundo até então absolutamente tomado como próprio e *normal* é relativo. (ROZENFELD, 2007, p.73, grifos do autor) (ILUMINART, p.110-111)

(70) **Bluteau (1728, s.v. agouro) registra que**, em língua portuguesa, “[...] ‘tomar agouro’ sem especificar com a palavra bom ou mau, de ordinário, se entende por tomar mau agouro”, o que se configura redução ou elipse [...].(ACTA , p.193)

Essas ocorrências (69) e (70) repetem o padrão característico do DD com que: sujeito + verbo *dicendi* + que + “discurso direto”, embora na segunda haja a interpolação do termo “em língua portuguesa”, o que não descaracteriza a ocorrência.

Abaixo, tem-se um caso diferenciado:

(71) [...] Essa ausência de especificidade nos relatórios de estágio supervisionado parece reproduzir orientações apresentadas em manuais de normatização de trabalhos acadêmicos, conforme podemos observar nas palavras de Sá (1994: 29), **ao afirmar que** “nestes tipos de relatórios devem constar a descrição do local visitado ou de onde foi realizado o estágio, além da descrição dos trabalhos executados e dos processos técnicos observados”. (DELTA , p.294)

A construção sintática da introdução do discurso direto difere do padrão, mas não deixa de apresentar DD com que (verbo *dicendi* “afirmar” + que + “discurso direto”).

### 3.7.4 Resumo com citações (RCC)

O RCC apresenta combinação de discurso direto com fragmentos de discurso indireto, mas, nesse caso, faz-se um resumo do conjunto do texto citado:

Nesse resumo com citações, as unidades entre aspas são empregadas *ao mesmo tempo* como no DI, que restitui o sentido, e como no DD, que restitui as palavras empregadas: o leitor apreende o sentido e, ao mesmo tempo, lê as palavras mesmas utilizadas pelo enunciador citado. (MAINGUENEAU, 2008, p.155)

Segundo o autor, as palavras citadas se distinguem claramente pela tipografia, seja itálico, sejam aspas. Essa forma de citação é muito comum em textos jornalísticos, nos quais o RCC “[...] pretende efetivamente ter valor *documentário*, ele se baseia em uma ética da palavra escrita, da objetividade, que faz a voz do discurso citante tornar-se a mais discreta possível.” (MAINGUENEAU, 2008, p.155)

O RCC é diferente da ilha textual porque nela o todo da citação constitui um só pensamento, uma só ideia, enquanto no RCC há resumo das ideias do autor, visando construir um “todo” do texto citado:

(72) Em *Pais e alunos pouco letrados: eventos de letramento em uma comunidade rural*, Silva (2007) discute resultados de sua pesquisa em que investiga os eventos de letramento das famílias de crianças oriundas de meio iletrado. As entrevistas realizadas com os pais dos alunos selecionados para compor a amostra da pesquisa revelaram que a maioria deles (63%) usa a

leitura principalmente em dois tipos de atividades: religiosas, como a da Bíblia; e escolares, como a de materiais escolares de seus filhos. Segundo a autora, “só por meio da leitura e da escrita é possível entender as relações entre o homem e o mundo social, cultural e físico” (p. 01), nesse sentido, o acesso a essas habilidades promove o homem a indivíduo e cidadão. (TRAB. LING. APLIC., p.396 – itálico do autor)

Na ocorrência, o RCC busca dar um panorama da pesquisa do autor citado, dando-se destaque, inclusive, para o nome do trabalho, o que não é necessário, visto que o leitor pode buscar na lista de Referências para obter essa informação.

O artigo da revista ACTA traz em seu Referencial teórico uma sequência de parágrafos que, observados como um todo (a sequência inteira) ou observado cada parágrafo, repete-se a composição em forma de RCC:

(73) Para Bréal, as palavras são desproporcionais às coisas. Podem ser demasiado amplas ou demasiado restritas. Baseia-se num interessante ponto de vista com base na essencialidade do verbo, do qual derivam substantivos e adjetivos, e que, por natureza, ostenta uma significação geral, pois que “[...] marca uma ação tomada em si mesma, sem outra determinação de espécie alguma” (BRÉAL, 1992, p. 81). Assim, a adjunção de um sufixo ao verbo pode conferir a ele uma noção de agente, paciente, produto ou instrumento de ação. No entanto, os resultados substantivais e adjetivais da adjunção não perdem o significado geral. “Será preciso que pelo uso se limite”, afirma Bréal (1992, p. 82).

A título de exemplo, refiramo-nos ao nome tegmen usado para designar o telhado da casa. O referido substantivo provém do verbo tegere ‘cobrir’ e de um sufixo instrumental men. Todavia, tegmen se aplicava também para designar qualquer cobertura ou invólucro. Em se usando tectum em lugar de tegmen, depara-se com uma palavra de sentido mais restrito: tudo que é coberto. O processo culmina com o francês toit para encontrar-se a palavra em sua restrição máxima: “[...] cobertura de uma casa” (BRÉAL, 1992, p. 81).

O autor argumenta que a desproporcionalidade entre as palavras e as coisas não é percebida pelo falante, para quem a expressão “[...] corresponde em si mesma à coisa, graças ao conjunto de circunstâncias, graças ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso” (BRÉAL, 1992, p. 81). Na interação verbal, a atenção do ouvinte, dirigida ao pensamento, não se detém no valor literal da expressão, mas “[...] a restringe ou a estende segundo a intenção daquele que fala” (BRÉAL, 1992, p. 81).

Como contraponto à restrição de sentido, há a ampliação de sentido, porém a diferença progride em mais de um ponto: a restrição emerge da própria linguagem, liga-se primordialmente a fatores intrínsecos, enquanto a ampliação de sentido resulta de acontecimentos históricos, ou seja, liga-se a fatores essencialmente extrínsecos. Por exemplo, a palavra parricidium ‘assassinato de um pai’ ampliou-se amparada em alterações fonéticas a qualquer espécie de crime. ‘Videmia’, palavra que remonta a vinum ‘vinho’, aplicou-se depois a outras colheitas além das do vinho: vindemiaolearum, mellis, turis (BRÉAL, 1992, p. 89). [...]

Ampliação e restrição de sentido também ocorrem na sincronia. Exemplo dado pelo autor é a frase Aller à *laville* (sic) ‘ir à cidade’, frase conhecida por todos os camponeses, “[...] mas que permanecendo a mesma deve traduzir-se segundo a região por um nome diferente” (BRÉAL, 1992, p. 85). Bréal (1992) se refere ao fato de Platão ter acusado Tales de não ter empregado devidamente os termos relativos aos princípios mais abstratos da linguagem filosófica. Em suma, Bréal remete à questão hodierna das línguas de especialidade, já vigente no tempo de Platão (SEIDE, 2006). [...]

Há um caso particular de polissemia que não se associa à restrição ou ampliação de sentido (BRÉAL, 1992). É aquela que resulta por redução, vulgarmente conhecida por elipse. Pode configurar-se plenamente, sendo irre recuperável o elemento suprimido, ou pode configurar-se precariamente, sendo o elemento suprimido recuperável por conhecimento de mundo ou cooperação pragmática.

.....  
A propósito, Bréal (1992, p. 77), posicionando-se contra a pretensa “[...] tendência pejorativa das palavras”, argumenta que mudanças de sentido positivo para negativo podem ser

explicadas como efeito de eufemismo: “[...] é o efeito de uma disposição muito humana que nos leva a esconder, a atenuar, a disfarçar as idéias desagradáveis, ofensivas ou repulsivas” (BRÉAL, 1992, p. 77). Tal mudança pode ainda ser explicada como resultado da “[...] natureza da malícia humana ter prazer em encontrar um vício ou um defeito por detrás de uma qualidade” (BRÉAL, 1992, p. 78). No sentido oposto, a mudança de sentido negativo para positivo resultaria da polidez: “[...] a afecção tem contornos curiosos que fazem com que termos de significação desfavorável percam o que tinham de desagradável” (BRÉAL, 1992, p. 78). Isto demonstra o relevo que a subjetividade ganha na abordagem brealina de tal modo que o autor a coloca como fator primordial da linguagem:

Não se trata, pois, de um acessório, de uma espécie de superfluidade, mas ao contrário de uma parte essencial, e sem dúvida do fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado (BRÉAL, 1992, p. 161). (ACTA, p.189-190)

O mesmo ocorre no artigo da revista Cad. De Letras; exceto seis linhas no início e quatro no final, praticamente todo o item “Estudos sobre perguntas”, inserido no Referencial teórico, é uma sequência de RCC:

(74) Cunha e Cintra, dentro da perspectiva normativa, postulam que, para se estudar as estruturas interrogativas, há que se considerar, em primeiro lugar, a entonação e se a frase inicia ou não por advérbio ou pronome interrogativo, pois são estes fatores que irão diferenciar uma frase declarativa de outra afirmativa. Para o primeiro tipo – entonação –várias características rítmicas e prosódicas são apresentadas para estabelecer essa distinção:

- a) espera sempre uma resposta categórica de sim ou não;
- b) o ataque da frase começa por um nível tonal mais alto do que a oração declarativa;
- c) na parte medial do segmento melódico, haver uma queda de voz, que, embora seja mais acentuada do que nas orações declarativas, não altera o caráter ascendente desta modalidade de interrogação;
- d) subir a voz acentuadamente na última vogal tônica, ponto culminante da frase; em seguida, sofrer uma queda brusca, apesar de se manter em nível tonal elevado.

Há, para essa distinção, outras formulações, como a comparação da curva da oração declarativa com a da interrogativa. Neste cotejamento, os autores afirmam que a curva de ambas as orações se assemelha por terem a parte inicial ascendente e medial relativamente uniforme. A principal distinção, nesta categoria de análise, ocorreria na parte final, que na declarativa é descendente, e na interrogativa, ascendente.

Para as frases iniciadas com pronome interrogativo, os autores sinalizam dois tipos principais, a saber:

- a) o ataque da frase que, iniciado em um nível tonal muito alto, sobe, às vezes, bruscamente, até a primeira sílaba tônica, sílaba esta que, na maioria dos casos, pertence ao pronome ou ao advérbio interrogativo, ou seja, ao elemento que realiza a função interrogativa da oração;
- b) a curva melódica, que, após a primeira sílaba tônica, decresce progressivamente e de maneira mais acentuada do que nas frases declarativas

É suficiente, para Cunha e Cintra, ao se identificar uma oração interrogativa, ater-se a aspectos tonais da frase. [...](CAD. DE LETRAS, p.377-378)

Diferentemente dos anteriores, O RCC abaixo ocorre na Análise do artigo em que está inserido:

(75) O jogo de pergunta e resposta em sala de aula se configura, para Coracini, numa prática discursiva. A tipologia apresentada por esta autora, que, segundo ela, não é exaustiva, parte do professor em direção ao aluno.

Coracini tenta mostrar, de acordo com sua perspectiva, que os alunos tendem a responder exatamente o que o professor quer, sendo raros os casos em que o aluno toma uma postura diferente. Esta aceção da autora em relação aos professores e alunos não é defendida aqui. A pesquisa de Coracini teve como foco principal as formas que as perguntas em sala de

aula, feita pelo professor, assumem, e das respostas dos alunos a essas perguntas em aulas de leitura. Não foca efetivamente as perguntas em relação ao tópico, mas a relação professor-aluno. Outro ponto que a investigação de Coracini procurou evidenciar foi se as perguntas que são utilizadas em sala de aula têm o mesmo propósito que tinham na antiguidade, que era o da maiêutica socrática. A autora argumenta que as perguntas, na antiguidade, eram elaboradas para desenvolver, no discípulo, a capacidade de raciocinar e de elaborar soluções, baseadas na racionalidade, para as questões que surgiam. No entanto, Coracini afirma que hoje só existe o vestígio dessa prática. As perguntas do professor são classificadas, de acordo com a proposta de Coracini, em dois tipos: as didáticas, que têm como objetivo estabelecer relação entre professor e alunos; e as comunicativas, que parecem escapar às preocupações didáticas, mesmo fazendo parte da aula. (CAD. DE LETRAS, p.388-389)

Esse RCC na Análise se justifica por se tratar de um artigo em que estão sendo comparadas concepções de diferentes autores. Assim, mesmo na Análise, é pertinente que eles façam RCC de um trabalho (no caso, um capítulo do livro da autora citada).

### 3.7.5 Modalização em discurso segundo (MDS)

Authier-Revuz (2001) aponta a modalização em discurso segundo como uma das formas marcadas de representação do discurso citado, o qual é marcado por meio de formas da língua, como grupos preposicionais, verbos, entre outras. Na MDS, o enunciador remete ao discurso de outra pessoa e, em certos usos, pode comentar sua própria fala. A MDS é uma citação indireta, mas com o diferencial de ser introduzida por formas transparentes de modalização (AUTHIER-REVUZ, 2001).

Vejam-se as ocorrências:

(76) **Conforme Soares** (2003, p. 17), literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. (TRAB. LING. APLIC. , p.392)

(77) A leitura, na esfera religiosa, **segundo Tinoco** (2008, p. 82), tem a função social de fortalecer o sentimento de identificação a um grupo religioso. [...] **Segundo o autor**, o letramento litúrgico, em termos de capital cultural, é um aspecto que forma a vida das pessoas, tanto para os que estão adquirindo esse letramento, como para os que já o têm. (TRAB. LING. APLIC. , p.403)

(78) O signo é uma unidade cultural, **conforme Eco (1980)**. (ACTA , p.188)

(79) [...] **Segundo Wittgenstein (1953)**, as palavras, de algum modo, valem como utensílios e ferramentas e significam mediante o seu uso em determinado contexto. (ACTA , p.189-190)

(80) **Segundo Houaiss (2001)**, o termo ‘azar’, cujo sentido original era ‘flor’, e depois por extensão, ‘dado’, passou, nas línguas modernas entre os séculos XV e XVI, a designar ‘má sorte, infortúnio’. (ACTA , p.194)

(81) **Segundo Charaudeau (2009b)**, o sujeito falante se apropria de categorias de línguas (elementos linguísticos), organizados segundo determinados modos de organização

discursivos (narrativo, descritivo, argumentativo), para, a partir daí, encenar seu discurso. Nesse processo de encenação, o sujeito emprega componentes e procedimentos específicos com o fim de produzir efeitos de sentido, conforme já assinalado anteriormente. É pautado nessas noções que o presente trabalho pretende pôr em prática sua proposta de análise. (ENTRETEXTOS , p.138)

(82) [...] A cena de enunciação, **segundo o autor**, está intimamente ligada ao tipo e ao gênero discursivo e consiste na representação, na colocação em cena da enunciação – entendida como o ato de produção de um enunciado, pressupondo, necessariamente, um locutor e um destinatário. (ENTRETEXTOS , p.137)

(83) **Segundo Corbett (2008)**, há, hoje em dia, em muitas aulas de LE ao redor do mundo, uma crescente demanda para que professores combinem as quatro habilidades linguísticas (reading, writing, listening, speaking) a um conjunto de habilidades e competências interculturais. (ILUMINART , p.106)

As ocorrências acima permitem concluir que a preferência de uso é pelo “segundo”, que aparece significativamente mais vezes que “conforme”. Segundo Neves (2000), os elementos “conforme” e “segundo” podem ser conjunções conformativas, de modo que “a construção **conformativa** expressa por um **período composto** é constituída pelo conjunto de uma **oração nuclear**, ou **principal**, e uma **conformativa**.” (NEVES, 2000, p.924 – grifos da autora) ou formas de preposição, introduzindo, nesse caso, sintagma nominal que estabelece relação circunstancial de conformidade.

Além de “conforme” e “segundo”, outras preposições, como “para” e “como” podem estabelecer relação de conformidade:

(84) **Para Street (2006, p. 466)**, há diferentes modos de representar nossos usos e significados de leitura e escrita em diferentes contextos sociais, e o testemunho de sociedades e épocas diferentes demonstra que não é possível pensar o letramento como algo único e compacto. Em função disso, admitimos, como o autor, a existência de uma multiplicidade de letramentos [...]. (TRAB. LING. APLIC., p.393)

(85) **Para Charaudeau (2009b)**, o ato de linguagem constitui um jogo no qual encenam quatro sujeitos inscritos em dois espaços distintos [...](ENTRETEXTOS , p.135)

(86) [...] Em suma, **para esta autora**, a pergunta retórica não é exatamente uma pergunta, elas são produzidas para simular e direcionar o envolvimento dos ouvintes, prendendo sua atenção, o que contribui para o desenvolvimento do tópico discursivo. (CAD. DE LETRAS, p.388)

(87) Um exemplo diz respeito à classificação das semirretóricas. **Para Coracini**, estas servem para animar a aula, classificando-a como perguntas de animação. Neste caso, quando um professor faz uma pergunta que ele mesmo responde, o faz para não dar oportunidade ao aluno de responder. **Para a autora**, essa postura compromete o desenvolvimento crítico do aluno, já que estes acham normal esse procedimento, não procurando, portanto, responder a esse tipo de pergunta [...](CAD. DE LETRAS, p.394)

(88) Vale ressaltar, **como Bréal (1992)**, que, em determinados contextos, vale a restrição ou a ampliação de sentidos; noutros contextos, nenhum dos fenômenos ocorre. (ACTA , p.187)

(89) Saliento que podemos dialogar em posição de escuta sensível, **como defende Barbier (2004)**, uma escuta sem julgamentos prévios e sem classificações mensuráveis pelos critérios contemporâneos de manuais e das novas ciências. 4 (CIÊNCIAS & LETRAS , p.72)

(90) **Como destaca Rosowsky (2008, p. 169)**, as escolas, se reconhecessem a importância do letramento litúrgico, seriam beneficiadas consideravelmente, uma vez que as habilidades desenvolvidas nesse contexto podem ser transferidas para o escolar. (TRAB. LING. APLIC. , p.402)

Nas ocorrências (89) e (90) acima, há oração conformativa, ao contrário da maioria significativa de sintagmas nominais. As locuções prepositivas também ocorrem:

(91) **De acordo com Kumaravadivelu (2008)**, embora o componente cultura seja parte integral do ensino de língua estrangeira (LE) há muito tempo, não era considerado, até recentemente, um conteúdo explícito do currículo do ensino de línguas: era visto como um subproduto do ensino-aprendizagem de LE. Segundo o autor, é somente após a Segunda Guerra Mundial, quando o comércio e a comunicação internacional se tornam difundidos, que os profissionais da área de ensino-aprendizagem de línguas reconhecem a necessidade de se “ensinar cultura” explicitamente.[...] (ILUMINART , p.106)

(92) Outra questão importante a considerar, **de acordo com Cleary (2008)**, seria decidir quais aspectos culturais incluir nas aulas de línguas. De acordo com a autora, a maioria dos livros didáticos para o ensino da língua inglesa abordam aspectos tradicionais da cultura. (ILUMINART , p.110)

(93) [...] **De acordo com a autora**, consciência cultural é um tema complexo e vai além da aprendizagem sobre povos ou culturas [...] (ILUMINART , p.106)

Observa-se, em todas as ocorrências de MDS que, além de circunstância de conformidade, esses modalizadores relacionam dois atos de fala (NEVES, 2000). Nas ocorrências, o citante configura o DI em conformidade com o que escreveu o citado, modalizando seu discurso em outro discurso. O uso desses modalizadores demarca claramente a quem pertence a ideia que foi parafraseada, como se as citações em MDS significassem “as ideias são do citado, mas o entendimento e as palavras são do citante”. Dessa forma, a modalização garante a autoria do citado.

### 3.7.6 Reformulação

Segundo Boch e Grossmann (2002, p.100), “[...] a *reformulação* permite ao escritor integrar a fala do outro em seu próprio dizer, assumindo-a do ponto de vista enunciativo.” A reformulação é caracterizada pela “presença de marcas introdutórias de discurso reportado” (semelhantes às da modalização em discurso segundo); pela “ausência de marcas escriturais tais como aspas” e pelo fato de que “o discurso do

outro é integrado no discurso de quem escreve e não tem autonomia enunciativa.” (BOCH; GROSSMANN, 2002, p.101).

Quando consideram a presença das marcas de discurso reportado, Boch e Grossmann (2002) chamam de reformulação o mesmo que Maingueneau (2008) e Authier-Revuz (1998) chamam de modalização em discurso segundo. Assim, nesta análise, a ocorrência de modalizadores com discurso indireto será tratada de MDS. Aqui, a reformulação é a ocorrência de discurso indireto em que há ausência de marcas tipográficas e o discurso citado aparece parafraseado e integrado ao discurso citante, sendo reconhecido somente pela presença da referência (Autor, data) no final do trecho reformulado, conforme se observa nas ocorrências abaixo:

(94) [...] Outro gênero utilizado nas práticas de escrita que compõem as atividades didáticas na academia é o denominado relatório ou relato de estágio supervisionado, bastante comum nos cursos de licenciatura, ainda que pouco focalizado em investigações científicas (cf.: Fairchild, 2010; Fiad e Silva, 2009). (DELTA, p.283)

(95) [...] Assim como outros instrumentos são utilizados para avaliação formativa das diversas atividades realizadas em situação de instrução ou de trabalho, como, por exemplo, o *portfólio* (cf.: Villas Boas, 2010), o relatório pode ser utilizado para tal propósito. (DELTA, p.288)

(96) Essa noção de pertencimento ajuda a alinhar esses sentimentos subjetivos e cambiantes aos lugares objetivos e concretos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 2005). (TRAB. LING. APLIC. , p.396)

(97) A formação profissional deve considerar o saber fazer, criticamente, pois o professor precisa ter os fundamentos teóricos da educação, mas também precisa saber mediar os processos de constituição do conhecimento e do saber – um fazer rigoroso, no qual a prática pedagógica zele por compreender e criar diferentes caminhos, sem cair na cilada ultraliberal que se aproximou do discurso da qualidade pedagógica anos atrás. A função e o desafio é satisfazer a necessidade das crianças e falar do desejo para que o próprio sujeito encontre formas criativas de satisfazê-lo (DOLTO, 2002). (CIÊNCIAS & LETRAS, p.73)

(98) No interior da cena de enunciação se desenvolve a encenação, definida pelo conjunto de papéis atribuídos ao sujeito falante e a seu destinatário, dentro de um espaço de restrições e de manobra previsto pelo contrato comunicativo e pela situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2009b). (ENTRETEXTOS, p.138)

Sant’Anna (2003, p.27) define paráfrase como a intertextualidade das semelhanças, pois ela é a “[...] reafirmação, em palavras diferentes, do mesmo sentido de uma obra escrita.” Para o autor, quando se parafraseia um texto, se está também interpretando, clarificando tal texto. Por estar ligada ao texto original, a paráfrase é vista pelo autor como uma continuidade, cujo efeito é a condensação de dois elementos em um. No contexto literário, Sant’Anna (2003) evoca o estudo bakhtiniano e afirma que, na paráfrase

[...] alguém está abrindo mão de sua voz para deixar falara voz do outro. Na verdade, essas duas vozes, por identificação, situam-se na área do *mesmo*.

[...] a paráfrase é um discurso sem voz, pois quem está falando está falando o que o outro já disse. É uma máscara que se identifica totalmente com a voz que fala atrás de si. (SANT'ANNA, 2003, p.29)

Ao contrário do contexto literário, no contexto acadêmico, esse “falar o que o outro já disse” funciona como um argumento de autoridade e a paráfrase é tida como a principal forma de citar, pois o citante interpreta o citado e essa forma permite agrupar ideias afins de diferentes autores. Ao fazer referências agrupadas, é preciso cuidado.

Observe-se agora esta ocorrência:

(99) Dos fenômenos supraelencados, focaremos a atenção na ‘restrição’ e ‘ampliação de sentido’ que constituem nosso ponto de partida. Os referidos fenômenos são, até certo ponto, susceptíveis de serem interpretados, na modernidade, com base lógica, em função dos termos ‘intensão’ e ‘extensão’. O primeiro concerne aos semas inerentes às palavras que definem seu emprego em relação aos objetos; o segundo diz respeito à correlação entre o signo e o objeto extralinguístico (ABBAGNANO, (2007, s.v. intensão e extensão), (ECO, 1991). (ACTA , p.188)

Os autores citados são apresentados de forma confusa na ocorrência acima (99). Acredita-se que possa ter sido um erro de digitação. Se foi esse o caso, a referência deveria ser apresentada deste modo conforme a ABNT (2002): (ABBAGNANO, 2007, s.v. intensão e extensão; ECO, 1991).

### 3.7.7 Evocação/ menção

A evocação ocorre quando o citante alude a trabalhos sem resumir seu teor. A evocação “[...] permite colocar em segundo plano os conhecimentos compartilhados, ou os elementos não essenciais ao propósito, inscrevendo, ao mesmo tempo, a pesquisa em um espaço epistêmico identificável [...]” e é identificada por meio da “ausência de marcas introdutórias de discurso reportado”, ausência de desenvolvimento temático do dizer do outro”, “presença de um nome próprio de autor, frequentemente com a data à qual o autor do artigo se refere, sem precisar o teor do texto”. (BOCH; GROSSMANN, 2002, p.100-101).

Para nós, a evocação é mais bem definida por meio do termo “menção”, já que esta carrega em língua portuguesa o sentido de “citar”. Dessa forma, nesta análise, a evocação será chamada de menção.

A menção não tem a forma típica da citação (presença das palavras do outro via discurso direto ou discurso indireto ou alguma das formas híbridas). Nesse caso, trata-se tão somente de mencionar autor ou autores:

(100) No trabalho mencionado, Marinho (2010) apresenta uma investigação diferenciada quando comparada a outros trabalhos científicos realizados a partir da noção teórica de gênero (cf.: **Araújo, 2002; Motta-Roth, 2002**), pois a autora focaliza o gênero resenha produzido por alunos-mestre, ou seja, a escrita do professor em formação inicial ganha relevância. (DELTA , p.283)

(101) Os estudos contemporâneos do letramento (KLEIMAN, 1995, 2005a, 2005b; SOARES, 2003, 2004, por exemplo) partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com múltiplas funções e indissociáveis dos contextos em que se desenvolvem. A maioria desses estudos, entretanto, considera o letramento no contexto escolar, até mesmo porque a escola é ainda sua principal agência. (TRAB. LING. APLIC., p.391)

(102) O conceito de outridade toma força na academia e tem servido de alicerce a pensadores que significaram o conceito de alteridade (sustentados também em Montaigne, Todorov, Blanchot, Lévinas) aproximando-o de experiência (**Walter Benjamim, Larrosa e outros**). (CIÊNCIAS & LETRAS , p.71)

(103) Muito se tem discutido sobre os significados do letramento, mas algo parece ser comum à maioria dos autores (KLEIMAN, 2001; SOARES, 2003; TFOUNI, 1988, 1995): a noção surge da necessidade de explicar algo que é mais amplo que alfabetização [...](TRAB. LING. APLIC. , p.392)

(104) Na transcrição das respostas às perguntas, não foi usada nenhuma convenção. Interessa-nos, neste trabalho, o conteúdo dessas respostas (BARDIN, 1995), procurando identificar as concepções dos participantes em relação à leitura da Bíblia, em relação aos eventos de letramento de que participam e como isso marca suas vidas. (TRAB. LING. APLIC. , p.398)

(105) Bluteau (1728, s.v. agouro) registra que, em língua portuguesa, “[...] ‘tomar agouro’ sem especificar com a palavra bom ou mau, de ordinário, se entende por tomar mau agouro”, o que se configura redução ou eclipse, **segundo Bréal (1992)**. (ACTA , p.193)

A menção se refere ao nome e não às ideias próprias do citado. Nas ocorrências de (100) a (105), percebe-se a generalização, como se significasse “o tema é este e esses autores já falaram dele” ou ainda “sei que eles existem e sei o que eles estudaram, por isso os menciono aqui”. Veja-se agora esta ocorrência:

(106) As oito referências realizadas a outros gêneros no verbete “relato” e as dez realizadas em “relato de caso” [...] evidenciam o caráter flexível dos gêneros e o desafio da produção de um dicionário do tipo. Tal instabilidade dos gêneros textuais, conforme já destacada por Bakhtin (2000: 279), justifica-se pelas adaptações sofridas conforme o propósito comunicativo para que são acionados como resposta, em diferentes espaço e tempo. (DELTA , p.286)

Apesar de parecer uma ocorrência de MDS por causa do modalizador “conforme”, tem-se em (106) uma menção a Bakhtin em meio a palavras do autor citante. Ao mencionar Bakhtin, o citante demonstra conhecer as ideias do autor e se dirige a seu “leitor-modelo” (cf. MAINGUENEAU, 2008). Quem não conhece o pensamento de Bakhtin não entenderá a menção, ou seja, o leitor-modelo do citante é quem está familiarizado com as ideias de Bakhtin a ponto de entender por que ele é mencionado nesse contexto.

Na ocorrência abaixo também se tem uma falsa MDS:

(107) Portanto, as atividades estimulam a análise comparativa de aspectos da cultura britânica com a cultura do aluno, favorecendo, assim, a autopercepção e a percepção de aspectos de outras culturas, **conforme propõem Byram et al (2002)**. (ILUMINART , p.117)

Não se pode determinar se, de fato, o citante quis fazer MDS. Da forma como está, (107) parece uma menção em meio às palavras do citante e não o discurso indireto modalizado em discurso segundo.

Há outra face da menção que será abordada quando se tratar das funções da citação, já que, nesse caso específico, a menção e a função da citação estão intimamente relacionadas.

### 3.8 ANÁLISE DAS FUNÇÕES DAS CITAÇÕES ENCONTRADAS NOS ARTIGOS

No Referencial teórico deste capítulo, apresentamos as funções da citação elencadas por diferentes autores (SMITH, 1981; CARVALHO, 1995; MEADOWS, 1999; BOCH; GROSSMANN, 2002). Agrupando as funções apontadas por esses autores, obtivemos o seguinte quadro:

**Quadro 20:** Funções da citação

<b>Função</b>	<b>Descrição (funções encontradas nos autores)</b>
Contextualizar o estudo	Proporcionar a leitura de fundo (GARFIELD apud SMITH, 1981); fonte de informação; literatura indispensável para o trabalho (CARVALHO, 1995); indicação de leituras sobre antecedentes da questão (MEADOWS, 1999);
Homenagear pioneiros	Homenagear os pioneiros (GARFIELD apud SMITH, 1981) Prestar homenagem aos pioneiros (MEADOWS, 1999);
Homenagear colega(s)	Dar crédito para trabalhos relacionados (homenagem aos pares) (GARFIELD apud SMITH, 1981); reconhecimento de um cientista por seus colegas (CARVALHO, 1995); crédito a trabalhos correlatos (MEADOWS, 1999)
Estabelecer propriedade e/ou prioridade	Identificar publicações originais nas quais uma ideia ou conceito foi discutido; identificar publicações originais ou outros trabalhos que descrevem um conceito ou termo eponímico (GARFIELD apud SMITH, 1981); direitos de propriedade e prioridade da contribuição científica de um autor (CARVALHO, 1995);
Expressar definição/conceituação/ visão/ opinião do citante com vistas à construção do Referencial teórico	Referir-se a trabalhos anteriores para traçar o estado de uma problemática (BOCH; GROSSMANN, 2002); Marcar pertencimento a uma corrente ou escola (BOCH; GROSSMANN, 2002); Introdução de um ponto de vista (BOCH; GROSSMANN, 2002)
Identificar elementos metodológicos	Identificar metodologias, equipamentos, etc. (GARFIELD apud SMITH, 1981; MEADOWS, 1999)
Sustentar alegações do citante, imprimindo credibilidade a seu argumento	Fundamentar alegações (GARFIELD apud SMITH, 1981); referir-se a trabalhos anteriores para sustentar uma definição ou fundamentar uma afirmação (BOCH; GROSSMANN, 2002)
Criticar, denunciar ou reivindicar propriedade	Criticar trabalho anterior; denunciar trabalho ou ideias de outras pessoas ( alegações negativas); reivindicar prioridade em relação a outros (homenagem negativa) (GARFIELD apud SMITH, 1981)
Afastar-se de um ponto de vista	Discutir uma afirmação, se afastar de uma posição (BOCH; GROSSMANN, 2002)
Corrigir o próprio trabalho (GARFIELD apud SMITH, 1981)	
Corrigir o trabalho dos outros (GARFIELD apud SMITH, 1981)	
Alertar futuros trabalhos (GARFIELD apud SMITH, 1981)	
Divulgar trabalho pouco divulgado, indexado ou citado (GARFIELD apud SMITH, 1981)	

**Fonte:** a autora, com base em Carvalho (1975), Garfield apud Smith (1981), Meadows (1999), Boch e Grossmann (2002)

A partir desse quadro, as funções das citações feitas nos artigos analisados foram classificadas e serão apresentadas abaixo.

### 3.8.1 Função: Contextualizar o estudo

No *corpus* qualitativo, houve uma ocorrência dessa função:

(108) **No corpo do texto:** Os relatórios selecionados resultam do trabalho pedagógico realizado no período de formação do corpo docente efetivo da universidade focalizada, após período de federalização da antiga Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS 4 .

**Na nota de rodapé: 4.** “A Fundação Universidade do Tocantins foi constituída como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, Capital do Estado, e atuação em todo território nacional”. (<http://www.unitins.br/portal/historico.aspx> - acesso em 29/012011). (DELTA , p.284)

Essa CNR ocorre na Metodologia e, por meio dela, o citante apresenta informações complementares acerca da Instituição onde é feita a pesquisa, contextualizando o leitor sobre essa particularidade da Instituição.

### 3.8.2 Função: homenagear pioneiro(s)

No *corpus* qualitativo, houve uma ocorrência dessa função:

(109) Para encerrarmos esta fundamentação teórica, destacamos a **modernidade em germe do linguista francês**, nos pontos que segue. Em primeiro lugar, deu primazia ao uso como fundamento das mudanças [...]. A aproximação que fazemos *mutatis mutandis* é acoplada ao componente pragmático que Bréal (1992) já considerava ao asseverar, por exemplo, que a expressão, para aquele que fala, corresponde em si mesma à coisa, devido: ao conjunto de circunstâncias, ao lugar, ao momento, à intenção visível do discurso e, no que tange ao ouvinte, este ultrapassa o valor literal, fixando-se na restrição ou ampliação semânticas, em conformidade com aquele que fala.

Bréal did not only study language as a system of signs and as a social institution, as indicated by the ‘ideologues’ and the psychologist Taine, he also analysed the use of signs in contexts and the use of language for the expression of feelings as well as beliefs, wishes, demands and so on, in short speech acts. He also examined the expression of the subject, what he called subjectivity, in language, as for example the function of markers like nevertheless, hopefully, etc. (NERLICH; CLARKE, 1994, p. 448). [...]

Em segundo lugar, Bréal (1992), a nosso ver, **lançou germinalmente as bases da linguística cognitiva**, quando estudou a metáfora, citando exemplos como ‘pensar é calcular’. [...]

Em terceiro lugar, **relevamos a ousadia de Bréal** em assumir a linguística como ciência histórica e não ciência natural. [...] (ACTA, p.189-190)

Os trechos reproduzidos acima comportam diferentes citações. Esses trechos estão no Referencial teórico do artigo, num contexto em que o citante está explanando as ideias de Bréal; tanto o citante quanto os autores citados Nerlich e Clark se referem a Bréal, não somente como uma exposição de conceitos, mas também como uma exaltação dos feitos diferenciados de sua produção (trechos em

negrito), o que permite inferir que essas citações, além de construir o referencial teórico, têm a função de homenagear um pioneiro, destacando as ideias dele.

Dessa forma, entendemos que a homenagem aos pioneiros ocorre quando o autor citante apresenta não só elementos teóricos, como também exalta os feitos do citado, sendo esse citado alguém cuja produção é um marco numa dada área. No caso de Bréal, é sabido que seu “Ensaio de semântica” (obra citada no artigo da revista ACTA – exemplo (109)) teve papel importante na linguística moderna, na semântica e na pragmática a ponto de ele ser considerado por alguns teóricos como o “fundador da semântica” (SEIDE, 2006, p.16).

### 3.8.3 Homenagear colega(s)

No *corpus* qualitativo, houve uma ocorrência dessa função:

(110) No trabalho mencionado, Marinho (2010) apresenta uma investigação diferenciada quando comparada a outros trabalhos científicos realizados a partir da noção teórica de gênero [...], pois a autora focaliza o gênero resenha produzido por alunos-mestre, ou seja, a escrita do professor em formação inicial ganha relevância. (DELTA , p.283)

A citação em forma de discurso indireto feita na Introdução do artigo não somente apresenta a investigação da autora citada; no trecho sublinhado, o citante destaca a singularidade da pesquisa, o que se pode entender como uma forma de reconhecimento à colega. Como expusemos no quadro 20 acima, os autores que embasaram nosso referencial teórico referem-se a citações cuja função é dar crédito para trabalhos relacionados (homenagem aos pares) (GARFIELD apud SMITH, 1981); reconhecimento de um cientista por seus colegas (CARVALHO, 1995); crédito a trabalhos correlatos (MEADOWS, 1999).

A diferença entre a homenagem ao colega e homenagem ao pioneiro (função explanada acima, em 3.8.2) está no fato de que o colega pode ser visto como um “par”, isto é, numa posição próxima ao autor citante, enquanto o pioneiro é visto como o “fundador”, estando numa posição acima do citante.

### 3.8.4 Identificar elementos metodológicos

No *corpus* qualitativo, houve uma ocorrência dessa função:

(111) As subseções a seguir descrevem 12 itens lexicais do domínio semântico de destino, bem como os derivados e lexias compostas e textuais, quando existem, naturalmente. Por lexia, compreende-se o que Pottier (1978, p. 268) conceitua como “[...] unidade lexical memorizada, unidade de comportamento”. (ACTA, p.191)

Esta citação (111) identifica elemento metodológico, pois, no artigo em que ocorre, esse trecho faz parte da descrição da metodologia adotada, abrindo a seção “Análise”. O artigo em questão não apresenta uma seção “Metodologia”, por isso o autor, antes de iniciar a análise das ocorrências, faz uma breve apresentação do método [“as subseções a seguir descrevem”]. Ao citar Pottier, o autor aponta o conceito-chave que permeará a identificação e a análise das ocorrências.

### 3.8.5 Expressar definição/ conceituação/ visão/ opinião do citado com vistas à construção do Referencial teórico

Essa função se refere a citações cuja função é estabelecer conceitos, isto é, o citante delimita o entendimento que faz dos conceitos a partir da definição apresentada pelo citado. Vejam-se os exemplos:

(112) [...] Conforme Gisi, Martins e Romanowski (2009: 208), “entende-se o estágio como uma oportunidade de inserção numa realidade, no caso escolas de educação básica, permitindo a confrontação do saber acadêmico com o saber da escola, permitindo aos estudantes apreender como se dão as relações de trabalho”. (DELTA, p.289)

(113) No Brasil, Semechechem (em andamento) estuda as práticas letradas da comunidade e da escola, em um município do sudoeste do Paraná, em que as missas são realizadas em ucraniano e em português, e a escola ensina uma variedade de português diferente do “brasileiro” falado no dia a dia. (TRAB. LING. APLIC. , p.394)

(114) [...] Trata-se do que Palrilha (2009, p. 92) define como “[...] propriedade semântica de certas unidades lexicais, que lhes permite funcionar com a conotação que lhes pretendemos dar” [...]. (ACTA, p.190)

(115) A proposta de classificação de Fávero, Andrade e Aquino estabelece um critério baseado na função, natureza e estrutura das perguntas. As autoras frisam que há uma relação intrínseca entre uma pergunta e uma resposta, ou seja, a pergunta faz restrição sintática à resposta, antecipando-a. (CAD. DE LETRAS, p.379)

(116) O conceito de outridade toma força na academia e tem servido de alicerce a pensadores que significaram o conceito de alteridade (sustentados também em Montaigne, Todorov, Blanchot,

Lévinas) aproximando-o de experiência (Walter Benjamim, Larrosa e outros). (CIÊNC. & LETRAS , p.71)

(117) Desse modo, Maingueneau (2008) assevera que a cena de enunciação se desdobra em [...](ENTRETEXTOS , p.137)

As ocorrências (112) a (117) aparecem no Referencial teórico dos artigos analisados. O artigo científico é o relato de uma pesquisa, a qual se fundamenta nos resultados de outras pesquisas, bem como nos preceitos teóricos que embasam o estudo. Essas informações só podem ser inseridas no artigo via citação, pois são ideias que não pertencem ao citante, mas aos autores citados, criando-se efeito de sentido “isto é dele, não é meu”.

### 3.8.6 Sustentar alegações do citante, imprimindo credibilidade a seu argumento

Vejam-se os exemplos:

(118) [...] A professora ainda estava no primeiro. Também, pela análise do fragmento, observa-se que ela continuou sua exposição sobre algas, não falou mais sobre fungos. Desse modo, ela elaborou uma pergunta que serviu de estratégia interativa, por não ter explicitado nada sobre fungos ainda. A pergunta foi feita e ao mesmo tempo não foi respondida; ou melhor, foi elaborada para não ser respondida, caracterizando o que se chama de pergunta retórica. Na verdade, perguntas retóricas não são perguntas de fato, mas sim estratégias para estimular o envolvimento do ouvinte com a história, focando os processos de atenção e avaliação, podendo, também, funcionar como estratégia de encadeamento do tópico discursivo. **Herring define perguntas retóricas como** “qualquer elocução que é interrogativa na forma, porém, ao contrário de perguntas que requerem informação, as perguntas retóricas não solicitam respostas”. Desta forma, ao se falar em tipologia de pergunta, há que se levar em conta, também, a resposta, já que esta delimita a pergunta que vai ser feita. (CAD. DE LETRAS, p.388)

Observe-se que (118) compõe-se de trecho com palavras dos autores do artigo, seguido de citação. Em meio à análise de seus dados, os autores do artigo analisam uma ocorrência e, para complementar a forma como identificam tal ocorrência, citam Herring. Portanto, essa citação funciona como sustentação da análise empreendida pelos autores, criando um efeito de “a análise que fizemos não é absurda ou ‘achismo’, pois tem fundamento em Herring”.

(119) É importante, como educadores envolvidos com o ensino de línguas, termos em mente que o ensino intercultural deve despertar a curiosidade dos alunos a respeito de outras culturas, auxiliá-los a reconhecer que as variáveis socioculturais afetam o comportamento das pessoas e que a comunicação eficiente depende da maneira como, culturalmente condicionadas, as pessoas pensam e agem. O ensino intercultural deve conduzir a reflexões que levem o aprendiz a perceber a expressão de uma cultura por meio de pessoas, costumes, comportamentos e hábitos. **Dessa forma**, “o ato de comunicação se caracterizará por

processos dialógicos que envolvem muito mais a compreensão que o mero conhecimento do outro” (SCHINELO, 2009, p.56). (ILUMINART, p.117)

O trecho (119) ocorre nas “Reflexões finais” do artigo. A citação de Schinelo tem a função de sustentar as conclusões do citante (redigidas em primeira pessoa do plural), criando um efeito de “o que ele fala complementa o que concluo dos fatos observados”.

### 3.8.7 Afastar-se de um ponto de vista

No *corpus* qualitativo, houve uma ocorrência dessa função:

(121) Os fios tecidos, até o momento de entrada na Universidade, para a grande maioria dos estudantes, são pintados com mesmo corante, textura e tamanho. Fios que foram tecidos para atender a todos sem considerar o singular. Isso nos alerta para a importância de uma formação feita na experiência, na reflexão da experiência. Não uma experiência pragmática baseada em tempo e ocupação do espaço, como apregoava Watson (apud SHULTZ; SCHULTZ, 2005), mas uma experiência vivida e transformada pelo outro e pela outridade. (CIÊNCIAS & LETRAS , p.71)

Essa função corrobora o que foi dito no capítulo 1 a respeito das críticas que se fazem à contagem de citações; muitas vezes, um autor é citado de forma “negativa”. No trecho destacado em (121), a autora citante apresenta uma reformulação de Schultz e Schultz com intuito de mostrar que a concepção dos autores citados é diferente da concepção adotada em seu estudo, por isso, a citação se afasta de um ponto de vista, criando efeito de “há quem pense assim, mas eu penso diferente”.

## 3.9 OUTRAS FORMAS DE CITAÇÃO IDENTIFICADAS NA ANÁLISE

No levantamento dos dados, observamos outras formas de citação além daquelas elencadas pelos autores citados anteriormente (MAINGUENEAU, 2008; BOCH; GROSSMANN, 2002). Essas outras formas são apontadas abaixo.

### 3.9.1 Forma híbrida “ilha textual com citação direta longa”

A forma híbrida ilha textual é identificada por Maingueneau (2008) como fragmento de discurso direto dentro do discurso indireto, conforme demonstrado anteriormente. Contudo, essa hibridização discurso indireto-direto nem sempre traz um fragmento “curto”. Vejam-se estas ocorrências:

(122) No “**Dicionário de gêneros textuais**” (Costa, 2008: 159), encontramos os verbetes relato e relato de caso, aos quais nos remetemos quando procuramos alguma definição ou descrição para o gênero relatório. A seguir, reproduzimos parcialmente algumas definições e descrições apresentadas para os referidos verbetes, as quais nos remetem às diferentes configurações de relatórios de estágio encontradas ou que desejaríamos encontrar no âmbito dos projetos de pesquisa em que está inserido este trabalho. No referido dicionário, não há um verbete específico para relatório, ainda que, no verbete “relato de caso” seja feita referência a tal denominação entre parênteses, significando que o verbete relatório poderia ser consultado pelo usuário como gênero próximo ao apresentado em “relato de caso”.

**RELATO (v. CAUSO, CONTO, ESTÓRIA, HISTÓRIA, NARRAÇÃO, NARRATIVA, MEMORIAL, RELATÓRIO):** *narração (v.) não ficcional escrita ou oral sobre um acontecimento ou fato acontecido, feita geralmente usando-se o pretérito perfeito ou o presente histórico.*

**RELATO DE CASO (v. ARTIGO, ARTIGO CIENTÍFICO, DISSERTAÇÃO, EXPOSIÇÃO ORAL, MEMORIAL, MONOGRAFIA, RELATO, RELATÓRIO, TESE):** *documento (v.) em que se expõem os resultados, as conclusões às quais chegaram os membros de uma comissão (ou uma pessoa) encarregada de efetuar uma pesquisa, ou de estudar um problema particular ou um projeto qualquer. Os dados devem ser apresentados de forma muito organizada para que se possa lê-los em diferentes níveis. Pode se apresentar como um documento final ou parcial de resultados que, periódica e parceladamente, vão se somando até o final, dado seu caráter funcional e informativo. Como resultado de pesquisa (v.) que é, exige planejamento, coleta e seleção de material e dados que serão analisados e relatados. Nesse sentido, assim se estrutura: (i) **Introdução** (justificativas, diretrizes, delimitações e explicações necessárias); (ii) **corpo ou texto principal** (descrição (v.) detalhada do objetivo do relatório, análise e resultados) e (iii) **conclusões e recomendações finais** (resultados práticos, sugestões de atividades ou medidas a serem tomadas, a partir do que foi apresentado e analisado antes). A composição do texto final varia de acordo com o tipo de relatório: administrativo, policial, de viagem, de estágio, de visita, de projeto, de investigação, etc.. [...] (negrito e caixa alta do autor; itálico nosso) (Costa, 2008: 159) (DELTA , p.286)*

(123) Este caráter precursor de abordagem cognitiva **é apontado por Geerartz (1998), que, tendo feito** um longo histórico da semântica lexical e situando Bréal na semântica diacrônica pré-estrutural, **afirma:**

The cognitive approach is to a large extent a return to the questions and interests of pre-structuralist tradition of diachronic semantics. For one thing, the cognitive revival of diachronic semantics links up with the gigantic amount of historical work done in the pre- structuralist stage of development of lexical semantics (GEERAERTS, 1998, p. 132). (ACTA , p.190)

(124) Costuma-se definir a noção de tópico a partir de dois níveis de análise: o frasal e o discursivo. **5 [referência numérica]** A noção adotada é a de tópico discursivo, por ser uma construção que se realiza dentro da interação verbal, através das negociações efetivadas pelos interlocutores.

[...] em qualquer interação verbal espontânea entre indivíduos em qualquer situação da vida diária, apesar de alguém sempre propor um tópico, esse

alguém nunca terá a certeza de conduzir o tópico até o final por conta própria, pois sempre haverá que contar com a participação do outro. Quando se analisa o tópico discursivo, não se trata de uma simples análise de conteúdo, mas dos procedimentos para encadear os conteúdos. [...] adoto a noção de tópico discursivo, designando com isso o tema discursivo, aquilo sobre o que se está falando num discurso [...] não necessariamente considerando a frase. 6 [referência numérica] (CAD. DE LETRAS, p.375-376)

(125) **De acordo com Barbosa (2009, p.122)**, a abordagem intercultural vai além do conhecimento habitual dos fatos culturais; ela **“visa permitir a compreensão da maneira pela qual esses fatos estão interligados”**. **A autora completa que:**

Nessa perspectiva, o professor de língua deixa de ser apenas o “empresário” de um determinado desempenho linguístico, para tornar-se o catalisador de uma competência crítica e cultural em expansão contínua. (BARBOSA, 2009, p.130) (ILUMINART , p.107)

Nas ocorrências (122) a (125), nota-se a ideia de ilha textual (inserção de discurso direto no discurso indireto), mas com diferença das ocorrências típicas; nesses casos, não há uma inserção, mas um *continuum* discurso indireto-direto, em que o direto complementa o indireto e vem formatado como uma citação direta longa, segundo a norma ABNT. Pensou-se em sugerir outra nomenclatura para essas ocorrências – discurso indireto-direto –, mas optou-se por seguir a nomenclatura proposta por Maingueneau (2008), considerando que se trata do mesmo caso, mas com a especificidade da formatação do discurso direto para atender à norma ABNT (2002).

### 3.9.2 Citação de citação

A NBR 10520 (ABNT, 2002, p.2) classifica a citação de citação como “Citação direta ou indireta de um texto em que não se teve acesso ao original.”. Ela é identificada no texto por meio da expressão latina “apud” (citado por):

(126) Os fios tecidos, até o momento de entrada na Universidade, para a grande maioria dos estudantes, são pintados com mesmo corante, textura e tamanho. Fios que foram tecidos para atender a todos sem considerar o singular. Isso nos alerta para a importância de uma formação feita na experiência, na reflexão da experiência. Não uma experiência pragmática baseada em tempo e ocupação do espaço, **como apregoava Watson (apud SHULTZ; SCHULTZ, 2005)**, mas uma experiência vivida e transformada pelo outro e pela outriedade. (CIÊNCIAS & LETRAS , p.71)

Essa ocorrência (126) em forma de MDS está localizada na Introdução do artigo. As ocorrências abaixo foram identificadas no Referencial teórico:

(127) [...] **Holliday, Hyde e Kullman (apud KUMARAVADIVELU, 2008)** identificam três grandes dificuldades a respeito do “ensino de cultura” na área de ensino-aprendizagem de LE, tanto no campo teórico quanto no campo prático: primeiramente, os autores apontam que apenas “problemas” e “dificuldades” culturais são o foco dos estudos. (ILUMINART , p.109)

A ocorrência (127) tem forma de ilha textual. Já na ocorrência abaixo, observa-se a forma típica de DI (com oração objetiva direta):

(128) **Atkinson (apud KUMARAVADIVELU, 2008)** conclui que a maioria dos profissionais de LE vê cultura como entidades geograficamente e nacionalmente distintas, com sistemas de regras e normas que determinam o comportamento pessoal. O autor acredita que precisamos desenvolver uma noção de cultura que leve em conta o cultural no individual e o individual no cultural. (ILUMINART , p.109)

A citação de citação pode ocorrer sob qualquer forma e com qualquer das funções vistas nessa análise. Esse tipo de citação, dentro do consenso acadêmico, deve ser evitado por ser considerado um “empréstimo de segunda mão”. O ideal é que o citante cite somente material a que teve acesso pessoalmente, evitando, por exemplo, repetir um erro cometido pelo outro citante.

No *corpus* esse uso foi observado nos “demais artigos”, não nos artigos “alta qualidade”, sendo, portanto, um possível diferencial entre eles.

### 3.9.3 Autocitação

Autocitação é discurso citado não do outro, mas de si mesmo. Deixou-se para abordar as ocorrências de autocitação separadamente para que pudéssemos caracterizá-las em relação às formas da citação.

Vejam-se as ocorrências:

(129) **Freitag e Araujo concebem a pergunta retórica como** aquela que é formulada para não ser respondida, já que o ouvinte já conhece a resposta, bastando apenas recuperá-la na memória. (CAD. DE LETRAS, p.386)

(130) **Segundo Freitag e Araujo**, a pergunta semirretórica é definida como sendo um tipo de pergunta que é feita e respondida pelo próprio falante. (CAD. DE LETRAS, p.385)

Em (129) tem-se uma autocitação em discurso indireto e em (130), tem-se uma automodalização, pois Freitag e Araujo são autores do artigo.

Abaixo, as ocorrências (131) a (134) são autorreformulação.

(131) [...] o trabalho didático com gêneros permite a participação dos alunos em práticas de escrita mais significativas, quando comparadas aos tradicionais exercícios escolares, caracterizados pelo enfoque de níveis linguísticos inferiores ao texto ou pela prática de escrita restrita às denominadas

composições escolares, quando se tenta configurá-las homogeneamente em descrição, dissertação ou narração (cf.: **Silva, 2009a; 2009b**). (DELTA , p.282)

(132) Produzidos nas disciplinas de estágio supervisionado, com atividades na universidade e na escola de educação básica, as configurações dos relatórios focalizados reproduzem a complexidade característica desses contextos, promissores espaços para investigação científica, dados os atores de natureza diversa em interação a serem ainda mais conhecidos (**Silva, 2011b; Silva e Silva, 2011**). (DELTA , p.289)

(133) Educar (fazendo com que a noção de espaço de Lei da escola e de socialização se instale), significar (emprestando sentido às suas singulares construções de linguagem e aprendizagem) e armar enlace com o social (marcando, sempre que possível, com a palavra, a aproximação do aluno com o social) (**RODRIGUES, 2008**) se configuram como ações fundamentais para o professor que deseja ratificar uma lógica de pertencimento, e não apenas de compartilhamento na escola, assim auxilia na constituição de um novo ethos e de um novo fazer. (CIÊNCIAS & LETRAS , p.78)

(134) **No corpo do texto:** Analisando a forma como os participantes se posicionam (e o tipo de vocabulário e estrutura frasal de que lançam mão enquanto falam sobre a Bíblia), talvez se possa pensar na existência de um “evangeliquês”<sup>8</sup> [...]

**Na nota de rodapé: 8** Isso pode ser observado nos eventos diversos, como na oração espontânea, nos comentários relativos ao texto lido. Um pouco disso pode ser conhecido em texto em que analisamos a interação dos participantes da pesquisa com uma parábola bíblica (**KERSCH e SILVA, em preparação**). (TRAB. LING. APLIC. , p.404)

Em (135) há autocitação via discurso direto:

(135) Sabe-se, pelo que o excerto mostra, que as perguntas semirretóricas não são apenas uma pergunta; estas

podem assumir a função de focalizador, pois por estratégia o falante solicita a atenção do ouvinte para certas partes do texto com o objetivo de ativar a informação na memória do ouvinte ou apenas para checar a compreensão do que foi dito. Este tipo de estrutura pode ser utilizado como um recurso para organizar ou ordenar segmentos **textuais**<sup>22</sup>. [**referência numérica**] (CAD. DE LETRAS, p.386)

No artigo do periódico Cad. de Letras, utiliza-se o sistema numérico de referenciação.

A maior parte das autocitações ocorre no artigo da revista Cad. De Letras porque nele, dos três autores, dois têm publicação anterior cujas ideias são comparadas na análise às de outros autores, por isso esses dois autores são autocitados com frequência na Análise desse artigo.

A questão da autocitação será retomada adiante quando se falar do comportamento do locutor.

### 3.9.4 Citação em nota de rodapé (CNR)

Apesar de não constituir um tipo de citação, mas uma referência ao local de inserção da citação (não no corpo do texto e sim no rodapé da página), escolheu-se abordar separadamente as ocorrências de citações em notas de rodapé, de modo a permitir traçar um perfil dessas ocorrências.

A nota de rodapé traz “indicações, observações ou aditamentos ao texto feitos pelo autor, tradutor ou editor, podendo também aparecer na margem esquerda ou direita da mancha gráfica” (ABNT, 2002) e se subdivide em nota de referência (para fazer a referência dos autores citados no corpo do texto) e nota explicativa (que traz comentários, esclarecimentos ou explicações) (ABNT, 2002).

Veja-se um exemplo:

(136) **No corpo do texto:** No Exemplo 04, a forma adverbial *realmente* e a forma verbal *parecem*, “modalizadores epistêmicos” **10** [...].

[...] o que é marcado duplamente pelo uso da forma adverbial de negação *não*, que possui as formas verbais *ser* e *estão*, indicadoras de processo relacional, como “escopo” **11**.

Por fim, destacamos ainda, no exemplo focalizado, o uso do “articulador metaformulativo” **12** ou *melhor*, utilizado para [...]

**Nas notas de rodapé:**

**10. Conforme Koch (2004: 136)**, “modalizadores epistêmicos são os que assinalam o comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados” (itálico da autora).

**11. Conforme Ilari (2002: 86)**, “pode-se caracterizar o escopo como o conjunto de conteúdos afetados por algum operador; no caso esse operador é o próprio advérbio, e os conteúdos em questão são supridos por outras expressões que com ele interagem no mesmo co-texto”.

**12. De acordo com Koch (2004: 139)**, o enunciador, “por meio de enunciados metaformulativos, procede a reflexão sobre a forma do dito, por exemplo, sobre a adequação dos termos empregados, a função de um segmento em relação ao anterior”. (DELTA, p.300)

As três CNRs na ocorrência (136) têm forma de discurso direto introduzido por modalizador. No corpus analisado, as CNRs se apresentaram de formas variadas: discurso direto sem introdutor explícito, antecedido ou não por dois-pontos; ilha textual; DD com que; MDS; reformulação.

De modo geral, as poucas CNRs encontradas no *corpus* qualitativo têm função de expressar conceitos do citado, reforçando o Referencial teórico que está sendo construído no corpo do texto ou de sustentar a afirmação do citante que é feita no texto. Por estarem no rodapé, essas citações funcionam como complemento ao corpo do texto e poderiam ser extraídas sem prejuízo ao entendimento. Sua presença, portanto, denota preocupação do citante com o entendimento do leitor e com o atamento de possíveis pontas soltas em seu texto.

### 3.10 OUTRAS FUNÇÕES DAS CITAÇÕES IDENTIFICADAS NA ANÁLISE

Além das funções apontadas anteriormente, identificaram-se durante a coleta de dados outras funções: aproximar autores diferentes; recuperar informação citada anteriormente no mesmo texto; marcar similaridade entre teoria (citante) e resultados do citado; associar trecho original à citação. Vejam-se, abaixo, cada uma dessas situações.

#### 3.10.1 Aproximar autores diferentes

Quando um mesmo assunto já foi discutido por diferentes autores, convém aproximar tais ideias, seja por semelhança ou diferença. Vejam-se alguns exemplos:

(137) **Já Coracini**, do mesmo modo, considera as perguntas [...] (CAD. DE LETRAS, p.394)

(138) [...] Esse sentimento de pertencimento foi também identificado por Rosowsky (2008) [...] (TRAB. LING. APLIC. , p.403)

Em (137) e (138), a aproximação dos autores citados por semelhança fica evidente pelo uso dos conectivos “do mesmo modo” (137) e “também” (138). O conectivo “já” (137) e o demonstrativo “esse” (138) funcionam como elementos anafóricos, remetendo a autores citados nos parágrafos anteriores dos textos em que estão inseridos.

Nas ocorrências abaixo também há aproximação por semelhança:

(139) As ideias de Wittgenstein, vale dizer *en passant*, foram retomadas por Givon (2005), ao que se acrescenta: o significado é não discreto e repleto de gradação. (ACTA , p.190)

(140) [...] Nesta categoria de análise, as autoras comungam com a proposta de Fávero, Andrade e Aquino quando asseveram que [...] (CAD. DE LETRAS , p.386-387)

(141) Almeida Filho (2002, p.211) compartilha as mesmas reflexões [de Barbosa citado anteriormente] [...] (ILUMINART, p.108)

Em (139) a (141) a semelhança entre autores citados é marcada pelo sentido das formas verbais “foram retomadas” (139), “comungam” (140) e “compartilha” (141). Vejam-se, agora, os exemplos abaixo:

(142) [...] a classificação de Fávero, Andrade e Aquino diverge da proposta de Freitag e Araujo, a qual veremos a seguir, em alguns pontos. As primeiras autoras tratam [...], enquanto as segundas, [...] (CAD. DE LETRAS, p.383)

(143) Segundo Corbett (2008) [...]. Porém, Kramsh (1993) [...]. Almeida Filho (2002) corrobora essa reflexão [...]. (ILUMINART , p.106)

Nessas ocorrências, aproximam-se pensamentos diferentes. Essa oposição de ideias é marcada linguisticamente pelo significado do verbo “divergir” (142) e pela conjunção adversativa “porém” (143).

### 3.10.2 Recuperar informação citada anteriormente no mesmo texto

Em certos casos, a citação feita na seção “Análise” tem como função retomar uma informação que apareceu anteriormente no mesmo artigo. Vejam-se os exemplos:

(144) Dentre os elementos textuais que compõem a “estrutura potencial do gênero” – EPG (Generic Structure Potential), conforme terminologia proposta por Hasan (1989) (DELTA, p.289)

Para analisar a macro-estrutura dos relatórios de estágio supervisionado, tomamos como referência a EPG proposta por Hasan (1989), mesmo não sendo nosso interesse apresentar uma estrutura textual rígida como referência do gênero focalizado. (DELTA , p.293)

(145) [...] Nesse sentido, assim se estrutura: (i) Introdução (justificativas, diretrizes, delimitações e explicações necessárias); (ii) corpo ou texto principal (descrição (v.) detalhada do objetivo do relatório, análise e resultados) e (iii) conclusões e recomendações finais (resultados práticos, sugestões de atividades ou medidas a serem tomadas, a partir do que foi apresentado e analisado antes). A composição do texto final varia de acordo com o tipo de relatório: administrativo, policial, de viagem, de estágio, de visita, de projeto, de investigação, etc.. [...] (negrito e caixa alta do autor; itálico nosso) (Costa, 2008: 159) (DELTA, p.286)

[...] Por serem bastante genéricos e imprecisos, tais elementos podem ser atribuídos a diversos gêneros, assim como, afora a introdução e a conclusão/considerações finais, que correspondem diretamente aos citados por Costa (2008), podemos relacionar praticamente todas os demais elementos textuais [...](DELTA , p.294)

(146) [O trecho a seguir retoma a mesma informação original retomada pelo exemplo 145 acima – DELTA, p.286]

[...] Dois ou mais elementos textuais, que compõem o *corpo* ou *texto principal*, nos termos de Costa (2008), podem aparecer fundidos, resultando num único elemento. (DELTA , p.295)

(147) Nesses contextos em que a colaboração é corrente, desencadeia-se o andaimento, um suporte interacional de que lança mão alguém com mais conhecimento para auxiliar alguém menos experiente naquele domínio. Andaimento – ou scaffolding – é um termo [...] (TRAB. LING. APLIC., p.395)

Um aspecto que chama a atenção nos excertos acima (nas respostas de Emília e Fernanda) é a importância que dão à ajuda recebida, quando crianças, de adultos da família e que foi definitiva para o desenvolvimento de seu conhecimento. Segundo Scarpa (2001, p. 217), a criança e o adulto se engajam em ações que mostram instâncias de atenção partilhada e ação conjunta. Trata-se do andaimento [...](TRAB. LING. APLIC. , p.492)

Essas citações ocorreram na seção *Análise*. Motta-Roth e Hendges (2010, p.130) apontam como quinto movimento da organização retórica da seção *Discussão* “Comparação da descoberta com a literatura”, ou seja, na análise de seus resultados, o autor do artigo deve se referir a pesquisas anteriores, verificando se seus resultados são semelhantes ou diferentes. As autoras, inclusive, ressaltam que “[...] esse movimento de referência à literatura é um dos mais comuns em artigos científicos” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p.130).

Nascimento-e-Silva (2012) também se refere ao resgate do referencial teórico no momento da análise:

[...] para redigir esta parte, compare os seus resultados parciais com o que está escrito na parte do marco teórico. Veja se seus resultados confirmam ou refutam a teoria e tente dizer o porquê. Os estudos científicos são feitos para isso, para saber se a realidade ainda está de acordo com as teorias existentes. Como a realidade muda, as teorias também têm que acompanhar essa evolução. (NASCIMENTO-E-SILVA, 2012, p.71)

Como, no artigo, já foi apresentada a seção *Referencial teórico*, o citante, no momento da análise, retoma os principais pontos desse referencial, de modo a comprovar que seu levantamento teórico serviu de embasamento para sua pesquisa e sua análise: “[...] um estudo científico é a comparação de duas respostas, uma teórica e outra prática, empírica[...]” (NASCIMENTO-E-SILVA, 2012, p.63). Caso isso não ocorra, a seção com o levantamento teórico terá sido inútil, já que não sustenta a análise empreendida. Assim, apesar de a citação ser assunto, nos materiais de metodologia, apenas quando se trata do referencial teórico, entendemos que ela pode ocorrer em outras seções do artigo e deve ocorrer obrigatoriamente na seção de análise dos dados.

### 3.10.3 Marcar similaridade entre dados do citado e dados do citante

Nesse caso, há semelhança com a citação para sustentar alegações do citante, mas são citados, especificamente, os resultados obtidos numa pesquisa anterior, de modo a verificar se os resultados do citante são similares ou diferentes das pesquisas citadas. Vejam-se as ocorrências abaixo:

(148) **Conforme analisado por Silva e Melo (2009)**, normalmente, tais informações são topicalizadas sequencialmente conforme os dias dedicados ao estágio. No Exemplo 03, reproduzido a

seguir, há dominância da sequência narrativa em função do relato da história de fundação da escola em que o estágio supervisionado fora realizado. (DELTA , p.298)

(149) [...] A análise dos interesses diferentes de leitura dos dois grupos mostra que existem letramentos diferentes associados a domínios diversos da vida (BARTON & HAMILTON, 2003, p. 7) (TRAB. LING. APLIC. , p.399)

(150) O excerto (13) exemplifica o que é uma pergunta encadeada. Coracini defende que este tipo não exige nenhuma reflexão por parte dos alunos, já que basta apenas ter atenção e seguir o encadeamento da pergunta, tornando-se uma prática direcionada. (CAD. DE LETRAS, p.390)

(151) A principal função dos marcadores discursivos ilustrados em (17), da forma como propõe Coracini, é verificar se os alunos estão prestando atenção e se estão acompanhado o tópico que está em desenvolvimento. (CAD. DE LETRAS, p.392)

(152) Por fim, tem-se a classificação das perguntas comunicativas, que foram classificadas assim por não terem relação com assunto que está sendo ministrado em sala de aula. A nomenclatura “comunicativa”, segundo Coracini, se deu por falta de um termo específico. (CAD. DE LETRAS, p.393)

Marcar similaridade entre dados do citado e dados do citante é uma forma de demarcar, no texto, a reaplicabilidade. Essa reaplicabilidade é a característica da ciência por meio da qual é possível a outros pesquisadores reproduzirem o que foi feito numa pesquisa anterior verificando se chegam ou não aos mesmos resultados (PEREIRA, 2013). Além disso, ao comparar seus dados com outros anteriores, o citante demonstra que sua análise tem fundamento, pois se embasa em estudos anteriores, já validados pela comunidade científica (já passaram pelo crivo da *peer review* ou de uma banca de avaliação, por exemplo).

### 3.10.4 Associar trecho original à citação

No *corpus*, essa função foi observada em CNRs:

(153) **No corpo do texto:**

[...] Ao relatar essa experiência, Martin (2000) afirma que, nessas escolas, as disciplinas foram mapeadas por sistemas de gêneros e, dessa forma, foram criadas vias de aprendizagem por discursos diferenciados dos comuns às disciplinas 1.

**Na nota de rodapé:**

1. “As far as curriculum was concerned, we worked in secondary schools for example, to map disciplines as systems of genres. From these maps, we developed learner pathways as a guide for moving students through the uncommon sense discourse of the discipline” (Martin, 2000: 117) (DELTA , p.282)

Nessa ocorrência, o citante apresenta, na CNR, o trecho original (entre aspas e com indicação da página, marcas típicas do discurso direto), em inglês, que foi parafraseado no corpo do texto. Veja-se outro caso:

**(154) No corpo do texto:**

Assim como outros instrumentos são utilizados para avaliação formativa das diversas atividades realizadas em situação de instrução ou de trabalho, como, por exemplo, o portfólio (cf.: Villas Boas, 2010), o relatório pode ser utilizado para tal propósito 5.

**Na nota de rodapé:**

5. De acordo com Villas Boas (2010: 47), “o portfólio é uma das possibilidades de criação da prática avaliativa comprometida com a formação do cidadão capaz de pensar e de tomar decisões”. A autora destaca ainda que a construção do portfólio precisa conter evidências do progresso e reflexões sobre o andamento do trabalho realizado pelo produtor do documento. (DELTA , p.288)

Nesse caso, no rodapé, o citante faz uso, numa mesma CNR, de discurso direto (trecho entre aspas, introduzido pelo modalizador “de acordo com”) e discurso indireto (introduzido da forma tradicional “sujeito – verbo – ‘que’). A ocorrência abaixo chamou a atenção:

**(155) No corpo do texto:**

O letramento litúrgico é definido por Rosowsky (2008) como o uso da leitura (e mais raramente da escrita) necessária para ritual e outras práticas devocionais relacionadas a determinada religião, geralmente uma “religião do livro”, tal como o judaísmo, cristianismo ou islamismo 5.

**Na nota de rodapé:**

5 Liturgical literacy is understood as that use of reading, more rarely of writing, which is essential to ritual and other devotional practices connected with an established religion, usually a “religion of the book” such as Judaism, Christianity or Islam. (ROSOWSKY, 2008, p. 6) (TRAB. LING. APLIC., p.394)

Como se observa, a CNR traz o trecho original, em inglês, que, em tese, foi parafraseado no corpo do texto. Diz-se em tese, porque o trecho do corpo do texto se parece com uma citação indireta, mas, quando se traduz a CNR, percebe-se grande semelhança entre ambos, o que leva a questionar se esse caso poderia ser configurado como plágio ou somente como erro de indicação da forma de citação. Isso porque a tradução é fiel ao original; o citante não faz uma paráfrase, apenas traduz o citado e apresenta as palavras do citado como suas, ainda que faça a referência a ele. Esse trecho deveria vir entre aspas, marcando que são as exatas palavras do citado e não as do citante.

### 3.11 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO LOCUTOR CITANTE

Além da forma e da função, identificou-se também o comportamento do locutor citante, a partir de marcas no modo como se introduz a citação ou no contexto em que a citação está inserida.

Basicamente, identificaram-se dois comportamentos: distanciamento e aproximação. O distanciamento ocorre quando o citante não “assume” as palavras do outro, isto é, separa o que é dele e o que é do outro. Isso fica evidente quando a citação é apresentada entre aspas (discurso direto), contudo, mesmo no discurso indireto, o locutor deixa claro que se trata da ideia do outro, apesar de escrever com suas palavras. Na aproximação, o citante demarca as palavras do outro, mas, por meio de certos elementos linguísticos, ele incorpora a fala do citado à sua.

De modo geral, no *corpus* qualitativo predominou o comportamento de distanciamento. Esse comportamento se aproxima do achado de Coracini (2007, p.104): “grande parte dos enunciados [...] apresentam como sujeito agente o próprio objeto de análise; é ele que se apresenta, que provoca transformações, que age e reage, é ele que leva a esta ou àquela conclusão.”

Ao associar o comportamento à forma da citação, podem-se fazer algumas generalizações. Em relação às formas da citação, observou-se que quando se trata de MDS o comportamento é sempre o mesmo: distanciamento, já que é intrínseca à MDS a indicação de um “discurso segundo”, isto é, um discurso citado.

Nas ilhas textuais, o comportamento é sempre, ao mesmo tempo, de separação e aproximação por incorporação; separação porque o citante demarca as palavras do citado por meio das aspas, da MDS entre outras formas; incorporação porque o citante faz predominantemente discurso indireto, mas chega um momento em que, no fio do discurso indireto, incorpora sintática e ideologicamente o discurso direto, como se dissesse “façam-se minhas as palavras dele”.

No caso da menção, não é possível identificar comportamento, pois ela é somente uma menção ao autor citado.

Quando se trata da função “aproximar autores diferentes”, necessariamente o comportamento será de aproximação entre os autores citados, mas não necessariamente haverá aproximação do citante com os citados:

(156) Em consonância com Bréal, muito bem pondera Faraco (1992, p. 45), ao afirmar que,  
 [...] nenhuma mudança é por si só necessária: ela encontra seu caldo de possibilidade na pluralidade de formas linguísticas existentes no social e vai ocorrer ou não na dependência de um intrincado (e ainda pouco esclarecido) processo de preferências sociais contingentes. (ACTA , p.188)

Nessa ocorrência, há somente a aproximação entre autores citados (“Faraco em consonância com Bréal”). O citante mantém distanciamento. Veja-se outra ocorrência:

(157) Para que a unidade textual não nos escape ao descrevermos algumas marcas linguísticas características do gênero, consideramos as sequências textuais dominantes nos excertos selecionados para análise, considerando que “é difícil encontrar textos ‘puros’ e que, num mesmo texto, deparamos normalmente com argumentação, descrição, explicação e narração” (Vellela e Koch, 2001: 545). Tal assertiva é compartilhada por Adam (2009: 129), ao afirmar que “um TEXTO é uma estrutura hierárquica complexa que compreende n sequências – elípticas ou completas – do mesmo tipo ou de tipos diferentes” – narrativa; descritiva; argumentativa; explicativa; conversacional-dialogal (destaque do autor). (DELTA , p.291)

Nesse caso, os autores são aproximados por meio da oração “tal assertiva é compartilhada por” e o citante se aproxima dos citados pelo uso da primeira pessoa do plural. Nas ocorrências abaixo, a aproximação se dá pelo sentido do verbo:

(158) Neste trabalho, nosso interesse recai sobre a formação inicial do professor, porém, na perspectiva dos usos dos gêneros como instrumentos de mediação na profissionalização do professor. Compartilhamos da mesma inquietação expressa por Marinho (2010: 364), ao propor, nas licenciaturas, a instituição de “práticas de escrita, que possam funcionar, simultaneamente, como estratégia de formação e de pesquisa para se compreender as condições de formação do professor”, considerando que esse profissional “deva se inserir cada vez mais em práticas de escrita e também capacitar e mediar seus alunos nos processos de inserção nessas práticas”. (DELTA, p.282-283)

(159) Nesta perspectiva, ainda que não tenhamos a pretensão de assumir aqui a abordagem da LSF em sua complexidade, com as diversas especificidades que lhes são constitutivas, envolvendo as três variáveis de registro (campo, relação e modo), atreladas às três funções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual), compreendemos que o texto é “materializado por meio da gramática”, além de ser “perpassado por características da situação e da cultura nas quais é produzido” (Vian Jr, 2001: 151). (DELTA , p.296)

(160) [...] No “conjunto de gênero” produzido pelo aluno-mestre ao longo da licenciatura, em algumas situações observadas, a funcionalidade do relatório de estágio supervisionado ainda parece bastante imprecisa, distanciando-se das características de documento final ou parcial de resultados, com caráter funcional e informativo. Compreendemos “conjunto de gênero” como “a coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir” (Bazerman, 2005: 32). [...] (DELTA , p.288)

(161) O que se entende por procedimentos discursivos, aqui, dialoga com o entendimento de Barros, de que “procedimentos cumprem as funções de construção da conversação e de estabelecimento da interação entre sujeitos, isto é, as funções interacionais de persuasão e argumentação e de envolvimento passional dos participantes da conversação”. (CAD. DE LETRAS, p.375)

Observa-se a aproximação criando um efeito de “Compartilham da mesma ideia/ compreende da mesma forma que os citados”. A aproximação, no último acima, é marcada pelo “aqui”, além do sentido do verbo “dialogar”.

O uso do “nós”, caso do plural de autor, segundo Coracini (2007) é uma mostra de subjetividade. Veja-se o exemplo:

(162) [...] Nessa perspectiva, conformo (sic) os termos utilizados por Martin (2000: 116), procuramos realizar pesquisas em Linguística Aplicada como “uma forma de ação social”, comprometida ideologicamente com os colaboradores ou envolvidos diretamente ou indiretamente com a investigação científica realizada. (DELTA , p.283)

(163) A(s) identidade(s) são definidas historicamente; assumimos diferentes identidades em diferentes momentos. Podemos ser mães, professoras, donas de casa, gestoras, leitoras, evangélicas etc. uma não excluindo a outra, e, segundo Hall (2005, p. 13), os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, o que nos confronta com “uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.” (TRAB. LING. APLIC. , p.396)

(164) Podemos falar de um repertório lexical contínua e intensamente sujeito à deriva (SAPIR, 1981), isto é, a um conflito, a uma instabilidade, sinalizando equilíbrio precário. Para exemplificarmos: temos ‘intacto’, mas não \*‘tacto’; ‘impossível’, no sentido de ‘travesso’, mas não \*‘possível’, no sentido de ‘não travesso’; [...] (ACTA , p.187)

(165) O desafio colocado para nós professores é reconhecermos a diferença como elemento constituinte do sujeito. Freud quando falou de Schreber introduziu o sujeito ali e não o louco ou deficiente. Lacan retomou e discutiu essa questão na apresentação da tradução francesa do livro as Memórias do presidente Schreber. Isto nos faz sublinhar que sujeito é, na psicanálise, sempre mais de um. Por isso, dizemos sujeito do inconsciente e não eu do inconsciente, um Outro, um ele e não um eu. (RODRIGUES, 2003, p. 37) (CIÊNCIAS & LETRAS , p.77)

(166) Podemos afirmar que a educação intercultural oferece também ao professor de línguas um novo conjunto de contextos, propósitos e motivações, que lhe permitem explorar outras culturas e mediar quando a má comunicação ocorre devido a questões culturais. O educador, nesse contexto, tem como objetivo promover habilidades de “descentralização”, encorajando o aprendiz a ver sua cultura através dos olhos do outro e também a simpatizar com as atitudes e crenças do outro (CORBETT, 2008, 2010). (ILUMINART , p.110)

Nas ocorrências acima, o uso da primeira pessoa do plural faz com que o citante também se responsabilize pelas palavras do citado, criando um efeito de que ambos compartilham das mesmas ideias (CORACINI, 2007). Há, ainda, outras formas de aproximação:

(167) [...] Como dissemos anteriormente, as pessoas aplicam ativa e criativamente as habilidades de letramento para atender a seus próprios objetivos e necessidades; elas se apoderam dele, e não são simplesmente transformadas passivamente por ele (STREET, 2006, p. 475). (TRAB. LING. APLIC. , p.392)

(168) [...] Dando continuidade aos primeiros estudos que produzimos sobre relatório de estágio supervisionado (Silva, 2011a; Silva e Silva, 2011; Silva e Melo, 2008), assumimos esse gênero como objeto de investigação, neste trabalho científico. (DELTA , p.283)

(169) [...] Bem sabemos que não agimos orientados por nosso próprio interesse ou desejo, mas somos afetados por ações de natureza diversa e, no espaço complexo da sala de aula, compreendendo as diferentes instâncias de formação, não faltam atores, sejam humanos ou não-humanos, conforme tematizamos em trabalhos anteriores (Silva, 2011b; 2006; Silva e Silva, 2011). (DELTA , p.302)

(170) [...] Como destacamos num outro momento (Silva, 2011a), “o relatório de estágio precisa ser utilizado como um espaço linguístico-discursivo de reflexão sobre a prática pedagógica vivenciada, podendo resultar no aprimoramento do trabalho didático realizado”. (DELTA , p.287)

Além do uso da primeira pessoa do plural, as citações acima aproximam citante e citado por meio dos dêiticos temporais. Abaixo, há exemplos de aproximação por meio de dêiticos espaciais:

(171) Na perspectiva da LSF, os gêneros são aqui concebidos como resultado da relação probabilística e não determinística entre sistema linguístico e contextos de realização discursiva. São diferentes formas linguísticas utilizadas para alcançar propósitos interativos padronizados, em outros termos, os textos de diferentes gêneros são textos produzidos em função de diferentes tarefas culturalmente estabelecidas (cf.: **Eggins e Martin, 1997: 236**). (DELTA , p.292)

(172) [...] Dentro do projeto de pesquisa em que está inserido este trabalho, foram produzidos resultados mostrando que, em licenciaturas diferentes, há orientações e concepções diferenciadas do gênero relatório, instabilidade também motivada por orientações dadas pelo próprio professor de estágio supervisionado (cf.: **Oliveira, 2011**). (DELTA , p.293)

(173) Assume-se aqui, entretanto, a posição já defendida por Street (2006), que considera que não só o letramento afeta os indivíduos, mas também eles o afetam, uma vez que usam ativa e criativamente essas habilidades para atender a seus próprios propósitos e necessidades, não sendo, portanto, “tábuas rasas”, como muitos supõem. Desse modo, “os processos de letramento não podem ser entendidos simplesmente em termos de escolarização e pedagogia: eles são parte de instituições e concepções sociais mais abrangentes” (**STREET, 2006, p. 475**). (TRAB. LING. APLIC. , p.392)

A aproximação é privilegiada pelos dêiticos, uma vez que esses elementos situam citante e citado num mesmo tempo e num mesmo espaço, inserindo o citante no discurso citado. Por isso se considera o comportamento do citante, nestes casos, como de aproximação, uma vez que a dêixis remete à noção de subjetividade na linguagem (CERVONI, 1989).

### 3.12 ANÁLISE QUANTITATIVO-COMPARATIVA DAS FORMAS E DAS FUNÇÕES DAS CITAÇÕES E COMPORTAMENTO DO LOCUTOR CITANTE NOS ARTIGOS “ALTA QUALIDADE” X “DEMAIS ARTIGOS”

Durante o levantamento e análise preliminar dos dados, verificou-se ser mais significativo, em termos quantitativos, agrupar as formas da citação dos discursos direto e indireto. A diferenciação entre as formas de introdução desses discursos só é significativa em termos qualitativos. Essa expansão do corpus de análise fez com que fosse necessário também revisar a classificação de algumas das funções da citação a partir dos dados empíricos observados.

A FU1 (contextualizar o estudo) apresentou-se como uma variação da FU5 (expressar definição/ conceituação/ visão/ opinião do citado), bem como se percebeu que a FU5 não se restringe a construir o referencial teórico. Assim, na

análise quantitativa, as funções FU1 e FU5 foram sintetizadas em uma só, sendo características dessa nova função as citações que trazem conceitos teóricos (definição/ conceituação), dados de pesquisas anteriores (apontando o que é feito ou as lacunas da área; contextualização do estudo, do objeto ou da discussão teórica) ou opiniões de outros pesquisadores, criando um efeito de sentido de “o que eles dizem/ o que a teoria diz é isto”.

A FU3 (homenagear colegas) foi estendida a citações em que o citante, após apresentar ideias de diferentes autores, atribui qualidades a um citado em especial. No *corpus*, aparecem expressões como “*a melhor definição é dada por/ a definição mais clara/ a definição mais específica/ vale destacar o trabalho desenvolvido por/ o autor brinda-nos com tal ideia/ o autor, com a humildade dos grandes, defende/ com argumentos instigantes, o autor*”. Consideramos que, no uso dessas expressões qualificativas, a homenagem está no efeito de sentido criado (“depois ou apesar destes, escolho este para ser meu esteio, porque ele é o melhor”) e é “aos colegas” porque se trata de autores recentes, ainda vivos e que não são os pioneiros ou os primeiros a investigar o tema.

A FU4 (estabelecer propriedade e/ ou prioridade) foi revista no sentido de “propriedade intelectual”, sendo típica das citações em que se diz “exemplo disso/ trabalhos que abordam/ utilizam” e se menciona o autor, criando efeito de sentido de atribuir ao autor a propriedade do feito mencionado, dando destaque ao citado por isso.

Os números foram mantidos os mesmos, para evitar confusão e para poderem ser comparados aos dados da análise qualitativa. Dessa forma, a tabela de funções da citação passou a ser:

**Quadro 21:** Novo quadro das funções da citação

<b>Código</b>	<b>Função</b>
FU 2	Homenagear pioneiros (a citação contém “pioneirismo/ pioneiro” ou termo com sentido semelhante; ou a citação não contém esses termos, mas exalta os feitos de autor que é o pioneiro em dada área, sendo considerado “o pai da” ou “o fundador da”)
FU 3	Homenagear colega(s) (efeito de sentido da citação: este citado foi escolhido dentre outros porque é o melhor pesquisador da atualidade a definir tal conceito ou porque seu trabalho merece destaque. É “colega” porque pesquisa o mesmo assunto que o citante, mas não chega a ser “pioneiro” porque não é o fundador da teoria).
FU 4	Estabelecer propriedade e/ ou prioridade (efeito de sentido da citação: “o citado fez isso, veja o que ele fez e esse feito tem tal diferencial”).
FU 5	Contextualizar o estudo (base teórica); definir conceitos teóricos; apontar o que tem sido feito na área; apontar as lacunas na área; apresentar opinião/ visão de outro pesquisador, criando efeito de sentido de “o que eles dizem/ o que a teoria diz é isto”.
FU 6	Identificar elementos metodológicos e/ ou sustentar escolha metodológica: método empregado; tipo de pesquisa; tipo de análise, etc.
FU 7	Sustentar alegações do citante (efeito de sentido: a citação funciona como argumento de autoridade – digo isso e o que o citado diz corrobora)
FU 8	Criticar, denunciar ou reivindicar propriedade
FU 9	Afastar-se de um ponto de vista (efeito de sentido: o citado diz isso, mas eu não concordo)
FU 10	Corrigir o próprio trabalho
FU 11	Corrigir o trabalho dos outros; questionar a escolha teórica, a metodologia ou os resultados
FU 12	Alertar futuros trabalhos
FU 13	Divulgar trabalho pouco divulgado, indexado ou citado
FU 14	Aproximar autores diferentes (semelhança ou diferença)
FU 15	Recuperar informação citada anteriormente no mesmo texto
FU 16	Marcar similaridade entre literatura (teoria ou dados do citado) e resultados ou ideias do citante
FU 17	Associar trecho na língua original (em nota de rodapé) à citação traduzida no corpo do texto (ou o contrário)

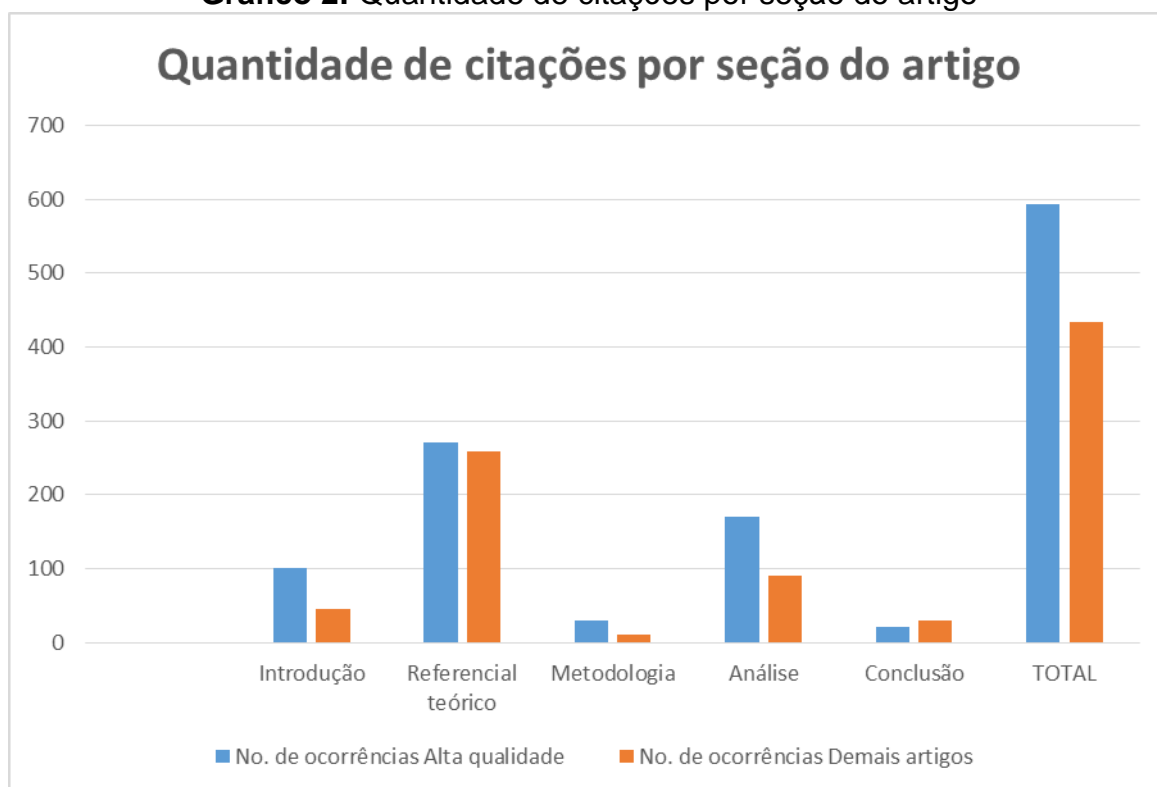
**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa

Considerando o número total de citações (1.028 ocorrências) contabilizadas nos *corpora*, as citações presentes nos artigos “alta qualidade” representam 57,8% (594 ocorrências), e as presentes nos “demais artigos” representam 42,2% (434 ocorrências) desse total. Considerando as ocorrências por seção do artigos, têm-se os seguintes números:

**Quadro 22:** Quantidade de citações por seção do artigo

Seção do artigo	No. de ocorrências (%)	
	Alta qualidade	Demais artigos
Introdução	101 (17%)	45 (10,3%)
Referencial teórico	271 (45,6%)	258 (59,4%)
Metodologia	30 (5%)	10 (2,3%)
Análise	170 (28,6%)	91 (20,9%)
Conclusão	22 (3,7%)	30 (6,9%)
TOTAL	594	434

**Fonte:** a autora com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 2:** Quantidade de citações por seção do artigo

**Fonte:** a autora

Comparando os *corpora*, observa-se que nos “alta qualidade” houve mais citações em comparação aos “demais” nas seções *Introdução*, *Referencial teórico*, *Metodologia*, *Análise*; apenas na seção *Conclusão* ocorreram mais citações nos “demais” que nos “alta”. Tanto nos artigos “alta qualidade” quanto nos “demais artigos”, a maior quantidade de citações concentrou-se nas seções *Referencial teórico* e *Análise*. Nos “alta qualidade”, essas seções representam juntas 74,2% do total de citações e, nos demais, 80,3%, em relação às demais seções. Essa quantidade se justifica pelo fato de essas seções serem as responsáveis por ancorar teoricamente o trabalho e discutir os dados à luz dessa teoria.

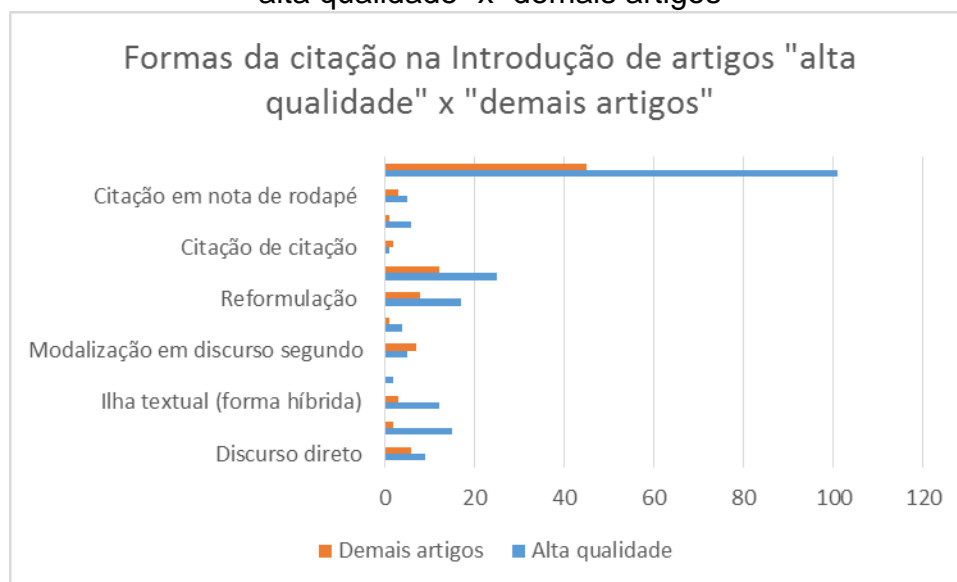
Passa-se, agora, à apresentação e discussão dos dados quantitativos em relação às formas e às funções das citações, conforme a seção dos artigos. Começa-se pela seção Introdução, na qual foram identificadas as seguintes formas:

**Quadro 23:** Formas da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

Formas das citações	Alta qualidade	Demais artigos
Discurso direto	9	6
Discurso indireto	15	2
Ilha textual (forma híbrida)	12	3
Discurso direto com que (forma híbrida)	2	---
Modalização em discurso segundo	5	7
Resumo com citações	4	1
Reformulação	17	8
Menção	25	12
Citação de citação	1	2
Autocitação	6	1
Citação em nota de rodapé	5	3
TOTAL	101	45

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 3:** Formas da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



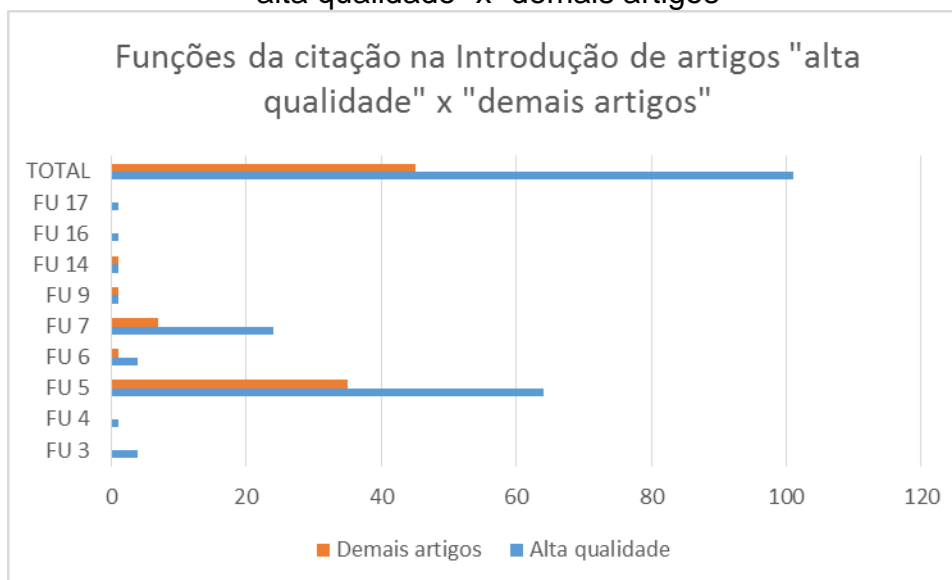
**Fonte:** a autora

**Quadro 24:** Funções da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

Código da Função	Alta qualidade	Demais artigos
FU 3	4	--
FU 4	1	--
FU 5	64	35
FU 6	4	1
FU 7	24	7
FU 9	1	1
FU 14	1	1
FU 16	1	--
FU 17	1	--
TOTAL	101	45

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 4:** Funções da citação na Introdução de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



**Fonte:** a autora

Na seção *Introdução*, nos “alta” ocorreram todas as formas de citação; nos “demais” só não ocorreu discurso direto com que. Nos “alta” predominaram as formas menção (24,7%) e reformulação (16,8%) e as funções FU5 (63,3%) e FU7 (23,7%). Nos demais, predominaram as mesmas formas e funções: menção (26,6%) e reformulação (17,7%); FU5 (77,7%) e FU7 (15,5%).

Vale observar que as autocitações presentes na Introdução dos artigos “alta qualidade” se referem a outros estudos feitos pelo citante e autor do artigo, de modo a estabelecer a continuidade de sua pesquisa, por isso é necessário retomar dados já publicados por ele mesmo.

O aparecimento e predomínio das formas menção e reformulação associadas às funções cujos objetivos são contextualizar o estudo (base teórica); definir conceitos teóricos; apontar o que tem sido feito na área; apontar as lacunas na área; apresentar opinião/ visão de outro pesquisador (FU5) e sustentar alegações do citante, funcionando como argumento de autoridade (FU7) é justificado quando se considera que na Introdução

[...] o autor geralmente indica a relevância do tema, revisa itens de pesquisa prévia e faz generalizações sobre o assunto que será tratado no artigo. A relevância do tema é sinalizada por passagens que apontam as lacunas no conhecimento ou a dificuldade na solução de problemas correspondentes. O objetivo é estabelecer uma base de conhecimento compartilhado com o leitor para contextualizar a questão de pesquisa. (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p.77)

Assim, em relação à *Introdução*, houve diferenças quantitativas, mas não qualitativas entre os *corpora* quando se consideram a quantidade de formas presentes, as formas e as funções predominantes. O único diferencial observado foi o fato de serem atribuídas mais funções às citações nos “alta” em relação aos “demais”.

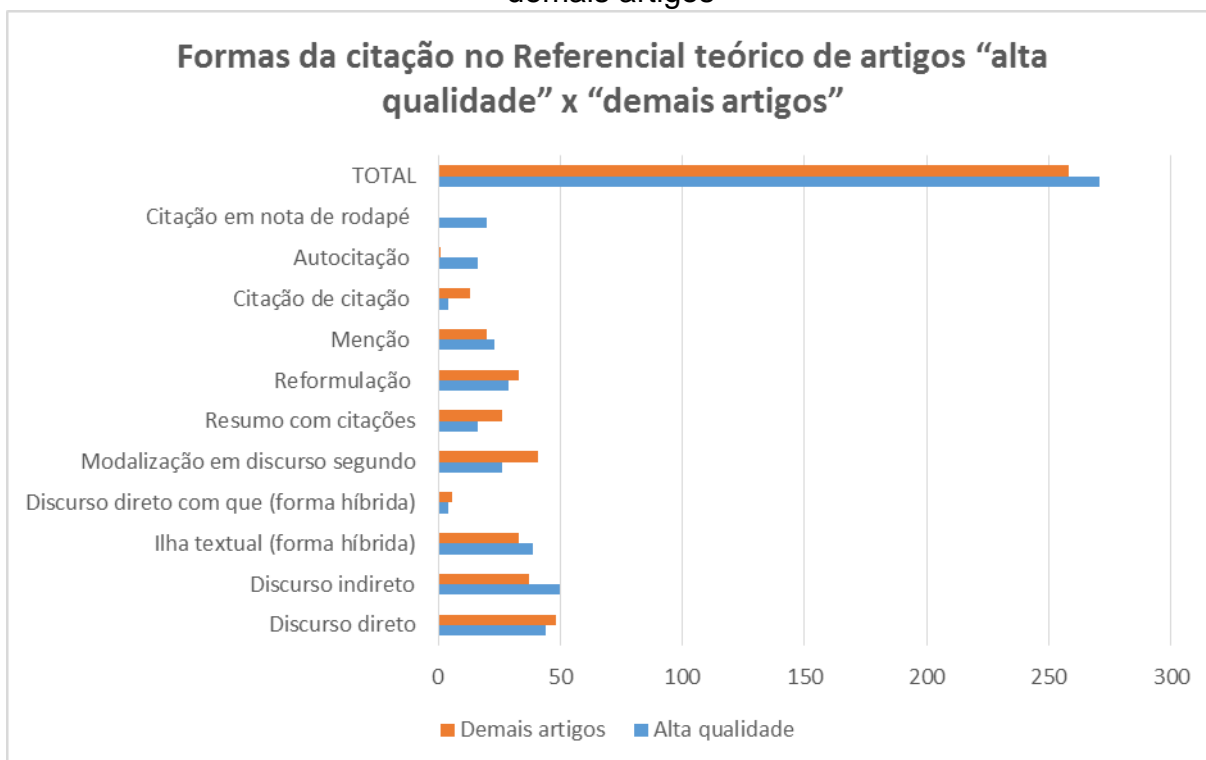
Vejam-se agora as formas e funções que ocorreram no *Referencial teórico*:

**Quadro 25:** Formas da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

<b>Formas das citações</b>	<b>Alta qualidade</b>	<b>Demais artigos</b>
Discurso direto	44 (16,2%)	48 (18,6%)
Discurso indireto	50 (18,4%)	37 (14,3%)
Ilha textual (forma híbrida)	39 (14,3%)	33 (12,7%)
Discurso direto com que (forma híbrida)	4 (1,4%)	6 (2,3%)
Modalização em discurso segundo	26 (9,5%)	41 (15,8%)
Resumo com citações	16 (5,9%)	26 (10%)
Reformulação	29 (10,7%)	33 (12,7%)
Menção	23 (8,4%)	20 (7,7%)
Citação de citação	4 (1,4%)	13 (5%)
Autocitação	16 (5,9%)	1 (0,3%)
Citação em nota de rodapé	20 (7,3%)	--
<b>TOTAL</b>	<b>271</b>	<b>258</b>

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 5:** Formas da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



Assim como na *Introdução*, no *Referencial teórico* dos “alta” ocorreram todas as formas e, nos “demais”, não houve ocorrência de uma forma, a citação em nota de rodapé. No entanto, o predomínio foi diferente: nos “alta”, predominaram o discurso indireto (18,4%) e o discurso direto (16,2%); nos “demais”, discurso direto (18,6%) e modalização em discurso segundo (15,8%). O discurso indireto nos “alta” aparece introduzido predominantemente por meio de voz passiva. O discurso direto tanto nos “alta” quanto nos “demais” direto aparece predominantemente com ausência de introdutor explícito.

Assim, nos “alta”, prefere-se enfatizar o fenômeno, começando a citação por ele e finalizando-a com o autor como sujeito da passiva ou com as palavras do citado servindo de complemento para as palavras do citante (por isso a ausência de introdutor explícito), vindo o nome do citado somente no final da citação.

Nos “demais” predomina essa complementação, mas também ocorre a citação via modalização do discurso segundo. Nesse caso, quando se inicia a

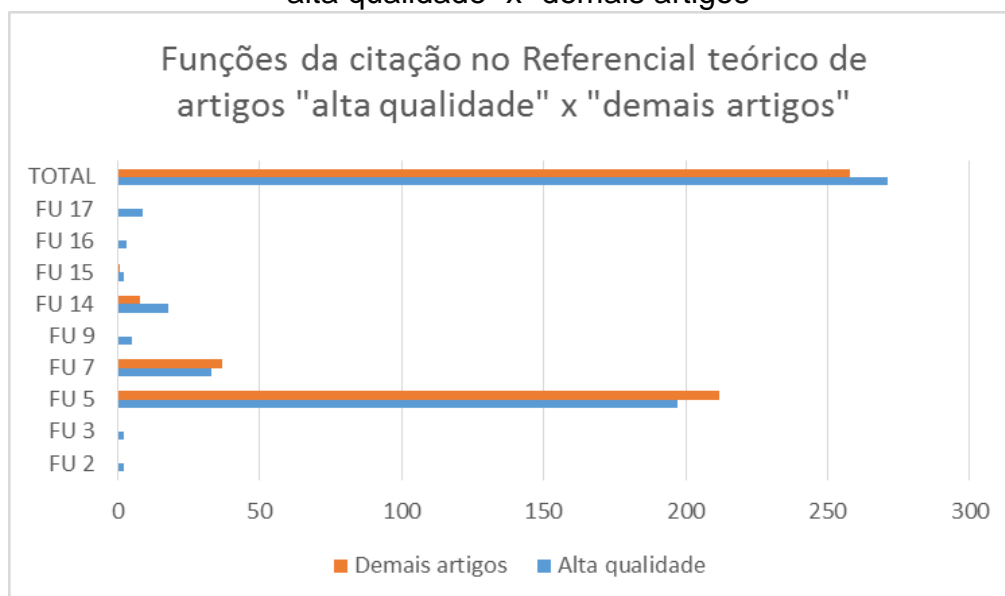
citação por meio do sobrenome do autor (acompanhado ou não de modalizador), destaca-se o cientista e não o fato, enfatizando a autoridade do citado. (PEREIRA, 2013). Sintetizando, pode-se dizer que nos “alta” as citações enfatizam mais o fenômeno, enquanto nos “demais” se enfatiza ora o fenômeno, ora o citado.

**Quadro 26:** Funções da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

<b>Código da Função</b>	<b>Alta qualidade</b>	<b>Demais artigos</b>
FU 2	2 (0,7%)	--
FU 3	2 (0,7%)	--
FU 5	197 (72%)	212 (82,1%)
FU 7	33 (12,1%)	37 (14,3%)
FU 9	5 (1,8%)	--
FU 14	18 (6,6%)	8 (3,1%)
FU 15	2 (0,7%)	1 (0,3%)
FU 16	3 (1,1%)	--
FU 17	9 (3,3%)	--
<b>TOTAL</b>	<b>271</b>	<b>258</b>

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 6:** Funções da citação no Referencial teórico de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



**Fonte:** a autora

Com relação às funções das citações no Referencial teórico, observa-se maior variedade nos “alta” (9 tipos de funções) do que nos “demais” (4 tipos de funções). As funções predominantes foram as mesmas: FU5 (72%) e FU7 (12,1%) nos alta e FU5 (82,1%) e FU7 (14,3%) nos demais. É significativamente maior o número de ocorrências de FU5, mas seu predomínio era esperado, já que se trata

da função que mais se aproxima do objetivo do *Referencial teórico*. Esses dados corroboram os encontrados por Coracini (2007). Todos os pesquisadores entrevistados por ela consideraram que a pesquisa bibliográfica citada e referenciada no artigo tem função de indicar as leituras que embasam o artigo, remetendo aos textos-fonte (correspondendo à FU5 nominada neste estudo), e de apoiar os próprios argumentos do pesquisador-autor (correspondendo à FU7).

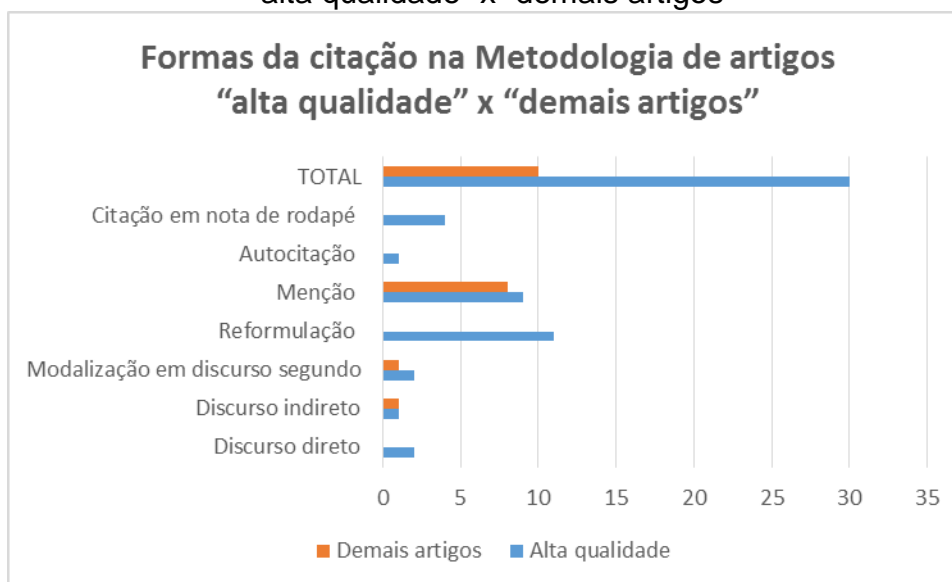
Vejam-se os números da *Metodologia*:

**Quadro 27:** Formas da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

Formas das citações	Alta qualidade	Demais artigos
Discurso direto	2 (6,6%)	--
Discurso indireto	1 (3,3%)	1 (10%)
Modalização em discurso segundo	2 (6,6%)	1 (10%)
Reformulação	11 (36,6%)	--
Menção	9 (30%)	8 (80%)
Autocitação	1 (3,3%)	--
Citação em nota de rodapé	4 (13,3%)	--
TOTAL	30	10

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 7:** Formas da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



**Fonte:** a autora

Novamente, os “alta” apresentaram mais variedade de formas (7 x 3) e funções em relação aos “demais” (6 x 2). Nos “alta” predominaram a reformulação (36,6%) e a menção (30%) e nos “demais”, só ocorreram três formas, sendo

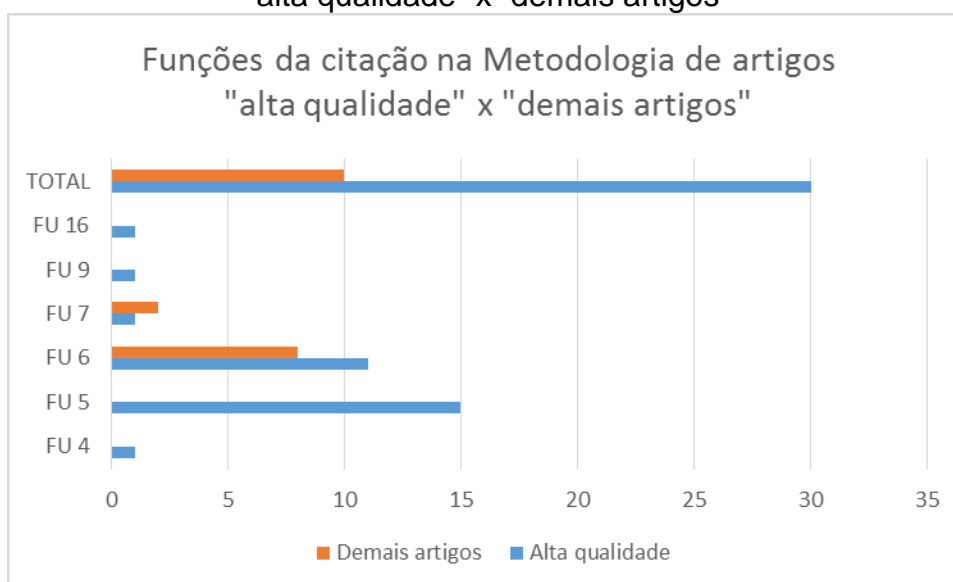
predominante a menção (80%), discurso indireto e modalização em discurso segundo representaram 20%.

**Quadro 28:** Funções da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

Código da Função	Alta qualidade	Demais artigos
FU 4	1 (3,3%)	--
FU 5	15 (50%)	--
FU 6	11 (36,6%)	8 (80%)
FU 7	1 (3,3%)	2 (20%)
FU 9	1 (3,3%)	--
FU 16	1 (3,3%)	--
TOTAL	30	10

Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 8:** Funções da citação na Metodologia de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



Fonte: a autora

Em relação às funções, nos “alta” predominaram Fu5 (50%) e FU6 (36,6%); nos “demais”, FU6 (80%) e FU7 (20%). A baixa presença de citações na *Metodologia*, em comparação a outras seções, justifica-se pela própria natureza da seção: ela é um relato passo a passo do processo de coleta de dados, desde procedimentos, materiais usados, recursos entre outros dados (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010).

Dessa forma, nessa seção, não se esperam citações, mas sim informações do próprio autor da pesquisa, por isso o predomínio das formas reformulação (nos “alta”) e menção (nos “demais”), nas quais as palavras do citado aparecem diluídas

nas do citante ou apenas se menciona seu nome, fazendo referência a alguma ideia dele, mas não citada integralmente no texto do citante.

Essas poucas citações encontradas na Metodologia serviram como aporte para as afirmações do citante, definindo o conceito que seria aplicado na análise, contextualizando o estudo ou servindo como argumento de autoridade para justificar a adoção de determinada metodologia, por isso o predomínio das funções FU5 e FU6. Além disso, como se viu no capítulo 2 desta tese, a predominância é de metodologia como parágrafo da Introdução, isto é, são dadas informações essenciais como o conceito teórico que embasa o estudo e o objeto do estudo.

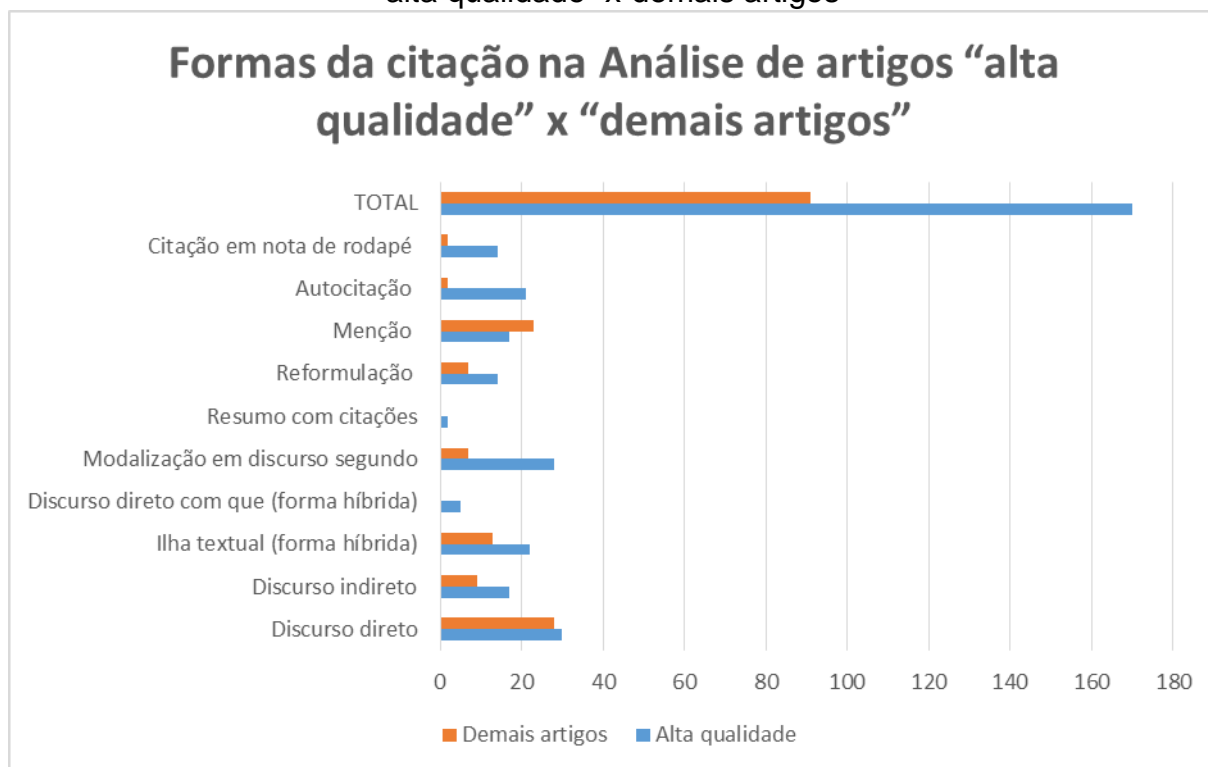
Vejam-se, agora, as formas e funções na *Análise*:

**Quadro 29:** Formas da citação na Análise de artigos  
“alta qualidade” x “demais artigos”

<b>Formas das citações</b>	<b>Alta qualidade</b>	<b>Demais artigos</b>
Discurso direto	30 (17,6%)	28 (30,7%)
Discurso indireto	17 (10%)	9 (9,8%)
Ilha textual (forma híbrida)	22 (12,9%)	13 (14,2%)
Discurso direto com que (forma híbrida)	5 (2,9%)	--
Modalização em discurso segundo	28 (16,4%)	7 (7,6%)
Resumo com citações	2 (1,17%)	--
Reformulação	14 (8,2%)	7 (7,6%)
Menção	17 (10%)	23 (25,2%)
Autocitação	21 (12,3%)	2 (2,1%)
Citação em nota de rodapé	14 (8,2%)	2 (2,1%)
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>	<b>91</b>

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 9:** Formas da citação na Análise de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



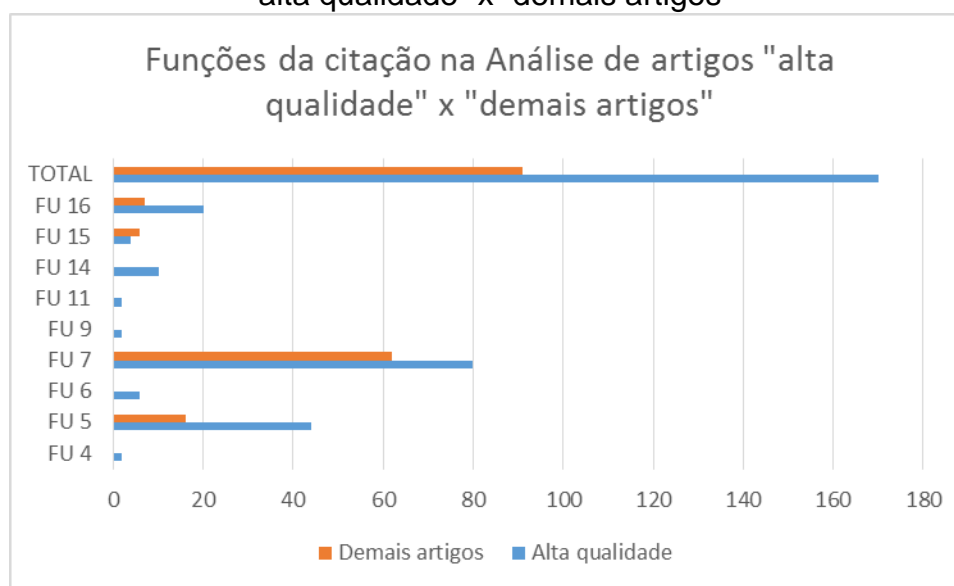
Na *Análise* houve certo equilíbrio na variedade de formas nos “alta” (10 formas) e “demais” (8 formas). Nos “alta” predominaram o discurso direto (17,6%) e a modalização em discurso segundo (16,4%); nos “demais”, o discurso direto (30,7%) e a menção (25,2%).

**Quadro 30:** Funções da citação na Análise de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

Código da Função	Alta qualidade	Demais artigos
FU 4	2 (1,17%)	--
FU 5	44 (25,8%)	16 (17,5%)
FU 6	6 (3,5%)	--
FU 7	80 (47%)	62 (68,1%)
FU 9	2 (1,17%)	--
FU 11	2 (1,17%)	--
FU 14	10 (5,8%)	--
FU 15	4 (2,3%)	6 (6,5%)
FU 16	20 (11,7%)	7 (7,6%)
TOTAL	170	91

Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 10:** Funções da citação na Análise de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



**Fonte:** a autora

Em relação às funções, nos “alta” ocorrem 9 funções diferentes, enquanto nos “demais” ocorrem 4 funções. Em ambos, houve predomínio das funções FU7 e FU5, as quais, juntas, representam, do total de citações na *Análise*, 73% nos “alta” e 86% nos “demais”.

Embora haja predomínios similares, o fato de, nos “demais”, a FU7 representar 68,1% enquanto a FU5 representa 17,5% (diferença 3 vezes maior entre uma e outra), bem como o fato de, nos “demais” FU7 representar 68,1% enquanto nos “alta” representa 47% e, ainda, o fato de, nos “alta” ocorrer maior variedade de funções, mostram que, nos demais, é significativa a dependência do citante da autoridade e/ ou das palavras do citado (FU7 + FU5 = 86%). Nos “alta”, a análise recorre não só a essas funções (FU7 + FU5 = 73%), mas também a funções diversas que não ocorreram nos “demais” (FU4, FU6, FU9, FU 11, 14 que, somadas, representam 12,81% das citações na *Análise* dos “alta”). Essas ocorrências mostram que há outras funções da citação passíveis de serem aplicadas à análise, mas que ainda são pouco utilizadas e, no corpus em estudo, só são utilizadas pelos autores de artigos “alta qualidade”.

Como já dissemos anteriormente, na *Análise*, espera-se que os dados sejam comparados com a literatura, de modo que a teoria justifique a interpretação dos dados, evitando que o autor incorra em “achismos” ou especulações, por exemplo. Uma análise que não se sustenta por meio do diálogo com a teoria pode ser

considera “fraca” ou pouco científica. Por isso, o predomínio de citações por meio de discurso direto – fiel às palavras do citado – e com função de sustentar alegações do citante funcionando como argumento de autoridade (FU7) ou com função de aporte teórico (FU5).

Apesar de em ambos os *corpora* predominarem as funções FU7 e FU5, as funções “secundárias”, representadas por FU16 em ambos, FU14 (nos “alta”) e FU15 (nos “demais”), reforçam o caráter analítico da seção, pois, além de citações de autoridade e de aporte teórico, na *Análise* é possível ocorrerem, ainda que em menor número, citações com função de marcar similaridade entre literatura e resultados do citante (FU16), aproximar autores diferentes (FU14), seja por semelhança ou diferença, e recuperar informações citadas anteriormente no mesmo texto (FU15), estabelecendo a coesão entre *Referencial teórico* e *Análise*.

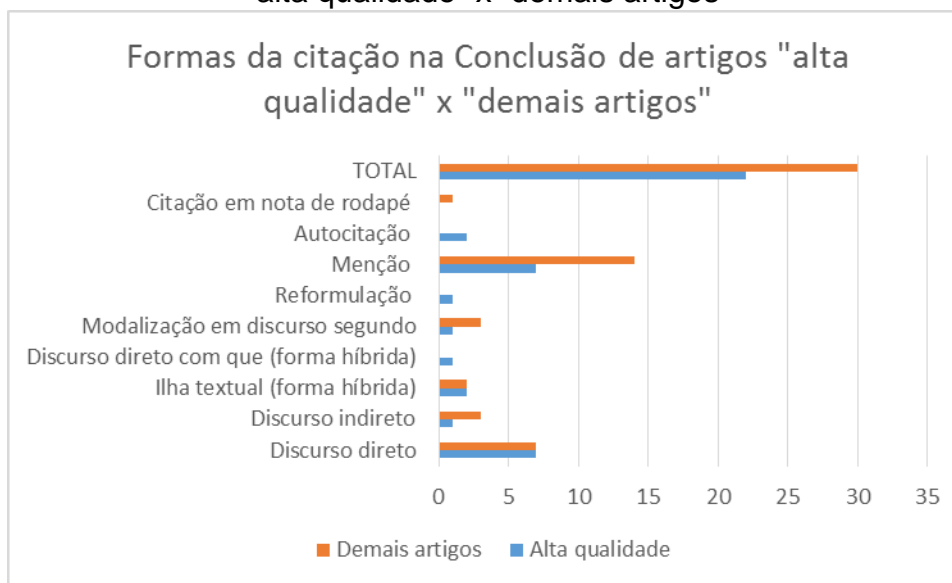
Vejam-se os números da *Conclusão*:

**Quadro 31:** Formas da citação na Conclusão de artigos  
“alta qualidade” x “demais artigos”

<b>Formas das citações</b>	<b>Alta qualidade</b>	<b>Demais artigos</b>
Discurso direto	7 (31,7%)	7 (23,3%)
Discurso indireto	1 (4,5%)	3 (10%)
Ilha textual (forma híbrida)	2 (9%)	2 (6,6%)
Discurso direto com que (forma híbrida)	1 (4,5%)	--
Modalização em discurso segundo	1 (4,5%)	3 (10%)
Reformulação	1 (4,5%)	--
Menção	7 (31,7%)	14 (46,6%)
Autocitação	2 (4,5%)	--
Citação em nota de rodapé	--	1 (0,3%)
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>30</b>

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 11:** Formas da citação na Conclusão de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



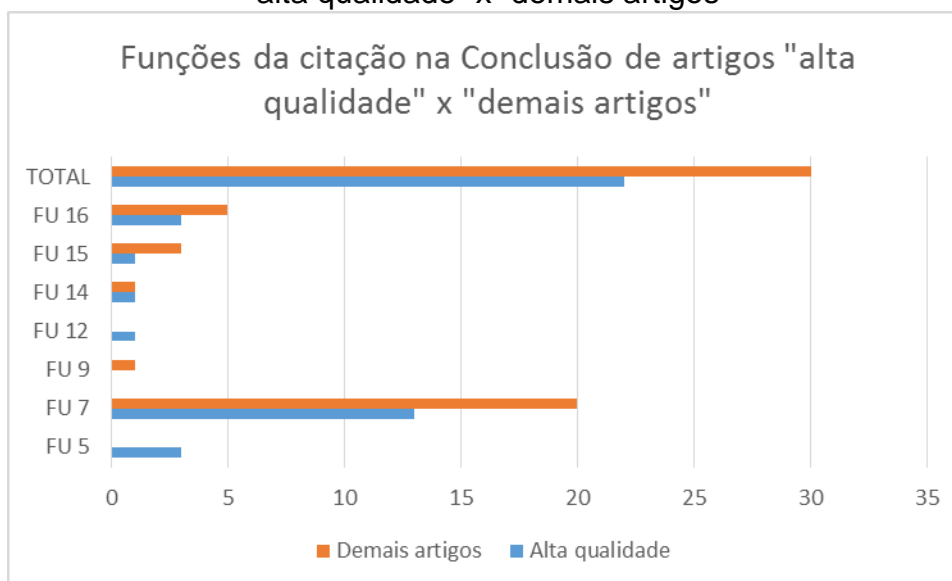
Em relação às formas, na *Análise* dos artigos “alta”, ocorreram oito tipos e, nos “demais”, seis tipos, sendo que, nos “alta” predominaram o discurso direto (31,8%) e a menção (31,8%). Nos demais, foram as mesmas formas, mas a menção representou 46,6% e o discurso direto, 23,3%.

**Quadro 32:** Funções da citação na Conclusão de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”

Código da Função	Alta qualidade	Demais artigos
FU 5	3 (13,6%)	--
FU 7	13 (59%)	20 (66,6%)
FU 9	--	1 (0,3%)
FU 12	1 (4,5%)	--
FU 14	1 (4,5%)	1 (0,3%)
FU 15	1 (4,5%)	3 (10%)
FU 16	3 (13,6%)	5 (16,6%)
TOTAL	22	30

Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 12:** Funções da citação na Conclusão de artigos “alta qualidade” x “demais artigos”



Fonte: a autora

Em relação às funções, nos “alta” ocorreram seis tipos de função e nos “demais”, cinco. Em ambos, predominaram as funções FU7 e FU16: nos “alta”, FU7 (59%) e FU16 (13,6%); nos “demais”, Fu7 (66,6%) e FU16 (16,6%).

Motta-Roth e Hendges (2010) apontam que, quando a conclusão vem no final da seção *Análise e discussão dos resultados*, costuma-se concluir brevemente o que foi feito e o significado disso para a área. Quando a conclusão constitui uma seção independente, são feitas generalizações sobre as descobertas principais e destacam-se detalhes dessas descobertas, situam-se os resultados na literatura, ressaltam-se as implicações teóricas e as possíveis aplicações dos resultados e se recomendam trabalhos futuros.

Essas características justificam o fato de predominarem menções aos citados na literatura e o discurso direto, funcionando como um fechamento, criando efeito de sentido de “fechar o texto com o pensamento de Fulano”, o que também funciona como argumento de autoridade (FU7). As citações na *Conclusão*, de modo geral, ancoraram a validade dos resultados na literatura, por isso o predomínio das funções FU7 e FU16.

Cabe salientar que o maior número de citações na *Conclusão* nos “demais” em relação aos “alta” foi influenciado por artigo que nomina conclusão, mas analisa

resultados nessa seção. Por ter sido apresentada como tal, as citações foram contabilizadas na *Conclusão*.

Considerando agora o comportamento do locutor citante, independentemente da parte do texto (*Introdução, Referencial teórico, Metodologia, Análise, Conclusão*), do Qualis dos artigos (“alta qualidade” ou “demais artigos”), da forma ou da função da citação, o comportamento predominante foi de distanciamento. Nos artigos “alta”, do total de 594 citações (100%), 517 (87%) são de distanciamento e 77 (13%) de aproximação. Nos “demais”, das 434 ocorrências (100%), 410 (94,4%) são de distanciamento e 24 (5,6%) de aproximação.

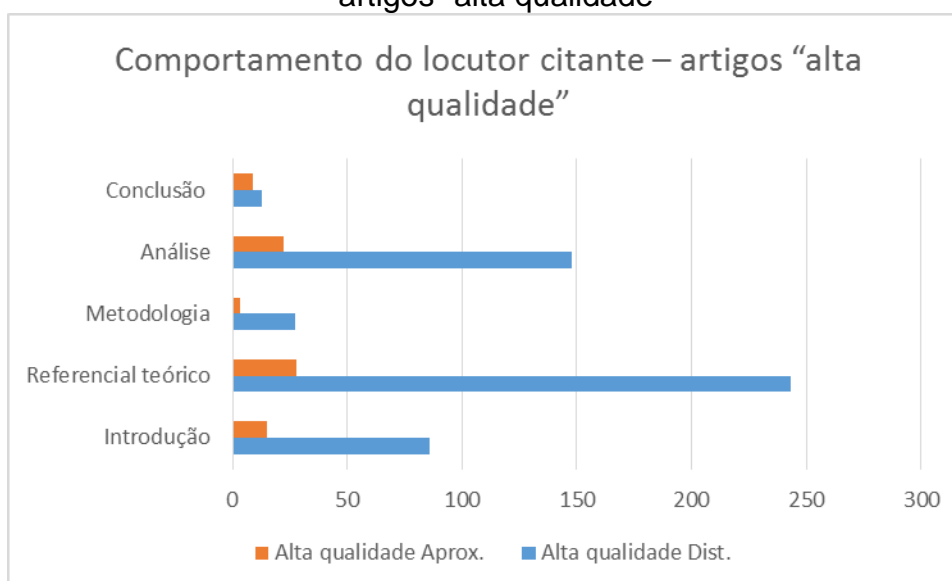
Nos artigos “alta”, somente na *Conclusão* os números se aproximam um pouco mais, enquanto nos “demais”, é grande a diferença entre os comportamentos. Vejam-se os números:

**Quadro 33:** Comportamento do locutor citante – artigos “alta qualidade”

Seção do artigo	Alta qualidade		
	Total (=100%)	Dist.	Aprox.
Introdução	101	86 (85,1%)	15 (14,9%)
Referencial teórico	271	243 (89,6%)	28 (10,4%)
Metodologia	30	27 (90%)	3 (10%)
Análise	170	148 (87%)	22 (13%)
Conclusão	22	13 (59%)	9 (41%)

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 13:** Comportamento do locutor citante – artigos “alta qualidade”

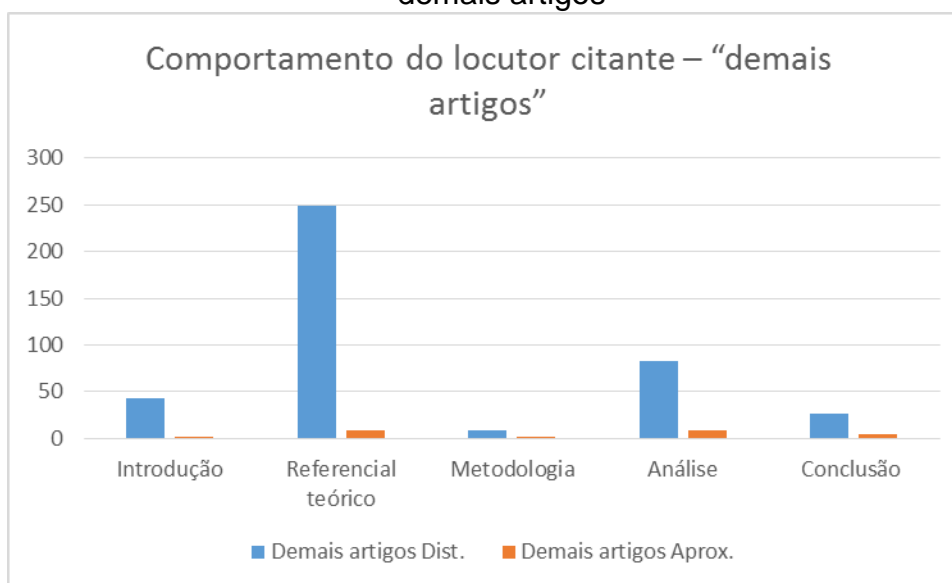


**Fonte:** a autora

**Quadro 34:** Comportamento do locutor citante – “demais artigos”

<b>Demais artigos</b>			
<b>Seção do artigo</b>	<b>Total (=100%)</b>	<b>Dist.</b>	<b>Aprox.</b>
Introdução	45	43 (95,5%)	2 (4,5%)
Referencial teórico	258	249 (96,5%)	9 (3,5%)
Metodologia	10	9 (90%)	1 (10%)
Análise	91	83 (91,2%)	8 (8,8%)
Conclusão	30	26 (86,6%)	4 (13,4%)

**Fonte:** a autora, com base nos dados da pesquisa.

**Gráfico 14:** Comportamento do locutor citante – “demais artigos”

**Fonte:** a autora

A predominância do comportamento de distanciamento vai ao encontro do que constatou Coracini (2007); o citante, como autor de um texto científico, procura manter-se distante, na posição de observador. Esse distanciamento do autor remeteria a “[...] ausência do sujeito-pesquisador na etapa da investigação científica” (CORACINI, 2007, p.104). Contudo, esse distanciamento nem sempre é possível, seja porque é revelado pelas instâncias enunciativas (CORACINI, 2007), seja porque o próprio citante quer se aproximar do citado, criando efeito de sentido de diálogo, de uma só voz.

### 3.13 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Todas as formas das citações ocorreram em ambos os *corpora*. Agrupando as ocorrências, considerando “alta” x “demais”, obtém-se um ranking diferente de preferências. Nos “alta”, as ocorrências foram: discurso direto (15,4%), discurso indireto (14,1%), menção (13,6%), ilha (12,6%), reformulação (12,1%), modalização em discurso segundo (10,4%), autocitação (7,7%), citação em nota de rodapé (7,2%), resumo com citações (3,7%), discurso direto com que (2%) e citação de citação (0,8%). Nos “demais”, as ocorrências foram: discurso direto (20,5%), menção (17,7%), modalização em discurso segundo (13,5%), discurso indireto (11,9%), ilha (11,7%), reformulação (11%), resumo com citações (6,2%), citação de citação (3,4%), discurso direto com que (1,3%), citação em nota de rodapé (1,3%), autocitação (0,9%).

Nem todas as funções ocorrem em ambos os *corpora*: FU8, FU10, FU13 (Criticar, denunciar ou reivindicar propriedade; Corrigir o próprio trabalho; Divulgar trabalho pouco divulgado, indexado ou citado) não apareceram nenhuma vez. Nos “demais”, além dessas, não houve ocorrência das funções FU2, FU3, FU4, FU11, FU12, FU17 (Homenagear pioneiros; Homenagear colegas; Estabelecer propriedade e/ ou prioridade; Corrigir o trabalho dos outros; questionar a escolha teórica, a metodologia ou os resultados; Alertar futuros trabalhos; Associar trecho na língua original à citação traduzida no corpo do texto).

Nos artigos “alta”, agrupando-se as funções encontradas, tem-se: FU5 (54,3%), FU 7 (25,4%), FU14 (5,05%), FU16 (4,71%), FU6 (3,5%), FU17 (1,68%), FU9 (1,51%), FU15 (1,17%), FU3 (1,01%), FU4 (0,67%), FU2 (0,3), FU11 (0,3%), FU12 (0,1%). Nos “demais artigos”, o agrupamento resulta em: FU5 (60,5%), FU7 (29,4%), FU16 (2,7%), FU14 (2,3%), FU15 (2,3%), FU6 (2,07%), FU9 (0,4%).

A análise qualitativa proposta para este capítulo pretendia levantar como se apresentavam linguisticamente as formas e as funções das citações e o comportamento do locutor citante, enquanto a análise quantitativa pretendia fornecer subsídios para identificar se as preferências dos artigos “alta qualidade” se diferenciariam dos “demais artigos” a ponto de justificar essa qualificação “alta qualidade”.

Em termos quantitativos, as ocorrências das formas não apontaram diferença significativa que pudesse ser um qualitativo do texto “alta” em comparação aos

“demais”. No entanto, essa paridade entre as preferências de ambos corrobora a ideia de Bakhtin (2006) de que as formas da citação refletem as tendências básicas de transmitir o discurso do outro, revelando as tendências sociais estáveis típicas do discurso relatado.

Por outro lado, as ocorrências das funções atuam como um diferencial entre ambos, mostrando que os citantes-autores de artigos “alta”, atribuem mais funções ao discurso do outro inserido em seu próprio discurso, enquanto os autores dos “demais artigos” ficam mais restritos no uso do discurso citado. As ocorrências mostraram que a FU5, na conclusão faz menção à teoria que embasou análise. A FU6, na metodologia, tem papel parecido com FU5, mas para explicar como será analisado o fenômeno ou o objeto. A FU7 aparece muito na introdução também – supunha-se que predominaria na análise. Na Introdução, ela aparece principalmente quando essa seção engloba também o referencial teórico. Observou-se que no referencial teórico são citados os conceitos essenciais com FU5, enquanto na análise são inseridas citações mais aprofundadas e mais específicas, relacionadas ao que o autor citante defende; são, portanto, citações com FU7. Ao atribuir diferentes funções às citações, os citantes transparecem em seu texto a reflexão, a tomada de posição, assumindo-se como autores de seus discursos e não como meros retransmissores do discurso do outro (BOCH; GROSSMANN, 2002; BESSA, 2011).

O predomínio do comportamento de distanciamento reforça o discurso de que o texto acadêmico deve ser objetivo, enfatizando o objeto ou fenômeno (CORACINI, 2007), por isso o distanciamento especialmente pelo uso da terceira pessoa do singular. A aproximação, quando ocorreu, foi via, principalmente, primeira pessoa do plural, o chamado “plural de autor”, que é mais aceito na comunidade científica em relação à primeira pessoa do singular, por exemplo.

## CONCLUSÃO

A tese que defendemos é que faltam parâmetros que permitam diferenciar claramente artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”. Assim, o objetivo geral dessa tese era estabelecer parâmetros que permitam diferenciar artigos “alta qualidade” de “demais artigos”, considerando seu processo de avaliação, seus elementos textuais e as vozes presentes no texto. No título, perguntamos se era possível estabelecer tais parâmetros. Antes de responder a essa pergunta, vejamos o que cada capítulo nos revelou.

No capítulo 1, levantamos o que se considera na avaliação dos periódicos feita pelo Qualis CAPES, bem como na avaliação dos artigos científicos feita pelos pareceristas. A partir dessas avaliações, não pudemos delinear parâmetros claros de diferenciação entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”, visto que os dados levantados nesse capítulo serviram para o entendimento dos fatores envolvidos na avaliação de periódicos e artigos, cumprindo o objetivo proposto para o capítulo, mas não forneceram subsídios para a diferenciação entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos”, objetivo geral da tese.

Os dados do capítulo mostraram que os critérios Qualis e a *peer review* dos periódicos analisados deixam a desejar, porque não permitem uma clara diferenciação entre o texto “alta qualidade” e os “demais”. Isso porque os critérios Qualis são quantitativos e não estabelecem que características tem um texto “alta qualidade”. No caso da avaliação por pares, seu grau de exigência não condiz necessariamente com o Qualis do periódico, de modo que periódicos considerados “demais” têm formulários de parecer mais completos que periódicos “alta” e há periódicos “alta” que não adotam formulário de parecer, sendo a avaliação mais passível à subjetividade do parecerista. O esperado era o contrário, sustentando a “alta qualidade” desses textos em relação aos demais.

Esse resultado corrobora a preocupação expressada não só pelos autores que constituíram o referencial teórico desse primeiro capítulo, como também por pesquisadores de modo geral. Se não há parâmetros claros, precisos, infere-se que existe a possibilidade de a aprovação ou rejeição de um artigo submetido a um periódico estar sujeita à subjetividade do parecerista. Essa questão se torna evidente quando consideramos situações vividas por nós ou por colegas

pesquisadores, quando artigos submetidos à publicação receberam pareceres discrepantes (um aprovava e outro reprovava).

Mas antes que se considere o parecerista como o “vilão”, devemos lembrar que muitos artigos são corretamente recusados por problemas em relação à qualidade da produção textual e em relação à reprodutibilidade científica (não ter hipótese ou objetivo claro; não ter método; inadequação da estatística ou da literatura científica). É preciso considerar também as condições de trabalho desses pareceristas, visto que pesquisas apontam que eles não recebem por esse serviço (é um serviço gratuito, mas de demanda tempo disponível), estão sujeitos a prazos apertados, especialmente pela grande quantidade de submissões e pela periodicidade semestral adotada pelos periódicos, entre outros fatores. Assim, as falhas na avaliação por pares envolvem todo o processo, não somente o avaliador.

No capítulo 2, tomamos como objeto de estudo os artigos publicados em periódicos de Linguística, para verificarmos como os elementos textuais figuram nesses artigos. Consideramos nesse capítulo a normatização referente a isso, pois é ela que orienta os manuais de metodologia adotados em disciplinas de metodologia e/ ou produção do texto acadêmico, sendo, portanto, material de consulta para autores de artigos.

Em ambos os grupos (“alta” e “demais”), ocorrem os mesmos elementos textuais, com a diferença que, nos “alta qualidade”, a organização desses elementos no texto segue a praxe acadêmica, apresentando pouca variação, enquanto nos “demais artigos” essa organização nem sempre é mantida. Nos dois grupos observamos a ausência de algum dos elementos textuais (artigo sem introdução ou sem metodologia ou sem análise ou sem conclusão), sendo a metodologia o que apresentou maior incidência.

Reiteramos aqui o que defendemos na conclusão do capítulo 2: do ponto de vista metodológico, é extremamente importante indicar o método ou o tipo de pesquisa realizado, proporcionando a replicabilidade do estudo, se for o caso. Considerando que todos os artigos do *corpus* foram publicados, portanto passaram pela avaliação por pares, entendemos que essa avaliação não filtrou essa falha.

No capítulo 3, verificamos se as formas e funções do discurso relatado presentes nos artigos e o comportamento do locutor citante contribuem para a diferenciação entre “alta qualidade” e “demais artigos”. Na análise qualitativa, vimos que os “demais artigos” apresentaram erros no uso das formas. Mesmo nos artigos

do corpus quantitativo, observaram-se erros nas citações, os quais não foram descritos porque o interesse era apenas quantitativo. Mas são mencionados aqui como uma forma de corroborar o fato de que os textos dos “demais artigos”, além da falha científica (falta de algum elemento textual típico do artigo), apresentam falhas em sua composição, as quais não foram observadas nos “alta qualidade”.

Diante disso, a resposta ao questionamento feito no título deste trabalho é: a partir das variáveis analisadas neste tese (critérios da avaliação por pares; elementos textuais; formas e funções do discurso citado; comportamento do locutor citante) não foi possível estabelecer parâmetros claros que permitam diferenciar artigos “alta qualidade” dos “demais artigos”, de modo que nossa tese se confirmou. Por ser esta tese um estudo pioneiro – não se encontrou registro de outro estudo no Brasil que considere o Qualis e tente estabelecer a diferenciação entre artigos “alta qualidade” e “demais artigos” – entendemos que ficaram ainda muitas lacunas ou muitas possibilidades. Pretendemos levar adiante este estudo, até porque esse tema nos interessa por nossa atuação no ensino de metodologia científica. Temos um projeto de pesquisa aprovado na instituição em que atuamos e que expandirá a análise qualitativa para mais periódicos.

Além disso, acreditamos que, quanto à estrutura dos artigos, poderiam ser feitos estudos, por exemplo, sobre os tipos de método adotados em pesquisa da área de Linguística (o que justificaria por que muitos artigos não têm a seção “metodologia” – esta constitui apenas um parágrafo na introdução ou no início da análise). Acreditamos ser necessário também realizar estudos acerca da organização textual do artigo científico considerando não o modelo americano, mas o modelo que se observa na maioria dos artigos científicos de nossa área.

De qualquer forma, a reflexão final suscitada por esta tese é de que é preciso reforçar o caráter científico dos textos da área de Linguística, promovendo estudos com foco na cientificidade das produções, bem como com foco no desenvolvimento de materiais para ensino do texto científico.

Há poucos projetos de pesquisa na área que estudam os textos acadêmicos e/ ou o ensino de textos acadêmicos, não só nesta, mas em outras áreas. Chama atenção a preocupação de profissionais formados em outras áreas com o estudo da linguagem científica, caso, por exemplo, de Oliveira (2012) e Oliveira e Queiroz (2007), da área de química, e de Pereira (2013) de medicina, bem como chama atenção o fato de que poucos profissionais dos estudos da linguagem se interessam

pela linguagem científica e, desses poucos, menos ainda se interessam pelos textos científicos da própria área.

Apesar de suas especificidades, a necessidade de publicação é uma realidade que interfere no cotidiano acadêmico e profissional, por isso alunos e pesquisadores da área têm de se preparar melhor para essa realidade. Não se pode esquecer de que a área é uma ciência e, como tal, precisa cumprir certos requisitos. É preciso um olhar mais científico para a área, atribuindo a ela maior confiabilidade e respeitabilidade no meio científico. É preciso desenvolver uma metodologia da pesquisa científica em linguística, voltada tanto para a abordagem teórica (construção/ produção de conhecimento na área) quanto para a abordagem prática (estrutura e formatação das pesquisas).

## REFERÊNCIAS

ABRAMCZUK, Claudia *et al.* Metodologia científica: análise e reflexão sobre a eficácia dos resumos de artigos acadêmicos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**. João Pessoa, v.2, n.1, p.170-181, jan./ jun. 2012.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução Maria das Graças S. Rodrigues, João G. da Silva Neto, Luis Passeggi, Eulália Vera Lúcia F. Leurquin. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. A qualidade das publicações científicas – considerações de um Editor de Área ao final do mandato. Opinião, **Acta Botanica Brasilica**. Belo Horizonte, v.23, n.1, p.292-296, 2009.

ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e Arqueologia do Saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 3, set./dez. 1998.

ALVES, Ana Paula Meneses. Periódicos científicos eletrônicos: reflexões sob o viés CTS. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, 2010. Disponível em: <[http://www.btdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3429](http://www.btdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3429)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

ANDRADE, Jailson B. de. A avaliação por pares. Editorial, **Química Nova**, São Paulo, v.28, n.6, p.939, 2005.

ANDRADE, Jailson B. de; GALEMBECK, Fernando. QUALIS: Quo Vadis? Editorial, **Química Nova**, São Paulo, v.32, n.1, p.5, 2009.

ARAGÃO, Rodrigo Moura Lima de. Modelos de estruturação do artigo científico: retrato e discussão a partir de instruções aos autores da Scielo Brasil. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Linguagem, usos e ensino. Niterói, n.43, p.153-163, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 10520**: informação e documentação - citações. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6022**: Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Tradução M. Onice Payer (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. O “discurso de outrem”. In: \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12.ed. Hucitec, 2006. p.147-157.

BARATA, Germana. A relação entre qualidade de artigos, ensino e carreira científica. 19 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=3&noticia=626&print=true>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

BARROS, Juliene da Silva. Margens do texto científico. Disponível em: <[http://www.uag.ufrpe.br/docs/Juliene\\_III.pdf](http://www.uag.ufrpe.br/docs/Juliene_III.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2011.

BENITES, Sonia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história**: a citação no discurso jornalístico. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4.ed. São Paulo: Pontes, 1995.

BERNARDINO, Cibele Gadelha. O metadiscorso interpessoal em artigos acadêmicos: espaço de negociações e construção de posicionamentos. 243f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BESSA, José Cezinaldo Rocha. (Re)Pensando a citação em textos acadêmico-científicos. **Signum**: Estud. Ling., Londrina, n.14/2, p.421-439, dez. 2011.

BESSA, José Cezinaldo Rocha. A citação na escrita acadêmico-científica: da reprodução fiel de palavras ao desafio da reformulação do dizer. **Linguagem**, São Carlos – SP, v.18, 1º semestre 2012.

BESSA, José Cezinaldo Rocha; BERNARDINO, Rosângela Alves dos Santos. A referência ao discurso do outro em textos acadêmicos de estudantes de curso de Letras/ Português. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**, Curitiba, 2012. p.2068-2081.

BOCH, Françoise; GROSSMANN, Francis. Referir-se ao discurso do outro: alguns elementos de comparação. **Scripta**, Belo Horizonte, v.6, n.11, p.97-108, 2º sem. 2002.

CALDAS, Miguel P.; TINOCO, Tatiana. Pesquisa em gestão de recursos humanos nos anos 1990: um estudo bibliométrico. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.44, n.3, jul-set, 2004.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Contribuição à estilística portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CAPES. Comunicado nº 001/2012 – Área de Letras e Linguística: Atualização do WebQualis da área. Brasília, 01 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/institucional>>. Acesso em: 08 maio 2013.

CAPES. Qualis Periódicos. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis?format=pdf>>. Acesso em: 08 maio 2013.

CARVALHO, Maria Martha. Análises bibliométricas da literatura de química no Brasil. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.119-141, 1975.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Fórum Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.12, p.3041-3050, dez., 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: MacGraw-Hill, 1975.

CHENG, Stephanie W.; KUO, Chih-Wei; KUO, Chic-Hua. Research article titles in applied linguistics. **Journal of academic language & learning**. Queensland, v. 6, n.1, p.1-14, 2012. Disponível em: <<http://journal.aall.org.au/index.php/jall/article/viewArticle/178>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CIANFLONE, Eugenio. Scientific titles in Veterinary Medicine research papers. **English for Specific Purposes World**, Issue 30 Volume 9, 2010. Disponível em: <[http://www.esp-world.info/Articles\\_30/titles%20in%20vet%20med\\_Cianflone.pdf](http://www.esp-world.info/Articles_30/titles%20in%20vet%20med_Cianflone.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2014.

COIMBRA Jr., Carlos E. A. Editorial. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.8, n.4, p.359-360, out./dez., 1992.

CORACINI, Maria José. **Um fazer persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. 2.ed. Campinas: Pontes, 2007.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. O artigo científico de história e sociologia: análise dos títulos e da organização retórica. **Revista Binacional Brasil Argentina**, Vitória da Conquista, v.1, n.1, p.135-157, jun.2012.

COSTA, Ana Ludimila Freire. **Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da classificação Qualis em psicologia**. 212f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

COSTA, Raquel Leite Saboia da. A organização retórica do gênero artigo experimental em comunidades disciplinares distintas. **Entrepalavras**, Fortaleza, v.2, n.2, p.126-146, ago/dez 2012.

CURTY, Marlene Gonçalves. **Artigo científico impresso: estrutura e apresentação**. 2.ed. Maringá: Dental Press, 2008.

DAVYT, Amilcar; VELHO, Léa. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro?. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, VII(1), 93-116, mar./jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702000000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso: 22 maio 2013.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; VIÁ, Sara Chucid da. **Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS, Daniella Lopes. O recurso ao discurso do outro como forma de posição identitária. **Scripta**, Belo Horizonte, v.8, n.16, p.89-99, 1º sem. 2005.

DZUNG, Phuong. How can learning about the structure of research articles help international students? (200-). Disponível em: <<http://isana.org.au/articles-mainmenu-30/academic-mainmenu-58/273-how-can-learning-about-the-structure-of-research-articles-help-international-students>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos et al. Avaliação de artigos científicos: uma análise de formulários utilizados em periódicos da área de contabilidade e finanças no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.2-12, maio/ago., 2011.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGramZero Rev. de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, jun, 2010.

FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga; KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v.17, Supl.1,p.43-8, 2003.

GARCIA, Regina Leite. Para quem investigamos – para quem escrevemos: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. In: MOREIRA, Antônio Flavio; SOARES, Magda; FOLARRI, Roberto A.; GARCIA, Regina Leite (org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. São Paulo: Cortez, 2001. p.11-36.

GONDIM, Sônia. A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos. **Idéias em Debate, Organizações & Sociedade**, UFBA, Salvador, v.11, n.31, p.195-199, Set./ Dez. 2004.

GOULART, Sueli; CARVALHO, Cristina Amélia. O caráter da internacionalização da produção científica e sua acessibilidade restrita. **RAC**, Curitiba, v.12, n.3, p.835-853, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n3/11.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida; LUCCHESI, Alexandre Francisco. Desafios para a comunicação da ciência: um estudo sobre os periódicos científicos impressos e eletrônicos da UFRGS. **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

GUENTCHÉVA-DESCLÉS, Zlatka. La catégorie du médiatif en bulgare dans une perspective typologique. In: **Revue des études slaves**, Tome 65, fascicule 1, 1993. Communications de la délégation française au XIe Congrès International des slavistes (Bratislava, septembre 1993). pp. 57-72. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/slave\\_0080-2557\\_1993\\_num\\_65\\_1\\_6102](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/slave_0080-2557_1993_num_65_1_6102)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

GUENTCHÉVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français. In: **Langue française**. N°102, 1994. Les sources du savoir et leurs marques linguistiques. pp. 8-23. doi : 10.3406/lfr.1994.5711. Disponível em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr\\_0023-8368\\_1994\\_num\\_102\\_1\\_5711](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_0023-8368_1994_num_102_1_5711). Acesso em: 20 ago. 2014.

HABIBZADEH, Farrokh; YADOLLAHIE, Mahboobeh. Are Shorter Article Titles More Attractive for Citations? Cross-sectional Study of 22 Scientific Journals. **Croat Med J**. 2010 April; 51(2): 165–170. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2859422/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

HENDGES, Graciela Rabuske. Novos contextos, novos gêneros: a seção de revisão da literatura em artigos acadêmicos eletrônicos. Dissertação (Pós-graduação em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

JAMALI, Hamid R.; NIKZAD, Masha. Article title type and its relation with the number of downloads and citations, **Scientometrics**, 88 (2):653-661, 2011. Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/19669/1/Jamali\\_title.pdf](http://eprints.rclis.org/19669/1/Jamali_title.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2014.

JOB, Ivone; MATTOS, Ana Maria; TRINDADE, Alexandre. Processo de revisão pelos pares: por que são rejeitados os manuscritos submetidos a um periódico científico? **Movimento**, ESEF/UFRGS, Porto Alegre, v.15, n.3, p.1-13, 2009.

KNOBEL, Marcelo. Fraudes sacodem a comunidade científica. **Ciência Cultura**, Campinas, v.55, n.3, São Paulo, Jul./ Set. 2003.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 12.ed. Caxias do Sul: EDUCS: Vozes, 1988.

KRÜGER, Helmuth. A avaliação de trabalhos científicos. *Idéias em Debate*, **Organizações & Sociedade**, UFBA, Salvador, v.12, n.33, p.179-182, Abr./Jun. 2005.

KURTZ, Fabiana Diniz. Uma análise de gênero em artigos eletrônicos de linguística aplicada com foco em tópicos e procedimentos de pesquisa. 150f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras, área de concentração Estudos Lingüísticos), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG: Artmed, 1999.

LEITE, Jane Luzia. As transformações no mundo do trabalho, reforma universitária e seus rebatimentos na saúde dos docentes universitários. **Universidade e sociedade**. Brasília, ano XXI, n.48, julho, 2011.

MAINGUENEAU, D. O discurso relatado. In: \_\_\_\_\_. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1997. p.85-89

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso indireto, formas híbridas. In: \_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.149-155

MAINGUENEAU, Dominique. Polifonia, discurso direto. In: \_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.137-148

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Avaliação das avaliações de textos científicos sobre contabilidade e controladoria. **Revista de educação e pesquisa em contabilidade**, Brasília, v.1, n.1, p.1-13, jan/abr. 2007.

MARZIALE, Maria Helena Palucci. O processo de revisão de manuscritos e a melhoria da qualidade das publicações. Editorial, **Rev Latino-americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.9, n.5, p.1, set./ out. 2001.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991.

MENDES, Isabel Amélia Costa; MARZIALE, Maria Helena Palucci. As novas exigências da comunicação científica na era do conhecimento. **Rev Latino-americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.10, n.4, jul./ ago., p.466-467, 2002.

MENDES, Isabel Amélia Costa; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Avaliação por pares em divulgação científica. Editorial **Rev Latino-americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.9, n.6, p.1-2. Nov./dez. 2001.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, p.375-382, set./dez. 1996.

MOTTA-ROTH, Désirée. Análise crítica de gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.24, n.2, p.341-383, 2008.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.2, p.27-38, maio/ago. 2006.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, fev., 2005.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, n. zero, dez., 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias da informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v.23, n.3, p.309-317, set./dez. 1994.

MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce. **Normas e Padrões para teses, dissertações e monografias**. Londrina: Eduel, 1999.

NASCIMENTO-E-SILVA, Daniel. **Manual de redação para trabalhos acadêmicos: position paper**, ensaios teóricos, artigos científicos e questões discursivas. São Paulo: Atlas, 2012.

NERY, Guilherme *et al.* Cartilha sobre plágio acadêmico. Disponível em: <[http://www.propi.uff.br/portaIagir/sites/default/files/cartilha\\_autoria\\_-\\_digital.pdf](http://www.propi.uff.br/portaIagir/sites/default/files/cartilha_autoria_-_digital.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NUNES, Rizzato. **Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese**. São Paulo: Saraiva, 1997.

OLIVEIRA, Érica Beatriz. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.2, p.34-42, maio/ago. 2005.

OLIVEIRA, Jane Raquel Silva de. Mapa de caracterização do texto científico: produção e funcionamento em disciplinas de química do ensino superior. 336f. Tese (Doutorado em Química), Universidade Federal de São Carlos, 2012.

OLIVEIRA, Jane Raquel Silva de; QUEIROZ, Salete Linhares. **Comunicação e linguagem científica**: guia para estudantes de Química. Campinas: Editora Átomo, 2007.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Pereira da Silva; LIMA, Suzana Maria Valle; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Comprometimento no trabalho e produção científica entre pesquisadores brasileiros. **Revista de Administração**, São Paulo, v.34, n.3, p.12-20, jul/set. 1999.

PENA, Roberto Patrus Mundim. Aspectos éticos e morais da avaliação de mérito de trabalhos científicos. Comentando: A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos. *Idéias em Debate*, **Organizações & Sociedade**, UFBA, Salvador, v.12, n.33, p.169-172, Abr./Jun. 2005.

PEREIRA, Maurício Gomes. **Artigos científicos**: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

PESSANHA, Charles. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. *Comunicações Ciência da Informação*, Brasília, v.27, n.2, p.226-229, maio/ago. 1998.

PINTO, Angelo C.; ANDRADE, Jailson B. de. Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro? **Química Nova**, São Paulo, v.22, n.3, p.448-453. 1999.

RAMOS, Adilson Luiz. Debate, revisão por pares, Galileu Galilei mais uma vez.... **Rev. Dent. Press Ortodon. Ortop. Facial**. Maringá, v.9, n.6, p. 5. 2004.

REINERS, Annelita Almeida Oliveira *et al.* Avaliação em ciência e tecnologia: o papel dos pares na elaboração de pareceres com fim de publicação em revistas científicas. **An. 8. Simp. Bras. Comun. Enferm.** Maio. 2002. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000052002000100002&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000052002000100002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 23 maio 2013.

SALOMON, Décio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & Cia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.

SANTOS Saray Giovana dos. Reflexões sobre pareceristas de artigos científicos na Educação Física. **Saúde & Transformação Social / Health & Social Change**, Florianópolis, v.2, n.1, p.13-17. 2011.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Gildenir Carolino. **Fontes de indexação para periódicos científicos**: um guia para bibliotecários e editores. Campinas: E-Color, 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16898/1/fontesISBN9788563058188.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

SANTOS, Solange Maria dos; NORONHA, Daisy Pires. Periódicos brasileiros de Ciências Sociais e Humanidades indexados na base SciELO: características formais. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v.18, n.2, p.2-16, abr./jun. 2013.

SCIELO – Scientific Eletronic Library Online. Critérios SciELO: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção SciELO. Versão dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=2>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

SCIELO – Scientific Eletronic Library Online. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

SECAF, Victoria. **Artigo científico**: do desafio à conquista. 4.ed. São Paulo: Martinari, 2007.

SEIDE, Márcia Sipavicius. **A semântica de Michel Bréal**: recontextualização, fortuna crítica e aplicação. 279f. Tese (Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa) USP, São Paulo, 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/Lilian/Downloads/TESE\\_MARCIA\\_SIPAVICIUS\\_SEIDE.pdf](file:///C:/Users/Lilian/Downloads/TESE_MARCIA_SIPAVICIUS_SEIDE.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat; PINHEIRO, Liliane Vieira. Avaliação da produtividade científica dos pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.13, n.2, p.193-222, jul./dez. 2003.

SILVA, Margarete Fátima P. Sales e. Dissertações de Mestrado: apropriação e constituição de sentidos para a prática pedagógica com vistas à produção de novos conhecimentos. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17., 2009, Campinas. Anais do 17º COLE, Campinas, SP: ALB, 2009. Disponível em: <http://www.alb.com.br/portal.html>. Acesso em: 30 out. 2013. ISSN: 2175-0939

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n.38, maio/ago. 2008.

SMITH, Linda C. Citation Analysis. **Library Trends**, 30, p. 83–106, summer 1981. Disponível em: <  
[https://ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7190/librarytrendsv30i1i\\_%20opt.pdf?sequence=1](https://ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7190/librarytrendsv30i1i_%20opt.pdf?sequence=1)>. Acesso em 25 ago. 2014.

SOARES, Magda. Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos? In: MOREIRA, Antônio Flavio; SOARES, Magda; FOLARRI, Roberto A.; GARCIA, Regina Leite (org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOLERA, Danilo da Silva. Uma análise da seção introdução de artigos científicos da área de Energia. In: **O gênero em diferentes abordagens discursivas**. São Paulo: Paulistana, 2011. Disponível em: <  
<http://www.epedusp.com.br/DanilodaSilvaSolera.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

SOUZA-E-SILVA, Célia P. de; ROCHA, Décio. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.16.

STREHL, Letícia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p.19-27, jan./abr. 2005.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Avaliação de originais em revistas de comunicação. **Comunicação e sociedade**, São Bernardo do Campo, n.46, p.59-74, 2006.

SUZUKI, Juliana Telles; STEINLE, Marlizete Cristina B.; BATTINI, Okçana. SUZUKI, Elementos textuais. In: Juliana Telles Faria *et al.* (org.). **TCC: elaboração e redação**. Londrina: Redacional, 2009. p.101-120.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.3, 1996.

SWALES, John M. From context to text: investigating structures, functions and forms in today's research article. Disponível em: <  
<http://www.lattice.cnrs.fr/IMG/pdf/swales.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

SWALES, John M. Utilizing the literatures in teaching the research paper. **Tesol Quarterly**, v.21, n.1, p.41-68, march, 1987.

SWALES, John, M. **English in academic and research settings**. 5.pr. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SWALES, John M. **Research genres: exploration and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TEIXEIRA, Marcus do Rio. In: Do Conselho Editorial da Revista Psicologia, Ciência e Profissão para os psicólogos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, 18, p.56-57, 1998.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Comentando: A face oculta do parecerista: discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos. Ideias em Debate, **Organizações & Sociedade**, UFBA, Salvador, v.12, n.32, p.181-182, Jan. /Mar. 2005.

THOMAZ, Petronio Generoso; ASSAD, Renato Samy; MOREIRA, Luiz Felipe P. Uso do Fator de Impacto e do Índice H para Avaliar Pesquisadores e Publicações. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v.96, n.2, p.90-93. 2011.

THOMPSON, Geoff. Voices in the text: discourse perspectives on language reports. **Applied linguistics**, v.17, n.4, Oxford University Press, 1996, p.501-530.

TORRESI, Susana I. Córdoba de; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. Ética nas publicações científicas. Editorial. **Química Nova**, São Paulo, v.31, n.2, p.197, 2008.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em questão**, Porto Alegre, v.9, n.2, p.295-307, jul./dez., 2003.

VASCONCELOS, Sonia M. R. O plágio na comunidade científica: questões culturais e lingüísticas. Tendências. **Ciência e Cultura**, Campinas, v.59, n.3, p.4-5, 2007.

VETTORE, Mario Vianna. O processo editorial de avaliação por pares em revistas na área da saúde. Editorial, **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(11), p.2306-2307, nov, 2009.

VIRMOND, Marcos da Cunhas Lopes. Qualidade e auto-citação. **Salusvita: ciências biológicas e da saúde**, Bauru v.27, n.3, 2008.

VOGT, C. A espiral da cultura científica. *ComCiência*, n.45, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm>>. Acesso em: 08 out. 2008.

WERLANG, Elisabete. **Revisão por pares**: um estudo da gestão de avaliadores nas revistas científicas brasileiras. 100f. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

YAMAMOTO, Oswaldo H.. Publish or perish: o papel dos periódicos científicos. **Estudos em psicologia**, Natal, v. 5, n. 1, jun. 2000.

ZEN, Ana Maria Dalla. A comunicação científica como literatura: o lugar do sujeito na construção do conhecimento. **Em questão**, Porto Alegre, v.10, n.1, p.11-22, jan/jun, 2004.

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Tradução Regina Regis Junqueira. São Paulo: Itatiaia, 1979.

## REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS CUJOS TRECHOS FORAM CITADOS NO CAPÍTULO 3

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira; LIMA, Maria Claudete. A deriva semântica de termos ligados a destino. **Acta Scientiarum**. Language and Culture, Maringá, v.34, n.2, p.187-198, Jul./dez., 2012.

HALFED, Paula Crespo. A construção do outro nas redes sociais: uma análise semiolinguística de comunidades do Facebook. **Entretextos**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 133-150, jul./dez. 2012.

IANUSKIEWTZ, Andréia Dias. Aspectos (inter)culturais no ensino-aprendizagem de língua estrangeira. **Illuminart**, Sertãozinho – SP, v.8, n.5, p.105-118, nov. 2012.

KERSCH, Dorotea Frank; SILVA, Michele Otto da. Meu modo de falar mudou bastante, as pessoas notaram a diferença em mim: quando o letramento é desenvolvido for a do contexto escolar **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v.51, n.2, p.389-408, jul./dez. 2012.

RODRIGUES DA SILVA, Wagner. Proposta de análise textual-discursiva do gênero Relatório de estágio supervisionado. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.28, n.2, p.281-305, 2012.

RODRIGUES, Fátima Lucília Vidal. A experiência de acompanhar crianças com autismo na escola: o desafio de des-fiar a forma da formação de professores. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 52, p. 69-80, jul./dez. 2012 69

SANTOS, José Carlos Lima dos; ARAUJO, Andréia Silva; FREITAG, Raquel Meister Ko. Perguntas na sala de aula: uma classificação textual-interativa. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: América Central e Caribe: múltiplos olhares Niterói, n.45, p. 373-397, 2012.